

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ  
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL

Ariany Maria Farias de Souza

**SANTOS MARGINALIZADOS**

espaços e significados dos terreiros de Umbanda no processo de urbanização de  
Teresina na década de 1970

Porto Alegre,

2021

Ariany Maria Farias de Souza

**SANTOS MARGINALIZADOS**

espaços e significados dos terreiros de Umbanda no processo de urbanização de  
Teresina na década de 1970

Tese apresentada ao Doutorado Interinstitucional entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí e o Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Weber.

Porto Alegre,

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Farias de Souza, Ariany Maria  
SANTOS MARGINALIZADOS espaços e significados dos  
terreiros de Umbanda no processo de urbanização de  
Teresina na década de 1970 / Ariany Maria Farias de  
Souza. -- 2021.  
188 f.  
Orientadora: Regina Weber.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Umbanda. 2. Urbanização. 3. 1970. 4. Teresina.  
5. Religião. I. Weber, Regina, orient. II. Título.

Ariany Maria Farias de Souza

**SANTOS MARGINALIZADOS**

espaços e significados dos terreiros de Umbanda no processo de urbanização de  
Teresina na década de 1970

Tese apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de doutora em História do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientadora: Profa. Dra. Regina Weber.

Aprovada em: Porto Alegre, 1 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Regina Weber  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Adriana Dorfman  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Deivison Moacir Cezar de Campus  
Universidade Luterana do Brasil

---

Profa. Dra. Francisca Verônica Cavalcante  
Universidade Federal do Piauí

## AGRADECIMENTOS

Neste momento agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para o meu êxito na conclusão deste curso de doutoramento. Esse que foi um dos períodos acadêmicos e pessoais mais difíceis de toda a minha vida, principalmente em decorrência dos afastamentos sociais provocados pela pandemia do coronavírus que impediu que eu pudesse contar com a presença física de muitas pessoas que amo e com as quais gostaria de ter compartilhado pessoalmente algumas dúvidas e angústias.

Agradeço ao meu companheiro Anderson Fernando, que com toda a sua ternura, paciência e amor sempre esteve disposto a me ouvir, me aconselhar e por sempre acreditar que eu era capaz de alcançar meus objetivos. À minha mãe Ana Lúcia por todo o incentivo e carinho e por sempre me prover condições de me dedicar aos estudos. Ao meu irmão Osvaldo Junior por todo apoio e incentivo durante o período do curso de doutorado e por entender as ausências e/ou presenças pela metade. Ao meu pai Osvaldo (*in memorian*) que mesmo convivendo por pouco tempo me deixou o exemplo de força e perseverança. Obrigada por serem a minha fortaleza.

Sou grata a meu tio Antônio Sérgio (*in memorian*) que sempre incentivou, auxiliou em meus estudos e que foi uma das minhas fontes de inspiração para acreditar que temos um mundo de possibilidade nos esperando quando nos dedicamos aos estudos e à prática do bem.

Agradeço ao Instituto Federal do Piauí (IFPI), que tornou possível a parceria firmada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir da qual foi viabilizada a execução do Doutorado Interinstitucional em História. Igualmente, agradeço à UFRGS e às pessoas dessa instituição, envolvidas neste Dinter, que sempre demonstraram dedicação e compromisso para executar o doutorado da melhor forma possível, apesar das dificuldades relacionadas à distância geográfica entre os dois estados envolvidos, Piauí e Rio Grande do Sul. Agradeço ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento do referido Dinter em História.

Agradeço à minha orientadora, professora Regina Weber, por toda a sensibilidade demonstrada com o meu objeto de pesquisa, pelas suas leituras sempre atentas e pela preocupação e a dedicação com o desenvolvimento da minha pesquisa durante todo o período do curso apontando o melhor rumo a seguir durante a escrita,

e respeitando os caminhos que decidi seguir na elaboração da Tese.

Sou grata, ainda, aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Adriana Dorfman e Prof. Dr. Deivison Campos, por suas leituras e sugestões que contribuíram para refinar e desenvolver a elaboração do meu texto de tese.

Agradeço, também, ao professor Dr. José Luís e à professora Dra. Raquel Costa por sempre se mostrarem dispostos a auxiliar na resolução de problemas burocráticos. Sou grata ao Arquivo Público do Piauí, com sede em Teresina, e ao Projeto Memória do Jornalismo Piauiense da Universidade Federal do Piauí, que contribuíram para que fosse possível o acesso e a análise de documentos e jornais primordiais para a realização da minha pesquisa.

Não posso deixar também de agradecer aos pais e mães de santo entrevistados durante minha pesquisa que se dispuseram a relembrar de suas trajetórias de vida, lutas, desafios e conquistas durante a fundação de suas tendas de umbanda em Teresina durante a década de 1970. Obrigada por contribuírem para a feitura desta pesquisa e por compartilharem um pouco de sua sabedoria, crenças e caminhos.

Sou grata ainda pela escuta atenciosa de minhas amigas e amigos e pelas experiências, dúvidas e angústias compartilhadas. Agradeço também as/os colegas de turma e de trabalho, que sempre serviram de fonte de inspiração durante esses anos de pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa se propõe a historicizar as formas como o processo de urbanização e a lógica da modernidade exerceram influência sobre as tendas de umbanda de Teresina, a partir da década de 1970, e como esses espaços religiosos foram afetados em suas práticas e representações. Assim, o objetivo é mostrar a relação dessas tendas com a sociedade e como, ao longo dos anos, se deu a inserção social e política da umbanda. No Piauí e em Teresina, as ações dos governos do regime civil militar (1964-1985) puderam ser vistas principalmente a partir de medidas de melhoramento urbano implementadas em governos estaduais e municipais. Ainda na década de 1970 houve o processo de institucionalização da umbanda no Piauí, a partir da formação das primeiras federações que tinham como objetivo principal em sua fundação a proteção dos terreiros de umbanda da capital e do interior. Nesse período, houve intensas disputas políticas envolvendo os presidentes destas instituições, o que fez com que esses relatos ganhassem as páginas de diversos periódicos em circulação em Teresina. Os pais e mães de santo que vivenciaram esse período relatam como foi a sua relação com essas instituições e como se davam suas experiências religiosas nesses anos. Utilizamos como critério principal estudar tendas de umbanda teresinense fundadas na década de 1970 e que até o período de realização da pesquisa ainda estivessem em funcionamento. Portanto, utilizando a metodologia da história oral, entrevistamos os pais e mães de santo das tendas Virgem da Conceição, São Raimundo Nonato, Santa Bárbara e São Sebastião. Utilizamos, ainda, a análise de documentos oficiais, diários oficiais do Estado do Piauí e pesquisa hemerográfica em periódicos em circulação em Teresina nesse período. Desse modo, concluímos que as mudanças ocorridas a partir do processo de institucionalização da umbanda e oriundas do processo de urbanização de Teresina durante a década de 1970 acabaram por influenciar na organização e no direcionamento das práticas dos umbandistas das tendas estudadas em nosso trabalho. Além disso, concluímos também que esses sujeitos em suas vivências cotidianas ativam suas redes de relações visando a preservação dos elementos religiosos que julgam mais valiosos na formação de sua identidade, criando assim uma relação com o espaço público que não prevê o reforço ao controle social.

**Palavras-chave:** Tendas de umbanda; Urbanização; Institucionalização; Afetação.

## ABSTRACT

The present work aims to historicize how the urbanization process and the logic of modernity influenced a specific social locus, the Umbanda tents in Teresina, from the 1970's, and how these religious spaces were affected in their practices and representations. Thus, the objective is to demonstrate the relationship of these tents with society and how the social and political insertion of Umbanda occurred over the years. The actions of the civil-military regime government (1964-1985) in Piauí and Teresina could be seen, specially, from measures of urban improvement executed in local and state administrations. Also, in the 1970's there was a process of institutionalization of Umbanda in Piauí, from the formation of first federations that aimed mainly the protection of tents of Umbanda from capital and countryside. In this period there was great political disputes involving the presidents of these federations what led these reports to the pages of several newspapers from Teresina. The "pais" and "mães de santo" that experienced this period reported how were their relationship with these institutions and how was the religious experience during these years. It was used as main criteria to study tents of Umbanda from Teresina which were founded in the 1970's and that still active until the realization of this research. Therefore, using the Oral History methodology, "pais" and "mães de santo" of the tents Virgem da Conceição, São Raimundo Nonato, Santa Bárbara and São Sebastião were interviewed. The analysis of official documents, Official Journals of the State of Piauí and hemerographic research in daily newspapers from Teresina were also used. Thus, it was possible to conclude that changes occurred from the process of umbanda institutionalization and originated from the urbanization process of Teresina during the 1970's influenced in the organization and direction of umbandistas practices of tents under study. In addition, it also can be concluded that these subjects in their daily experience activate their relationship networks aiming to preserve the religious elements that they consider more valuable to the formation of their identity, thus creating a relationship with public space in which reinforcement of social control is not included.

**Keywords:** Umbanda tents; Urbanization; Institutionalization; Affectation.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da região do encontro dos rios Parnaíba e Poti que atualmente abriga o Parque Encontro dos Rios, em Teresina.....	36
Figura 2 – Mapa de localização do bairro Poti Velho de Teresina, Piauí que faz parte da área da SDU Centro-Norte de Teresina .....	46
Figura 3 – Salim em eventos com umbandistas.....	66
Figura 4 – Imagem de uma capela para lemanjá construída às margens do Rio Parnaíba em Teresina.....	74
Figura 5 – Imagem de matéria jornalística sobre as comemorações ao dia de São Sebastião no ano de 1972 .....	75
Figura 6 – 350 umbandistas teresinenses desfilarão para 60 turistas paulistas.....	81
Figura 7 – Fonte Climatizada da Avenida Frei Serafim (1973).....	116
Figura 8 – Trecho da Avenida Maranhão com a Avenida Joaquim Ribeiro.....	121
Figura 9 – Planta parcial da cidade de Teresina: recorte do centro da cidade.....	123
Figura 10 – Mapa Temático com a distribuição dos terreiros em Teresina, por Zona.....	144
Figura 11 – Vista aérea de parte da zona administrativa Centro Norte de Teresina, em destaque o bairro Mafrense.....	148
Figura 12 – Imagem de Mãe Raimunda Cajubé em frente a um dos altares existentes na Tenda São Raimundo Nonato .....	149
Figura 13 - Vista aérea de parte da zona administrativa Centro Norte de Teresina, em destaque o bairro Matadouro .....	152
Figura 14 – Vista aérea de parte da zona administrativa Centro Norte de Teresina, em destaque o bairro Nova Brasília .....	155
Figura 15 – Vista aérea da zona Sul da cidade de Teresina, em destaque o Bairro Monte Castelo .....	158

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A  
AGRINPISA – Agroindústria do Piauí S/A  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BEP – Banco do Estado do Piauí S/A  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CENARAB - PI – Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira  
CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S/A  
CEUB – Congregação Espírita Umbandista do Brasil  
CFC – Conselho Federal de Cultura  
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CODESE – Comissão de Desenvolvimento do Estado  
CODESE – Coordenação do Desenvolvimento Econômico  
COHAB/ PI – Companhia de Habitação do Piauí  
COHEBE – Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança  
COMAFOR – Comissão de Aforamento  
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
ETURB – Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano  
FEUCABEPI – Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Piauí  
FEUEPI – Federação Espírita Umbandista do Piauí  
FRIPISA – Frigorífico do Piauí S/A  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
PAEG – Programa de Ação Estratégica do Governo  
PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina  
PET – Plano Estrutural de Teresina  
PGGHB – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil  
PIEMTUR – Empresa de Turismo do Piauí  
PLANASA – Programa de Saneamento e Infraestrutura Básica  
PMT – Prefeitura Municipal de Teresina  
PNL – Programa Lagoas do Norte

PPGANT - Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGEEd - Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SERSOM - Serviço Social do Município

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TELEPISA - Telefones do Piauí S/A

UFPI – Universidade Federal do Piauí

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO	12
1.2	REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	16
2	UMBANDA E URBANIZAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA SOBRE OS LUGARES	33
2.1	ANOTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS RELIGIOSAS DE MATRIZES AFRICANAS EM TERESINA	35
2.2	A UMBANDA NO BRASIL	40
2.3	OS PRIMEIROS ANOS DA UMBANDA EM TERESINA	48
3	AS FEDERAÇÕES E AS TENDAS: PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO E AFETAÇÃO DE TENDAS DE UMBANDA EM TERESINA	54
3.1	UMBANDA E A LEGITIMAÇÃO RACIONAL	54
3.2	FEDERAÇÕES DE UMBANDA E MEDIAÇÃO POLÍTICA	57
3.2.1	As federações de umbanda e o regime civil militar no Piauí nas décadas de 1960 e 1970	57
3.3	GUERRA NA UMBANDA: DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DA UMBANDA NO PIAUÍ	63
3.4	AS CELEBRAÇÕES PÚBLICAS DA UMBANDA DO PIAUÍ NA DÉCADA DE 1970	73
3.5	AUTONOMIA E SOBREVIVÊNCIA: ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS TENDAS DE UMBANDA EM TERESINA	85
3.5.1	Legalidade, legitimação e proteção: os vários papéis da federação junto às tendas de umbanda em Teresina	86
3.5.2	Festas de umbanda em Teresina: experiências no espaço público e privado	95
4	MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO E OS LUGARES OCUPADOS PELAS TENDAS DE UMBANDA EM TERESINA	101
4.1	DÉCADAS DE 1950 E 1960 NO PIAUÍ	103
4.2	REGIME CIVIL MILITAR E A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA	108
4.2.1	Planejamento urbano em Teresina: Estratégias iniciais	110
4.2.2	Governo Alberto Tavares Silva e Joel da Silva Ribeiro	114

- 4.2.3 Governo Dirceu Mendes Arcoverde e Raimundo Wall Ferraz**132**
- 4.3 AS TENDAS DE UMBANDA E A MODERNIZAÇÃO DE TERESINA**147**
- 4.3.1 Tenda Espírita Umbandista São Raimundo Nonato**150**
- 4.3.2 Tenda Espírita Umbandista São Sebastião**155**
- 4.3.3 Tenda Espírita Umbandista Virgem da Conceição**160**
- 4.3.4 Vivências e Memórias: tecendo a história das tendas de umbanda**164**

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**166**

## REFERÊNCIAS**173**

ANEXO A – LEI MUNICIPAL DE TERESINA Nº 1.368 DE 1972 QUE RECONHECE A UTILIDADE PÚBLICA DA TENDA ESPÍRITA UMBANDISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**186**

ANEXO B – IMAGEM DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ COM A ATA DE FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ESPÍRITAS UMBANDISTAS AFRICANISTAS E CANDOMBLÉ DO ESTADO DO PIAUÍ**187**

## 1 INTRODUÇÃO

Nossos objetos de pesquisa nos levam a buscar entender de que forma os sujeitos se comportam frente à modernidade e como são diferenciadamente atingidos por ela. As transformações culturais e econômicas que ocorrem ao longo dos anos dentro de uma sociedade em processo de modernização fazem parte do devir histórico e são responsáveis por orientar a ação de indivíduos e grupos sociais em diferentes contextos. De modo provisório, definimos “modernidade” como um processo que, ao tornar os espaços urbanos embelezados por novos monumentos e jardins, ao construir vias de maior velocidade e ao edificar novos prédios habitacionais, acaba por pautar novas formas de relacionamento das pessoas com os espaços escolhidos para a transformação. Essa relação é permeada pelo mercado, movido pela ânsia do lucro cujo valor básico nem sempre é o mesmo para os mais diferentes grupos que ocupam o espaço público.

### 1.1 CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO

Nas três últimas décadas do século XX, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização associado à euforia nacional – desenvolvimentista iniciada com o regime civil militar, que refletiu a possibilidade de um processo de industrialização, desenvolvimento econômico e modernização da malha urbana das principais capitais do país. No governo de Médici (1969 -1974), foram realizados altos investimentos em infraestrutura que tinham como objetivo integrar as regiões Norte e Nordeste ao restante do país. No Piauí, a onda da modernização teve como símbolo o governo de Alberto Silva (1971-1975) e, em Teresina, do prefeito Joel Ribeiro (1971-1975).

Ao passo que aumentava o número de pessoas nos grandes centros urbanos, as precárias condições de vida e a proliferação de favelas foram foco de políticas ordenadoras e segregacionistas, implementadas pelo poder público, para afastar e disciplinar as práticas das camadas empobrecidas e de grupos sem prestígio social ou poder político. Essas são marcas da intervenção do Estado na vida dessas pessoas, as quais, como veremos, elaboram múltiplas representações sobre a sua própria trajetória nessas circunstâncias.

A imagem da cidade expressa por periódicos como *O Dia* que circulava em Teresina durante as décadas de 1960 e 1970 era de um aspecto pouco convidativo a

visitantes. A presença dos pobres, muitas vezes associada à imagem de mendigos, enfeavam a cidade. Essa mesma parte da imprensa teresinense defendia que essas pessoas deveriam ser retiradas das áreas centrais da cidade.

A saída encontrada pelo poder público foi deslocá-los para conjuntos habitacionais criados na periferia da cidade ou ainda fornecer terrenos e materiais para as casas a serem construídas. As intervenções realizadas pelos dirigentes locais tinham um caráter disciplinador quanto à questão da utilização dos espaços da cidade, especialmente aqueles destinados à construção de moradias. Por exemplo, o capítulo VII art. 37 do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina<sup>1</sup>, que versa sobre a Zona Residencial, afirma que só serão permitidas as construções e instalações que atenderem ao caráter da mesma, tais como: habitações, casas de hospedagem, templos, ambulatórios, consultórios, clínicas médicas e odontológicas e instituições culturais. Assim, ao poder público cabia definir quem deveria ocupar os espaços da cidade e como.

Desse modo, esta pesquisa se propõe a historicizar as formas como o processo de urbanização e a lógica da modernidade exerceram influência sobre um lócus social específico, as tendas de umbanda de Teresina, a partir da década de 1970. Ainda considerando esse contexto, é objetivo mostrar a relação dessas tendas com a sociedade a partir da inserção social e política da religião umbandista em Teresina.

Baseado nesse contexto, o dito processo de mudança urbana ocorre em paralelo a outras transformações do movimento umbandista, assim, essa tese também trata das seguintes questões de pesquisa: Como se deu o processo de constituição da religiosidade umbandista em Teresina a partir do movimento de integração com outras práticas religiosas? Como o processo de institucionalização da umbanda em Teresina durante a década de 1970 afetou as tendas estudadas? Quais as estratégias de subversão e sobrevivência traçadas por estes sujeitos umbandistas frente às normatizações impostas pelas federações? Como esse grupo de sujeitos pautou sua relação com os eventos públicos e as relações políticas? Em que medida o processo de urbanização de Teresina afetou os terreiros de umbanda durante a década de anos de 1970? Como esses sujeitos significavam os espaços na cidade por eles ocupados? Quais os rearranjos e os sentidos atribuídos à experiência

---

1 TERESINA. Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI). Construções e planejamento S.A. (COPLAN). Newton Oliveira. 1969.

religiosa por esses sujeitos diante das imposições ordenadoras do poder público?

As formas de habitar e conviver que os grupos imprimem nas cidades estão sempre de acordo com os seus interesses, logo, o urbano é tido como matéria manipulável e a construção desses espaços é orientada por seus habitantes, os quais, não raro, entram em divergência entre si. Dessa forma, a construção e reconstrução das vivências está sempre permeada por alguns conflitos e disputas entre esses mesmos grupos, os quais marcam a própria rememoração: “As memórias em disputa se apresentam a partir da concorrência entre as memórias subterrâneas (excluídos, marginalizados e minoria), que ganham ressalva com a história oral opondo-se à memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 8).

Os discursos concorrentes existentes no espaço da cidade a revelam muito mais complexa do que qualquer definição de urbano pode abarcar, sendo permeada por memórias e formas de habitar variadas. Tendo em vista esse contexto, sempre foi de interesse do poder público, de uma forma geral, tomar medidas que visassem à ordenação do espaço de modo a imprimir uma determinada hegemonia aos traços da cidade.

A sociedade capitalista propõe o que chamamos de desencantamento do mundo (WEBER, 2000) que, em sentido amplo, designa as formas modernas de vida que são desprovidas de fundamento religioso e metafísico. No período considerado contemporâneo ao capitalismo são os interesses privados que são postos em primeiro lugar. A partir daí, substitui-se os aspectos ditos culturais (coletivos) pela lógica das ações programadas e do cálculo, em consonância com a visão burguesa triunfante e que promete o desenvolvimento. O que se tem é a preocupação em homogeneizar e tornar apresentáveis os espaços, abolindo as práticas culturais que se consideram inaceitáveis pelas elites governantes.

A economia de mercado que faz parte da episteme moderna racionalista é vista, nesse contexto, como uma entidade quase religiosa, que não pode ser desrespeitada e funciona a partir de regras próprias, que estariam apartadas da sociedade. A economia de mercado é um aspecto da modernidade que pode ser visto como negativo, pois dentro dela não existe uma ética e moral, tendendo a transformar tudo em mercadoria, inclusive o que é humano. As comunidades tradicionais não se engajam no mercado e, quando se engajam, deixam de ser tradicionais; o objetivo é que fiquem de fora do processo. É esboçada a ideia de uma sociedade separada do mercado submetendo as culturas aos anseios das “leis de mercado” que, em sua



maioria, vão contra a lógica dos grupos sociais que possuem suas próprias culturas e que, muitas vezes, devem abandoná-las ou reinventá-las a partir de processos de readaptação ou reterritorialização (TOURAINÉ, 2012, p. 18).

As transformações impostas aos espaços físicos das cidades brasileiras são oriundas, ainda, de políticas disciplinadoras do espaço público, em que as disputas entre as religiões também estiveram envolvidas nas relações hierárquicas que permearam a história destas religiões. Essa questão possui relação direta com a configuração espacial e no modo como esses espaços religiosos organizam as suas práticas no meio urbano. A forma como ocorre a ocupação do território<sup>2</sup> e as manifestações de práticas pelos grupos religiosos é influenciada pela aceitação social que as suas práticas têm frente à sociedade e através da negociação entre as diferentes religiões.

É preciso lembrar, ainda, que o campo religioso no Brasil é formado por uma diversidade de manifestações religiosas que são expressas de várias formas. Os elementos articulados por estas religiosidades podem ser entendidos como fazendo parte da cultura indígena, católica, protestante, judaica, kardecista, novaerista e afro-brasileira (PRANDI, 1996, p. 69). Portanto, é preciso estar atento para o tratamento diferenciado que porventura recebam estas congregações em determinados espaços.

O Piauí possui, notadamente, uma tradição em ser considerado o Estado mais católico do Brasil. No censo de 2000 a porcentagem de católicos era de 91,4% (IBGE, 2000); porém, o Censo de 2010 registra um decréscimo neste número, que baixou para cerca de 85,08%, o que mesmo assim não retira o posto do estado. Nessa mesma pesquisa, registrou-se que cerca de 0,49% das pessoas declaram-se umbandistas (IBGE, 2010). Já os dados Mapeamento das Comunidades de Terreiros de Teresina realizado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí entre julho de 2008 e abril de 2009, que teve seus dados publicados em janeiro de 2010 em que se aponta a existência de 320 terreiros de umbanda e candomblé em Teresina.

No entanto, em razão das limitações do mapeamento, nem todas as casas de cultos afro-religiosos teresinenses foram devidamente identificadas. As comunidades

---

<sup>2</sup> Em relação aos lugares, Pierre Nora (1993) ressalta que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações. Segundo o autor, é por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória.

de terreiro de Teresina (em parceria com o poder público municipal), como relatado por uma de suas representantes, estão organizando um novo mapeamento dos terreiros na cidade. Tendo em vista que muitos terreiros podem ter sido fechados e outros abertos no lapso temporal entre a coleta de informações e publicação desta pesquisa, membros das comunidades de terreiros e pesquisadores e pesquisadoras de temáticas referentes às religiões afro-brasileiras, assim como eu, acreditam que esses dados encontram-se desatualizados. Partindo dessa contraposição de informações, como evidenciam os dados acima, aponta-se a necessidade de entender como os fiéis umbandistas exerciam e vivenciavam suas práticas no espaço público.

A relevância desse estudo se dá à medida que propõe a análise da experiência de fiéis umbandistas de tendas localizadas em Teresina, que a partir de suas práticas e representações atribuem significados aos espaços que habitam. Além disso, no diálogo com seu espaço social, esses fiéis vão atuando na construção de sentidos sobre a sua experiência religiosa frente a institucionalização da umbanda e as modificações urbanas impostas pelo poder oficial durante a década de 1970. Acrescenta-se a esse fato o incômodo atribuído a essas tendas, devido à intensa ação exercida na sociedade teresinense pelas práticas religiosas católicas. Desse modo, esse estudo possibilitará ao leitor pensar nos mecanismos de criação e recriação que os fiéis umbandistas vão elaborando e reelaborando em seus cotidianos a partir da ocupação do espaço público de Teresina.

## 1.2 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

As pesquisas realizadas até então sobre o processo de urbanização da cidade de Teresina a partir da década de 1970 dão conta de sujeitos como os migrantes (MONTE, 2010), cronistas e intelectuais (NASCIMENTO, 2007), figuras públicas e suas ações (FONTINELES, 2009). Podemos constatar, ainda, uma lacuna a ser investigada e discutida que referente às formas como as tendas de umbanda estabelecem sua relação com o espaço público de Teresina durante seu processo de urbanização.

É possível destacar que a produção acadêmica sobre as religiões de matrizes africanas e, em particular, a umbanda no Piauí, ainda é muito tímida, existindo somente alguns estudos. No programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, encontramos as pesquisas sobre a constituição da umbanda na cidade de Codó no Estado do Maranhão (BRANDIM, 2012) e sobre a institucionalização da umbanda

no Piauí (LIMA, 2017). No programa de Pós-Graduação em Antropologia, de Sociologia e de Educação da UFPI também foram publicadas algumas pesquisas sobre obrigações e possessões em um terreiro em Parnaíba - PI (CHAGAS FILHO, 2011); o trabalho de cura de caboclos em um terreiro em Teresina - PI (RIBEIRO, 2014) e as práticas e rituais de um terreiro de umbanda em Teresina (SOUZA, 2015) que, no entanto, tratam, em sua maioria, de estudos de caso sobre determinados terreiros ou práticas realizadas por estes.

O quadro demonstrativo de estudos sobre religiosidades de matrizes africanas na cidade de Teresina e no território piauiense vem mudando à medida que essa temática ganha espaço para ser pesquisada e discutida por discentes e docentes na academia nos últimos anos. A demora nessa inserção pode ser explicada pela invisibilidade e marginalização dos Povos de Terreiro na cidade, além da ampliação dos Programas de Pós-Graduação, que têm contribuído para abrir espaço para tais estudos. Alguns programas de pós-graduação da UFPI vêm realizando pesquisas sobre religiões de matrizes africanas na cidade, com destaque para o Programa de Antropologia (PPGANT), o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PGGHB), o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Autores e autoras como Cavalcante (2011, 2013), Souza (2012), Silva (2013), Lima (2013, 2017), Ribeiro (2014), Cruz (2014), Lima (2014), Silva (2014), Souza (2015), Carmo (2017), Tavares (2017) e Gomes (2019), com suas etnografias sobre temas afro-religiosos e estudos sócio-histórico-antropológicos, têm contribuído para a compreensão de práticas culturais e religiosas de matrizes africanas em Teresina e no Piauí.

No campo afro-religioso de pesquisa e afins, esses autores e autoras escrevem sobre obrigações, transes, ritos, festas, vestimentas, performances, educação, práticas terapêuticas e religiosas e demais assuntos ligados à esfera litúrgica e ritualística nos espaços de cultos afro-brasileiros. Ainda abordam sobre a chegada, a institucionalização e a trajetória das religiões de matrizes africanas no Piauí e em Teresina, relatando experiências e vivências de filhos e filhas de santo em Teresina no século XX. Mostram, em certa medida, usos religiosos da cidade e exploram os aspectos identitários e constitutivos de determinadas casas de culto afro-religioso. Algumas dessas produções versam sobre religiões de origem africana no Brasil, alinham conceitos e mapeiam templos religiosos, tecem caracterizações socioeconômicas de um conjunto de casas na cidade ou de frequentadores e

frequentadoras de um espaço específico.

A produção da pós-graduação da UFPI no PPGANT, no PPGEEd, no PPGS e no PPGHB, até o ano de 2019, pode ser assim identificada: o PPGANT é o que mais se destaca em termos de produções acadêmicas quando o assunto é afro-religiosidades. Podemos destacar quatro dissertações que foram defendidas no programa Chagas Filho (2011); Ribeiro (2014); Silva (2014); Souza (2015); Tavares (2017) e Gomes (2019). O trabalho de Chagas Filho (2011) buscou compreender os aspectos da estrutura ritual do Terreiro São Benedito e Vovó Quitéria, localizado na cidade de Parnaíba, litoral do Piauí. O autor propõe-se a verificar processos de operacionalização de alguns ritos denominados “obrigações” e relacioná-los com o encaminhamento do transe de possessão por espíritos, de modo a evidenciar a importância e significados atribuídos por médiuns integrantes da família de santo ao (des)cumprimento das ritualísticas e ao transe. Os terreiros abordados na pesquisa são apresentados, com base em Ferretti (2001), como “terreiros cruzados”, que mesclam elementos da religiosidade Umbanda e do Tambor de Mina.<sup>3</sup>

O estudo da antropóloga Maria do Amparo Ribeiro (2014) tem como objetivo descrever e analisar construções narrativas presentes nos trabalhos de cura com caboclos da umbanda em dois terreiros da zona Norte de Teresina. A autora, por meio de doutrinas entoadas por adeptos e adeptas das religiosidades de matrizes africanas, quando incorporados por guias, em ocasião de trabalhos de curas, examinou as representações terapêuticas religiosas aplicadas às experiências e vivências no trato com o sagrado, a doença e a cura. O antropólogo Robert Wagner Silva (2013) analisa uma casa de culto afro-religioso na cidade de Parnaíba, Piauí, e aborda questões referentes à natureza, tendo como base a concepção de mundo das religiões de matrizes africanas. O autor explora aspectos espaciais do terreiro, buscando entender a ética e a estética dessas religiões na relação entre seres humanos e a natureza, ou entre cultura e natureza.

A pesquisa de Souza (2015) tem como lócus empírico a Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara, localizada no bairro Santa Maria da Codipi, em

---

3 Na cultura popular afro-maranhense, o Tambor de Mina é mais encontrado na capital, São Luís, e se caracteriza pelo predomínio de entidades africanas, voduns e orixás e a inclusão de caboclos. Estes, na maioria, não são de origem ameríndia. Muitos são nobres europeus que se encantaram na mina ou são entidades brasileiras. O nome Tambor de Mina deriva da importância do tambor entre os instrumentos musicais e do forte de São Jorge da Mina, na atual República do Gana, por onde foram importados muitos escravos africanos (FERRETI, 2013, p. 264).

Teresina. A dissertação focaliza em um terreiro específico da zona Norte da cidade com o objetivo de compreender os significados atribuídos por frequentadores da tenda, a rituais e práticas religiosas e de caridade desenvolvidas no lugar. A autora descreve a história do líder religioso da Tenda Espírita Umbandista Santa Bárbara e da fundação do espaço religioso, incluindo o processo de transferência da tenda do bairro Aeroporto para o bairro Santa Maria da Codipi. A autora etnografa o espaço da tenda, suas festividades e analisa o projeto socioassistencial “Casa da Sopa”, organizado e coordenado por membros da tenda. Conclui que o projeto “Casa da Sopa” guarda íntima relação com o ideário de caridade, prática recorrente entre umbandistas, e que contribui para legitimá-los, além de traçar um perfil de seguidores e seguidoras do pai de santo, destacando filhos e filhas de santo, buscadores e buscadoras da religião e da caridade.

A pesquisa de Tavares (2017) teve por objetivo analisar as roupas usadas pelos(as) filhos(as) de santo, tanto as usadas nas cerimônias como as utilizadas para os trabalhos ritualísticos dentro dos terreiros enquanto marcadores identitários dessas religiões. A dissertação foi desenvolvida nos terreiros Ilé Oyà Tade (Umbanda) e Ilé Asè Oloomi Wura (Candomblé), ambos na cidade de Teresina. Gomes (2019) analisa a dança ritual como elemento performático do terreiro Centro Espírita Umbandista Cantinho de Luz. Essa dança é analisada a partir do processo de possessão do filho de santo com o seu guia espiritual, observando sua expressão gestual e o que ela transmite sobre a mitologia desses espíritos ancestrais.

Entre as produções do PPGEd referentes às religiões de matrizes africanas, encontra-se o estudo de Silva (2013). Nessa dissertação, a autora analisa e desvela saberes produzidos em um terreiro de Umbanda de Teresina. Em sua pesquisa, Haldaci Regina Silva (2013) toma a Umbanda e todos os elementos que compõem essa expressão religiosa como fonte de aprendizagem no tocante à disciplina, à responsabilidade, ao compromisso e ao respeito com seres humanos e com a natureza. A autora escreve sobre a história do terreiro investigado, fala de pontos cantados, tambores, ervas, festas e obrigações, como importantes para os processos de ensino-aprendizagem nos terreiros. Ainda no campo da educação, essa autora analisa o espaço educacional formal, pontuando a importância do diálogo entre umbanda e a escola, com ênfase na observância a Lei 10.639, de 2003, que inclui no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. A autora aborda, ainda, o tema da educação popular em comunidades de

terreiros em Teresina.

No PPGHB, as produções científicas sobre religiões de matrizes africanas identificadas foram os trabalhos de Brandim (2012) e Lima (2017). Nesse primeiro estudo, a autora analisa um ritual de umbanda realizado anualmente no Sítio São José, na cidade de Codó, Maranhão, chamado “Obrigação de Dona Constância”. O ritual, iniciado por Constância Alves de Sousa, mãe de santo umbandista, “desde que se entende por gente”, como ressalta a autora, envolve obrigações aos povos das matas, das águas, aos orixás e santos católicos e foi realizado da década de 1980 ao ano de 2008, mesmo com a morte da matriarca. Brandim (2012), usando como aporte metodológico a história oral e a etnografia, analisa a história de vida de Dona Constância, suas relações sociais, sua iniciação nas práticas umbandistas e a constituição da umbanda no território maranhense.

A historiadora Sabrina Lima (2017) buscou enfatizar em sua pesquisa a forma como a umbanda se organizou no Piauí em busca de legitimidade que resultou na criação da primeira federação de umbanda no Estado em 1964. Ainda foi realizada a análise da maneira como a umbanda do Piauí se relacionou com os partidos políticos vigentes no regime civil militar, como interagiu socialmente através da realização de festas públicas em homenagem a santos e orixás e, ainda, o envolvimento de adeptos em situações de criminalidade, como também o modo pelo qual esses aspectos eram retratados pela imprensa no período.

No PPGS temos a produção do trabalho de Carmo (2017), que volta-se ao tema da constituição de territórios sociais de matrizes africanas nos centros urbanos em interface com processos de transformação da paisagem cultural do espaço citadino, tendo como foco lugares e trajetórias dessas religiosidades nas cidades. A pesquisa focalizou Povos de Terreiros da zona Norte de Teresina, Piauí, no âmbito de um processo de intervenções urbanísticas levadas a cabo pelo Programa Lagoas do Norte (PLN), política da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) com financiamento do Banco Mundial que teve início no ano de 2008. A pesquisa buscou apreender os sentidos e significados que vêm sendo produzidos e acionados pelos Povos de Terreiros nas relações com o poder público abrindo para novos questionamentos sobre políticas públicas de intervenção urbanística e os territórios de religiões de matrizes africanas no espaço urbano.

A nossa pesquisa avança em relação às outras já concluídas e resumidas acima por ter como foco as ações e práticas de sujeitos que buscam evitar a

submissão e, em seu fazer cotidiano, exercem papéis de confrontação. Em nosso trabalho, evidenciamos um panorama que não entende os fiéis umbandistas somente sob a ótica da sujeição às normas do poder público, mas como agentes ativos que resistem e que encontram maneiras de viver a partir de sua experiência religiosa e vão incorporando novos sentidos à territorialidade.

Para além disso, apresentamos a partir de relatos dos sujeitos, aos quais buscamos acesso principalmente pelo método da história oral, uma discussão que mostra quais as estratégias adotadas por mães e pais de santo para resistir à institucionalização da religião umbandista e as mudanças urbanas a partir de suas práticas durante a década de 1970. Assim, demonstraremos as formas de permanência adotadas pelas tendas e como essa resistência promove fissuras no modelo de modernidade defendido por algumas forças locais. Além disso, ressaltaremos o protagonismo dos devotos de crenças que possuem uma baixa porcentagem de adeptos nos censos. Portanto, nos interessa aqui refletir e investigar sobre aqueles sujeitos que resistem atribuindo novos sentidos para a história.

Nossa pesquisa se coloca junto à investigação direcionada ao universo religioso dos fiéis de umbanda na cidade de Teresina. Assim, a possibilidade desse tema ocorre a partir da renovação, agora distante no tempo, das pesquisas ocorridas na História a partir da corrente historiográfica da Escola dos Annales nos primeiras décadas do século XX, que apresenta uma renovação de metodologias, abordagens e temas, principalmente na sua terceira fase, também conhecida como História Cultural, que se torna mais presente a partir da década de 1970 (BURKE, 1995, p. 66). O modelo clássico de história das religiões vigente durante século XIX procurava nos dados históricos a confirmação de crenças para o cristianismo ou, ainda, acreditava que a expansão da indústria e progresso da ciência resultaria no desaparecimento da religião (FONSECA, 2009). A partir da Escola dos Annales e com a aproximação com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, por exemplo, os estudiosos passaram a dar mais destaque às experiências religiosas. É devido a essa aproximação com outras áreas do conhecimento que a História passa a se preocupar com as representações e o simbólico e com orientações conceituais e epistemológicas, tendo como alvo principal de seus estudos grupos sociais esquecidos até então. Carlo Ginzburg (1989) aponta a importância de pensar questões periféricas como objetos centrais de investigação, como a vida cotidiana, e que devem ser pensados a partir da busca dos significados de todas as dimensões

da experiência humana.

Seguindo nesse entendimento, concordamos com Geertz (1978, p. 15) ao considerar que os símbolos carregam significados e, por isso, sua noção de cultura é a de uma teia de significados tecidos pelo homem. Essa ideia do homem como ser simbolizante está, para Geertz, relacionada à ideia de racionalidade, pois, como ele mesmo diz, essa perspectiva dá bases ao homem de ser “pesquisador de significados, assim, os símbolos são estratégias para englobar situações, então precisamos dar mais atenção a como as pessoas definem as situações e como fazem para chegar a termos com as mesmas” (GEERTZ, 1978, p. 158). Enfim, a visão de Geertz considera o simbolismo como fator de racionalidade e cultura, já que carrega significados; o simbolismo é referência da humanização da natureza e as formas de apreensões simbólicas podem ser, portanto, ou sagradas ou reflexões sobre o real.

As diversas esferas da vida humana estão contempladas nos estudos sobre religiosidade, visto que se preocupam com traços coletivos e que podem ser expressos a partir de suas práticas. É isso que faz da religião, como afirma Durkheim, algo que não diz respeito, necessariamente e exclusivamente, aos deuses e ao sobrenatural, mas à sociedade. O vivenciar e o fazer religioso, entendidos dessa forma, permeiam os cenários urbanos, tecendo sua presença física e institucional a partir da formação de espaços religiosos. Portanto, aspectos do cotidiano religioso estão no âmbito destes estudos culturais inovadores.

Os santos, em nossa pesquisa, referem-se à representação que os fiéis têm sobre as entidades sagradas da umbanda, que em grande parte dos casos são associadas a nomes de santos católicos. Portanto, entendemos por “santos” aqueles que atuam no intermédio para se alcançar uma graça divina e que assumem lugares de destaque nos ritos oficiais, mas também se fazem presentes na intimidade do lar e das tendas. Concordamos como o historiador André Vauchez (1987) quando observa que o conceito de santidade<sup>4</sup> encontra-se na maior parte das religiões evocando

---

4 Para ver mais sobre o conceito de santidade: GEARY, Patrick. Sacred commodities: the circulation of medieval relics. *In*: APPADURAI, Arjun. **The social life of things**: commodities in cultural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.p. 169-191; JOLLES, André. A legenda. *In*: JOLLES, André. **Formas simples**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 30-59; BOESCH-GAJANO, Sofia. Sainteté. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dictionnaire raisonné de l'occident médiéval**. Paris: Fayard, 1999. p. 1023-1038; CERTEAU, Michel de. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. *In*: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002; VAUCHEZ, André. Santidade. *In*: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa; Porto: Casa da Moeda; Imprensa Nacional, 1987. p. 287-300. (v. 12 Mythos/Logos; Sagrado; Profano);



sempre uma ruptura da condição humana, assim como uma possibilidade de estabelecer uma relação com o divino susceptível de efeitos purificadores. Considerando que em nosso trabalho o conceito de santos aparece apenas sob uma tangente, não sendo esse um dos diálogos principais, não iremos nos alongar sobre esses estudos.

Podemos, ainda, localizar nossa pesquisa a partir do interesse no fenômeno religioso assim como nos ensina Geertz (2001, p. 151), que aponta que esse estudo deve orientar-se para além do pessoal e que não estaciona na questão da “experiência”, mas estão relacionados com os conflitos e dilemas de nossa época. O aporte teórico-metodológico que usamos entende que o fenômeno religioso se constitui em um trânsito que se dá pelas esferas sociais que compõem a vida em comunidade articulando sentidos e mobilizando disposições, que terão influência na vida privada e na vida pública dos sujeitos religiosos.

Dessa forma, essa pesquisa volta o olhar para um grupo social (fiéis umbandistas) em sua relação com a cidade na qual a sua população era majoritariamente pertencente à religião católica. O esforço analítico é no sentido de propor que a experiência religiosa desse grupo possa ser realizada a partir da proximidade e da identificação mais do que em distanciamento científico e neutralidade.

Ao propor o estudo da religiosidade umbandista em Teresina, é preciso recordar que existem elementos que perpassam esse objeto onde os discursos produzidos estão inscritos em um corpo social que visa localizar e estabelecer sua relação com o espaço público da cidade e as disputas em torno de seu espaço:

[...] o espaço físico são elementos constitutivos da vida dos moradores da cidade. Verifica-se a relação dos habitantes com as configurações físicas e imaginárias e reflete-se sobre como constroem, ocupam, usam e disputam lugares, dando sentido a eles projetando sonhos, vivendo carências no alinhavar de uma trama de costumes, tradições, crenças, hábitos, códigos, normas, políticas, condições do lugar, rotinas e memórias inscritas no traçado, na paisagem da cidade e no imaginário dos moradores (NASCIMENTO, 2007, p. 35).

Nessa perspectiva, a cidade é entendida como um produto social, cultural, além de material, que pode, aos poucos, ser construída e reconstruída a partir da ação humana e de acordo com as condições sociais e históricas. Assim, como afirma Henri

Lefebvre (2001), prevalece a lógica da apropriação dos espaços pelos grupos de forma a transformá-los para satisfazer suas necessidades e possibilidades. Logo, a elite pensa primeiro em suas necessidades, gerando em decorrência desse fato uma série de exclusões de outros grupos sociais.

Na sequência, iremos analisar o contexto político e econômico brasileiro durante o período do regime civil militar para avaliar os impactos na realidade da cidade de Teresina. O projeto nacionalista e desenvolvimentista iniciado com o regime civil militar no Brasil teve impacto sob Teresina a partir da década de 1970, com as ações adotadas pelos gestores públicos que se preocupavam em imprimir ares de modernidade à capital a partir de um remodelamento arquitetônico e urbanístico. Muitos periódicos que circulavam nesse momento caracterizavam a cidade como uma imagem de vergonha para os teresinenses a nível nacional por seu aspecto rural, cercado por casebres, onde a maioria dos habitantes que ocupavam esses espaços não eram desejados pela elite local.

As intervenções das autoridades no espaço urbano, sob todas as justificativas possíveis, são eventos bastante comuns no cenário brasileiro e que vêm acontecendo há bastante tempo. A perspectiva surgida no início do século XX, segundo o historiador Sidney Chalhoub (1996), de que as cidades deveriam ser administradas sob a tutela de uma “gestão científica”, sempre escolheu cuidadosamente os seus beneficiários.

Os conflitos que surgiram no Brasil a partir das transformações sociais foram decorrentes das medidas pela elite intelectual e política, por meio de seus representantes tendo como base saberes divulgados por médicos sanitaristas e urbanistas, que responsabilizaram as classes com menos prestígio social pelas mazelas dos grandes centros urbanos, acusando-os de agirem de forma incivilizada. Iniciou-se, assim, uma franca repressão aos costumes populares e outras designações religiosas não identificadas com o catolicismo, mais explicitamente observável através da perseguição e proibição dos ritos associados à influência dos africanos que significavam, para as autoridades, uma ameaça permanente à ordem, à segurança e à moralidade pública (SILVA, 2008, p. 55).

O foco daqueles saberes foi direcionado aos setores perigosos. Nessa classificação, os terreiros de umbanda se encaixaram, uma vez que suas práticas cotidianas não estão de acordo com as práticas hegemônicas da burguesia católica da cidade. Seguindo esse exemplo, como nos fala Alcides Nascimento, em Teresina

nas primeiras décadas do século XX, apesar de haver diversos grupos, com múltiplas demandas no âmbito da cidade, os discursos que eram veiculados reduziam esse espaço as práticas consideradas hegemônicas. Sobre esses discursos o autor explica que “Neles é privilegiada a cidade projetada, desejada e desejável, expressa tanto pelos administradores quanto pelos cronistas que atuavam nos seus principais jornais” (NASCIMENTO, 2007, p. 196).

Na constituição do espaço urbano pautado no privilegio de alguns grupos em detrimento de outros, as vozes, desejos ou demandas desses últimos não são considerados. A cidade construída e pautada nos valores hegemônicos relega espaços diferenciados para os grupos que não se identificam com essas práticas.

Roger Chartier (2002) ajuda-nos a compreender as relações tecidas entre os habitantes da cidade e as suas representações sociais. A partir daí, podemos entender que as representações dos fiéis de terreiros estudados são construídas e elaboradas a partir de um contexto social localizado e que permite que esses sujeitos vivenciem as suas experiências religiosas no espaço público de diferentes formas. A imprensa escrita e o poder público exibem suas elaborações sobre o “outro”, no caso os fiéis umbandistas, ao passo que estabelecem uma relação de poder no contexto urbano. Contudo, esses mesmos fiéis umbandistas elaboram seus conceitos sobre a sua própria imagem enquanto habitantes e construtores da cidade. Isso possibilita reconstruir as redes de sociabilidades e negociações que foram criadas e (re)criadas em torno dessas tendas com o objetivo de garantir suas práticas religiosas, chegando, em alguns casos, até mesmo a contribuir com o processo de ampliação da área habitável onde se fixava, nas áreas geográficas mais distantes do poder público.

Assim, de acordo com Certeau (1994), o estudo dos usos e práticas do espaço da cidade nos permite entender como seus habitantes se apropriam, ao seu modo, dos códigos e dos lugares que lhes são impostos, subvertendo as regras e compondo formas próprias de se inserir na cidade. Baseado nisso, buscaremos entender como os fiéis umbandistas da capital foram transformando os espaços físicos, ressignificando os lugares simbólicos, dentro das áreas não pensadas pelas instâncias oficiais, construindo suas próprias habitações, (re)configurando a cidade, o bairro. Este, por sua vez, enquanto espaço público, constitui-se como produto das relações sociais, do convívio de “engajamento” entre parceiros (vizinhos, comerciantes), pessoas ligadas umas às outras pela proximidade e pela relação de convivência.

A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente consistindo ao mesmo tempo em inclusão e exclusão: ela identifica o grupo e o distingue de outros grupos, consistindo, assim, em uma dicotomização nós/eles. Como afirma Barth (2000), a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. A identidade é compreendida como motivo de lutas e é problemática. Segundo Cucho (1999), cabe ao pesquisador explicar os processos de identificação sem julgá-los, além de elucidar as lógicas sociais que levam os indivíduos e os grupos a identificar, a rotular, a categorizar, a classificar e a fazê-lo de uma certa maneira ao invés de outra. Partindo desses pressupostos, nossa pesquisa irá analisar os diferentes marcadores identitários acionados pelos fiéis umbandistas nas tendas estudadas durante o processo de urbanização da cidade de Teresina. Assim, entendemos que não existe identidade cultural em si mesma, afeita a essências, fixa e hermética, mas sim que se trata de uma construção social.

Nesta perspectiva, a pesquisa busca uma aproximação das interpretações históricas com outras áreas do conhecimento, tendo um viés interdisciplinar e seguindo uma das exigências para o trabalho do historiador citadas por Chartier (2002), que afirma que a história deve travar um diálogo com outros questionamentos – filosóficos, sociológicos, literários – e que somente assim poderá inventar questões novas e forjar instrumentos de compreensão mais rigoroso.

Em nosso estudo, estamos sendo remetidos ao desafio de ligar a modernidade aos nossos objetos e entender como eles se comportam diante de novas dinâmicas aos quais são expostos. Durante a pesquisa, utilizamos um conjunto de fontes que vão desde dados – tendo como base estudos realizados pelo IBGE, matérias que circularam na cidade durante o período em recorte, publicações do Diário Oficial do Estado do Piauí, – a História Oral, para nos aproximar das memórias construídas a partir dos depoimentos dos fiéis de terreiros em Teresina. Ainda tivemos acesso ao Mapeamento das Comunidades de Terreiro de Teresina, que teve sua publicação no ano de 2010, a partir de mídia digital disponibilizada via e-mail pelo Coordenador Estadual de Políticas para os Povos de Comunidades Tradicional, Rondinele Santos.

A partir da análise dos Diários Oficiais do Estado, foi possível consultar os estatutos e os registros dos terreiros como pessoas jurídicas nos cartórios, onde se apresenta de forma resumida suas principais informações. Esses estatutos tiveram

um maior número de publicações entre os anos de 1971 e 1978, período em que foi registrado a maior movimentação de tendas, terreiros e centros em busca de registros oficiais e reconhecimento institucional. Nos Diários Oficiais podemos constatar a publicação dos extratos dos estatutos dos terreiros que traziam também informações como a data da sua fundação, o endereço, a filiação, a federação e, ainda, o nome do pai/mãe de santo responsável. Nesse período, esses registros eram a garantia de legalidade desses espaços religiosos, o que evitaria a perseguição da polícia. Em contrapartida, presumimos que muitos terreiros deixaram de ter suas informações publicadas com o receio de mesmo assim sofrer perseguições, o que nos ajuda a entender a condição de invisibilização vivenciada por muitos desses espaços.

Tendo como suporte os jornais, podemos ter acesso às concepções de diversos grupos sociais que constituem uma comunidade e sua visão sobre as transformações ocorridas na cidade. Destacamos, também, que essas fontes mostram como as tendas de umbanda são percebidas pelo poder municipal e estadual e pelos veiculadores de informações dos períodos analisados. Usamos o método de varredura dos jornais **O Dia** e **O Estado**. Fundado em Teresina por Raimundo Leão Monteiro em 1 de fevereiro de 1951 e inicialmente tem suas publicações às quintas-feiras e aos domingos, o jornal **O Dia**, em sua origem, ostentava o slogan “Órgão independente, político e noticioso”, fato que muda quando em 1963 é comprado pelo Coronel Otávio Miranda e passa a ter como lema: “Se *O Dia* disse, a notícia existe”. Foi no contexto do regime civil militar que esse jornal passou a publicar matérias elogiando a administração desenvolvimentista adota pelo governo do Estado do Piauí.

Na década de 1970, a imprensa escrita do estado do Piauí passou por um processo de modernização financiado principalmente pelo executivo estadual. Foi nesse momento que houve a abertura de novos jornais diários e semanais, entre eles **O Estado**, fundado em Teresina em 25 de março de 1970 tendo como seu diretor Helder Feitosa Cavalcante. Segundo Monte (2001), **O Dia** e **O Estado**, juntamente com outros veículos de comunicação impressa, formavam nesse período o que se chamava de “grande imprensa” e trabalhavam para fomentar na opinião pública uma euforia que estaria sendo provocada pelas transformações processadas na década de 1970, nos diversos níveis da vida social, associando-as às ações empreendidas pelo governador do estado Alberto Silva.

Analisando os exemplares de **O Dia** do ano de 1972, verificamos um número de 3 notícias relacionadas à umbanda; no ano de 1973 esse número passa para 12,

em 1974 para 6 e nos anos de 1975 e 1976 notamos um aumento significativo registrando 14 e 17 notícias relacionadas a esta religião, respectivamente. Nos exemplares de **O Estado** podemos mapear, no ano de 1972, 4 notícias sobre a umbanda; em 1973, encontramos 7 e, em 1974, 4 notícias. Os anos de 1975, 1976 e 1977 passaram por um incremento nos números de matérias que citavam a umbanda, apresentando 17, 15 e 19 notícias, respectivamente.

Sobre as matérias encontradas nos jornais analisados, podemos inferir que as notícias se ocupavam de anunciar as festas umbandistas que seriam realizadas em Teresina e coordenadas pela federação; outras registravam a presença dos umbandistas nas comemorações folclóricas do Estado. Levantamos a hipótese de que nos primeiros anos da década de 1970 foram registradas poucas matérias sobre a umbanda nos jornais pois ainda estava em curso o processo de inserção social e política dessa religião na sociedade teresinense. O maior volume de notícias relacionadas à umbanda se encontram nos anos de 1975 a 1977, quando se intensificam as disputas políticas pela federação umbandista.

Nesse contexto, a partir do exercício de historicização da fonte, teremos contato com o ponto de vista de atores sociais privilegiados da cidade que a traduzem em discursos que enaltecem a modernização que se opera:

Com poucos meses de administração, já sentimos algo novo, as ruas da cidade respiram ares de motivação e otimismo, as chacotas pararam no Sul do país [...] E todos os piauienses, de norte a sul, estão convictos que a nova imagem do Piauí terá que ser criada nas ruas através do progresso urbanístico de Teresina.<sup>5</sup>

Através da produção dos diversos atores sociais, será possível ainda ler, analisar práticas e representações da cidade elaboradas pelas elites e pelo poder público, assim como entender no cotidiano da cidade, as imagens constituídas sobre os fiéis umbandistas.

Nessa pesquisa, partimos do pressuposto de que os jornais devem ser utilizados pelo historiador sendo entendidos como um transmissor parcial (fontes lapidadas) dos acontecimentos e carregados de subjetividade em suas informações. Portanto, a vida social e a opinião pública estão sujeitas à intervenção dessas notícias, que são oriundas do processo de fabricação, restando ao historiador imergir na relação que estabelecem em seu meio, num diálogo entre as múltiplas personagens

---

5 O ESTADO. Teresina, ano 20, p. 7, 15-16 ago. 1971.

que atuaram e atuam, direta ou indiretamente, na imprensa:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação (LUCA, 2005, p. 141).

Ao propor esse estudo, interessa-nos mostrar o protagonismo dos sujeitos (fiéis umbandistas) em suas novas formas de resistir frente aos dispositivos criados por uma sociedade moderna e urbanizada, mas que não usam as mesmas matrizes de pensamento racionalizador para pautar suas práticas cotidianas. Assim, a História Oral auxilia na constituição de fontes tendo como fundamento o contato com pessoas que vivenciaram e experienciaram acontecimentos do passado na condição de testemunhas a partir do qual as experiências narradas pelos entrevistados possibilitarão ao historiador aproximar-se do cotidiano dessas pessoas, que elaboram o seu ponto de vista a partir de sua experiência. Em alguns aspectos cotidianos, talvez possamos encontrar uma maior proximidade com a objetividade; em outros, não. Durante a pesquisa, produzimos um diário de campo no qual registramos relatos sobre o momento das visitas e as impressões geradas durante as entrevistas, além de descrições sobre os desafios encontrados no momento da aproximação com os sujeitos.

Segundo Weber (1996), em um dado período a ocultação da identidade dos depoentes era fator responsável por distinguir a Antropologia da História Oral. Dentre os muitos desafios enfrentados pelo pesquisador que utiliza a história oral como procedimento metodológico está o nível de autorização das entrevistas realizadas. Em certa medida, muitos pesquisadores passaram a utilizar a “Carta de Cessão” ou “Termo de Doação”, que prevê a autorização do uso da entrevista em seus trabalhos. Porém, em alguns casos, esses termos podem vir a configurar como mais um elemento constrangedor dentro da relação entrevistador e entrevistado, já tão marcada pelas diferenças (WEBER, 1996, p. 175). Em nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de conversar com quatro informantes, dentre os quais uma optou por não ter sua entrevista gravada e os outros aceitaram a gravação, mesmo sem o intermédio do termo a que nos referimos anteriormente. Dessa forma, optamos pela substituição do nome daquela que não autorizou a gravação de seu relato, porém mantemos a descrição de sua função dentro do terreiro.

Para tanto, iniciamos o percurso de tentativas de realização de entrevistas com alguns membros de terreiros que tiveram sua formação na década de 1970 e que ainda estão em funcionamento na cidade de Teresina. Durante esse período tivemos muitas dificuldades ao tentar entrar em contato com membros de alguns terreiros da cidade dispostos a colaborar com a pesquisa, o que nos mostra uma certa resistência, que entendemos também como uma estratégia de preservação da história e dos rituais e práticas do culto religioso por parte dessas pessoas.

Ao dar início a essa pesquisa, compreendemos estar entrando em contato com grupos de sujeitos que entendem, em sua maioria, que o trabalho dos pesquisadores devem ser visto com cautela. Além disso, a busca por possíveis informantes esbarrou na limitação de acesso, que se torna nesse caso também um problema de localização, em que precisamos investir em “agências de contato”, pessoas ou instituições que atuam como intermediários e auxiliam na localização de sujeitos que não estão agrupados em um mesmo lugar ou moradia e que podem contribuir como informantes para as pesquisas (WEBER, 1996, p. 168). Assim, os informantes que tivemos contato foram frutos de buscas na lista de terreiros do Mapeamento das Comunidades de Terreiros de Teresina, além de informações prestadas por outros pesquisadores de religiões afro-brasileiras da capital. Em alguns casos, tivemos confirmações de entrevistas por meio de áudios do aplicativo de troca de mensagens WhatsApp, o que simboliza que os contatos com pessoas vinculadas à práticas religiosas bem tradicionais podem se dar por meio de recursos modernos.

Partimos, assim, do entendimento de que a história oral, a partir de Portelli (2001), para grupos que possuem uma lógica interna própria, é muito mais que uma metodologia participativa ou de ação; é um exercício coletivo de desalienação para o investigador, que deve estar atento à elaboração do entrevistado sobre as suas histórias e vivências. Ao respeitar o processo de elaboração dos sujeitos, os investigadores passam a propor uma sistematização que parte de uma síntese dialética entre dois ou mais polos ativos de reflexão e conceitualização que refletem juntos sobre a sua experiência e sobre a visão que cada um tem do outro em uma relação sujeito-sujeito.

É por meio dessa diversidade de falas e interpretações que buscaremos nos aproximar do cotidiano dessas pessoas, na tentativa de compreender os significados e as ressignificações atribuídas aos espaços físicos e os lugares simbólicos ocupados por esses sujeitos na cidade, tendo por base suas trajetórias de vidas, enquanto



moradores de Teresina durante a década de 1970.

Para Michel de Certeau (1982), é a partir dos interesses da instituição que a História enquanto uma disciplina vai se organizar. O fazer História é uma prática mediatizada pela técnica, em que se busca transformar documentos em objetos, tentando compreendê-los a partir de sua localização material e do método utilizado em sua análise. Assim, a atividade de pesquisa histórica está inserida em um lugar no qual, de acordo com os seus interesses, o historiador definirá o que pode vir a ser feito e o que não é permitido ser realizado.

Portanto, as fontes que estamos utilizando passam por critérios de avaliação e são utilizadas de forma não hierarquizadas e a partir de uma perspectiva dialógica, buscando sempre revelar suas potencialidades e seus limites na tarefa de evidenciar o processo histórico que será estudado. Adianto ser intenção evidenciar a diversidade das falas e discursos sobre os acontecimentos vivenciados pelos sujeitos da pesquisa em uma temporalidade e espacialidade específica.

No capítulo intitulado “Umbanda e urbanização: História e memória sobre os lugares”, fizemos um apanhado histórico sobre as primeiras práticas religiosas de matrizes africanas e os primeiros anos da umbanda em Teresina com a intenção de negar a perspectiva dogmática e essencialista criada em torno dessa religião. Foi possível, ainda, apresentar algumas características rituais e práticas da umbanda observando as dinâmicas da diferença e de individualização características das tendas. Dissertamos também como traços da religiosidade umbandista a nível nacional foram capazes de influenciar a umbanda no Piauí. Além disso, descrevemos como a história da religiosidade umbandista foi fruto do contexto social e político da época, não se tornando importante marcar uma origem comum para a religião, mas lembrar a possibilidade dos vários começos. Para tanto, nos dedicamos à pesquisa bibliográfica, além de analisarmos Diários Oficiais do Estado do Piauí, matérias de jornais que circulavam diariamente em Teresina na década de 1970 e Mapeamento das Comunidades de Terreiros de Teresina.

O capítulo seguinte, intitulado “As federações e as tendas: processo de legitimação e afetação de tendas de umbanda em Teresina”, busca entender como as ações instituídas pelas federações de umbanda em busca de legitimação junto à sociedade moderna afetaram as tendas de umbanda estudadas. Nesta parte do texto trazemos uma discussão sobre como as lideranças umbandistas lançam mão de elementos caros à legitimação racional e à burocratização para a formação das

federações de umbanda no Piauí seguindo uma tendência nacional. O capítulo disserta, também, sobre as disputas políticas pela presidência da federação de umbanda piauiense durante a década de 1970 e como essas instituições exercem o papel de mediadores políticos. Ao final, analisamos, a partir de entrevistas realizadas com pais e mães de santo das tendas estudadas, como esse grupo foi afetado frente à institucionalização e as disputas políticas existentes nesse período e como negociam sua autonomia e sobrevivência no espaço público da cidade.

Em “Modificações no espaço urbano e os lugares ocupados pelas tendas de umbanda em Teresina”, demonstramos a atmosfera socioeconômica e política na qual o país estava inserido durante a década de 1970 apresentando como obras de infraestrutura oriundas do investimento de capital estrangeiro fizeram parte da estratégia de modernização e urbanização dos espaços públicos por parte dos governos militares nesse período. Além disso, realizamos a descrição da evolução urbana de Teresina a partir do surgimento de novos bairros e novas áreas habitadas expandindo o núcleo urbano da cidade. Este capítulo também visa discutir de que forma o surgimento de novos bairros e ocupações nas franjas da cidade resultaram na formação de novas tendas de umbanda e de que forma o cotidiano desses sujeitos foram afetados por essas modificações. Na construção deste capítulo, foi realizado o levantamento, a catalogação e a análise de matérias de jornais que circulavam na cidade a partir de 1970 (**O Estado** e **O Dia**), onde encontraremos relatos sobre as principais obras públicas empreendidas pelo poder estadual e municipal durante esse período e como os veículos de comunicação noticiavam essas ações, além do uso da história oral a partir das entrevistas realizadas com pais/mães e filhos(as) de santo que mostram as vivências e memórias em torno do processo de ocupação de novas áreas da cidade e sobre os significados que foram sendo construídos e adaptados sobre essas áreas.

## 2 UMBANDA E URBANIZAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA SOBRE OS LUGARES

Por algum tempo as religiões foram entendidas como um sistema com uma lógica própria que isentava os estudiosos de tratá-la juntamente a outros elementos como a vida social, a economia, a política, dentre outros. Em nossa pesquisa, priorizamos seguir a linha orientada por Montero (1999, p. 331) quando essa autora entende os fenômenos religiosos como via de acesso à compreensão da sociedade brasileira. Dessa forma, partimos do pressuposto de que todos os elementos sociais se encontram imbricados no cotidiano dos sujeitos e dizem respeito à sua experiência, mas não somente a isso. Concordamos, assim, com Geertz (2001, p. 164), que orienta uma preocupação com as questões religiosas e as identidades religiosas como se elas estivessem em movimento seguindo em direção ao centro da vida social, política e econômica. Nesse sentido, essas questões e identidades estariam cercadas pela variedade da experiência religiosa e não podem ser uniformemente descritas.

Seguindo nessa trilha, buscamos em nossa pesquisa nos afastar da ideia que entende as religiões como totalidades culturais e que as enxerga como identidades únicas e herméticas, sendo nosso interesse inicialmente mostrar o que salta ao discurso oficial sobre a origem da umbanda no Piauí a partir da análise de sua composição múltipla. A religiosidade umbandista é composta a partir de uma síntese: ela causa estranhamento, promove a elaboração e a reelaboração de novos sentidos. O seu processo de constituição age nas fronteiras, incorporando traços de outros cultos e religiões como: kardecismo, cristianismo, crenças indígenas e africanas. A mistura entre esses diversos traços compõem a umbanda e a coloca na contramão da ênfase na pureza e no essencialismo.

Entendendo a religião relacionada com a cultura, ressaltamos a consideração de Peter Burke em sua obra **Cultura popular na Idade Moderna** (1989) que nos fala que a cultura é um sistema com limites muito indefinidos. O historiador comenta, ainda, uma das maiores contribuições de Roger Chartier ao discutir *hábitos culturais populares*:

É ter essa indefinição em mente e assim considerar que não faz sentido a busca pela identificação do que venha a ser cultura popular levando em consideração apenas a distribuição de objetos culturais, porque esses objetos são usados ou *apropriados* para as suas próprias finalidades, que podem ser múltiplas e que podem ocorrer por diferentes grupos sociais (BURKE, 1989, p. 15).

Entendemos, assim, que, seguindo o pressuposto da religião estar atrelada à

cultura, também na umbanda não devemos limitar a experiência religiosa a uma forma única de uso de seus objetos culturais. Portanto, devemos considerar as adaptações e os usos que os grupos de sujeitos dão aos elementos religiosos em sua prática e vivência cotidiana, levando em conta as diferentes matrizes culturais que compõem essa religião.

A umbanda expressa a sua pluralidade ritual e litúrgica a partir das influências que recebe de outras matrizes religiosas e os terreiros são entendidos como “o único e principal fundamento de sua liturgia, de suas crenças, não tendo nada acima que a normatize em uma instância superior” (LEITE, 2018, p. 32). Portanto, mesmo os terreiros que mantêm vínculos formais com as federações de umbanda “não frequentam as sedes da federação à procura de orientação ético-doutrinária e ritual. Pelo contrário, são zelosos de suas prerrogativas, afirmando que a linha do trabalho é do pai de santo” (NEGRÃO; CONCONE, 1985, p. 75).

No entanto, apesar da diversidade em sua composição religiosa e na possibilidade de adaptações nas práticas e rituais nos terreiros, é possível considerar alguns elementos que são capazes de identificar a religiosidade umbandista. Concordamos com Patrícia Birman (1985, p. 26) quando a autora afirma que mesmo havendo diferenças sensíveis entre os terreiros no modo de se praticar a religião, “elas se dão em um nível que não impede a existência de uma crença comum e de alguns princípios que são respeitados por todos”.

Para Leite (2018, p. 48), existe o “reconhecimento de fronteiras capazes de demarcar se uma prática religiosa está ligada ou não à umbanda”. O autor comenta que para um terreiro ser considerado de umbanda ele deve praticar o processo de incorporação espiritual, realizar atendimentos e reconhecer a existência e, em alguns casos, cultuar guias e entidades consideradas tradicionais como Pretos Velhos, Exus, Caboclos e Crianças, cada um com suas características (LEITE, 2018, p. 48-49).

Consideramos que a religião transcende a barreira do individual e da experiência para fazer parte do social (GEERTZ, 2001, p. 156). Entendemos que é nesse transitar que se formam as novas condutas religiosas. Assim, os fiéis umbandistas formam um grupo social que é reforçado pelos laços da religião e, em alguns casos, da etnicidade. Porém a etnicidade não constitui uma condição primeira para que os sujeitos possam aderir à religião umbandista. A etnicidade aqui relaciona-se à ancestralidade, que é acionada por alguns desses espaços na construção de sua identidade. A religião pode ser entendida como um reforço da identidade e como um

sistema permeável: “Não existem grupos portadores de uma cultura sistemática, e a classificação de pessoas e de grupos locais como membros de um grupo étnico não devem necessariamente depender da presença de traços culturais particulares” (BARTH, 2000, p. 29).

Os espaços onde a religiosidade umbandista é praticada possui diversas nomenclaturas, tais como: terreiros, tendas, congás, mesas e outros. Neste trabalho, ao nos referirmos aos registros oficiais desses espaços religiosos, adotamos a denominação “tendas”, nomenclatura encontrada entre os registros desses espaços religiosos em Teresina. No entanto, em alguns relatos orais de umbandistas entrevistados, a expressão utilizada será “terreiros”. Segundo Negrão (1993, p. 114), “são essas as instâncias criativas do culto, lócus da construção mítica e ritual, onde a umbanda é vivida em seu cotidiano encantado de crenças e práticas mágicas, voltado para as necessidades de seu público interno”. Portanto, entendendo a variedade da experiência religiosa, não podemos tentar descrever ou classificar as tendas umbandistas, suas práticas e rituais de maneira uniforme, pois as identidades são múltiplas e estão em constante transformação.

Burke (1989, p. 17) utiliza como exemplo as diferentes nuances em torno do termo cultura ao longo dos anos para considerar que determinados aspectos da vida social e material dos grupos vão mudando ao longo dos tempos e que isso sugere também uma mudança de valores. Entendemos, assim, que à medida que mudam as relações entre os grupos, mudam os interesses e a forma como se apropriam das práticas e do conjunto de valores e símbolos. Este autor afirma, ainda, que “as mudanças culturais passam por mudanças nas atitudes, nas concepções e nos interesses dos grupos e dos sujeitos que ocorrem ao longo dos anos e que esse não é um processo estático” (BURKE, 1989, p. 16). Essas mudanças são responsáveis por influenciar o cotidiano, as representações e o saber fazer desses sujeitos. Dito isso, discutiremos como se deu o processo de constituição da religiosidade umbandista em Teresina a partir de um movimento de integração com outras práticas religiosas, considerando o conceito de mudança cultural.

## 2.1 ANOTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS RELIGIOSAS DE MATRIZES AFRICANAS EM TERESINA

É fundamental para entender as configurações culturais, identitárias e territoriais das religiosidades de matrizes africanas e de seus praticantes nos dias

atuais que encaremos o desafio de conhecer os seus caminhos e trilhas no território teresinense, para assim nos aproximarmos de suas origens e linhagens. Neste âmbito, conhecer os fundadores e/ou fundadoras das religiões afro-brasileiras na cidade, assim como suas tradições e ancestralidades religiosas, ajuda a refletir sobre a trajetória histórica/cultural dos fiéis de umbanda em Teresina.

As informações sobre o povoamento da cidade de Teresina dão conta das transformações que seu espaço sofreu ao longo dos anos, como se pode observar nos estudos de Chaves (1952; 1998), Cavalcante e Souza (2005), Silva (2008), Solimar Lima (2014) e Sabrina Lima (2017). Mergulhando mais fundo na história das culturas religiosas afro-brasileiras na cidade, a historiografia nos leva ao final do século XVIII quando “o pontal formado pelo encontro dos rios Parnaíba e Poti era referência segura para descanso” (LIMA, 2014, p. 14) de viajantes e tropas que seguiam cortando os sertões, indo ou voltando da capitania do Maranhão para o Piauí, em direção a alguma vila ou a muitas fazendas, localizadas ao longo do Parnaíba<sup>6</sup> (LIMA, 2014, p.15). Os registros históricos sobre a Barra do Poti descrevem essa região como um local de natureza exuberante, aprazível, com terrenos saudáveis e férteis, em posição vantajosa sobre as margens do Parnaíba e Poti (CHAVES, 1998)<sup>7</sup> como podemos constatar na Figura 1.

Chaves (1998) lembra que no final do século XVII habitavam nesta região, nas proximidades do rio Parnaíba, diversos povos indígenas, dentre eles, os Potis,<sup>8</sup> reconhecidos por alguns povos de terreiros teresinenses como os “verdadeiros donos daquela terra”. Os “caboclos de pena”,<sup>9</sup> como são chamados os espíritos desses

---

6 Teresina começou a ser povoada no século XVII por Domingos Jorge Velho e um grupo de bandeirantes que estabeleceram uma feitoria e um criatório de gado. Em 1797 foi erguida a Igreja de Nossa Senhora do Amparo e sua fundação foi oficializada em 16 de agosto de 1852. Com um projeto de criação inovador elaborado por José Antônio Saraiva, Teresina tornou-se a capital da província por sua localização mais central, bem como pela navegabilidade dos dois rios que a cortam, Poti e Parnaíba, que ajudaram no comércio de produtos com as regiões mais próximas. O nome foi uma homenagem à imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon (TERESINA, 2019).

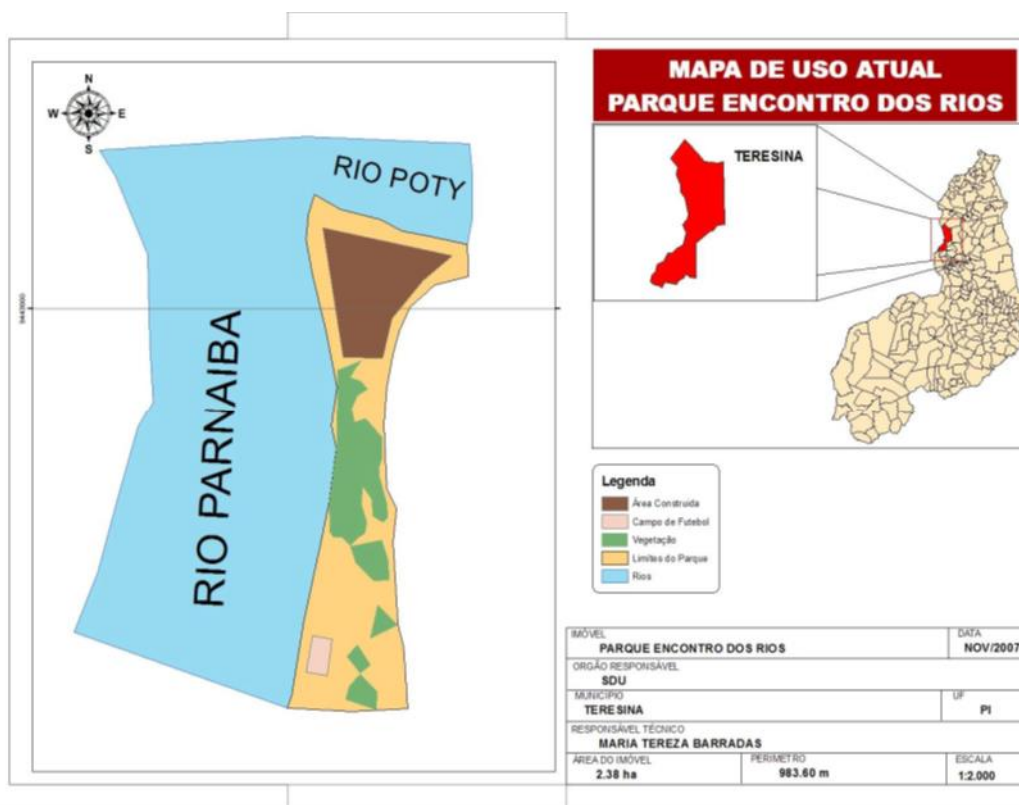
7 A Barra do Poti, por estar localizada em porções de terras próximas à confluência de dois rios, na área de extravasão de águas, durante os invernos rigorosos, era constantemente assolada por inundações. Assim, em alguns momentos na literatura piauiense/teresinense, esta região, onde se concentram os primeiros núcleos de povoação do estado, aparece como um lugar insalubre, sujeito a enchentes e a febres intermitentes e caudalosas (CHAVES, 1998).

8 Conhecidos por sua bravura e notória habilidade na pesca, esse povo, conforme Chaves (1998), dominou quase totalmente a região da Barra do Poti, resistindo a ataques dos exploradores que invadiam seu território.

9 De acordo com Silva (2005), os caboclos, além de representarem os espíritos de indígenas que já morreram e voltaram para a terra como encantados, neste caso, chamados de “caboclos de pena”, dentre outros motivos, porque usam na cabeça um cocar de penas, artefato tipicamente indígena,

povos em religiões de matrizes africanas, cuidavam de viajantes e de animais que chegavam exaustos e feridos naquelas paragens (LIMA, 2014, p. 18). Por um longo tempo, os povos indígenas Potis dominaram quase totalmente a região da Barra do Pontal, resistindo a ataques constantes dos colonizadores/exploradores. Durante o processo expansionista, de descobertas e de povoamento, colonizadores realizavam extermínio de indígenas, aniquilando-os e expulsando-os de seus territórios, apropriando-se de suas terras e povoavam-nas a seu modo. Muitos desses povos resistiram e muitos foram rendidos, passando a conviver com o colonizador. Na visão de Chaves, é a partir daí que se notam as fusões étnico/cultural do povo piauiense e brasileiro (1998, p. 15).

Figura 1 – Localização da região do encontro dos rios Parnaíba e Poti que atualmente abriga o Parque Encontro dos Rios, em Teresina



Fonte: VIEIRA; SILVA (2017, p. 9).

De acordo com Solimar Lima (2014, p.15), na região da Barra do Pontal

---

também são considerados representantes da população multiétnica, proveniente de cruzamentos entre o homem branco e a índia. Os caboclos também podem ser antigos homens do sertão, roceiros, com hábitos rurais. Esses são chamados de “boiadeiros”, vestem chapéu de couro e dançam segurando um laço, a imitar o gesto de laçar o gado. Os “boiadeiros”, em razão do seu contato com populações urbanizadas, já descaracterizaram hábitos e costumes originais da aldeia.

também existia a presença de populações negras, escravizadas e fugitivas. O historiador afirma, ainda, que, no século XVIII, na área do encontro dos rios Parnaíba e Poti, escondido entre as matas, às margens do rio Poti, havia um mocambo de escravizados e escravizadas que resistiram por muitos anos à perseguição de senhores e fazendeiros da região. Negros e negras de diferentes nações e partes do Piauí, ao longo do tempo, teriam fugido/migrado para o Pontal, abrigo-se no mocambo e construído uma comunidade. Entretanto, em julho de 1779, “a resistência negra sangrará no Pontal da Barra do Poti” (LIMA, 2014, p. 15). O mocambo, embora fortalecido, não resistiu ao confronto com os militares, o que resultou na morte de negros e negras que tinham o lugar como referência de proteção e abrigo.

A proximidade com os rios Poti e Parnaíba, com as estradas que se ligavam a Oeiras,<sup>10</sup> a localização no centro do Estado e a proximidade a Parnaíba<sup>11</sup> fez com que a região da Barra do Poti se transformasse em um local propício à povoação. Aos poucos, famílias foram se estabelecendo na região, fixando fazendas de gados. Chaves (1998) recorda que em fins do século XVIII já existiam, na região do Poti, algumas casas. Ao longo dos anos, a povoação foi crescendo e logo um aglomerado de pessoas passou a habitar a região, em sua maioria, vaqueiros, pescadores, canoieiros, plantadores de fumo e mandioca, que viviam “em função das necessidades dos viajantes e do que a natureza poderia oferecer” (LIMA, 2014, p. 15).

Em 1832, a Barra do Poti foi elevada à categoria de Vila. Foi somente em 1850, durante a visita de José Antônio Saraiva, presidente da Província do Piauí, à Vila do Poti, que foi decretada a transferência desta para um lugar mais seguro e salubre: “A nova Vila ficaria a uma légua da Barra do Poti, passaria a se chamar Vila Nova do Poti, e abrigaria os negócios administrativos do estado, até então província do império brasileiro” (CHAVES, 1998, p. 163). Em 16 de agosto de 1852, naquela região, foi fundada a cidade de Teresina, que passou a ser a capital da Província do Piauí.

De acordo com o Recenseamento Geral do Império, em 1872, Teresina “possuía uma população negra correspondente a 71% dos seus habitantes” (SILVA, 2008, p. 13), sendo a sociedade piauiense desse período formada em sua maioria por povos negros, libertos e/ou escravizados. Em seus anos iniciais, Teresina era, então, como relembra Mairton Silva, uma capital com uma “população de características

---

10 Primeira capital do Piauí.

11 Cidade localizada no extremo norte do Piauí.



muito distantes dos padrões considerados típicos da cultura dominante, branca e europeia” (SILVA, 2008, p. 14). A composição demográfica/étnica/cultural da sociedade teresinense durante o século XIX relaciona-se ao processo de formação/edificação da cidade de Teresina e de significação da cidade e seus espaços/lugares, principalmente para a camada pobre e negra da população piauiense que fugia do sofrimento da escravidão de fazendas no interior do Piauí para este novo núcleo urbano. A principal esperança era conquistar liberdade e construir na nova cidade uma vida melhor. Assim, uma vultosa população de negros e negras dirigia-se a Teresina criando “espaços de sociabilidade, notadamente marcados pela cultura e identidade negras” (SILVA, 2008, p. 38).

Durante o século XIX, um contingente significativo de homens e mulheres negras foram trazidos de fazendas piauienses para trabalhar nas obras públicas da cidade:

O povo negro foi responsável por boa parte da construção/edificação de Teresina, desempenhando papel ativo na construção de igrejas, casas e prédios públicos no espaço urbano. Por meio do trabalho, negros e negras foram, assim, os principais responsáveis pela construção social, espacial e cultural de Teresina e da sociedade teresinense (SOUSA, 2012, p. 56).

Na região da Freguesia das Dores concentrava-se o maior percentual de pessoas negras escravizadas e libertas em Teresina. Esse espaço em que se encontravam muitas pessoas recém-chegadas a Teresina era conhecido como Rua dos Negros, denominado oficialmente como Rua Augusta (SILVA, 2008, p. 117). Nessa rua, a população parda e preta, com suas celebrações festivo-religiosas, estabeleceram referências de vida que mudaram o cotidiano e a paisagem cultural da cidade (SILVA, 2008, p. 117). Na concepção de Silva (2008, p. 118), essas festividades, também chamadas de batuques,<sup>12</sup> demarcavam o pertencimento étnico/cultural/religioso de um povo e constituíam-se em espaços coletivos de lazer e diversão, de resistência negra e de intercâmbios culturais. As atividades festivo-religiosas de tradição africana na cidade compunham as identidades social/cultural/religiosa da sociedade teresinense da época. Nessas festas e ritos, negros e negras “faziam uso de patuás e de ervas, benzimentos e curas, jogos de búzios e contas para a proteção, orações e feitiçarias” (LIMA, 2014, p. 16).

---

<sup>12</sup> O Batuque designou uma dança em que negros e negras, reunidos em círculo, rezavam, cantavam e dançavam, em ritmos marcados por palmas e instrumentos de percussão (SOUSA, 2012).

Nosso trabalho se insere no campo dos estudos do pós-abolição, que até a década de 1990 tinha como mote principal de suas análises historiográficas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação e que, na maioria das vezes, levava em consideração o conhecimento pragmático das elites agrárias sobre as expectativas dos libertos (RIOS; MATTOS, 2004, p. 170). No entanto, muitas mudanças podem ser consideradas nesse campo de estudos nos últimos anos, que passou a incluir variáveis e preocupações múltiplas, como o projeto dos libertos e sua “visão” do que seria a liberdade e os significados deste conceito para a população que iria vivenciá-la (RIOS; MATTOS, 2004, p. 174). Ou seja, a busca de possíveis significados de suas experiências sociais para os diversos atores sociais envolvidos no processo de pós-emancipação passaram a ser considerados nessa nova proposta de pesquisa, sendo esta a linha que mais se aproxima de nossa pesquisa. Tendo em vista que o enfoque do nosso trabalho é específico e localiza-se junto ao estudo de religião afro-brasileira, estando nesse campo os seus diálogos principais, não iremos nos alongar sobre os estudos pós-abolição.

Para autoridades policiais e eclesiásticas da cidade, como informa Silva (2008, p. 100), os batuques eram “um ato de feitiçaria, ligado ao fanatismo e à superstição popular de um povo pobre e analfabeto”, que os aceitava e praticava com facilidade. Durante o século XIX, já havia, na cidade, indícios da realização de atividades tidas como mágicas/religiosas por pessoas negras, dentre elas, aquelas nomeadas pelas pessoas brancas como curandeirismo e manifestações de feitiçaria. Essas, por sua vez, eram reiteradamente combatidas e controladas pelo poder público municipal. No tocante ao cumprimento de atividades mágico-religiosas, havia batidas policiais a residências de negros e negras, escravizados ou libertos, praticantes de manifestações religiosas “negras”, e inquéritos policiais que tratavam do crime de charlatanice. Havia, ainda, casos de homens e mulheres negros, com atribuições de líderes religiosos, que supostamente praticavam curandeirismo, reunindo em sua casa grupos escravizados, libertos e “pessoas de grandes circunstâncias” (SILVA, 2008, p. 100).

## 2.2 A UMBANDA NO BRASIL

O delineamento histórico e antropológico da religiosidade umbandista nos dá bases para entender como ela foi formada e a partir de quais disputas e influências seus principais traços foram ora acentuados, ora reprimidos de acordo com o contexto histórico a que se estava exposto em determinada época e lugar. Desse modo,

podemos analisar esse delineamento a partir da hipótese estudada por Emerson Giumbelli em seu texto “Presença na recusa: A África dos pioneiros umbandistas” (2011), onde o autor afirma existir um contraste entre os campos mediúnicos umbandistas desenvolvidos no Nordeste e no Sudeste. Para o autor, a referência africana é mais facilmente encontrada nas manifestações religiosas nordestinas em contrapartida à religiosidade praticada no Sudeste durante o início do século XX.

Ao justificar sua afirmação, Giumbelli (2011, p. 109) explica ser importante lembrar que a existência dessa predominância do “afro-brasileiro” na religiosidade umbandista praticada no Nordeste “é resultado de um trabalho conjunto que envolve praticantes de culto, lideranças religiosas e figuras intelectuais mais ou menos vinculadas ao campo acadêmico”. Podemos destacar ainda as atuações de Gilberto Freyre e Édison Carneiro em Recife e em Salvador como uma espécie de colaboração de intelectuais acadêmicos em parceria com lideranças religiosas o que permitiu a validação de suas categorias enquanto mediadoras sociais.

No contexto nordestino, encontramos o que alguns autores como Beatriz Gois Dantas (1988) classifica como “regionalismo”, em que há o fortalecimento do modelo de umbanda com traços africanos. Para a autora, “parece que a intelectualidade nordestina resolve capitalizar aquilo que não conseguiu extirpar: a verdadeira tradição africana” (DANTAS, 1988, p.17).

A religiosidade umbandista praticada no Sudeste neste período é descrita, nesta mesma análise, como carregada de elementos que remetem ao kardecismo. No entanto, o autor esclarece que não é sua intenção atribuir ao Nordeste uma “pureza africana” e à região Sudeste um “sincretismo”. Partindo de tal premissa, ele afirma que:

Existe uma dificuldade em se perceber a mesma densidade e a mesma continuidade quando se fala, por exemplo, de ‘candomblé’ no Rio de Janeiro. As genealogias anteriores à década de 1950 sofrem de muitas incertezas ou apontam sucessões interrompidas. A história das casas de culto do final do século XIX e início do século XX engloba referências que transitam entre nagôs, bantos e malês e se complica pela interferência dos meandros que levam ao samba, ao carnaval e até à culinária (GIUMBELLI, 2011, p.109).

Portanto, à referência aos elementos afro-brasileiros principalmente no Rio de Janeiro no período comentado estão ligadas à diversas práticas, inclusive ao que alguns estudiosos se referem como “macumba carioca”. Tendo em vista essa dispersão das referências afro-brasileiras, entende-se que vão existir fatores externos capazes de influenciar essa formação como por exemplo a força e a organização que

são atribuídas ao espiritismo kardecista no Rio de Janeiro que deu origem à fundação da Federação Espírita Brasileira em 1884.

Diante de tais afirmações, concluímos que a formação histórica e antropológica da umbanda é difusa. Assim, alguns pesquisadores de religiões afro-brasileiras não possuem um consenso sobre o ano e o local de fundação da umbanda no Brasil, embora, como alerta Silva (2005, p. 106), a literatura geralmente aponte a década de 1920 como o marco inicial da umbanda no país. Em uma sociedade moderna e racional para os padrões da época, a religiosidade umbandista teria nascido como culto organizado no Rio de Janeiro a partir de derivações e readaptações originadas no interior do kardecismo. Segundo Brown (1985, p. 11), a criação da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade, por Zélio Fernandino de Moraes e seu grupo, pode ser considerada um dos primeiros centros de umbanda que conscientemente usou esse nome. A autora informa, ainda, que esse grupo era composto por “kardecistas insatisfeitos que passaram a buscar os espíritos e divindades africanas e indígenas presentes na macumba” (BROWN, 1985, p. 11).

O grupo de Zélio era composto por pessoas predominantemente vindas dos setores médios da sociedade.<sup>13</sup> Segundo Brown (1985, p. 11), eles achavam os rituais da “macumba” mais estimulantes e dramáticos que os do kardecismo mas, em contrapartida, consideravam repugnantes os rituais africanos que envolviam sacrifícios de animais e a presença de espíritos considerados diabólicos. Entre seus anos iniciais e o Primeiro Congresso Umbandista (1941) no Rio de Janeiro, a umbanda esteve ligada a alguns aspectos caros ao kardecismo. Dois temas são considerados centrais nas atas elaboradas após esse evento que são: a criação de uma umbanda desafricanizada; um esforço para branquear ou purificar a umbanda, desassociando-a da África “primitiva e bárbara” (BROWN, 1985, p. 11). Observamos, dessa forma, uma tentativa de selecionar elementos que seriam mais próximos aos fundamentos do que viria ser a umbanda que se formava enquanto religião.

Aproximando-se de uma perspectiva que considera a umbanda enquanto transformação dos Candomblés da Bahia, Roger Bastide (1971) nos fala que a crescente urbanização do Brasil no início do século XX dá origem a comunidades religiosas marcadas pelo individualismo moderno e com influências do espírito

---

<sup>13</sup> Trabalhavam no comércio, na burocracia governamental, eram oficiais de unidades militares. O grupo incluía também advogados e ainda alguns operários especializados. Todos esses indivíduos eram homens e quase todos eram brancos (BROWN, 1985, p. 11).

científico da época. Kaitel (2019, p. 34-35), comentando a perspectiva de Bastide, afirma que esse movimento foi:

Capaz de promover no sudeste a formação da Umbanda, a partir de uma aproximação da macumba carioca – religião de matriz africana surgida nas comunidades marcadamente pobres e negras do Rio de Janeiro no século XIX onde atendimentos eram realizados por sacerdotes incorporados com espíritos – com religiões ‘brancas’ como o kardecismo.

A aproximação da umbanda carioca com espíritos e divindades africanas presentes na macumba pode nos informar em certa medida sobre uma aproximação com a África. Esse movimento teve como objetivo a construção de uma modernidade nacional que não se completa apenas com os elementos oriundos da civilização europeia e busca inspirar-se na cultura africana.

Podemos, então, concordar com Emerson Giumbelli (2011, p. 115) que deixa claro em sua análise que mesmo havendo um certo esforço por parte de intelectuais para afastar os elementos afro-brasileiros da umbanda no início do século XX, em especial da religiosidade que se constituía no Rio de Janeiro, isso não significa que a África desapareça. As palavras e as práticas a aproximam em certa medida da macumba carioca comentada anteriormente e possui traços marcadamente negros.

Alguns estudiosos como o sociólogo Lísias Nogueira Negrão (1993, p. 116), apontam a umbanda como religião mediúmica que incorpora em suas doutrinas elementos do catolicismo (fé, esperança e caridade), da filosofia kardecista, os orixás e entidades dos Candomblés e os encantados de influências indígenas, em diferentes linhas e que se mostra como uma religião universal que incentiva a mobilidade social de seus adeptos e adeptas, à medida que se forma, buscando reunir raças, grupos étnicos e classes sociais que constituem o povo brasileiro (PRANDI, 1996, p. 71).

Definir o termo “umbanda” ou as práticas de seus fiéis não é nosso objetivo, portanto nosso desafio passa por entender como, ao longo dos anos, seu significado vem sendo relacionado a um culto religioso capaz de “reconhecer e sintetizar elementos históricos e sociais brasileiros de matrizes negras, indígenas e ocidentais” (NEGRÃO, 1993, p. 113). Dessa forma, “Compreender a formação da umbanda enquanto manifestação religiosa implica diretamente na compreensão da formação sociocultural do povo brasileiro e de suas estratégias de ressignificação de elementos originários de outras práticas culturais” (BRANDIM, 2014, p. 263).

A seletividade que buscava afastar da umbanda os traços afro-brasileiros e a necessidade de normatização e controle dos rituais e dogmas religiosos influenciaram

na construção de uma religião que estivesse interessada em expressar os interesses da classe média.

Durante as primeiras décadas do século XX, adeptos da umbanda sofreram forte perseguições, pois essa religião ainda era pouco conhecida e, em geral, identificada como de origem afro-brasileira, devido à sua ligação histórica com o sistema escravista, perseguição e em alguns casos extorsões que eram feitas por agentes do Estado contra alguns chefes de terreiros. Segundo Diana Brown (1985, p. 13), “em 1934 no Rio de Janeiro alguns grupos de umbandistas ficaram sob jurisdição policial e seus espaços religiosos só poderiam funcionar com o registro na polícia”. O registro do terreiro teoricamente lhe dava garantia de prática legal, mas em contrapartida acabava atraindo a atenção da polícia para esses espaços e, em muitos, casos aumentava a possibilidade de intimidação e extorsão.

Até meados da década de 1940, a umbanda foi presença constante nos noticiários policiais. O período do Estado Novo foi especialmente severo no que se refere à repressão dos terreiros. Obrigados a se registrarem nas delegacias de polícia, ficavam à mercê do pagamento de “taxas de proteção” e extorsões (NEGRÃO; CONCONE, 1985, p. 44). A repressão policial enfrentada por alguns grupos foi um dos fatores que motivou a organização de instituições formadas por representantes dessa religião para lutar pela proteção dos terreiros.

A umbanda em sua formação ao longo dos anos guarda relação com a racionalização presente na vida dos sujeitos urbanos e com o processo de mudança e modernização das cidades. Essa religião desponta como uma exigência e produto simbólico de uma sociedade urbana, industrial e de classes que se apoia em valores de modernidade ligados à racionalização e, principalmente, à moralização de práticas sociais, culturais e religiosas (ORTIZ, 1999, p. 162).

Ao estudar como se deu o processo de integração e legitimação da religião umbandista no seio da sociedade brasileira, Renato Ortiz (1999) apresenta a perspectiva de entendimento desse fenômeno a partir do estudo da mudança cultural. Para Ortiz (1999), os valores religiosos afro-brasileiros vão se transformando para compor uma nova religião: a umbanda.

A sociedade global aparece então como modelo de valores, e modelo da própria estrutura religiosa umbandista. Isto faz com que as transformações do mundo simbólico afro-brasileiro se realizem sempre em conformidade com os valores legítimos da sociedade global. Valores como a moral católica, a racionalização, a escrita, se integram a outro tipo de moral e racionalidade,

características estas dos cultos afro-brasileiros (ORTIZ, 1999, p. 15).

À medida que há um movimento de mudança cultural, as crenças e práticas afro-brasileiras se modificam tomando um novo significado dentro do conjunto da sociedade global. As mudanças nas relações sociais nos mostram, ainda, um desejo por parte dos setores médios brancos de modelar e controlar suas atividades. Os intensos esforços para se dissociar a umbanda da imagem afro-brasileira também estava relacionado com o desejo de fuga das perseguições sofridas por esse grupo. Ortiz (1999) lança mão da tese da desagregação dos cultos afro-brasileiros para explicar a estratégia traçada pela sociedade tradicional urbana a partir da dominação simbólica que levará a metamorfose dos valores tradicionais negros, que se tornariam dessa forma, inadequados à sociedade moderna em formação.

A umbanda vai se modificando em suas práticas e doutrina, o que inicialmente previa a aproximação com elementos de outras religiosidades e que fosse capaz de representar a diversidade do povo brasileiro. Dessa forma, passa por ajustes e modificações para direcionar para uma maior integração na sociedade moderna. Segundo Renato Ortiz (1999, p. 37-38), o movimento de “embranquecimento” da umbanda foi uma das ações realizadas nesse sentido e dizia respeito à incorporação de elementos espíritas católicos e estrangeiros em cultos de origem africana que tinham como uma de suas principais características a magia, que aos poucos vai sendo deixada de lado. Porém, essa tese é entendida por Paula Montero (1999, p. 347) como um determinismo social esquemático que não dá conta do fato da permanência viva do feiticeiro negro na umbanda, ou seja, a tentativa de sistematização teológica empreendida pelos intelectuais umbandistas não corresponde ao que se observa nas práticas concretas dos terreiros. Nos próximos capítulos iremos desenvolver melhor essa ideia e mostrar outras formas de se comportar das tendas de umbanda diante das mudanças culturais.

A busca por uma aproximação com os padrões de racionalização vigentes na sociedade brasileira do início do século XX, como a criação de leis, normas e regulamentações pautados em valores impessoais, permitiu que a umbanda incorporasse às suas práticas alguns dos elementos dominantes da época. O discurso normatizador tentou se sobrepor às múltiplas práticas religiosas existentes na sociedade, sugerindo formas de unificar os cultos e visando a aceitação e o reconhecimento dessa religião no espaço público. Ressignificando símbolos e práticas culturais e religiosas nacionais, sob influências de um catolicismo cristão e de um

espiritismo branco que, a princípio, “moralizavam” a religião e seus guias, extirpando dos cultos e/ou rituais práticas religiosas consideradas primitivas (sacrifícios de animais, ingestão de bebidas alcoólicas) que podem ofender os valores cristãos da sociedade (NEGRÃO, 1993, p. 120), a umbanda se legitimou como “uma religião à moda brasileira” (SILVA, 2005, p. 125).

Bahia e Nogueira (2018, p. 54) analisam a disputa de narrativas em torno da construção do campo religioso umbandista entre as décadas de 1940 e 1950 no Rio de Janeiro e apontam para o resgate da ancestralidade negra feito por Tancredo da Silva Pinto (Tatá Tancredo), principal representante da Umbanda Omolocô,<sup>14</sup> uma concepção mais próxima à do candomblé. Em 1949, Tatá Tancredo criou a Congregação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB), no Rio de Janeiro, e iniciou um amplo processo de críticas aos intelectuais umbandistas que prezavam por uma umbanda mais afeita ao kardecismo e ao catolicismo. Portanto, ao recriar um local de origem africana para a umbanda, Tancredo foi responsável por desenvolver uma federação de umbanda que tinha um olhar africanista para a religião, revalorizando a África em sua narrativa (BAHIA; NOGUEIRA, 2018, p. 69).

Essa disputa de narrativas exemplifica o que viemos defendendo ao longo dessa discussão: o fato de que mesmo diante de modificações na sociedade e na política e da negação de elementos africanos, em alguns contextos a umbanda se consolida enquanto religião tributária dessa herança cultural. Ainda que existam diversas formas de vivenciar esses elementos e de entendê-los como estando presente no cotidiano dessa religiosidade.

A religião umbandista se legitima à medida em que integra os mais variados valores propostos pela sociedade. Passa-se da recusa e perseguição inicial imposta pela sociedade no início do século XX à paulatina aceitação social da religião. Essa mudança na forma como a umbanda torna-se vista na sociedade brasileira é um processo e não pode ser atribuído como consequência das ações de um grupo específico. Dentro desse processo podemos destacar um interesse de pequenos

---

14 Lopes (*apud* BAHIA, FARLEN, 2018, p. 54) salienta que “[...] o omolocô fora um antigo culto provavelmente banto, de origem e práticas obscuras, cuja expansão se verificou no Rio de Janeiro, em especial, na primeira metade do século XX. Desenvolvido principalmente por intermédio da liderança de Tancredo da Silva Pinto, sua difusão foi fruto de uma reação ‘reafricanizante’ à chamada ‘umbanda branca’, expandida a partir do Primeiro Congresso de Espiritismo de Umbanda, realizado no Rio de Janeiro em 1941. Reivindicando uma remota origem angolana, no âmbito da cultura dita ‘lunda-quioco’, o omolocô, já pouco conhecido à época deste texto, parece ter sido apenas uma linha ritual da umbanda, que procurou reviver em parte a antiga cabula”.



grupos de intelectuais umbandistas (BROWN, 1985, p. 12) dos mais diferentes centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul) que ao longo dos anos se utilizaram de seus papéis sociais de lideranças umbandistas para criar estratégias de aceitação social no espaço público, como a criação de federações que pudessem representar seus interesses; a organização de congressos<sup>15</sup> para discutir os rumos da religião e, ainda, a escrita de livros e a publicação de alguns jornais internos<sup>16</sup> que serviram em muitos momentos de codificadores e normatizadores de suas práticas.

Dentre as estratégias acima citadas podemos mencionar, ainda, a criação das federações<sup>17</sup> que surgiram no Brasil a partir da década de 1950 e possuíam o objetivo inicial de diminuir as perseguições aos terreiros e unificar as práticas de umbanda, além de normatizar, organizar e fiscalizar a religião (BIRMAN, 1985, p. 81). Em sua pesquisa, Sabrina Lima (2017, p. 69) aponta a fundação de algumas federações na região Nordeste e Norte do país, como a que se localizava no estado do Maranhão fundada em 1964 por José Cupertino, que era curador, conheceu a umbanda em uma viagem ao Rio de Janeiro e que criou o órgão ao voltar para seu Estado com o objetivo de dar respaldo aos praticantes dos diversos cultos afro-brasileiros lá presentes. No Pará, uma federação também foi criada, em 1964, e surgiu como uma “aliada” do regime Militar, que via nesses cultos um foco de desordem e baderna. Além disso, as federações ofereciam assistência para o registro legal, patrocinavam cerimônias religiosas, mas também buscavam impor seus próprios padrões de práticas, muitas vezes atuando na fiscalização dos terreiros (BROWN, 1985, p. 14).

Por fim, a história da constituição da religiosidade umbandista no Brasil vai para além da contraposição entre dominantes e dominados, ou ainda da justaposição ou da simples mistura de culturas como defendem alguns autores. Trata-se na verdade de uma série de alianças e conflitos que se entrecruzam a partir dos interesses dos atores sociais envolvidos e que dão margem à formação do panorama da umbanda no país.

---

15 Em 1941 aconteceu o Primeiro Congresso Umbandista, em que houve a tentativa de se codificar os rituais de umbanda e afastá-la do estigma de religião negra a aproximando do kardecismo.

16 Jornal da Umbanda, lançado em 1949 pelos fundadores da primeira federação de umbanda.

17 As federações umbandistas surgidas nas primeiras décadas do século XX no Brasil são inspiradas nas federações espíritas.

### 2.3 OS PRIMEIROS ANOS DA UMBANDA EM TERESINA

Até o final do século XIX não se reconheciam as práticas religiosas e culturais de povos negros escravizados ou libertos como expressões características daquilo que seriam denominadas religiosidades afro-brasileiras. Até então, as culturas negras na cidade eram identificadas como ajuntamentos de pessoas negras e batuques. A literatura afro-teresinense sugere que somente nas primeiras décadas do século XX podemos falar em “marco inicial da Umbanda na cidade” (SOUZA, 2012, p. 6). Sobre esse assunto, a memória sobre as celebrações negras na cidade, como dizem Robério Américo Souza (2012) e Solimar Lima (2014), identificam na área de encontro dos rios Parnaíba e Poti, território que faz parte da zona Norte da cidade, um terreiro de umbanda que mais tarde passaria a ser a principal referência histórica contemporânea dos lugares de culto de matrizes afro-brasileiras em Teresina. Trata-se da Tenda Espírita Santa Bárbara, fundada em 1932, pela senhora Joana Maciel Bezerra, mais conhecida como mãe Joantina do Pontal. A mãe de santo passou a ser reconhecida no cenário religioso teresinense e piauiense como Mãe Joantina do Pontal em razão da localidade onde se encontrava instalada sua tenda. Como dito, a Tenda de Santa Bárbara foi fundada no pontal formado pelo encontro dos dois principais rios do território piauiense, no Poti Velho (LIMA, 2014, p. 12).

A primeira linha de explicação sobre os eventos que remetem ao início da umbanda no Piauí fala sobre a chegada de Joantina do Pontal à Teresina no início do século XX vinda do Ceará para iniciar um terreiro no Piauí. Essa interpretação foi formulada por José Soares de Albuquerque,<sup>18</sup> que lançou mão de entrevistas com praticantes da umbanda de Teresina com mais tempo de vivência entre 1960 e 1970, dando forma a uma narrativa que foi composta pelas memórias sobre algumas das práticas umbandistas mais antigas no Piauí.

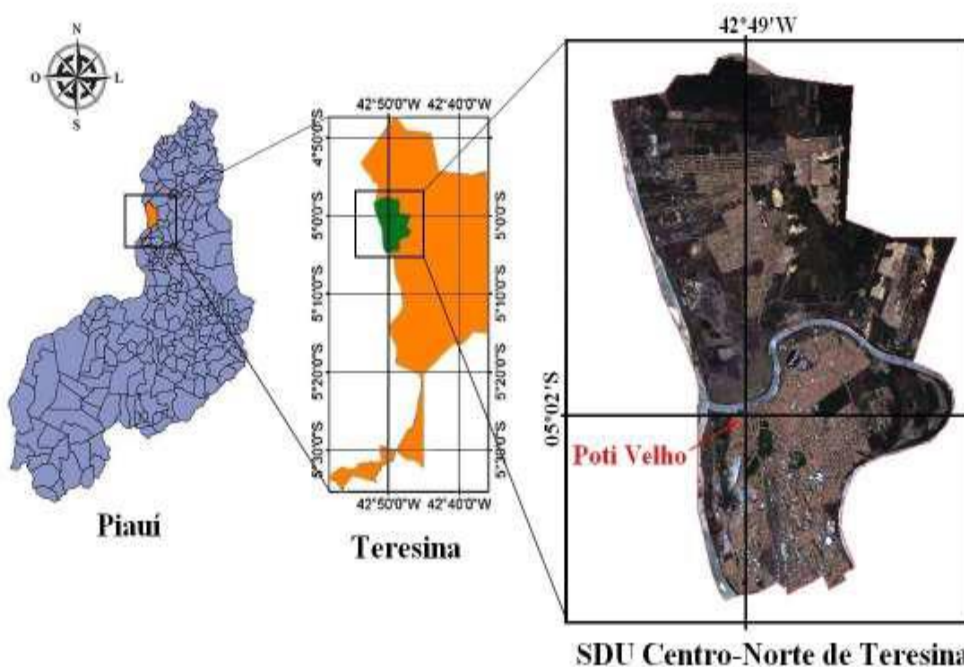
Segundo José Soares de Albuquerque, “nos idos de 1919 aportou-se em Teresina, capital do Estado do Piauí, a senhora conhecida por Joantina, advinda do vizinho estado do Ceará”. Fugindo das perseguições religiosas neste estado, a

---

18 José Soares de Albuquerque foi Promotor de Justiça (1980), Procurador de Justiça (1994), Desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí e vereador na Câmara Municipal de Teresina nas legislaturas iniciadas em 1971, 1973, 1977 e 1981. Em meados da década de 1970, assumiu a presidência da Federação Espírita Umbandista e dos Afro-brasileiros do Estado Piauí (FEUCABEPI), antiga Federação Umbandista do Piauí. Trata-se de um nome muito conhecido no cenário afro-religioso teresinense (GONÇALVES, 2003, p.19).

senhora, que praticava ritos umbandistas, “trazia em sua bagagem vários santos, em vultos, e outros tantos de orixás” (ALBUQUERQUE, 1987, p. 161). Joana Maciel Bezerra seria, então, a responsável pela introdução do culto e de práticas umbandistas em Teresina. Mãe Joanhina do Pontal teria sido a precursora da umbanda na cidade, organizando um culto com base nas características afro-religiosas mais atuais. Na Figura 2 podemos observar o mapa da região que hoje abriga o bairro Poti Velho, provável local de instalação da Tenda Espírita Santa Bárbara no início do século XIX em Teresina:

Figura 2 – Mapa de localização do bairro Poti Velho de Teresina, Piauí que faz parte da área da SDU Centro-Norte de Teresina



Fonte: NOGUEIRA; ESPINDOLA; CARNEIRO, 2016, p. 28.

Mãe Joanhina do Pontal trouxe para Teresina a significação simbólica das práticas e rituais da umbanda, expressas nas vestimentas, nos ritos e no culto às entidades. Para os historiadores Sabrina Lima (2017) e Solimar Lima (2014), esta mãe de santo teria atribuído às práticas ligadas às afro-religiosidades uma estrutura mágico-religiosa, definindo liturgias nos ritos e ordenando, em um espaço físico considerado sagrado, práticas religiosas e culturais de tradição afro-brasileiras e ameríndias até então dispersas na cidade.

A literatura sobre religiosidade afro-teresinense revela que a Tenda Espírita

Santa Bárbara, logo após a sua fundação, ganhou vários adeptos e adeptas, tornando-se também ponto de migração e de visitação de muitas pessoas, curiosos, religiosos e fiéis. Durante o período que se estabeleceu e viveu em Teresina, Mãe Joanhina do Pontal teria iniciado e formado muitos filhos e filhas de santo que, posteriormente, abriram suas próprias tendas na cidade. Mais do que introduzir as religiões afro-brasileiras na cidade, esta mãe de santo contribuiu para a formação de pequenos núcleos da religiosidade umbandista em Teresina (LIMA, 2014).<sup>19</sup> Em nossa pesquisa foi possível constatar, a partir dos relatos de pais e mães de santo com mais tempo de experiência na religião umbandista, suas histórias sobre a formação de diversos filhos e filhas de santo que se iniciaram e se desenvolveram em suas casas e que mais tarde vieram a traçar seus próprios caminhos, ao montarem suas próprias tendas de umbanda, seguindo a sua missão de médiuns.<sup>20</sup>

Ainda em relação a notícias sobre a perseguição policial de Mãe Joanhina do Pontal, Albuquerque (1987), a partir de depoimentos de umbandistas, afirma que esta mãe de santo “era portadora de uma grandiosa força espiritual”, visto que diversas patrulhas policiais que se deslocavam para a região do Pontal “com o objetivo de acabar com a festa umbandista” fracassaram em seu propósito. Muitas dessas patrulhas não encontravam o local onde estava edificada a Tenda de Mãe Joanhina, por se tratar de uma região próxima dos rios e de mata fechada, e terminavam “rodando como verdadeiras baratas tontas” (ALBUQUERQUE, 1987, p. 161).

As perseguições a fiéis das religiões de matrizes africanas culminavam, muitas vezes, na invasão e destruição/desapropriação do espaço sagrado do terreiro. A prisão de adeptos e adeptas, popularmente chamados de filhos e filhas de santo, era movida, dentre outras razões, por discursos moralistas e civilizatórios que priorizavam a lógica de dominação branca. Podemos acrescentar, ainda, que estes relatos sobre as primeiras manifestações religiosas do povo negro em Teresina em sua grande maioria associam suas práticas a traços de magia e feitiçaria. No entanto, nesse

---

19 Entre os filhos e filhas de santo de mãe Joanhina do Pontal que fundaram terreiros em Teresina, ajudando a formar uma comunidade umbandista na cidade, destacam-se Pai João Alcântara, com a Tenda Ordem do Silêncio, e Pai Aristide Alves Feitosa de Abreu, chefe da Tenda de Santa Bárbara. José Bruno de Moraes e Joaquim Gomes do Santos, formados pais de santo na Tenda Espírita de Santa Bárbara, edificaram seus templos religiosos no estado vizinho, Maranhão. O primeiro ergueu sua tenda na localidade chamada Nazaré e o segundo, no lugar conhecido como Cajubeiras (ALBUQUERQUE, 1987).

20 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019; IANSA, Flavio. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 12 maio 2021.

período, a grande maioria da sociedade brasileira e teresinense fazia parte da religião Católica Apostólica Romana, e tais costumes não abarcavam as práticas dos espaços de culto afro-religiosos.

Sabrina Lima (2017) relata, a partir da tradição oral de umbandistas, outra versão da chegada da religião na cidade. Sobre esse assunto, com base em narrativas orais, a mãe Joanhina do Pontal teria vindo de São Luís do Maranhão para o Piauí, vítima de intolerância religiosa. Ao chegar a Teresina, essa mãe de santo juntou-se a um grupo de pessoas que “costumava exercer, na cidade, práticas de caráter religioso, entre elas, benzimentos e curas” (LIMA, 2017, p. 51):

Seu Luiz nos relatou que seu avô abrigava em sua casa uma senhora como agregada, conhecida como Chica Galvão. Dona Chica Galvão era negra, rezadeira, descendente de escravizados, que prestava alguns serviços, tanto para a família do senhor Luís, quanto para a comunidade. Seus serviços consistiam em rezas para proteção e também serviços de parteira, ‘aparando as crianças’ da região. Seu Luís conta que conviveu com dona Chica Galvão desde muito pequeno, tendo ela falecido com cerca de 89 anos de idade, quando Luís teria entre 14 ou 15 anos (LIMA, 2017, p.53).

De acordo com o entrevistado, Chica Galvão contava em suas histórias que Joanhina do Pontal teria vindo de São Luís do Maranhão nas primeiras décadas do século XX, em 1920 aproximadamente, e se estabelecido em uma fazenda que ficava às margens do Rio Poti. Seu Luís acredita que Joanhina teria vindo ao Piauí “encomendada”<sup>21</sup> por alguém de poder para realizar serviços espirituais, especialmente de proteção e, provavelmente, pelo dono da fazenda em que ela teria montado seu terreiro.

Em contrapartida, o entrevistado conta que algumas pessoas, como a própria Dona Chica Galvão, mesmo antes da chegada de Joanhina em Teresina, já realizavam trabalhos que se aproximariam daqueles praticados em terreiros de umbanda, como orações para se proteger do mal, curas diversas e outros. O entrevistado segue esclarecendo que estas pessoas eram detentoras de conhecimentos mágicos, conhecidos como “ciências ocultas”. É possível, ainda, constatar em seus relatos, que a maioria dessas pessoas, por causa das perseguições e do preconceito, atendiam de forma discreta em suas casas, nas chamadas “mesas”, em quartos nas suas próprias residências, atendendo apenas aos mais íntimos e pessoas conhecidas e não abertamente (LIMA, 2017, p. 56).

---

21 Encomendada é quando o pai ou mãe de santo instala seu terreiro em um lugar já com seu objetivo traçado.

Teresina localiza-se distante cerca de 170 km da cidade de Codó, no Estado do Maranhão, onde tradicionalmente pratica-se o Terecô,<sup>22</sup> expressão de religiosidade presente em outros entes federativos de maneira integrada ao Tambor de Mina e à Umbanda e que exerce influência em suas práticas religiosas (FERRETTI, 2011, p. 92). O Terecô também é visto como encantaria de Barba Soêra ou Bárbara Soeira, entidade sincretizada no catolicismo com Santa Bárbara (FERRETTI, 2011, p. 92). Esta expressão religiosa também pode ser chamada por Tambor da Mata, ou simplesmente Mata, termo utilizado em alusão à sua origem rural ou para diferenciar esta religiosidade da tradicional Mina, surgida e praticada na capital São Luís.<sup>23</sup>

Com relação ao surgimento da umbanda no Piauí e na cidade de Teresina, Chagas Filho (2011) relata em sua pesquisa a existência de outro nome que merece destaque, o da famosa terecozeira Maria Silva Lima, conhecida como Maria Piauí. Essa mãe de santo teria se tornado muito conhecida no Piauí e no Maranhão, fundando, em 1948, um terreiro na cidade de Codó (MA), onde é vista como “introdutora da umbanda” (FERRETTI, 2011, p. 179). A líder religiosa piauiense tornou ainda mais conhecido o cruzamento das linhas Terecô de Codó e Tambor de Mina, já praticado em São Luís, quando uma missão folclórica de São Paulo registrou uma música de terreiro de Maximiano, em 1938.<sup>24</sup>

À medida que descrevemos as diferentes narrativas elaboradas sobre os primeiros anos da religiosidade umbandista em Teresina podemos afirmar que em sua origem esses espaços religiosos são sempre liderados por mulheres migrantes que chegam à Teresina em busca de um local para vivenciar essa religiosidade de acordo com seus valores e partindo de suas experiências de vida. Levando em conta a forte influência das matrizes africanas e indígenas nas práticas religiosas dos anos iniciais em Teresina, podemos inferir que as duas mães de santo – Joanhina do Pontal e Maria Piauí – levam em consideração essas influências ao vivenciar a religiosidade umbandista na capital. Outro ponto bastante relevante que devemos destacar é o fato dos primeiros terreiros descritos nas narrativas aqui apresentadas terem sido

---

22 Sobre Terecô, a linha de Codó, consultar Ferretti (1993; 2001; 2011).

23 Para mais informações sobre estudos realizados acerca do Tambor de Mina, ver Ferretti (2011).

24 A Missão de Pesquisas Folclóricas, criada por Mário de Andrade, no Departamento de Cultura de São Paulo, registrou, no ano de 1938, na capital maranhense, o Tambor de Mina, no Terreiro Fé em Deus, de Maximiana, e o Tambor de Crioula, apresentado por um grupo da mesma cidade. A missão percorreu várias cidades do Norte e Nordeste documentando o folclore musical e levando para São Paulo um rico material que seria publicado na forma de livros, vídeos, catálogos, filmes, etc. Cf. [www.centrocultural.sp.gov.br](http://www.centrocultural.sp.gov.br). Acesso em: 26 nov. 2019.

instalados na região próxima aos rios Parnaíba e Poti, estando, assim, em acordo com a cosmologia umbandista que cultua a natureza e a proximidade com as matas e as águas.

Portanto, os detalhes analisados nos ensinam que não importa marcar uma origem comum para a religião umbandista, mas sim atentar-nos para os vários começos dessas práticas religiosas. As reflexões apontam, ainda, para a religiosidade umbandista como um objeto que vai para além da lógica moderna que aceita os mitos de origem e a ossificação do passado.

Portanto, mesmo com a variação nas versões contadas, não há dúvidas de que Joanhina do Pontal e Maria Piauí teriam se fixado na memória da comunidade umbandista como aquelas que teriam iniciado as práticas umbandistas na cidade. De toda forma, o objetivo desta reflexão foi entender os modos concretos em que os discursos sobre a “origem” da umbanda no Piauí vão se constituindo enquanto parte de um movimento de integração de valores e práticas religiosas de diferentes grupos e como as mudanças culturais vão sendo responsáveis por influenciar na constituição da religiosidade umbandista que se forma no Piauí.

Partindo da experiência religiosa, não podemos entender que a constituição da história da religiosidade umbandista seja única, mas sim formada por diversos personagens, em suas vivências, memórias e desafios. À medida que mudam as relações sociais ao longo dos tempos, os diferentes grupos mudam seus interesses e a forma de se relacionar com seu conjunto de valores e símbolos, o que irá influenciar diretamente em como reconhecem e se identificam com suas origens. As diversas versões sobre o surgimento da umbanda em Teresina nos permite situar essa religiosidade enquanto composta a partir da influência de matrizes africanas e indígenas de diferentes grupos que convivem na capital. Assim, os mais diferentes grupos partindo de diferentes memórias e referenciais irão elaborar, à sua forma, uma narrativa que identifica as origens de sua religião.

### **3 AS FEDERAÇÕES E AS TENDAS: PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO E AFETAÇÃO DE TENDAS DE UMBANDA EM TERESINA**

No breve panorama sobre a religião umbandista no Brasil que foi realizado anteriormente tivemos conhecimento sobre a forte ligação de suas práticas religiosas com a sociedade urbana, industrial e de classes que estava em formação no país nas primeiras décadas do século XX. Para Ortiz (1999, p. 182), o trabalho de sistematização ocorrido na umbanda nesse período vai para além da esfera discursiva e se preocupa em construir uma religião unificada que leva à burocratização e à institucionalização do culto. Dessa forma, a partir de agora, analisaremos como foi se formando o aparelho burocrático em torno da umbanda no Piauí, com o objetivo de entender como as ações instituídas pelas federações de umbanda, com vistas à busca por legitimação junto à sociedade moderna, afetaram algumas tendas de umbanda e como os sujeitos envolvidos nesse processo se comportam.

#### **3.1 UMBANDA E A LEGITIMAÇÃO RACIONAL**

Os estudos atuais vêm se ocupando em identificar quais elementos ditos modernos afetam a cultura e como isso ocorre em determinado contexto. Sobre a modernidade, devemos lembrar que, em certa medida, ela é entendida como eurocêntrica e, quando postos nesta perspectiva, os objetos que fazem a transição para a modernidade deixam de ser atrasados e encontram um fim evolutivo. As diversas nuances teóricas em torno do termo modernidade nos permite considerar que alguns autores estão ampliando a sua visão e direcionando seus estudos para os aspectos destrutivos da modernidade.

Para Alain Touraine (2012, p. 37), na modernidade ocidental as ações orientadas por valores culturais são substituídas pela ideia de desenvolvimento científico. A modernidade considera a economia de mercado e o capitalismo como entidades quase religiosas que não deve ser contestadas, fazendo parte de um todo. Por fim, o autor alerta para o fato de que a crítica à ideologia modernista não deve conduzir a volta do que ela destruiu (TOURAINÉ, 2012). Piotr Sztompka (1998, p. 149), por sua vez, entende que a modernidade valoriza o individualismo e prevê a quebra da rede de solidariedade do modelo tradicional. O sociólogo polonês aponta, ainda, que a racionalidade ligada ao cálculo, à organização burocrática, ao economicismo e à expansão são aspectos da modernidade e que no contexto



moderno expressam o crescente papel do Estado nas relações sociais. Para o autor, esse fato se dá principalmente a partir da disseminação da organização burocrática racional e impessoal (SZTOMPKA, 1998).

Na esteira da modernidade, nos chama atenção o crescente processo de racionalização da vida cotidiana, que segundo Max Weber ocorre partir da formulação de diversas regras inseridas em nosso dia a dia como, por exemplo, quando convencionamos que não podemos atravessar o sinal vermelho. Para Weber (2000), essa racionalização da sociedade ocorre a partir do desencantamento do mundo, ou seja, quando não se acredita em coisas que fogem à racionalidade humana.

Ao citar Max Weber, Renato Ortiz reafirma que não é suficiente que os grupos ou instituições simplesmente funcionem, é necessário que eles se legitimem. Para a umbanda, a sociedade urbano-industrial e de classes é a fonte dos valores legítimos. São esses valores que, incorporados ao pensamento religioso, orientam a reinterpretação das práticas de origem afro-brasileiras (ORTIZ, 1999, p. 162).

O processo de inserção social e política da umbanda teve como estratégia inicial a busca pela legitimidade desta religião junto à sociedade envolvente. A existência por si só da religião umbandista não bastava, pois deveria se tornar legítima e reconhecida por todos. Para tanto, utilizou-se de um processo de integração com os valores da sociedade moderna que levou em consideração, além dos protagonistas religiosos, também as condições socioeconômicas favoráveis do período em questão. Assim, é possível que entendamos o movimento dialético entre a *intelligentsia* religiosa e as transformações econômicas e sociais que, de certa forma, estão de acordo com a criação de regras para a religião:

Em linhas gerais, o processo de racionalização da religião umbandista segue o modelo delineado por Weber; ele se vincula a uma *intelligentsia* de origem urbana. A cidade funciona dessa forma como um centro onde se desenvolve um estilo de vida, no qual a racionalidade desenvolve um papel preponderante. Esta racionalidade é por sua vez inerente a uma camada de intelectuais kardecistas que pela primeira vez se colocam com o problema da sistematização do cosmo religioso. A racionalização se estende então à vida religiosa. Preocupados em construir uma religião nacional, os umbandistas iniciam um movimento de unificação que leva em parte à burocratização e à institucionalização do culto (ORTIZ, 1999, p. 182).

Portanto, o estilo de vida racional que se instalava na sociedade urbana das primeiras décadas do século XX enxergava na sistematização religiosa a possibilidade de garantia de legitimidade da umbanda. Com pretensões de se tornar uma religião nacional, as soluções encontradas pelos líderes umbandistas da época passavam

pela busca por unificação, o que resulta, mais tarde, na burocratização e na institucionalização da religião umbandista, como veremos adiante.

A garantia da legitimidade para Weber é alcançada, em geral, por um dos tipos ideias de dominação (carismático, tradicional e racional legal). No contexto aqui estudado, podemos afirmar que as lideranças umbandistas em busca de legitimidade utilizam estratégias dignas da dominação racional legal, que tem na força das leis o seu maior exemplo. Ao mesmo tempo em que ocorre a racionalização das práticas, ocorre um processo profundo de burocratização do culto religioso. Para Max Weber, a burocracia é um sistema de relação social baseada em contratos, leis e documentos que dão previsibilidade, controle e estabilidade nas relações sociais. Esta definição está de acordo com os objetivos umbandistas desse período:

A dominação racional aparece como uma nova ordem na umbanda. Paralelamente a um 'código de santo', surge um 'código burocrático' que tende cada vez mais a impor sua presença dominadora. Desta forma, a legitimidade das ações e do comportamento dos médiuns decorre diretamente de um código racionalmente estabelecido. A legitimidade adquire então um novo sentido, ela não será mais a simples justificativa de um mundo, mas o exercício de uma dominação, no caso racional, que tende a perpetuar as práticas religiosas (ORTIZ, 1999, p. 186).

Logo, entendemos que a progressiva busca pela legitimação da umbanda junto à sociedade urbanizada e moderna em formação passou pela insistência na sistematização das práticas religiosas que deveriam definir e unificar a religião, além de dar início à sua institucionalização no país por meio da formação das primeiras federações. O trabalho das federações foi conduzido ao longo dos anos com o objetivo de unificar rituais e práticas umbandistas desenvolvidos nas tendas espalhadas pelo país. A codificação e a padronização dos cultos visavam colocar as partes (tendas) dentro de uma totalidade sem levar em conta as diferenças e os valores de cada casa e chefe religioso.

Portanto, a umbanda buscava sua legitimidade na linha tênue entre a conservação de alguns de seus elementos culturais e a adequação de alguns de seus traços, os quais sofrem alterações para se adequar à lógica racionalizadora e homogênea ditada pelas federações. Com a formação das federações é demonstrada uma tendência à integração a partir da reinterpretção de valores tradicionais segundo o código da sociedade urbano industrial.

### 3.2 FEDERAÇÕES DE UMBANDA E MEDIAÇÃO POLÍTICA

O processo de institucionalização da umbanda no Brasil a partir das décadas de 1950 e 1960 leva ao surgimento das primeiras federações e à formação de uma organização burocrática que visava a garantia de legitimidade frente a outras religiões no espaço público. Esse percurso foi pautado na impessoalidade, na neutralidade e na tentativa de unificação religiosa. Os parâmetros burocráticos adotados pelas federações vão sendo postos em prática a partir da reinterpretação e do refinamento das práticas umbandistas que passariam a estar em acordo com o tipo de sociedade moderna e urbana na qual a umbanda estava inserida.

Algumas lideranças umbandistas encabeçaram o movimento de criação das federações visando, além da legitimação da religião, a garantia de proteção das tendas e dos fiéis umbandistas que eram perseguidos pelo poder público naquele momento. Mesmo estando em vigor o Decreto Lei 1.202/1939, em que no seu art. 33 versa sobre ser vedado ao Estado e aos municípios estabelecer, subvencionar ou embargar o exercício de cultos religiosos, os terreiros eram alvos de investidas policiais que alegavam a ilegalidade no funcionamento desses espaços religiosos até meados da década de 1960.

O sociólogo Rodrigo Leistner (2013) relata que as federações umbandistas mais antigas formadas no Rio Grande do Sul seguiam um modelo de atuação política burocrática orientado à unificação e à organização de práticas que visavam substituir o trabalho de fiscalização exercido anteriormente pela polícia. Dessa forma, as federações gaúchas foram conquistando o papel de mediação entre os terreiros e a sociedade envolvente, respondendo pelos primeiros e impondo a eles certas normatizações. Ari Pedro Oro (2001) ressalta que o modelo articulado a partir de inúmeras federações foi justificado, em certa medida, devido a pulverização de terreiros autônomos e rivais entre si.

#### **3.2.1 As federações de umbanda e o regime civil militar no Piauí nas décadas de 1960 e 1970**

O processo de integração e legitimação da religião umbandista está relacionado com as diversas mudanças políticas que estavam ocorrendo no Brasil a partir da década de 1960. Com a ascensão dos militares ao poder a partir do golpe de 1964 e as medidas autoritárias de perseguição e extinção de partidos políticos,

sindicatos e organizações da sociedade civil, além das medidas contra a liberdade de imprensa, foram responsáveis por uma transformação do comportamento das lideranças políticas do regime que passaram a buscar apoio popular em outros grupos, inclusive em grupos religiosos emergentes, dentre os quais podemos citar os umbandistas. Logo, “Os anos 60 marcaram uma transformação radical no relacionamento da umbanda com os poderes dominantes”. De acordo com a visão de Concone e Negrão (1985, p. 52), o período que se iniciou a partir do golpe de 1964 marca a passagem da perseguição da umbanda a sua cooptação por parte do Estado.

As relações entre governo e umbanda invertem-se em aproximadamente 20 anos, passando da mais severa repressão ao apoio recíproco. Se antes delegados de polícia eram algozes, agora o próprio Secretário de Segurança é o protetor; se antes os pais-de-santo eram contraventores, agora os líderes da umbanda são personalidades homenageadas pelas maiores autoridades (NEGRÃO, CONCONE; 1985, p. 58). Durante o processo de institucionalização da umbanda que passa pela fundação das primeiras federações, os principais cargos de direção eram, em geral, ocupados por militares, como foi o caso Federação Espírita Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Piauí (FEUCABEPI), que teve durante a década de 1970 como um de seus presidentes Salim Freire, Sargento do exército e próximo de alguns membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político em atividade no Brasil entre os anos 1965 e 1979.

A partir da década de 1960 ocorreu um processo de multiplicação de federações umbandistas, criadas em vários estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e, em seguida, nos Estados do nordeste. Nesse período, as federações também se multiplicaram a nível municipal, estadual e nacional, ocorrendo em alguns casos de no mesmo Estado existir várias Federações distintas com a mesma área de atuação. Sobre esse fato, Renato Ortiz (1999, p. 44) explica o caso de São Paulo que em 1960 já contava com a Federação Umbandista do Estado de São Paulo, a Liga Umbandista São Jerônimo do Estado de São Paulo e a Cruzada Federativa Espírita de Umbanda do Estado de São Paulo, além das inúmeras que representavam a Umbanda nacionalmente. Essa tendência se popularizou em outras partes do país, dando início a uma luta pelo poder travada entre as próprias Federações.

Sobre as federações do Nordeste, podemos citar aquela que foi criada no estado do Ceará em 1953 por Mãe Júlia Condante, que tinha como objetivo “garantir

a afirmação da religião de modo a ocupar um espaço público em Fortaleza e em outros municípios do Ceará, atingindo maior grau organizativo” (CANTUÁRIO, 2009, p. 207). Sabrina Lima (2017, p. 69) comenta que no estado do Maranhão foi fundada uma das suas primeiras federações no ano de 1964, por José Cupertino, curador que conheceu a umbanda em uma viagem ao Rio de Janeiro. Cupertino criou o órgão ao voltar para o seu Estado com o objetivo de dar respaldo aos praticantes dos diversos cultos afro-brasileiros presentes no Maranhão (FERRETTI; SANTOS, 2001, p. 20).

No Piauí, o processo de institucionalização da umbanda teve início durante a década de 1960 com a Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí (FEUEPI), que teve sua reunião de fundação no dia 26 de dezembro de 1964, no bairro São Pedro, em Teresina, capital do Estado.<sup>25</sup> Segundo o estatuto da Federação, a intenção do órgão, como era de se esperar, era representar os umbandistas da capital e também de cidades do interior. De acordo com seu estatuto publicado em cartório, a FEUEPI desde o seu surgimento esteve filiada à Confederação Nacional Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros com sede no Rio de Janeiro, presidida pelo General Mauro do Porto Rêgo. Esse era um órgão representativo de caráter nacional, logo, entendemos que essa filiação tratava-se de uma estratégia tanto das tendas individualmente como das federações de caráter regional, pois existia a necessidade de se legitimar e de validar a Federação recém-criada.

Para Sabrina Lima (2017, p. 77), a filiação à Confederação conferia um status de reconhecimento à Federação piauiense, tanto por ser uma instituição de caráter nacional, como pelo fato de seu presidente ser um general. Diana Brown (1985, p. 85) comenta que era maciça a presença de militares como dirigentes das federações de umbanda nesse período. Essa ligação com a Confederação era enfatizada sempre que possível, tanto em matérias jornalísticas, quanto no próprio estatuto da Federação, a ponto de o General Mauro do Porto Rêgo, que estava à frente da Confederação Nacional Umbandista, ser nomeado presidente de honra da Federação Piauiense de Umbanda em meados da década de 1970. Era comum a intervenção do órgão nacional nos assuntos da federação piauiense (LIMA, 2017, p. 77).

Apesar da criação da Federação, ainda existia a necessidade de se registrar as tendas de umbanda em cartório como pessoas jurídicas e, em seguida, ser feita a

---

<sup>25</sup> Registro no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis, Pessoas Jurídicas e Outros papeis, livro A- 04, n. 323, 11 abr. 1966.

publicação no Diário Oficial. Dessa forma, a Federação piauiense passou a oferecer a assistência jurídica aos terreiros filiados, servindo como mediadora entre as tendas e os cartórios, ajudando na elaboração dos estatutos e providenciando a burocracia necessária para o registro e a posterior publicação no Diário (LIMA, 2017, p. 79).

Nos Diários Oficiais do Estado do Piauí<sup>26</sup> analisados durante nossa pesquisa consta o endereço da tenda, a localização, informações sobre o presidente e o chefe espiritual e a data de sua fundação. Contudo, o registro da data de fundação da tenda pode ser anterior ao que se apresenta no documento, pois ao registrar a data correta poderia incorrer no fechamento do terreiro por parte da Secretaria de Segurança, que era responsável por fiscalizar esses espaços religiosos, de funcionamento ilegal.

Com o avançar da pesquisa, notamos que o número de registros de tendas no Diário Oficial do Estado diminuiu, o que pode sinalizar o abrandamento na fiscalização desses espaços religiosos por parte do poder público e da federação que, como veremos adiante, também dispensava atenção a disputas políticas. No Piauí, a fiscalização e a emissão de alvarás de funcionamento das tendas deixou de ser uma atribuição da Secretaria de Segurança do Estado para se tornar função das federações somente a partir de 1973, com emissão da Portaria nº 05-08/1973. Assim, algumas tarefas passaram a ser responsabilidade do presidente da Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí.<sup>27</sup>

Os Alvarás de Licença para o funcionamento de Tendas Espíritas existentes no Município de Teresina sejam fornecidos pela FEDERAÇÃO ESPÍRITA UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS DO ESTADO DO PIAUÍ (FEUCABEPI) conforme amparo constante de emenda estatutária publicada no D.O. nº 101, de 23/06/1971, bem como as Tendas Espíritas do interior do Estado sejam por ela devidamente licenciadas, tudo dentro das normas legais pertinentes aos seus encargos e atribuições.<sup>28</sup>

Após a publicação da Portaria nº 05-08/1973 identificamos uma mudança na relação estabelecida entre a Federação e as tendas de umbanda do Estado. Essa constatação foi realizada a partir da análise de um fragmento da matéria publicada no jornal **O Dia** em 18 de fevereiro de 1973:

Todas as tendas espíritas que não tiverem funcionando regularmente serão fechadas agora com a campanha que será desencadeada pela Secretaria de

---

26 Durante a década de 1970, o número de publicações de extratos de tendas de umbanda localizadas em Teresina no DOE foram: 1970, 16 publicações; 1971, 8 publicações; 1972, 13 publicações; 1973, 12 publicações; 1974, 6 publicações; 1975, 2 publicações; 1976, 3 publicações.

27 PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 23 jan. 1973.

28 PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 23 jan. 1973.

Segurança e a Federação Espírita Umbandista dos Cultos Afro Brasileiros do Estado do Piauí. Uma reunião nesse sentido foi realizada pela Secretaria de Segurança com os presidentes de tendas e diretores de centros espíritas para definir os objetivos da campanha, que terá início ainda esse mês com o auxílio da Polícia. O presidente da Federação diz que em Teresina já existem tenda demais e muitas delas são utilizadas como locais de orgia pervertendo o sentido da pura religião de Umbanda. Admite que a popularidade que os cultos vem alcançando em Teresina levam muitos aventureiros a explorar inocentes que ainda não tomaram conhecimentos dos objetivos e seriedade da Umbanda. Para o funcionamento da tenda será necessário agora, a partir das repressões contra terreiros clandestinos, efetuar o pedido de filiação e a federação é quem decidirá se há condições de fornecer a devida licença que também é fornecida através da Secretaria de Segurança.<sup>29</sup>

Podemos perceber que a severa fiscalização das casas umbandistas nesse período foi resultado de ações conjuntas entre a federação e a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Algumas lideranças umbandistas que estavam à frente das federações durante a década de 1970 acusavam as tendas de estarem funcionando como lugar de perversão e orgias. O presidente da federação nesse período ainda pediu o auxílio da polícia para o fechamento de casas de umbanda que não tivessem a autorização de funcionamento emitida pela federação.

Portanto, o caráter ambíguo das Federações é percebido de acordo com a descrição de tais fatos, de forma que, em alguns casos, essa instituição age como representante dos religiosos e, ao mesmo tempo, órgão repressor do seguimento que representa. Segundo a antropóloga Patrícia Birman (1985, p. 96), mesmo as federações tendo se constituído como instâncias de mediação que possibilitaram, nas diferentes conjunturas políticas, a sobrevivência dos terreiros, elas também se consolidaram como as julgadoras das práticas ritualísticas.

Dentre os muitos papéis reivindicados pelas federações de umbanda,<sup>30</sup> Birman (1985, p. 91) nos explica sobre aquele no qual essas instituições passam a se constituir como instâncias que negociam politicamente com a sociedade o lugar de cada terreiro em particular (como religião ou como “caso de polícia”), ou seja, se transformam nos mediadores políticos que atuam no espaço de negociação existente em torno da liberdade dos cultos. A esse papel de mediadores políticos assumidos pelos presidentes das federações de umbanda podemos acrescentar, ainda, as tentativas destas instituições de serem reconhecidas como instâncias

---

29 Essa campanha fechou as tendas espíritas ilegais. Cf. O DIA, Teresina, 18 fev. 1973.

30 Patrícia Birman (1985) nos fala, ainda, que as federações de umbanda atuam no combate ao curandeirismo buscando se afastar de tais características, além desse movimento sinalizar a busca por melhores posições no campo religioso.

hierarquicamente superiores aos terreiros e chamarem para si a tarefa de separar o joio do trigo, definindo o que é a religião e o que não passava de práticas sociais ilegítimas e ilegais (BIRMAN, 1985, p. 95).

Devemos lembrar, também, que além das despesas cartoriais, a filiação do terreiro nas federações custava o pagamento de taxas referentes a mensalidades e anuidades, por terreiro e por membro do terreiro, o que possivelmente poderia dificultar a filiação de terreiros mais pobres e, provavelmente, cairiam sobre eles a suposta “ilegalidade” (LIMA, 2017, p. 81).

No Piauí, os presidentes das federações, ao longo dos anos, tentaram impor regras que tivessem como objetivo moralizar as práticas e rituais que ocorriam nas tendas de umbanda. Essas ações eram em alguns casos justificadas como condição de sobrevivência e, direta ou indiretamente, como modo de garantir sua hegemonia interna junto a outros grupos religiosos. Como exemplo, podemos citar a matéria presente no jornal **O Dia** no ano de 1973, no qual, sob a justificativa de manter a ordem e o sossego, o presidente da Federação Espírita Umbandista do Piauí, José Soares Albuquerque, passou a instituir horários de funcionamento das tendas da capital. A partir de então, só seria permitido os tambores de umbanda até a meia-noite, justificando a medida como parte da obediência ao sossego público.<sup>31</sup>

As atribuições dispensadas às federações de umbanda em exercício no Piauí durante a década de 1970 nos mostra que a sua atuação, pelo menos em parte, estava relacionada com as demandas dos umbandistas, mas que essas instituições também desempenhavam um importante papel regulador que lhe era autorizado pelo Estado. No jogo da institucionalização, as normas e proibições sobre como os fiéis umbandistas podiam expressar e vivenciar sua religiosidade no espaço público era oriunda de uma preocupação do poder público em apagar determinados traços culturais que não estivessem de acordo com os valores da sociedade majoritariamente cristã. Em muitos momentos o discurso dos presidentes das federações buscava proximidade com religiões reconhecidas e praticadas em larga escala pela sociedade a fim de conquistar a aceitação social. Esse papel de mediação entre a sociedade envolvente e o grupo social, necessário para garantir a não repressão destes, também tem o efeito de modificar algumas características presentes no culto e nas práticas religiosas umbandistas, como nos exemplos citados:

---

31 TAMBORES de Umbanda só até meia noite. **O Dia**, Teresina, p. 5, 10 abr. 1975.



a fixação de um horário para tocar tambores nas cerimônias religiosas e a necessidade de registro junto às federações para evitar perseguições.

### 3.3 GUERRA NA UMBANDA: DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DA UMBANDA NO PIAUÍ

Um dos marcos históricos mais importantes para as religiões afro-brasileiras do Estado do Piauí foi a criação da primeira federação de umbanda. Os acontecimentos noticiados envolvendo essa religião passariam a ter relação com a Federação ou fariam referência a essa instituição. Dentre esses acontecimentos, destacamos a disputa pela presidência da Federação como um evento de grande importância para o cenário da umbanda na década de 1970 no Piauí. As disputas pessoais e políticas em torno da direção da federação foram responsáveis por gerar reflexos em suas ações, como as relações com políticos ou nas festas públicas, por exemplo. Dessa forma, precisamos compreender como ocorreu a conturbada sucessão de presidentes da Federação para que seja possível o entendimento dos principais acontecimentos da religião umbandista durante a década de 1970.

Como adiantamos anteriormente, a fundação da FEUEPI ocorreu em 1964,<sup>32</sup> e seu estatuto previa que o mandato da diretoria fosse de três anos. A historiadora Sabrina Lima (2017, p. 83) relata sobre os poucos documentos disponíveis sobre os primeiros anos de funcionamento da fundação, sendo possível acessar algumas informações apenas a partir de documentos da Federação, atas que foram elaboradas pelos presidentes posteriores e publicações de jornais.

Entre os anos de 1964 e 1967 esteve à frente da presidência da federação o Sr. Antônio Manoel da Silva. Em 1967, ele se reelegeu como presidente do órgão para o mandato 1967-1970, no entanto, temos poucos registros de suas passagens pela diretoria do órgão. O mandato do Sr. Antônio Manoel da Silva foi interrompido no dia 13 de setembro de 1969, quando foi realizada uma nova eleição na FEUEPI através de uma reunião extraordinária.<sup>33</sup> Nessa data, foi eleita para presidir a Federação a senhora Cândida Carneiro Soares, conhecida como Irmã Candinha, para um mandato que iria de 13/09/1969 a 13/09/1972 e toda a diretoria foi modificada. Nesse momento,

---

<sup>32</sup> Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei 2.957, de 25 de março de 1969. Fonte: TERESINA. Lei nº 2.957, de 25 de março de 1969. Reconhece de utilidade pública a Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí. Teresina: Câmara Municipal, [1969].

<sup>33</sup> PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 4 out. 1972.

o Sr. José Soares de Albuquerque passou a ser o consultor jurídico da federação.

Irmã Candinha foi uma personagem importante para a umbanda piauiense no período: era chefe da Tenda Rei Tupinambá, localizada no bairro São Pedro, zona sul de Teresina, e, aparentemente, possuía muito prestígio na comunidade umbandista (LIMA, 2017, p. 84). Durante o período em que Irmã Candinha esteve à frente da federação houve um trabalho de catequese e de visitas a outros terreiros no interior do estado buscando mostrar quais os valores da umbanda piauiense, além de promover interação entre os fiéis a partir das festas. Foi criado ainda nesse período o hábito de se divulgar em jornais, rádios, as notícias relacionadas à umbanda. Segundo José Soares Albuquerque, ex-presidente da FEUCABEPI (1987, p. 161), “O umbandista não tinha mais vergonha de se apresentar como tal. A pecha de ‘macumbeiro’ não comportava mais”.

De toda forma, Irmã Candinha não conseguiu concluir seu mandato devido a seu falecimento. Em 24 de abril de 1971 foi realizada uma reunião extraordinária na qual o sargento do exército Salim Freire,<sup>34</sup> à época Delegado de Umbanda<sup>35</sup>, responsável pelos terreiros da zona norte de Teresina, foi eleito para substituir a falecida na presidência da federação. Aparentemente, Salim Freire foi eleito para completar o mandato de Irmã Candinha até 1972. Em nossa pesquisa não foi possível encontrar com exatidão em que momento há mudança de nomenclatura da federação, mas os registros analisados apontam que a partir de 1971 a FEUEPI muda de nome e passa a se chamar Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro Brasileiros do Estado do Piauí (FEUCABEPI).<sup>36</sup>

Como já citamos anteriormente, a aproximação entre alguns políticos e as federações e tendas de umbanda ocorreu de forma mais intensa durante o regime civil militar, especificamente na década de 1970. Nesse período, devemos ressaltar a acalorada disputa entre Salim Freire e Silva e José Soares Albuquerque pela

---

34 Salim Freire e Silva era Sargento do exército, foi presidente da federação de umbanda em diferentes momentos na década de 1970 e foi líder da torcida do time de futebol Flamengo do Piauí o que também contribuiu para que ele ganhasse alguma visibilidade. Não era filiado a nenhum partido político mas sempre foi bastante próximo de políticos da ARENA.

35 Em abril de 1971 foi realizada uma reunião extraordinária na qual foi aprovada uma alteração no Estatuto da federação, passando a incluir entre outros termos a função de delegados de umbanda. Na alteração a Federação define que serão nomeados Delegados Espirituais que terão a função de fiscalizar os rituais praticados nos terreiros (LIMA, 2017, p. 81).

36 Segundo Diana Brown, em fins da década de 1960 e início da década de 1970, as federações mudam sua nomenclatura porque as religiões afro-brasileiras ganham um novo status no período e inicia-se um processo de aproximação e valorização dos elementos africanos do culto (BROWN, 1985, p. 28).

presidência da federação e a conseqüente influência junto aos fiéis umbandistas do estado. A partir de pesquisa realizada em jornais, foi possível supor que os desentendimentos entre os dois têm início nos primeiros anos da década, como podemos observar na nota publicada pela federação:

FEDERAÇÃO ESPÍRITA UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO BRASILEIROS DO ESTADO DO PIAUÍ- FILIADA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL ESPÍRITA UMBANDISTA DOS CULTOS AFRO BRASILEIROS- COM SEDE NO RIO-GUANABARA, DIRIGIDA PELO GENERAL MAURO DO RÊGO PORTO Faz ciente as autoridades e toda a família Umbandista do Estado do Piauí que conforme documentação recebida daquele ÓRGÃO SUPERIOR afastou definitivamente do quadro social desta FEDERAÇÃO, obedecendo normas estatutárias em vigor em seu Art. 12º, o Ex- Sócio JOSÉ SOARES DE ALBUQUERQUE, devendo o mesmo devolver a carteira que lhe dava direito de sócio a secretaria, a fim de que seja remetida a CONFEDERAÇÃO, ficando sem direito de tratar qualquer assunto referente a esse ORGÃO RELIGIOSO. SALIM FREIRE E SILVA- Presidente Umbanda Estado do Piauí.<sup>37</sup>

A nota publicada pela Federação tem o objetivo de expor a expulsão de José Soares Albuquerque da instituição, fato de bastante relevância, visto que Albuquerque, além de consultor jurídico, era também vereador da capital Teresina pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Salim e Albuquerque foram os principais personagens das disputas pela presidência da FEUCABEPI, atuando como agentes polarizadores, dividindo tanto a Federação como os adeptos, formando dois grupos distintos, como destacado pela imprensa inúmeras vezes (LIMA, 2017, p. 85). As análises e interpretações realizadas até aqui levam a crer que as disputas em torno da federação, além de possuírem cunho político, também podem estar associadas à relevância econômica que esse órgão possuía, visto que arrecadavam grandes quantias com as permissões e alvarás concedidos às tendas e recebiam auxílio financeiro do governo do estado.

No jornal **O Dia** de 18 de fevereiro de 1973, quase um ano após a expulsão de Albuquerque da Federação, Salim Freire utilizou esse espaço para negar que tenha realizado tal ato, mudando sua versão sobre o assunto:

SALIM DESMENTE- Irmão Salim contava ontem ao Roda Viva que nunca expulsou o Albuquerque da Umbanda, porque a sua federação é religiosa e o vereador não cometeu nenhum crime contra a religião. Salim afirmou que, quanto ao boato, tudo não passou de um golpe político mal urdido. De um certo modo, dizia o presidente da Federação Espírita, que as tendas estão abertas e os terreiros são tão livres como antigamente. Agora, sobre os votos

---

37 NOTA. **O Dia**, Teresina, 19 jan. 1972.

da federação o Salim nada falou.<sup>38</sup>

Durante o levantamento e as análises realizadas para a produção desse estudo, tornou-se possível evidenciar que o jornal **O Dia** reservou um espaço maior a Salim Freire em suas páginas, fosse para ressaltar os feitos como as festas produzidas pela Federação ou, ainda, para atacar seus adversários ou defender-se de acusações. Ao longo da década de 1970, é possível perceber a ligação entre o Sargento Salim Freire e os membros da Aliança Renovadora Nacional. Talvez seja esse o fator que justifique a aproximação dele com o proprietário do jornal, o que lhe garantia um maior espaço nas páginas, pois os jornais piauienses sempre tiveram ligações político-partidárias.<sup>39</sup>

O contexto das disputas políticas na umbanda piauiense ia para além das disputas entre as figuras de Salim e Albuquerque. Na década de 1970 acompanhamos um movimento de criação de diversas federações de umbanda por todo o país, tendência que também chegou ao Piauí. Algumas federações surgiram independentes da FEUCABEPI, provavelmente por não desejarem serem representadas pelos diretores da instituição já existente. Ao entender que a hegemonia da FEUCABEPI estava ameaçada, Salim Freire iniciou uma campanha de hostilização das federações que surgiam em outras cidades do Piauí a partir de entrevistas concedidas a jornais da capital. Um bom exemplo do que estamos falando é o trecho de sua entrevista concedida ao jornal **O Dia** em janeiro de 1972 quando refere-se à União Espírita de Umbanda de Parnaíba como uma “entidade clandestina” e destaca que “está tomando providências junto às autoridades competentes, tendo em vista a extinção da arapuca montada no litoral piauiense”.<sup>40</sup>

Em março de 1973 foi publicado no Diário Oficial o estatuto de uma federação chamada Tribunal de Ogum Umbandista do Estado do Piauí, tendo a sua fundação a data de 22 de julho de 1972.<sup>41</sup> Na edição do Diário Oficial do dia seguinte, 26 de março de 1973, foi a vez da FEUCABEPI, na figura de seu presidente Salim Freire, fazer suas considerações sobre a recém-criada federação, declarando que o Tribunal de

---

38 SALIM desmente. **O Dia**, Teresina, 18 fev. 1973.

39 Segundo a historiadora Marylu Oliveira (2008, p. 173), o jornal **O Dia**, até o ano de 1963, pertencia ao Sr. Leão Monteiro, que tinha a simpatia dos partidários do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em agosto de 1963, o jornal foi comprado pelo Coronel Otávio Miranda, um dos primeiros a apoiar o golpe militar de 1964, e que era partidário da ARENA.

40 UMBANDA. **O Dia**, Teresina, 14 jan. 1972.

41 PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, n. 47, 22 mar. 1973.

Ogum funcionava “sem base legal” e contrariava o decreto da Secretaria de Segurança Pública. Informava, ainda:

Essa entidade, contudo, surgiu ilegalmente de modo que a Federação Espírita Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Piauí, ORGÃO OFICIAL DO CULTO DE UMBANDA DO PIAUÍ, sente-se no dever de alertar a família umbandista de nosso Estado contra aquela iniciativa e quem de direito.<sup>42</sup>

Portanto, concluímos que, enquanto presidente da FEUCABEPI, Salim Freire buscou, a partir de discurso condenatórios direcionados a outras federações recém-fundadas, se consolidar como o único representante e porta-voz dos umbandistas do Estado do Piauí. Esse posto lhe garantiria não somente influência junto aos grupos religiosos de todo estado como também favoreceria o exercício do controle político e econômico gerado pelo monopólio da federação que estivesse presidindo.

Entre disputas e acusações no jornal **O Estado** do dia 14 de dezembro 1974 foi publicada uma matéria sobre um grupo de umbandistas ligados a Albuquerque que denunciaram a gestão de Salim Freire por “irregularidades que feriram os estatutos da entidade e pedem o seu afastamento imediato”<sup>43</sup>. Após alguns dias, foi publicada uma matéria no jornal **O Dia** sobre o afastamento de Freire por motivo de saúde:

O presidente da Federação Espírita Umbandistas dos Cultos Afro Brasileiros, irmão Salim, por motivo de doença e cumprindo determinação médica informou ontem que o cargo que vinha sendo exercido por ele será ocupado pelo vice presidente da entidade Sr. Manoel Raimundo Lima, o Mano, em caráter definitivo. Depois de muitos anos prestando serviços o irmão Salim resolveu deixar a presidência obedecendo recomendações dos médicos uma vez que se encontra em delicado estado de saúde. O irmão Salim manifestou-se disposto, entretanto, a continuar à disposição dos seus irmãos na sua residência [...] Desde ontem Salim vem recebendo solidariedade de toda a família umbandista. O novo presidente Manoel Raimundo Lima ocupava a vice presidência da entidade e já está afeito aos serviços umbandistas.<sup>44</sup>

Sobre o afastamento de Salim Freire da FEUCABEPI, podemos inferir que essa decisão pode estar relacionada com as denúncias levantadas contra a sua gestão dias antes da concretização de seu afastamento, independente de que se tenha usado como justificativa problemas de saúde. O fato é que Manoel Raimundo Lima, até então vice-presidente, assumiu o cargo de presidente da Federação. No mês seguinte, em janeiro de 1975, foi convocada uma Assembleia Geral com o intuito de dar posse a

---

42 PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, n. 49, 26 mar. 1973.

43 UMBANDISTAS afastam seu presidente. **O Estado**, Teresina, p. 1, 14 dez. 1974.

44 SALIM deixa federação umbandista. Mano assume. **O Dia**, Teresina, 18 dez. 1974.

uma nova diretoria para a federação.

No jornal **O Dia** de 10 de janeiro de 1975 foi anunciada a posse da nova diretoria para o triênio 1975-1978, tendo como seu novo presidente o vereador José Soares Albuquerque que, segundo a matéria, “Tem planos de organizar um calendário de eventos de umbanda no Estado, além de organizar um jornal mensal para divulgar os acontecimentos e feitos das diversas tendas de Teresina”.<sup>45</sup> Na Assembleia Geral de janeiro de 1975, José Soares de Albuquerque tornou-se o presidente da FEUCABEPI e Raimundo Nonato Lima (o Mano), que era o então presidente, por conta do afastamento de Salim Freire, passou a ser o vice-presidente de Albuquerque.

Apesar da confirmação da nova composição da Federação a partir da Assembleia acima referida, o grupo de Salim contestou a eleição de Albuquerque em fevereiro de 1975, como podemos ver a seguir:

A eleição do Sr. José Soares Albuquerque para a Presidência da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Piauí, está sendo objeto de cuidadosa verificação por parte da Confederação Nacional Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros. A contestação da legalidade da eleição havida foi feita pelo Sr. Salim Freire Silva, que enviou à Confederação documentos de que a entidade tomou conhecimento.<sup>46</sup>

Entretanto, dias depois, é possível acompanhar pela publicação na edição do jornal **O Dia** do dia 22 de fevereiro de 1975 que, mesmo após a contestação realizada por Salim, a presidência da federação de umbanda piauiense continuou com Albuquerque. Nos meses seguintes, é possível acompanhar de forma recorrente a presença de matérias jornalísticas em que eram apresentadas denúncias de natureza diversas de ambos os lados; em alguns casos, também era cedido o direito de resposta ao lado acusado. Essa troca de acusações entre os grupos umbandistas que tinham Salim e Albuquerque como seus líderes deu ampla divulgação da crise entre os dirigentes da umbanda no Estado.

As trocas de acusações entre os envolvidos na disputa pelo controle da Federação de umbanda no Piauí chegaram ao conhecimento da população a partir de várias matérias jornalísticas que discorriam sobre o tema. Em alguns momentos, eram feitas acusações de desvio de recursos da instituição e em outros havia a tentativa de pôr em dúvida a espiritualidade um do outro, sob acusações de não serem verdadeiramente umbandistas, de praticarem magia negra, entre outras apelações.

---

45 FEDERAÇÃO umbandista elege nova diretoria. **O Dia**, Teresina, 10 jan. 1975.

46 O DIA. Teresina, 20 fev. 1975.

Portanto, é possível concluir que a troca de acusações de cunho pessoal e que questiona a validade da fé do outro pode evidenciar o quanto o próprio segmento umbandista faz uso do imaginário demonizador, cultivado contra essas crenças, para favorecer posições de grupos internos.

Em matéria intitulada “Umbanda do Piauí está em pé de guerra”, publicada no jornal **O Estado** no dia 11 de abril de 1975, podemos ter uma ideia sobre o clima de conflitos e disputas em torno dos dois grupos referidos nesse trabalho. Nessa matéria foi feito um apanhado de vários acontecimentos da umbanda, desde a fundação de sua primeira federação ainda nos anos 1960 até as disputas atuais entre Salim e Albuquerque. Conseguimos constatar que a narrativa da matéria coloca a perspectiva de Salim em evidência e abre espaço para a contestação da espiritualidade de Albuquerque que, segundo o acusador, teria se tornado umbandista para conseguir votos nos terreiros. Ao final desta mesma matéria, Salim deu um depoimento afirmando que a entidade que Albuquerque recebe não é um ser de luz, mas “um espírito mal, vindo, portanto, das trevas para perturbar a paz umbandista na terra”.<sup>47</sup> Nesta mesma reportagem estão presente fotos de Salim Freire com alguns umbandistas como podemos ver a seguir:

Figura 3 – Salim em eventos com umbandistas



---

47 O ESTADO. Teresina, 11 abr. 1975.

Fonte: O ESTADO. Teresina, 11 abr. 1975.

Como podemos notar, mesmo longe da presidência da Federação, Salim Freire ainda tinha bastante influência e respeito junto a alguns grupos umbandistas do estado, além de receber apoio de políticos ligados à ARENA, o que lhe permitiu articular, por exemplo, a fundação de uma outra federação de umbanda no Piauí. Em 13 de maio de 1974 foi realizada uma Assembleia Ordinária no Centro Espírita de Umbanda São Francisco das Chagas, localizado em Teresina, contando com a participação de apoiadores de Salim Freire. Na ocasião, aprovaram um estatuto e a composição de diretoria para a Federação das Associações Espíritas Umbandistas Africanistas e Candomblé do Estado do Piauí, que passou a figurar como mais uma federação responsável por representar os umbandistas do Estado.

Quase um ano após a realização da assembleia para aprovação do estatuto da nova federação, foi realizado o seu registro no Diário Oficial do Estado do Piauí em 9 de maio de 1975 (ver Anexo B). Neste documento consta que a Federação das Associações Espíritas Umbandistas Africanistas e Candomblé do Estado do Piauí estava filiada à Congregação Espírita Umbandista do Brasil e ao Conselho Nacional Deliberativo de Umbanda, ambos com sede na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, nessa oportunidade Salim Freire foi nomeado presidente da nova federação com um mandato a ser exercido por tempo indeterminado, o que demonstra sua influência junto ao grupo de umbandistas que o apoiou neste momento.<sup>48</sup>

Em matéria publicada em março de 1975 no jornal **O Dia**, aponta-se que essa federação contava com o apoio de todos os vereadores da ARENA em Teresina, além de seis deputados estaduais que estariam facilitando o contato entre o presidente da federação, Salim Freire, e o Secretário de Segurança do Estado, visando a manutenção dos direitos religiosos dos umbandistas. Ainda nessa matéria há relatos de que Salim solicitava a compreensão e a solidariedade das demais organizações de umbanda, afirmando possuir uma programação para as próximas comemorações da umbanda na cidade.<sup>49</sup>

As matérias veiculadas nos meios de comunicação do Estado durante a década de 1970 e que possuem referências diretas à umbanda nos dão uma ideia das

---

48 PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, n. 86, 9 maio 1975.

49 O DIA. Teresina, 30-31 março 1975.



disputas em torno de poder político e influência junto aos diversos umbandistas. Dessa forma, ao articular a formação de uma nova federação de umbanda no Estado, Salim Freire se esforça para não perder espaço nesse jogo político que estava ocorrendo contra Albuquerque. De toda forma, as acusações e defesas recorrentes deixam claro a disputa de poder e influência junto às tendas umbandistas do Piauí.

A edição do jornal **O Estado** de 13-14 de abril de 1975 traz na capa como matéria principal e em letras garrafais o título “Estouro na umbanda do Piauí”, na qual relatada denúncias do então vice-presidente da FEUCABEPI Manoel Raimundo Lima contra Salim Freire:

Mais uma bomba explodiu ontem na sede da Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí, quando os atuais diretores da entidade, em reunião, ao verificarem os documentos arquivados na sede da instituição, depararam com vultoso rombo, feito pela gestão do presidente Salim Freire. O vice-presidente da Federação, Raimundo Lima, mais conhecido por Mano revelou a O Estado que as sindicâncias ainda não ofereceram a quantia exata do vultoso desfalque, mas assegurou que ele aproximar-se-á casa dos 80 mil cruzeiros. DINHEIRO DAS TENDAS: O sr. Raimundo Lima, disse ontem a O Estado que durante a sua gestão, o presidente Salim Freire recebeu quantias impressionantes das tendas umbandistas da capital piauiense e do interior e até da vizinha cidade de Timon. ‘Cada tenda para se filiar na Federação e ter direito a um registro legal e diploma teria que arcar com aquantia de Cr\$350,00, valor equivalente ao alvará de funcionamento’, revelou o vice-presidente da Federação, afirmando que 460 tendas filiadas na entidade desembolsaram tal importância para o senhor Salim Freire, cujo dinheiro até o momento tem paradeiro ignorado.<sup>50</sup>

O Sr. Manoel Raimundo Lima informou que além das taxas de expedição de alvarás, ainda eram cobradas mensalidades das tendas e dos médiuns federados e que, apesar disso, a Federação está. Por fim, Mano elogiou o presidente José Soares de Albuquerque e finalizou dizendo que todos os documentos seriam entregues à justiça para tomarem as providências legais.

Temendo a repercussão das acusações realizadas contra sua honra, Salim Freire procurou o jornal **O Estado** para defender-se das acusações feitas por Raimundo Lima. Na matéria publicada no dia 23 de abril de 1975, Salim iniciou seu relato afirmando que é um cidadão que vive de seus próprios vencimentos e fez alusão ao seu histórico idôneo na umbanda piauiense. Além disso, afirmou que nunca possuiu ambição política, diferente de Albuquerque, que usava a federação como palanque, usando Mano em seu “joguete político”. Por fim, Salim Freire relatou que várias tendas estavam solicitando o desligamento da FEUCABEPI (federação dirigida por

---

50 O ESTADO. Teresina, 13-14 abr. 1975.

Albuquerque) devido sua discordância com as normas impostas, de forma que esse fato poderia estar levando Albuquerque a perseguir e inventar calúnias a seu respeito.

Segundo Sabrina Lima (2017, p. 93), Albuquerque ficou na presidência da FEUCABEPI por pouco tempo, pois se afastou do cargo, não tendo sido encontrada documentação referente a esse acontecimento. Ele passa, então, a assinar documentos referentes à federação como Relações Públicas, ou seja, assumindo outro cargo, embora permaneça na diretoria com outros membros de seu grupo. Acreditamos que Albuquerque, a partir desse período, renunciou a seu cargo de presidente para se dedicar à sua reeleição ao cargo de vereador de Teresina pelo MDB no ano de 1976. O jornal **O Dia** de 21 de novembro de 1976 noticiou a eleição de 11 vereadores pela ARENA e 6 vereadores pelo MDB, dentre eles estava eleito José Soares Albuquerque com 2.269 votos para o seu segundo mandato.<sup>51</sup>

As disputas políticas até aqui relatadas podem ser analisadas também sob a verdade que foi sendo construída em torno da umbanda no Estado. Essa mudança de olhar pode ser notada a partir das matérias jornalísticas que passaram a ser veiculadas sobre os conflitos que ocorriam pelo controle das federações. Estar à frente de uma federação de umbanda na década de 1970 significava falar em nome de todas as tendas filiadas e isso era importante, pois esse grupo representava uma parcela de eleitores. Em contrapartida, para os dirigentes das federações, ocupar o cargo de presidente seria uma forma de conquistar mais prestígio social para si e para a religião e ainda contar com um retorno econômico a partir dos repasses feitos pelo governo às federações e das quantias referentes aos alvarás e taxas pagas pelos pais e mães de santos para manter seus terreiros em funcionamento e na legalidade.

Com o crescimento das federações, estas passaram a ser vistas como um espaço que abrigaria potenciais eleitores, pois reuniram uma camada da população que representava votos para aqueles com quem mantivesse um acordo. Os terreiros foram alvos dos setores médios que tentavam submetê-los às suas preocupações doutrinárias e rituais e aos seus interesses eleitorais recebendo, em troca, promessas de proteção e legitimidade social (BROWN, 1985, p. 25). Durante a ditadura militar, os políticos aproximaram-se da umbanda trazendo à tona seus elementos nacionalistas e a elegendo como uma religião que fazia parte do folclore brasileiro, porém essa religião deveria passar por alguns crivos e ter suas práticas autorizadas

---

51 O DIA. Teresina, 21-22 nov. 1976.

para estar no espaço público. Segundo Leistner (2013), as estratégias de legitimação social empreendidas pelas federações previram a construção de projetos políticos capazes de dirimir os conflitos internos no campo afro-umbandista.

### 3.4 AS CELEBRAÇÕES PÚBLICAS DA UMBANDA DO PIAUÍ NA DÉCADA DE 1970

Na caminhada traçada pelas lideranças umbandistas em busca da institucionalização da religião durante as primeiras décadas do século XX, podemos localizar a tentativa de elaboração de uma identidade religiosa traçada a partir de interesses de um grupo privilegiado. Nessa esteira, ressaltamos que algumas práticas, como os eventos e cerimônias públicas, foram se consolidando e se estabelecendo como pertencentes à religião umbandista (LIMA, 2017, p. 111).

Aqui é preciso ainda salientar que existem diferenças sobre quais festas podem ser consideradas públicas e privadas. As festas privadas são aquelas vivenciadas no interior das tendas e com o objetivo de exercer a religiosidade entre os adeptos de uma mesma casa religiosa de forma mais intimista. As festas públicas ocorrem no espaço público da cidade e contam com a presença coletiva de diversos adeptos da religião, inclusive de outras tendas. Sobre festas públicas, Roberto Benjamin (2002, p. 57) destaca que há uma distinção essencial que considera as festas institucionalizadas como aquelas realizadas por iniciativa de uma instituição, com rituais normatizados e sujeitas aos ditames de autoridade e hierarquia. Segundo esta definição, concordamos que as festas públicas de umbanda organizadas pela federação de umbanda em Teresina durante a década de 1970 podem ser consideradas festas institucionalizadas.

Neste momento, trataremos das festas umbandistas realizadas em espaços públicos em Teresina e que fazem alusão a datas religiosas que vão se tornando significativas para os umbandistas da capital, passando a configurar os espaços urbanos. Além disso, essas festas são responsáveis por preservar elementos, ganhar novos e demandam adaptações, resistindo às transformações e expansão das cidades. As festas mantêm-se em um ritmo que as expande e em, outros momentos, as tornam menos visíveis, mas sempre tendo uma forte presença individual e coletiva (PEREZ, 2012, p. 22).

A umbanda com suas características marcadamente populares e que não se fechava etnicamente em sua negritude, mas se oferecia brasileiroamente a todos os brasileiros, fez parte de um projeto de perspectiva de construção de uma identidade

nacional que esteve permeando as intenções de vários intelectuais desde o surgimento da República (BIRMAN, 1985, p. 190). Os governantes militares em alguns momentos utilizaram essas características da religiosidade umbandista para inserir algumas de suas comemorações no calendário de festas públicas, principalmente sob a justificativa de que aquela prática religiosa faria parte do folclore nacional.

As festas umbandistas passaram a ganhar amplitude nacional ao se relacionarem com algumas festas católicas e, como nos explica Diana Brown (1985, p. 38), os umbandistas aumentaram sua participação em feriados religiosos católicos específicos, conhecidos como “dias santos”, ocasião em que prestam homenagem conjunta aos santos e aos orixás africanos. Em alguns estados há variações nas datas em que são celebrados esses orixás, como, por exemplo, o dia de Iemanjá, comemorado no Rio de Janeiro em 31 de dezembro e na Bahia em 2 de fevereiro (BROWN, 1985, p. 38). Seguindo a tendência do Rio de Janeiro, em Teresina o dia de Iemanjá também é comemorado no dia 31 de dezembro.

A partir das décadas de 1960 e 1970 passou a ser comum as federações de umbanda ou terreiros mais famosos realizarem festas e procissões públicas. No Piauí, o início da década de 1970 foi marcado pela gestão de Salim Freire na FEUCABEPI e partia dele a organização de algumas celebrações públicas da umbanda. As festas organizadas pela Federação contribuíram para apresentar a umbanda à sociedade piauiense e para o aumento crescente da publicidade que a religião alçaria no Piauí nos anos seguintes (LIMA, 2017, p. 113).

Algumas tendas de umbanda localizadas na capital e em cidades do interior do estado participavam das festas públicas organizadas pela federação de umbanda com o intuito de aumentar a sua visibilidade junto à sociedade e retirar a religião do desconhecimento. Essa participação ratificava a aliança entre o poder público e os umbandistas, além de demonstrar o interesse do governo militar na valorização da cultura local.

Como relatado anteriormente, a possível ligação entre Salim e o proprietário do jornal **O Dia** gerou uma ampla repercussão e divulgação dos atos relacionados à sua gestão frente à FEUCABEPI. Portanto, entendemos que o jornal se consolidou como uma das principais fontes de acesso aos acontecimentos da época, em especial entre 1970 e 1974. Nas edições do jornal **O Estado**, a partir de 1975 também eram retratados com frequência os assuntos relacionados à umbanda do Piauí.

Segundo Sabrina Lima (2017, p. 123), as festas umbandistas exerceram um

papel importante na popularização das religiões afro-brasileiras no Piauí. Acrescentamos, ainda, que a importância desses eventos podia ser evidenciada a partir das promessas realizadas pelos presidentes que assumiram as Federações durante a década de 1970. Assim, sempre que possível, Salim Freire e José Soares Albuquerque ressaltavam a importância de se formular um calendário para a realização das festas umbandistas na capital e destacavam que esse ato serviria para reafirmar a identidade religiosa umbandista no Estado.

Em Teresina, assim como em outras capitais do país, a distribuição espacial dos templos de religiões afro-brasileiras concentra-se em sua maior parte na região periférica da cidade (SILVA, 1995). Contudo, um dos lugares de memória ocupado e vivenciado pelos umbandistas durante a década de 1970 para celebrações, festas e eventos religiosos está localizado no centro da capital. Por Teresina não ser uma cidade litorânea, a margem do rio Parnaíba,<sup>52</sup> área relativamente central, era palco de quase todas as festividades religiosas da umbanda teresinense. Nos jornais analisados da década de 1970, consta que as festas públicas da umbanda na cidade recebiam o apoio da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado, que destacavam algumas autoridades civis e policiais para assegurar a realização da festa. O rio Parnaíba para os umbandistas e demais adeptos e adeptas das religiões de matrizes africanas representa um local sagrado, dedicado ao cumprimento dos ritos a Iemanjá, uma das divindades mais populares da umbanda (CARMO, 2017, p. 98).

A margem do Parnaíba escolhida fica na altura da Praça Deodoro da Fonseca, conhecida como Praça da Bandeira, e do Mercado Central de Teresina, na região do centro histórico da cidade, sendo um local de intensa movimentação e fluxo de pessoas. Portanto, a região do Cais do Parnaíba foi escolhida pelas lideranças umbandistas como lugar de celebração de seus orixás, em especial de Iemanjá, pela cosmologia religiosa que aproxima os ritos de regiões de mata e água, mas também devido ao fato de que esse espaço estava passando por diversas modificações urbanas,<sup>53</sup> o que aumentava a visibilidade da religião umbandista, tão almejada pela

---

52 A umbanda cultua a natureza e a proximidade com as matas e as águas que são características presentes nessa região de Teresina, o que justifica as festividades religiosas dos terreiros ocorrerem em sua grande maioria nesse local.

53 Adiante detalharemos as reformas implementadas no Centro Histórico de Teresina a partir da reforma da Praça Deodoro da Fonseca e do melhoramento do sistema viário com a expansão da área da Avenida Maranhão, realizadas durante o mandato do prefeito Joel Ribeiro no início da década de 1970.

federação naquele momento.

É possível notar o interesse das lideranças umbandistas à frente da federação em marcar no espaço público teresinense uma área que pudesse ser reconhecida como dedicada às festas e celebrações da umbanda a partir de seus discursos veiculados em periódicos em circulação nessa época. Por exemplo, o jornal **O Dia** do ano de 1976 traz em uma matéria relacionada à autorização do funcionamento de tendas de umbanda na capital, uma fala de Salim Freire que informava que a área do cais do Rio Parnaíba seria aproveitada como ponto para a realização de festas de umbanda e que seriam realizadas algumas reformas e adequações na região, como “a colocação de um altar flutuante para a imagem de Iemanjá”. Salim Freire afirmou, ainda, que esse local seria “dotado de condições indispensáveis para essas festas de umbanda”.<sup>54</sup>

Durante a pesquisa feita nos jornais **O Dia** e **O Estado** podemos encontrar, entre os anos de 1972 e 1977, matérias que falavam sobre as festas de São Sebastião (21 de janeiro), dos Pretos Velhos (13 de maio), de Santa Bárbara (4 de dezembro) e de Iemanjá (31 de dezembro), sinalizando a visibilidade adquirida pela umbanda e suas práticas dentro do espaço público de Teresina. Outro fato identificado são as menções feitas ao apoio e às autorizações dos órgãos públicos municipais e estaduais para que as festas ocorressem.

Segundo a socióloga Francisca Daniele Carmo (2017, p. 95), o fato de as festividades umbandistas serem idealizadas e organizadas pelo órgão representativo dos umbandistas piauienses, dava-lhes um caráter de acontecimentos oficiais. Por outro lado, a necessidade de adeptos e adeptas pedirem autorização para cumprimento de determinados ritos e festas umbandistas no espaço público da cidade reflete a tentativa de controle que o poder público pretendia exercer sobre os fiéis umbandistas. Em matéria veiculada pelo jornal **O Estado** de dezembro de 1973 encontramos relatos sobre a festa de Iemanjá,<sup>55</sup> promovida pela Federação Piauiense de Umbanda e que receberia o apoio da Prefeitura Municipal de Teresina, da

---

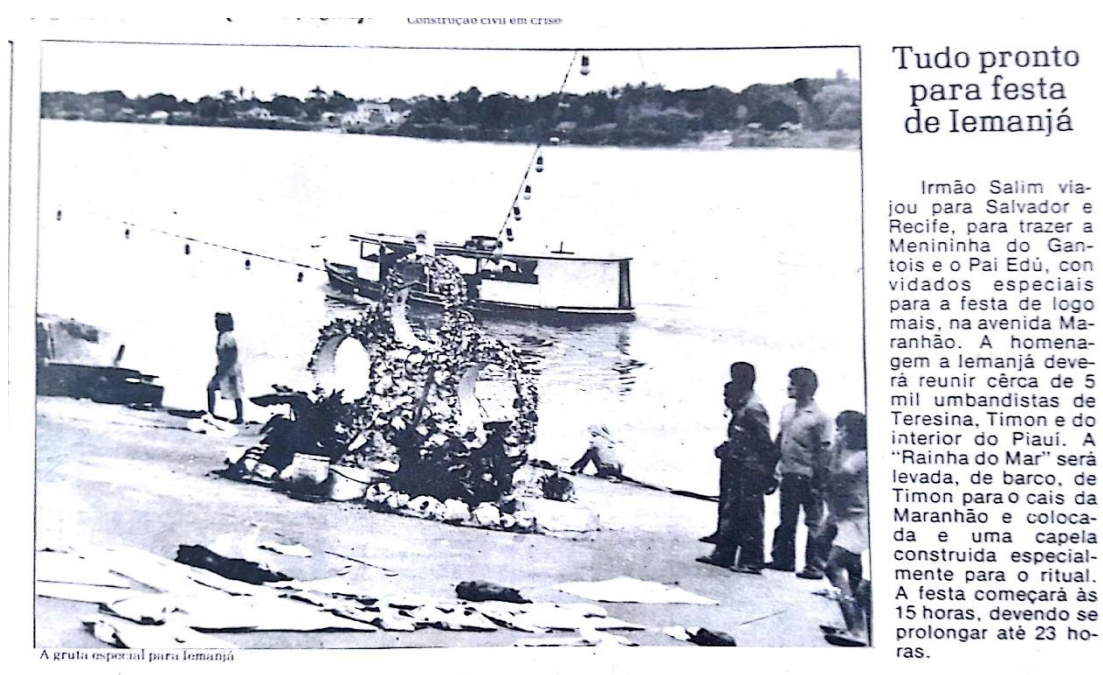
54 O DIA. Teresina, 24 ago. 1976.

55 Na festa de Iemanjá, devotos e devotas costumam realizar rituais com velas e oferendas, como flores, perfumes, espelhos e outros presentes. No Brasil, a divindade é cultuada principalmente no mar, mas em cidades não litorâneas, como Teresina, o culto pode se dar em rios. Sincretizada como Nossa Senhora da Conceição, devido à sua relação com a maternidade, no Brasil, suas contas são transparentes e suas vestes, geralmente são em cores azul-claro. A divindade leva em uma de suas mãos o abebê com a figura de uma sereia e, quando dança, procura imitar o balanço das águas (SILVA, 2005).

PIEMTUR<sup>56</sup> e pela Centrais Elétricas do Piauí (CEPISA).<sup>57</sup>

Em outra matéria relacionada ao assunto no jornal **O Dia** é informado que nessa festa também ocorrerá a inauguração de uma capela para Iemanjá, localizada à beira do Rio Parnaíba na Av. Maranhão, importante via pública da cidade de Teresina (Figura 4). A matéria explica, ainda, que para ser construída essa capela precisou-se da autorização da Capitania dos Portos e que a imagem seria uma doação da Prefeitura Municipal de Teresina.<sup>58</sup>

Figura 4 – Imagem de uma capela para Iemanjá construída às margens do Rio Parnaíba em Teresina



Fonte: O DIA. Teresina, 31 dez. 1973.

Para Sabrina Lima (2017, p. 115), a capela ou gruta, como é chamada em algumas matérias, pode ter sido construída com recursos da federação que possuía várias fontes de recebimento de verbas: o dinheiro destinado à FEUCABEPI anualmente pela Prefeitura Municipal de Teresina, pelo Governo do Estado, o dinheiro do pagamento das filiações de terreiros, além de possíveis doações de políticos para as festas umbandistas. A construção da estátua de Iemanjá em uma capela localizada na região central da cidade pode ser entendida como um dos primeiros lugares de memória dos umbandistas no espaço urbano de Teresina. A instalação de uma

56 Órgão responsável pelo turismo no estado do Piauí.

57 O ESTADO. Teresina, 31 dez. 1973, última página.

58 O DIA. Teresina, p. 1, 31 dez. 1973.

imagem pública de Iemanjá (na cidade), considerada um dos símbolos mais representativos das religiões de matrizes africanas no Brasil, representa uma ocupação concreta do espaço urbano e público de Teresina pelas religiosidades afro-brasileiras (CRUZ, 2014, p. 119). Portanto, as estratégias de aceitação social orientadas pelos fiéis umbandistas foram aos poucos sendo legitimadas pelo governo, o que gerou uma maior visibilidade e o reconhecimento da umbanda a partir da sua inserção social e política na sociedade.

Nas pesquisas realizadas também foi possível encontrarmos referências sobre as comemorações realizadas a São Sebastião. Essas festas eram produzidas por católicos e umbandistas. Segundo relatado, a igreja católica realizou missas e procissões e nas tendas de umbanda foram feitas cultos e demonstrações de danças indígenas. A matéria relatada no jornal ressalta que as celebrações foram feitas em maior número pelos umbandistas que no dia anterior haviam se reunido na Praça Deodoro da Fonseca, no centro da capital, onde realizaram “números de magia negra, dentro do culto”. É relatado, ainda, que ao som de tambores, os umbandistas executaram um ritual que consistia em pisar em brasas durante dez minutos e que parecia que nada sentiam por estarem “embriagados pela fé depositada no santo”.<sup>59</sup>

---

59 O DIA. Teresina, 21 jan. 1972.



Figura 5 – Imagem de matéria jornalística sobre as comemorações ao dia de São Sebastião no ano de 1972



Fonte: O DIA. Teresina, 21 jan. 1972.

Apesar das celebrações realizadas pelos umbandistas irem conquistando visibilidade no espaço público e nos meios de comunicação do Estado durante a década de 1970, ainda podemos perceber que a forma como essas informações eram noticiadas eram envoltas do desconhecimento sobre os rituais religiosos umbandistas. A matéria de jornal exposta na Figura 5 traz a fotografia de uma procissão organizada por católicos a São Sebastião ocorrida na capital em 20 de janeiro de 1972, não havendo nenhum registro fotográfico sobre as comemorações umbandistas que ocorreram na cidade neste mesmo dia. Outro ponto a se destacar é o juízo de valor atribuído pelo escritor da matéria aos cultos umbandistas, classificando-os como “magia negra”.

Na religião umbandista, o dia 13 de maio é dedicado à celebração dos Pretos Velhos, tendo esse dia grande importância por ser um marco histórico relacionado, mesmo que de forma simbólica, à abolição da escravidão no Brasil. Diana Brown (1985, p. 35) nos traz uma possível explicação sobre como pode ter ocorrido o início dessa data entre os umbandistas:

Essa tradição teve início nos primeiros anos da década de 1960, com a

inauguração de uma estátua em honra a um ex-escravo octogenário, num parque em Campo Grande, um dos bairros mais distantes da cidade do Rio de Janeiro. Esta estátua tornou-se o ponto central de uma celebração pública do Dia da Abolição, e deputados, autoridades e mesmo governadores davam apoio político e financeiro e lá compareciam para fazer discursos.

Em Teresina, durante o período estudado, constatamos menções a essas festas com diversas abordagens diferentes e ressaltando, em geral, como ocorriam essas celebrações e quem eram os envolvidos em sua organização. Consta no jornal **O Dia** de 13 de maio de 1975 que para essa mesma data estava programada uma festa que iria comemorar a abolição dos escravos e que envolveria tendas da capital reunidas às margens do Rio Parnaíba, na avenida Maranhão, região central de Teresina. Para este evento, estava prevista a participação da FEUCABEPI, presidida por Albuquerque, e da Associação Espírita Umbandista de Candomblé do Piauí, presidida por Salim Freire.<sup>60</sup>

Há ainda relatos no jornal **O Estado** de que durante este evento foi realizada uma cerimônia de coroação de Salim Freire, considerada na reportagem como a maior honraria já outorgada a um chefe espírita no Estado do Piauí, sendo destinada a quem presta relevantes serviços à seita e que se destaca dentro do espiritismo.<sup>61</sup> Na mesma edição, Salim Freire recebe um espaço em que usa para agradecer o apoio recebido pelas autoridades piauienses para a realização dessa festa umbandista. Nessa oportunidade é feita menção ao prefeito de Teresina Raimundo Wall Ferraz, ao governador Dirceu Arcoverde, ao secretário de segurança Sebastião Leal, à Empresa Piauiense de Turismo e ao Conselho Nacional Deliberativo de Umbanda.<sup>62</sup>

Diante das descrições acima realizadas, podemos inferir que os momentos dedicados à organização e realização das festas umbandistas durante a década de 1970 em Teresina também eram utilizados como espaços de demarcação de forças políticas, visto que a concretização dos eventos estava atrelada a autorizações concedidas por instituições públicas. Além disso, torna-se visível mais uma vez o alcance político que possuía Salim Freire,<sup>63</sup> visto que além de conseguir realizar eventos umbandistas no espaço público da cidade, estes ainda atingiam alguma repercussão na imprensa local.

---

60 O DIA. Teresina, 13 maio 1975.

61 O ESTADO. Teresina, 15 maio 1975.

62 O ESTADO. Teresina, 15 maio 1975.

63 Fruto principalmente de alianças políticas firmadas com políticos da ARENA como mencionamos anteriormente.

Salim Freire sabia articular bem a sua influência junto aos umbandistas da capital e aproveitava-se de alguns deslizes cometidos por seus adversários, como no fato ocorrido quando a comunidade umbandista preparava-se para comemoração da festa dos Pretos Velhos no ano de 1976:

Mais uma vez a Umbanda do Piauí está dividida quando chega a oportunidade de comemorar uma data do calendário brasileiro dos cultos afro-brasileiros. O sr. Manoel Raimundo Lima, presidente da Federação Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros, informou que a festa em homenagem aos negros brasileiros é profana e não é comemorada em nenhum Estado brasileiro. Segundo o Sr. Manoel Raimundo Lima só haverá comemorações nas tendas não havendo autorização da entidade para desfiles em praça pública.<sup>64</sup>

Em contrapartida ao pronunciamento do presidente da FEUCABEPI, Salim Freire, à frente de sua Federação de umbanda, anunciou que haveria festa de umbanda para celebrar os Pretos Velhos no ponto que já havia se tornado conhecido dos umbandistas, a Avenida Maranhão. Na matéria é descrito que todas as tendas que estiverem presentes na festa desfilariam pela avenida até a Capela de Iemanjá.<sup>65</sup> Assim, mais uma vez, Salim Freire demonstra a seus adversários que possuía a influência e o prestígio necessários junto às autoridades públicas para exercer a liderança junto a algumas tendas de umbanda do Piauí e para afirmar a condição dos negros ante possíveis críticas de profanidade.

Durante a festa dos Pretos Velhos que ocorreu em maio de 1976, a matéria do jornal **O Estado** relatou que seriam apresentadas danças folclóricas de umbanda. A apresentação reuniria a “Umbanda de Caboclo” e a “Umbanda Pura”, atendendo ao convite do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação que pretendia mostrar aos reitores e autoridades que se encontram no Piauí, curiosos cenários do folclore local, principalmente na parte das crenças religiosas.<sup>66</sup> Pela programação, os umbandistas deveriam fazer uma exibição de cultos e danças indígenas.

Assim, ao lançar mão de várias estratégias de legitimação social, as federações de umbanda aos poucos foram adquirindo permissão legal e apoio institucional dos órgãos governamentais para a realização de suas festas no espaço público. A dinâmica utilizada girava em torno da ideia de adequação às normas instituídas pelo poder público, como, por exemplo, ter suas festas e ritos associados ao folclore

---

64 O DIA. Teresina, 13 maio 1976.

65 UMBANDA louva hoje Preto Velho. **O Dia**. Teresina, 13 maio 1976.

66 UMBANDISTAS festejam libertação dos escravos e saúdam os deuses. **O Estado**, Teresina, 12 maio 1976, última página.

piauiense, para que se pudesse vivenciar a sua religiosidade com tranquilidade.

Segundo Valério Negreiros (2020, p. 116), o folclore foi sendo utilizado como mera justificativa ideológica no uso de uma “memória nacional” a ser lembrada e celebrada a partir de um calendário oficial após o golpe de março de 1964. Essas celebrações desempenharam um papel central na questão do incentivo de despertar uma pretensa cultura “tradicional” brasileira como um valor nacional.

A partir do Decreto Federal nº 56.747, de 17 de agosto de 1965, o então presidente da República Humberto Castelo Branco instituiu o dia 22 de agosto como o Dia do Folclore. Ao se instituir um dia específico para celebrar o folclore brasileiro e estabelecer por quais agentes e meios o ato deveria ser empregado, a ditadura estabeleceu o folclore como elemento associado à educação e cultura, instrumentos considerados importantes na formação da cidadania, de tal modo que viabilizasse a promoção de valores nacionais condizentes com o regime (NEGREIROS, 2020, p. 118).

As discussões em torno do folclore e do seu significado para a construção de uma identidade nacional durante a década de 1970 passaram ainda pela tentativa de institucionalizá-lo de modo que ao longo dos anos diversas estratégias de aproximação com o Estado foram utilizadas para este fim, como, por exemplo, a criação das séries Folclore Brasileiro e a formação das Comissões Regionais de Folclores nos estados. Negreiros (2016, p. 69) afirma que essas propostas buscavam dar um sentido nacional ao folclore eminentemente brasileiro, que configuraria a nação a partir de suas particularidades, representadas pelo conjunto de seus estados.

Ressaltamos, ainda, que ao longo das décadas de 1960 e 1970 houve uma acentuada mudança acerca da concepção de cultura relacionada ao folclore, que foi ganhando traços de uma visão mais integrada. Portanto, tornava-se importante criar instituições que pudessem articular regionalmente o folclore nos estados, havendo a necessidade de formação de comissões locais com a intenção de inventariar expressões folclóricas das mais diversas naturezas. Em 1975 foi formada a Comissão Piauiense de Folclore, com um dos seus maiores entusiastas, Noé Mendes de Oliveira,<sup>67</sup> ocupando o cargo de Secretário Feral. Entre os anos de 1975 e 1977, as

---

67 Foi professor, folclorista e escritor. Bacharel em Direito, licenciado em Filosofia e em Teologia. Mestrado em Antropologia Cultural. Professor de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí. Foi presidente da Comissão Permanente de Folclore e da Sociedade Cultural e Artística de Teresina. Dirigiu a Fundação Cultural Monsenhor Chaves e a Casa Anísio Brito. Vereador à Câmara Municipal de Teresina. Publicou: **Folclore Piauiense** (1972); **Folclore Brasileiro** (1978)

atividades dessa comissão trabalharam no sentido de resgatar o folclore piauiense (NEGREIROS, 2016, p. 85).

Dessa forma, o folclore foi assumindo, durante o período da ditadura militar, um sentido nacionalista que era acionado na tentativa de despertar uma consciência cívica. Portanto, fica clara que a aproximação do folclore com o Estado ocorre, principalmente, a partir da organização de comissões que visavam a sua institucionalização, de eventos públicos e cursos, na produção de material, bibliografia do campo do folclore em parceria com várias dessas instituições de ensino superior (NEGREIROS, 2020, p. 143).

Sabrina Lima (2017, p. 123) explica que o folclorista piauiense Noé Mendes, em seu livro sobre o folclore do Piauí, publicado em 1977, descreve as danças e comidas típicas, o vocabulário do sertanejo, o artesanato, dentre outros elementos. Ao traçar um calendário das festas tradicionais do Piauí, inclui nele as principais festas dos terreiros piauienses, pois no final da década de 1970, já se conheciam as datas em que os terreiros realizavam suas celebrações. Como no caso do “Show de Umbanda”, era comum que as manifestações religiosas fossem reconhecidas pela sociedade mais como elementos folclóricos do que propriamente como um sistema de crenças.

As tendas de umbanda durante o período que estamos analisando também passaram a ter as suas manifestações religiosas associadas a elementos do folclore regional, estando, assim, presentes em muitas comemorações, como a Semana do Folclore, celebrada no mês de agosto. Em alguns casos, as orientações para a participação nestas festas de folclore vinham de instituições nacionais, como exemplo do Conselho Nacional Deliberativo de Umbanda, que segundo matéria veiculada no jornal **O Dia** orientou em 1976 a federação piauiense de umbanda presidida por Salim Freire a integrar as celebrações promovidas pela Secretaria de Cultura do Piauí em alusão à Semana do Folclore.<sup>68</sup>

Em 1973, a Coluna Roda Viva do jornal **O Dia** anunciava que aconteceria um grande show de umbanda na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no centro de Teresina, em comemoração à Semana do Folclore:

SHOW DA UMBANDA: HOJE - Todos os terreiros e tendas de Umbanda de Teresina e do interior estão sendo convocados pela Federação Espírita

---

(GONÇALVES, 2003, p. 297).

68 DIRCEU autoriza funcionamento de tendas de umbanda. **O Dia**. Teresina, 24 ago. 1976.

Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros para tomar parte na grande exibição que a Umbanda fará hoje à noite (20 horas), no Teatro de Arena, aproveitando o transcurso da Semana do Folclore. Os umbandistas deverão fazer uma exibição de cultos e danças indígenas. Os portões da Praça Deodoro estarão abertos ao público para essa apresentação.<sup>69</sup>

Além disso, as festas, os cânticos e outros rituais umbandistas eram muitas vezes apresentados pelas autoridades públicas como atração folclórica para turistas interessados em prestigiar a cultura religiosa de outros estados. A relação entre turismo e folclore foi acionada a partir da década de 1970 e, segundo Renato Almeida, na época ligado à **Revista Brasileira de Folclore**, o folclore serviria como um aliado na emergente questão ao desenvolvimento do país, onde deviam-se estimar os valores que entram em jogo no plano da realidade nacional (NEGREIROS, 2020, p. 122).

Durante esse período, alguns traços da cultura afro-brasileira passaram a ganhar atenção especial da administração pública. De acordo com Jocélio Teles dos Santos (2005, p. 132), em Salvador, o candomblé foi utilizado como exemplo de manifestação folclórica e teve suas apresentações incorporadas a programações turísticas da cidade. O objetivo seria demonstrar a herança folclórica africana da Bahia. Segundo o autor, a principal consequência dessa ação foi que as agências de turismo e hotéis passaram a ser informados sobre quais terreiros poderiam ser visitados em festas públicas (SANTOS, 2005, p. 132).

O caso de Teresina foi um pouco diferente, não havendo uma ação institucionalizada que incentivasse o turismo folclórico relacionado aos terreiros e tendas de religiões afro-brasileiras. Em contrapartida, em 1973 foi realizada uma apresentação dos rituais umbandistas na Capela de Iemanjá por cerca de 350 adeptos que, ao som de atabaques, gongos e maracás, vestidos a rigor, se apresentaram para um grupo de alunos da Escola Superior de Turismo de São Paulo. Na matéria, é citado que esse grupo viajava pelos estados nordestinos com a finalidade de levantar as possibilidades turísticas regionais.<sup>70</sup>

---

69 GRANDE show de umbanda: hoje. **O Dia**, Teresina, 28 jul. 1973. Coluna do Gato.

70 UMBANDA para 60 turistas. **O Estado**, Teresina, p. 1, 10 jan. 1973.

Figura 6 – 350 umbandistas teresinenses desfilarão para 60 turistas paulistas



Fonte: UMBANDA para 60 turistas. **O Estado**, Teresina, p. 1, 10 jan. 1973.

Logo, constatamos que o projeto de elaborar uma identidade nacional que prezasse pela preservação dos valores culturais regionais foi posta em prática a partir de comissões de estudiosos da cultura que viajavam para as mais diferentes regiões do país com a finalidade de conhecer e catalogar as diferentes expressões da cultura popular brasileira. Todavia, ainda que a umbanda tenha obtido um grau maior de atenção pública, é possível detectar um conflito entre sua imagem enquanto religião e sua emergência enquanto um aspecto do folclore regional (BROWN, 1985, p. 37). Portanto, concluímos que o processo de institucionalização da umbanda no Piauí durante a década de 1970 ocorreu a partir de conquista de apoio político local, além de atribuir às festas e eventos umbandistas aspectos exóticos e dignos de espetáculos, sob a justificativa de fazerem parte do folclore regional e compor o leque cultural da identidade piauiense.

### 3.5 AUTONOMIA E SOBREVIVÊNCIA: ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS TENDAS DE UMBANDA EM TERESINA

Os fatos descritos e analisados até aqui sobre a umbanda em Teresina durante a década de 1970 tratam da forma como as federações exerceram um papel relevante no processo de legitimação dessa religiosidade no espaço público da capital. Dessa

forma, torna-se importante ampliarmos nosso olhar para além dos eventos oficiais e de como eles eram descritos no meio de comunicação da época, visto que entendemos ser necessário considerar as memórias e narrativas dos sujeitos que estiveram envolvidos nesse processo e que elaboraram suas próprias histórias. A partir de agora passamos a estudar como um grupo de tendas de Teresina se comportou frente à institucionalização da umbanda e como esse mesmo grupo pautou sua relação com os eventos públicos e as relações políticas neste período.

Durante a produção dessa análise, tivemos como critério norteador definitivo para a pesquisa algumas tendas fundadas na década de 1970 e, para tanto, entramos em contato com membros de algumas tendas de Teresina. Em três delas conseguimos entrevistar as mães e os pais de santo (Tenda Espírita Umbandista São Raimundo Nonato; Tenda Espírita Umbandista de São Sebastião; Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara), em outra tivemos apenas uma conversa informal com sua presidente (Tenda Espírita Umbandista Virgem da Conceição) e um último não aceitou nos receber ou auxiliar na pesquisa.

Antes de tudo, é preciso lembrar, como já descrevemos anteriormente, que o percurso da pesquisa por meio de entrevistas tem sido um caminho árduo no qual alguns pais, mães de santo e outros membros dos terreiros que fazem parte desse recorte se mostram muitas vezes resistentes a colaborar com a pesquisa a partir da socialização de suas vivências e memórias sobre o terreiro. Tal fato demonstra, segundo nosso entendimento, uma tendência à preservação de traços da sua religiosidade e de sua identidade social. Acrescentamos, ainda, que os desafios na produção de entrevistas foram acentuados a partir do início do contexto de pandemia de COVID – 19 de março de 2020. Dessa forma, durante o período de maiores restrições sanitárias não foi possível realizar entrevistas com os fiéis umbandistas e pais e mães de santo das tendas estudadas visando principalmente a preservação da saúde dos sujeitos e da pesquisadora.

### **3.5.1 Legalidade, legitimação e proteção: os vários papéis da federação junto às tendas de umbanda em Teresina**

Em nosso trabalho, reconhecemos o papel exercido pela sociedade global, que apresenta tendência racionalizante em várias de suas funções, e sua influência na formação da umbanda e como encontra nos intelectuais umbandista o seu grande expoente. Contudo, partimos do princípio de que não podemos caracterizar os sujeitos



umbandistas como passivos à ordem e às tentativas de imposição de uma integração direcionada, mas sim como capazes de manipular determinados valores para se legitimar junto à sociedade. Para tanto, buscamos perceber como as mudanças culturais, as apropriações e as reinvenções operadas por estes sujeitos na esfera local (tendas de umbanda) são consideradas estratégicas para fugir das normas impostas pelas lideranças das federações.

A relação entre crenças religiosas e políticas não podem ser únicas e homogêneas porque os terreiros e tendas vão se estruturando, muitas vezes, fora dos moldes orientados pela federação. A sua autonomia é exercida politicamente ao não seguir todos os parâmetros e regras orientados por ela, além de organizar as suas práticas e rituais priorizando o que parece ser mais importante para o grupo, não estando este preocupado essencialmente em respeitar a autenticidade religiosa pré-determinada. Paula Montero, em sua obra **Religiões e dilemas da sociedade brasileira** (1999), tendo como base Birman (1985), Brown (1985) e Pierucci (1996), cita que, no caso das religiões afro-brasileiras, não se pode estabelecer uma relação unilinear entre crenças religiosas e comportamento político. Quando esse problema se pôs, os estudiosos voltaram-se para o estudo das federações, tentativas de organização dos terreiros em moldes sindicais e em escala mais nacional. No entanto, a fragilidade dessas organizações demonstrou que a célula social de culto prefere manter a sua autonomia.

No estudo das práticas, nos deparamos com o ideal e o real, de forma que, em geral, as previsões ou intenções não condizem com aquilo que acontece. Tendo em vista tal afirmação, concordamos com o que nos fala Burke (1985, p. 251) ao explicar que não se pode afirmar que as ideias expressas pelos letrados impactam o corpo passivo de pessoas comuns, mas sim que o povo vai assimilando novas ideias às suas experiências e necessidades próprias. Logo, as práticas e a burocracia instituídas pelas federações de umbanda em Teresina durante a década de 1970 puderam impactar e afetar de diferentes formas as tendas de umbanda. Vejamos a partir de exemplos como isso aconteceu.

A mãe de santo Antônia Pereira, conhecida entre os umbandistas teresinenses como Mãe Toinha de Oxóssi, é responsável pela Tenda Espírita Umbandista de São Sebastião, fundada em 1970 no bairro Nova Brasília, zona norte de Teresina.<sup>71</sup> Em

---

71 No próximo capítulo iremos discutir e analisar a relação entre a história de vida da mãe de santo

entrevista, essa mãe de santo nos conta sobre o período em que estava desenvolvendo a sua mediunidade na umbanda, quando tinha 10 anos de idade e morava na cidade de Piripiri, distante cerca de 160 km de Teresina. Ela explica que havia muita perseguição aos umbandistas nas décadas de 1950 e 1960 e que a mãe de santo Zefa Soeira, com quem aprendeu os seus primeiros ensinamentos na umbanda, foi muito perseguida, tendo, inclusive, seu terreiro invadido pela polícia. O episódio é narrado por mãe Toinha:

A polícia cercou a macumbinha dela e ela não estava em casa. Aí minha querida, a polícia levou todo mundo. As criança ia trepada nas “Toyota” e em cavalo. E os adultos amarrado que nem escravo. Encangado um no outro. Atravessou de balsa do Maranhão pra cá<sup>72</sup>.

A partir do relato de mãe Toinha de Oxóssi, podemos ter um exemplo, assim como foi comentado anteriormente em nossa tese, de como algumas tendas de umbanda eram alvos de perseguição policial até meados da década de 1960. As tendas de umbanda que não possuíam registro junto à autoridade policial local ou junto aos órgãos de segurança eram, em geral, os espaços que mais sofriam essa perseguição, o que nos parece ser o caso da tenda de Zefa Soeira. No Piauí, exigia-se o registro desses espaços religiosos nos respectivos órgãos responsáveis, sendo essa uma competência inicialmente da Secretaria de Segurança e, a partir, de 1973 da Federação de umbanda.

Podemos destacar, a partir da fala da entrevistada, que, em sua visão, além de a polícia prender os presentes na celebração descrita, é preciso se destacar a forma como foram levados: “amarrados que nem escravos”. O comparativo acionado pela mãe de santo demonstra que as práticas de religiões afro-brasileiras, em especial à umbanda, eram entendidas pelas autoridades policiais como uma religiosidade que fazia parte do cotidiano de pessoas em situação de escravidão. Portanto, para Toinha de Oxóssi, esse era um fato que nesse período poderia levar a um tratamento dos fiéis com traços de crueldade por parte da autoridade policial, como no exemplo citado.

Para a mãe Toinha de Oxóssi, durante o período de fundação de sua tenda de umbanda (1970) ainda havia uma forte perseguição da polícia a essas casas religiosas, o que segundo ela lhe motivou a “tirar logo o documento de funcionamento”.

---

com o processo de formação do bairro Nova Brasília durante a década de 1970.

72 SOUZA, Antônia Pereira do Nascimento. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 22 maio 2021.

Em sua narrativa, a mãe de santo define que naquele período não existia uma federação, “só existia autoridade”.<sup>73</sup> A partir desse relato, podemos entender como as informações sobre a existência e a atuação das federações de umbanda no Piauí nesse período podem ter diversas implicações. No período indicado pela entrevistada já estava em funcionamento a Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí (FEUEPI) que, a partir de 1971, passou a se chamar Federação Espírita Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Piauí (FEUCABEPI), com alguns terreiros filiados. Mesmo assim, o relato de mãe Toinha nos mostra que há uma personalização da federação na figura do presidente, pois ela reconhecia o papel dos presidentes das federações como efetivos e importantes para os pais e mães de santo da capital na década de 1970. A entrevistada afirma, ainda, que a sua primeira carteira de umbanda e seu alvará foram conseguidos a partir do “doutor Albuquerque, que era a autoridade da umbanda no Piauí nesse tempo”.

As histórias rememoradas pelos nossos sujeitos estão em sintonia com as experiências vivenciadas por eles. Logo, ao entrevistar o líder espiritual Pai Flávio de Iansã, da Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara, localizada no bairro Matadouro, zona norte de Teresina,<sup>74</sup> pudemos constatar a sua gratidão pelo auxílio de José Soares Albuquerque no momento da montagem de seu terreiro de umbanda no final da década de 1970. Pai Flávio nos conta que sofreu muitos ataques de seus vizinhos no processo de implantação de sua casa religiosa, tendo seu trabalho sido questionado. Para ele, a situação foi contornada quando recebeu o apoio de Albuquerque, que esteve presente em uma das sessões de inauguração de sua casa religiosa.<sup>75</sup> Segundo o entrevistado, Albuquerque foi o responsável por levantar a umbanda no Piauí nesse período.<sup>76</sup>

Portanto, as memórias em torno do poder de atuação das federações para alguns pais e mães de santo estava diretamente ligado ao seu grau de relação com os presidentes da instituição na época, o que no caso do Pai Flávio lhe garantiu legitimidade para atuar na sua comunidade. Ou seja, o que de fato foi levado em

---

73 SOUZA, Antônia Pereira do Nascimento. Entrevista concedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 22 maio 2021.

74 No próximo capítulo iremos discutir e analisar a relação da história de vida do pai de santo e o processo de formação do bairro Matadouro durante a década de 1970.

75 OLIVEIRA, Flavio das Neves (Flávio de Iansã). Entrevista concedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 12 maio 2021.

76 OLIVEIRA, Flavio das Neves (Flávio de Iansã). Entrevista concedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 12 maio 2021.

consideração nesse caso para que a demanda do pai de santo fosse atendida foi o grau de proximidade que ele tinha com o dirigente da federação.

As disputas em torno da presidência da federação de umbanda no Piauí tiveram inúmeras implicações para essa instituição e foi tema de diversas matérias jornalísticas, como vimos em tópicos anteriores. Durante as entrevistas realizadas com as lideranças religiosas em nosso trabalho podemos destacar que esses sujeitos elaboram suas narrativas sobre a atuação dos presidentes da federação sem ressaltar as disputas políticas em torno desse cargo. Para os entrevistados, as mudanças de presidentes ocorriam de forma que isso não afetava as tendas de umbanda, mesmo que a mudança de presidente representasse, muitas vezes, a instituição de novas regras, por exemplo.

Dentre as tantas funções exercidas pelas federações de umbanda no Piauí, destacamos também aquela que a mantém enquanto instituição fiscalizadora do funcionamento dos terreiros e tendas de umbanda durante a década de 1970, seguindo uma tendência observada em outros estados do Brasil. Com isso, precisamos destacar que os custos para que uma tenda de umbanda se tornasse apta ao funcionamento girava em torno do pagamento de despesas cartoriais, além de taxas referentes a mensalidades e anuidades, por terreiro e por membro do terreiro, o que possivelmente poderia dificultar a filiação de terreiros mais pobres, podendo os mesmos estarem sujeitos a uma suposta “ilegalidade” (LIMA, 2017, p. 81).

Nesse contexto, a mãe de santo Raimunda Cajubé, da Tenda São Raimundo Nonato, fundada no ano de 1973 e localizada no bairro Mafrense, zona norte de Teresina,<sup>77</sup> em entrevista nos falou sobre a exigência de documentação que autorizasse o funcionamento dos terreiros durante o período de fundação de sua casa. Segundo a entrevistada, não era permitido abrir um terreiro sem “documento” e a taxa era paga em mãos para o presidente da federação, sendo esse um valor geralmente alto para os padrões econômicos da época.<sup>78</sup> A mãe de santo explica que o seu primeiro alvará de funcionamento foi registrado durante a gestão de Salim Freire, a quem ela se refere como “homem da polícia”, em uma clara alusão ao cargo de Sargento do Exército ocupado por ele.

---

77 No próximo capítulo iremos discutir e analisar a relação entre a história de vida da mãe de santo com o processo de formação do bairro Mafrense durante a década de 1970.

78 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019.

Sobre a forma como eram conduzidas as fiscalizações nas tendas de umbanda nesse período, Sabrina Lima (2017, p. 81) nos conta que o estatuto da FEUCABEPI apontava que qualquer tenda, terreiro, gongás, searas ou centros espíritas que praticasse o ritual da religião de umbanda e que se negasse a receber visita da FEUCABEPI seria fechada e o fato comunicado à Secretaria de Segurança Pública para as devidas providências em virtude da mesma se tornar suspeita dentro do culto umbandista. A mãe de santo Raimunda afirma que a polícia sempre fechava aqueles terreiros que não possuíam autorização.<sup>79</sup> Portanto, a partir desses relatos e considerando que por um determinado período Salim Freire, sargento do Exército, esteve à frente da presidência da FEUCABEPI, podemos concordar com Diana Brown (1989, p. 37) quando afirma que mesmo com a presença dos militares em altos cargos da umbanda, isso não garantia a isenção de impostos aos terreiros.

A ativação das memórias que são narradas pelos entrevistados possibilita ao historiador aproximar-se do cotidiano dessas pessoas e entender como se dá o processo de elaboração sobre a experiência de quem vivencia o cotidiano nas tendas de umbanda. Partindo de tal princípio e prezando pela subjetividade acionada na elaboração de seu discurso, buscamos analisar quais eram as impressões dos entrevistados sobre o registro de suas tendas junto à federação de umbanda do Piauí na década de 1970. Durante a visita em que foi realizada a entrevista com mãe Raimunda, ela nos mostrou com muito orgulho o documento que garante o funcionamento legal do seu terreiro, disposto em um quadro ao lado do altar principal deste espaço religioso. Sobre esse assunto, mãe Raimunda responde que: “A vantagem de ter o documento era pra ninguém mexer com a gente. Porque se não tivesse documento quando a polícia chegasse ele ia caçar se eu tinha licença para funcionar. Era pra autorizar porque precisava de autorização”.<sup>80</sup>

Para Concone e Negrão (1985, p. 75), as tendas de umbanda permanecem vinculadas às federações porque um passado não tão distante de perseguições e a falta de familiaridade no trato com a burocracia (registro legal em cartório) as tornaram ainda dependentes delas. Portanto, podemos entender que o discurso orgulhoso da mãe de santo Raimunda em possuir o registro de seu terreiro reforça o entendimento

---

79 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019

80 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019

da necessidade de legalidade e do reconhecimento à religião umbandista no espaço público.

Outra forma de garantir legalidade no espaço público para as tendas de umbanda nesse período foi identificada a partir da análise dos diários oficiais do estado do Piauí. Nestes documentos, algumas tendas eram reconhecidas como de utilidade pública por meio de leis municipais, como foi o caso da Tenda Espírita Virgem da Conceição, localizada na rua Heráclito de Sousa nº 923 no Bairro Monte Castelo, zona sul de Teresina, e que passou a ter esse status a partir da Lei Municipal 1.368 de 24 de agosto de 1972, como podemos ver na imagem do Anexo A.

A Tenda Espírita Virgem da Conceição tem como seu líder espiritual o Sr. Francisco<sup>81</sup> desde a fundação da casa, em 20 de novembro de 1965. Como podemos perceber, o reconhecimento como de utilidade pública desta tenda ocorreu anos após a sua fundação e este fato nos faz inferir que a concessão desse reconhecimento possuía relação com o momento de legitimação política e social que a umbanda estava vivenciando na década de 1970, o que lhe garantia, em certa medida, algum respaldo social. É importante destacar, ainda, que outros órgãos que compunham a sociedade civil durante esse período também tiveram o mesmo reconhecimento, como o Centro Espírita Paulo de Tarso<sup>82</sup> e a Sociedade Esportiva Tiradentes.<sup>83</sup>

Como adiantado anteriormente, durante a visita à Tenda Espírita Umbandista Virgem da Conceição não nos foi dada a autorização de gravação de entrevista, restando, neste momento, apenas a oportunidade de uma conversa informal com uma das componentes da casa religiosa. Com a finalidade de preservar a sua identidade chamaremos essa componente de Marina. Ela nos contou que é médium desenvolvida, que participa da casa há mais de 20 anos e que o funcionamento das atividades desse espaço religioso é baseado no seu estatuto e regimento. Durante esse relato, ela ressaltou sempre que a tenda possui registro oficial junto às autoridades, recorrendo às leis e autorizações de funcionamento, reforçando que naquela tenda tudo sempre foi legalizado. A partir de tais relatos, podemos concluir que, para Marina, é importante apresentar para os visitantes da tenda que aquele é um espaço que funciona de acordo com as leis vigentes e que possuem autorização

---

81 O nome do Pai de Santo foi substituído por um nome fictício por não ter havido a autorização da entrevista formal.

82 Reconhecido como de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1.355, de 20 de abril de 1972.

83 Reconhecido como de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1.357, de 24 de abril de 1972.

para realizar tal trabalho. Assim como mãe Raimunda, Mariana apresenta um discurso preocupado em ratificar a legalidade da religião umbandista no espaço público.

Ressaltamos que a federação de umbanda e suas lideranças vão assumindo diferentes papéis nas narrativas construídas por nossos entrevistados, o que proporciona interpretações diversas sobre a função desta instituição na vida dos umbandistas. Mãe Toinha de Oxóssi, quando perguntada sobre o papel das federações na vida dos umbandistas, nos afirma que facilitava a vida de todos, principalmente no que se relacionava à proteção dos fiéis umbandistas filiados.<sup>84</sup> Mãe Toinha segue seu relato contanto a história de uma mãe de santo chamada Helena que teve seu terreiro fechado pela polícia no ano de 1980. O terreiro ficava localizado na avenida Ininga, zona leste de Teresina, região de recente urbanização e onde passara a morar parte da elite econômica teresinense a partir da década de 1960:<sup>85</sup> “os moradores não aceitavam um terreiro de macumba na região”. Sobre esse acontecimento:

A polícia fechou o salão dela, pegou os tambor dela. Aí eu tinha uma amiga a Ester da Prefeitura. Que sempre eu tava na federação fazendo cura no pessoal. Eu falei pra ela ‘Ester minha filha. Vamos ajudar a mãe Helena’. Aí já entrou o Presidente doutor Albuquerque. Nós conseguimos e a federação conseguiu tirar o tambor dela, só que não deu mais direito a funcionar naquele lugar.<sup>86</sup>

Para a entrevistada, a federação de umbanda tinha, para além da função fiscalizadora, o papel de proteger seus filiados, garantido que pudessem vivenciar sua religiosidade de forma livre, como no caso da mãe Helena acima comentado. Para Mãe Toinha, se não houvesse nesse episódio a interferência do presidente da federação umbandista, a mãe de santo Helena poderia ter sido presa e proibida de continuar a exercer sua religiosidade. Podemos também destacar que a federação no caso descrito exerceu um papel de mediação entre a mãe de santo e a polícia a partir do seu presidente na época, José Soares Albuquerque, conseguindo que os tambores da mãe de santo fossem devolvidos, apesar de que ela não poderia mais continuar usando os instrumentos naquele local, transferindo-se anos mais tarde para um bairro na zona leste de Teresina.

---

84 SOUZA, Antônia Pereira do Nascimento. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 22 maio 2021.

85 No próximo capítulo trataremos sobre a relação entre as modificações urbanas implementadas durante a década de 1970 e a ocupação de novas áreas pela população de Teresina.

86 SOUZA, Antônia Pereira do Nascimento. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 22 maio 2021.

Os pais e mães de santo entrevistados possuem diferentes perspectivas sobre a função e as ações desempenhadas pelas federações de umbanda na década de 1970 em Teresina, de forma que devemos lembrar que a garantia de legalidade, legitimidade e a proteção que os sujeitos entendem estar relacionados com a federação podem ser explicados pelas relações e alianças políticas desenvolvidas pelos presidentes dessas instituições. Lembremos que José Soares Albuquerque ocupou o cargo de vereador da cidade de Teresina com mandatos iniciados nos anos de 1971, 1973, 1977 e 1981, o que certamente lhe permitia ter um alcance maior junto ao poder público municipal para buscar atender as demandas dos umbandistas, como a facilitação da filiação e registro de pais e mães de santo, como no caso de Mãe Toinha citado acima.

Além disso, lembramos que Salim Freire era filiado à ARENA e, segundo os veículos de comunicação da época, possuía boa relação com políticos de bastante destaque no partido, como o então governador do Piauí Dirceu Mendes Arcoverde, o que lhe garantia, em certa medida, tranquilidade para desenvolver suas atividades junto à federação. O jornal **O Dia** publicado em agosto de 1976 trouxe uma matéria na qual o governador Dirceu Arcoverde autorizava o funcionamento no Piauí apenas das tendas que estivessem ligadas à federação presidida pelo Irmão Salim,<sup>87</sup> ficando claro o apreço que este político tinha pelo presidente da federação.

Como vimos anteriormente, os presidentes de federações de umbanda assumiram o papel de mediadores políticos em diversas situações envolvendo as tendas de umbanda sob sua responsabilidade. Podemos afirmar, ainda, que estes presidentes empreenderam ações que visavam promover o reconhecimento das federações enquanto instâncias hierarquicamente superiores aos terreiros. O objetivo desse reconhecimento seria trazer para si a tarefa de separar o joio do trigo, definindo o que era a religião e o que não passava de práticas sociais ilegítimas e ilegais, como nos explica Birman (1985, p. 87).

Seguindo a ideia de classificação apontada, no contexto piauiense a federação de umbanda, a partir do ano de 1973, sob a justificativa de manter a ordem e o sossego, passou a instituir horários de funcionamento dos terreiros da capital. José Soares Albuquerque, então presidente da Federação Espírita Umbandista do Piauí, propôs ações que tinham como objetivo disciplinar o funcionamento das tendas, pois

---

87 DIRCEU autoriza o funcionamento de tendas de Umbanda. **O Dia**, Teresina, p. 5, 24 ago. 1976.



a federação vinha recebendo muitas reclamações devido ao barulho das festas que se estendiam por toda a madrugada. A partir de então só seria permitido os tambores de umbanda até a meia-noite, justificando essa medida como parte da obediência ao sossego público.<sup>88</sup>

Para os umbandistas, os tambores são sagrados e compõem diversas danças e rituais praticados dentro e fora de suas tendas. Tendo em vista a relevância que esses instrumentos possuem para a religiosidade umbandistas, dona Raimunda nos conta que em 1973, quando registrou sua casa religiosa junto à federação de umbanda, estava discriminado em seu alvará a autorização para o uso dos tambores. Ela explica que aqueles terreiros que insistiam em tocar os tambores sem a autorização garantida pelas autoridades competentes estavam atuando na ilegalidade. Segundo a entrevistada, a vantagem de se ter um documento que já tenha essa informação é que “no dia que você quiser bater tambor não precisa mais pedir autorização pois já tá escrito ali”.<sup>89</sup>

Peter Burke (1989, p. 227), ao estudar as práticas culturais da Idade Moderna, nos diz que não é possível definir até onde ou com que rapidez se dão as transformações na cultura popular, nem podemos definir de que forma o povo apropriou-se das novas formas de cultura protestante e católica, a não ser que se empreenda um número muito maior de pesquisas regionais. Na linha de reflexão do autor, entendemos que podemos capturar aspectos do que mudou e do que foi incorporado às práticas nas tendas umbandistas estudadas, mas não podemos definir que de fato essas transformações tenham sido fruto exclusivo dessa tentativa de normatização implementadas pelas federações.

### **3.5.2 Festas de umbanda em Teresina: experiências no espaço público e privado**

Ao estudar as festas e eventos umbandistas na década de 1970 em Teresina a partir da análise de informações nos periódicos em circulação nesse período, conhecemos sobre seus traços característicos, seus movimentos de expressão e as mudanças ocorridas ao longo dos anos sendo possível entender nuances que vão para além do espaço festivo. No entanto, nos interessa também entender a partir de

---

88 TAMBORES de Umbanda só até meia-noite. **O Dia**, Teresina, p. 5, 10 abr. 1975.

89 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019.

relatos de quem viveu, qual o significado e como se dava a participação dos nossos entrevistados sobre esses eventos públicos e sobre festas nas tendas de umbanda. Ao estudar os significados em torno destas celebrações não é possível apenas lembrar de uma festa, mas de um conjunto de eventos e elementos que influenciaram na transformação da cidade em que essas comemorações ocorriam.

A partir da análise dos relatos de nossos entrevistados, podemos concluir que as festas umbandistas são uma parte importante que compõe a identidade religiosa desse grupo, visto que as festas são consideradas momentos de confraternização entre os membros da tenda e de celebração dos seus santos e orixás sagrados. Podemos notar, ainda, que nossos sujeitos entendem as festas públicas que ocorriam no Cais no Rio Parnaíba de uma forma diferente das celebrações mais reservadas, que eram realizadas na intimidade de suas tendas de umbanda. Para eles, as festas públicas promovidas pela federação tinham um caráter oficial.

Como adiantamos em discussões anteriores, a região central da cidade de Teresina que ficava próxima ao Rio Parnaíba foi ocupada e vivenciada pelos umbandistas da capital como ponto de encontro para as suas celebrações religiosas a partir da década de 1970. Essas festas tinham um caráter público e oficial e eram organizadas pelas federações de umbanda, além de receberem apoio de órgãos governamentais relacionados ao turismo e assistência da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Os pais e mães de santo que entrevistamos entendiam que esse espaço era sagrado para os umbandistas desse período e até hoje eles guardam memórias desses eventos como veremos a seguir.

Mãe Raimunda relata que, a partir de 1973, quando teve início o funcionamento de sua tenda de umbanda, participou de muitas festas com membros de outros terreiros na região do Cais do Rio Parnaíba, em Teresina, e que essas comemorações eram cercadas de muita segurança para os umbandistas, “era um encontro de terreiros”.<sup>90</sup> Para a entrevistada, essas festas foram responsáveis por mostrar pra sociedade o que era a umbanda, ou seja, eram utilizadas para dar visibilidade positiva ou pelo menos neutralizar ações que visassem à perseguição aos terreiros.<sup>91</sup>

Entre as festas de umbanda que eram realizadas na região do Cais do Rio

---

90 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019.

91 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019.

Parnaíba em Teresina, aquela que recebia maior divulgação nos periódicos analisados em nosso trabalho era a festa de Iemanjá, comemorada no dia 31 de dezembro. Essa mesma festa também aparece de forma recorrente nas narrativas de nossos entrevistados. Sobre a festa de Iemanjá, a mãe de santo Raimunda conta ainda que havia sorteios promovidos pela federação de umbanda para escolher quais as tendas poderiam participar desta celebração. Segundo a entrevistada, a sua casa religiosa foi escolhida por quatro anos seguidos para participar do evento e que as filhas e filhos de santo de sua casa organizavam caravanas que se deslocavam rumo à região da celebração.

Em nossa entrevista com pai Flávio de Iansã, perguntamos sobre a participação da sua tenda nas festas realizadas pela federação nas proximidades do Rio Parnaíba e ele nos fala que “todos os terreiros participavam” e que a federação fazia uma espécie de convocação a todos os pais e mães de santo para participarem desses eventos. Em sua fala, Pai Flávio destaca, ainda, que para essas celebrações vinha gente de José de Freitas, de Campo Maior e de várias outras cidades porque era um evento de todo o estado.<sup>92</sup> A partir do relato de nosso entrevistado, podemos entender que, para as lideranças das tendas de umbanda, participar dessas festas era importante também para garantir visibilidade junto a outras casas religiosas, dada a participação de umbandistas de várias partes do estado do Piauí e alguns do vizinho estado do Maranhão.

Como comentamos, o governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Teresina garantiam apoio para que as festas de umbanda ocorressem com tranquilidade e segurança durante a década de 1970 em Teresina. Essa era também a visão de nosso entrevistado pai Flávio, que nos afirma que o governo do Estado dava o suporte para a realização das festas da umbanda e organizava caravanas com ônibus para cada terreiro para transportar os filhos de santo até o local da festas.<sup>93</sup> Para o pai de santo, a festa de Iemanjá era um evento bem badalado e glamoroso.

As festas e as celebrações fazem parte do cotidiano dos terreiros e compõem o universo religioso umbandista, dessa forma, possuem sua relevância no contexto das ações e práticas dos sujeitos que vivenciam essa religião. Além das festas

---

92 OLIVEIRA, Flavio das Neves (Flávio de Iansã). Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 12 maio 2021.

93 OLIVEIRA, Flavio das Neves (Flávio de Iansã). Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 12 maio 2021.

públicas, os terreiros celebram as suas entidades e orixás com danças, músicas e tambores, comidas e orações, que são realizadas na privacidade e intimidade exigida pelos pais e mães de santo nos seus terreiros.

A filiação a uma tenda de umbanda é responsável por dizer muito sobre um fiel umbandista, pois cada casa possui um conjunto de santos aos quais se cultuam, uma série de práticas e doutrinas religiosas que devem ser respeitadas. Durante nossa entrevista, a mãe de santo Raimunda relatou que no dia 31 de agosto é celebrado o santo que dá nome à sua tenda, São Raimundo Nonato, sendo essa a maior comemoração realizada em sua casa religiosa. A mãe de santo nos conta que essa festa só é possível porque ela conta com a ajuda material e pessoal de seus filhos e filhas de santo para a organização do evento. Esse dia, segundo a entrevistada, é um dia de devoção e festa ao santo sagrado daquela casa de umbanda.<sup>94</sup>

A união entre os membros das tendas de umbanda para a organização das festas aos santos e orixás da casa coloca em destaque a solidariedade que há entre esses sujeitos que são unidos pelos laços religiosos. Para além disso, representa o respeito à tradição e a autoridade exercida pela mãe de santo na Tenda São Raimundo Nonato.

Os pais e mães de santos entrevistados em nossa pesquisa afirmam que possuem uma forte ligação aos santos e orixás que dão nome às suas tendas de umbanda e que por esse motivo as festas dedicadas a essas entidades têm especial importância para todos os filhos e filhas de santo da casa. As referências aos orixás se constituem, pois, com emblemas importantes tanto para a construção dos espíritos e das respectivas linhas quanto para a construção da imagem e identidade do filho de santo (BIRMAN, 1985, p. 34). Assim, para pai Flávio, Iansã é sua orixá de proteção e a ela o pai de santo devota a principal festa celebrada em sua tenda desde os primeiros anos de fundação deste espaço religioso:

Eu como sou filho de Iansã, sou filho de Santa Bárbara. Minha santa de devoção. Eu fazia procissão. Hoje eu deixei mais de fazer a procissão né. Porque como a santa é Santa Bárbara, eu sempre fazia com carro do corpo de bombeiros, com o carro do Strans,<sup>95</sup> nas ruas da comunidade né? Simbolizando a santa né. Que a santa é de Iansã e precisava do carro do corpo de bombeiros. Mas aí de uns tempos pra cá aí ficou dificultoso a gente conseguir o carro do corpo de bombeiros que a gente metia ofício e tudo pra

---

94 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019.

95 Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina, órgão responsável pela organização e aplicação de leis de trânsito na capital.

no dia dar certo. Aí de uns 8 anos pra cá, 10 anos não deu mais certo conseguir o carro do corpo de bombeiros pra gente tá fazendo a procissão da Santa Bárbara.<sup>96</sup>

Na opinião de pai Flávio de Iansã, com o passar dos anos foram sendo criadas leis e burocracias que lhe impediram de celebrar o seu orixá de devoção (Iansã) da forma como ele fazia antes. Esse pai de santo conta que nos últimos anos a festa para Iansã não conta mais com uma procissão em carro aberto pelo bairro Matadouro, onde fica localizada sua tenda. Ele identifica, ainda, que a festa continua sendo muito importante para todos os devotos da sua casa, mas que agora fica reservada ao espaço interno de sua tenda.<sup>97</sup> Portanto, conseguimos perceber que, ao longo dos anos, os arranjos políticos e favores concedidos a algumas lideranças umbandistas por intermédio das federações foram perdendo força, o que, segundo nossa hipótese, pode explicar as mudanças que identificadas nas formas como vão sendo organizadas e conduzidas as celebrações umbandistas em algumas tendas da capital.

O processo de institucionalização da umbanda foi pautado na criação de leis que garantissem a legitimação da religião no espaço público, além de aproximar algumas práticas religiosas de valores da sociedade urbana, moderna e industrial. Em contrapartida, o que ocorreu foi que as tendas, a partir da orientação de suas lideranças (pais e mães de santo), decidiram seguir pautando suas práticas em valores que lhe são mais caros e orientam suas ações em alguns casos afastando-se do que seria a burocracia instituída pela federação umbandista, entendendo as leis e regras como elementos que dificultam o seu trabalho no cotidiano de seus terreiros, como no caso citado acima do pai Flávio de Iansã.

Portanto, mesmo diante da obrigatoriedade de filiação e regimentos instituídos pelas federações de umbanda durante a década de 1970 no Piauí, as tendas se adaptam de diferentes formas por esse processo, o que possibilitou a construção de outras maneiras de vivenciar a religiosidade umbandista. Dessa forma, os agentes desses espaços conseguem exercer a sua autonomia e vivenciar a sua religiosidade à medida que lançam mão de arranjos políticos e de formas de celebrar seu santos e orixás no espaço privado de sua tenda.

A mesma lógica pode ser aplicada às celebrações religiosas que os membros

---

96 OLIVEIRA, Flavio das Neves (Flávio de Iansã). Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 12 maio 2021.

97 OLIVEIRA, Flavio das Neves (Flávio de Iansã). Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 12 maio 2021.

das tendas estudadas participaram. Isso porque, apesar de frequentarem as festas públicas promovidas pelas federações com o apoio do poder público, as tendas de umbanda preservaram ao longo dos anos as suas próprias práticas articulando elementos que lhes são importantes e que compõem a sua identidade.

Assim, os pais e mães de santo entrevistados vão construindo suas memórias a partir de estratégias de adequação e subversão que garantem a sobrevivência de suas tendas no espaço público de Teresina ao longo da década de 1970. Cada um desses sujeitos elaborou sua narrativa a partir de elementos que lhes parece relevantes e constroem, assim, diferentes formas de entender as regras e dispositivos criados pelas federações.

#### **4 MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO E OS LUGARES OCUPADOS PELAS TENDAS DE UMBANDA EM TERESINA**

Em teoria, a cidade é um espaço de convivência que a partir do século XX assumiu características reguladoras e impositivas que atendiam a ânsia de progresso e modernidade que pairava na sociedade das grandes cidades ao redor do mundo, dando continuidade, em nível local, ao processo de regulamentação do Estado moderno. Partindo dessa premissa, tornou-se comum para os grupos privilegiados que ocupavam as cidades defender ideias e projetos de cidade condizentes com sua visão de mundo, onde tudo funcionaria de acordo com seu modo de ver. Já os intelectuais entendem que a cidade é planejada e pensada a partir de uma concepção de história única e linear. Em contrapartida a essas afirmações que tratam a cidade como espaço desencarnado e livre da influência da multiplicidade de grupos e sujeitos que a habitam, temos a ideia de cidade enquanto espaço urbano, palco de relações sociais instituídas que se apresenta como condição de possibilidade. Concordamos, assim, com a definição de Raquel Rolnik (1995, p. 23): a cidade é múltipla, composta de várias outras cidades, pois seus habitantes a transformam conforme suas necessidades, sendo que nessas constantes modificações vestígios de sua existência e denunciam as diversas cidades contidas em uma só.

Torna-se então objetivo ancorar nossa pesquisa em conceitos que tratem a cidade a partir de uma linha teórica que busca captar e investigar, nas relações instituídas na cidade, o entendimento de diferentes modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e de se divertir dos moradores que, com suas ações, estão impregnando e constituindo a cultura urbana. Assim, entendemos que estudar o espaço urbano, qualquer que seja ele, “requer ter que lidar com os diálogos entre os vários segmentos sociais, o que pode fazer surgir múltiplas contradições no cotidiano, na experiência social, na luta cultural para configurar seus valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças” (FENELON, 1999, p. 7). Dessa forma, a cidade é entendida a partir de sua pluralidade e da diferença.

A cidade pensada e planejada pelas classes sociais privilegiadas são administradas a partir da defesa e difusão de regras que atendam a seus anseios impondo traços de “civilização” aos espaços. Em contrapartida, temos a cidade sensível que é vivenciada e experienciada cotidianamente pelos sujeitos que a habitam, composta por seus conflitos e desafios que tornam possível um espaço

permeado por transformações e apropriações. Compartilhamos assim do pensamento de Calvino (1990) e podemos dizer que os diferentes planos urbanísticos almejam as cidades de forma ideal, porém as diferentes intervenções acabam por tornar tais projetos inviáveis. Assim, as cidades, mesmo sendo planejadas, adquirem características das pessoas que a vivenciam cotidianamente.

Em *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*, Michel de Certeau (1994) explica que, apesar dos políticos se ocuparem do tema cidade, esse não é mais um campo de operações programadas e controladas. A cidade torna-se assim um espaço construído por agentes que fogem às regras urbanas e desconstroem e reconstroem tais espaços e suas relações resistindo à sua maneira à urbe e seus dispositivos que haviam sido elaborados tendo por base a legislação que orienta e regula os espaços. Nesse sentido, nosso trabalho guia-se em acordo com Francisco Alcides Nascimento (2010, p. 183), o qual explica que a valorização da memória pode ser vista como oportunidade de trazer à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado, admitindo inclusive as diferenças sociais que configuram o presente. Esse caminho leva em consideração os viveres urbanos e carrega sempre uma abordagem política que se posiciona contra ideias e práticas que buscam destruir experiências de sujeitos históricos em nome de uma memória única e oficial.

Ao longo do século XX, Teresina, assim como outras capitais brasileiras, foi modificada de diversas formas para atender às necessidades de seus diferentes habitantes. Tais transformações são percebidas pelos melhoramentos na área urbana da cidade e pelo surgimento de novas áreas habitadas. O cenário que focaremos em nossa análise é aquele referente à década de 1970 quando o Brasil passou por intensas transformações urbanas e modificações que visavam alcançar os parâmetros de modernidade dos grandes centros mundiais. É necessário pontuar de antemão que o caminho que tomamos nos leva ao entrecruzamento de tempos, o que possibilitará que em alguns momentos recorramos aos eventos anteriores e/ou posteriores deste recorte temporal para que possamos pintar o quadro das ações modernizadoras do espaço urbano que pretendemos dar conta. Dessa forma, precisamos recuar um pouco no tempo, especificamente ao final da década de 1950, para entender como o ambiente político e econômico influenciou, décadas depois, as iniciativas que visavam difundir a ideia do progresso da capital do Piauí.



#### 4.1 DÉCADAS DE 1950 E 1960 NO PIAUÍ

Durante a primeira metade do século XX o estado do Piauí tinha como principal fonte de receitas os recursos oriundos do extrativismo vegetal, concentrado na carnaúba, na maniçoba e no babaçu, todas voltadas para o comércio externo.<sup>98</sup> As contas eram equilibradas com essas atividades, visto que nesse período outras atividades produtivas não possuíam maiores lucros e contribuições para o estado. Como nos fala Martins (2003, p. 138): “com o campo em permanente crise e um setor industrial incipiente, restava ao setor terciário o comando da economia do estado.” As mudanças nas conjunturas do mercado internacional levou à uma severa crise do setor extrativista piauiense ainda na década de 1950, que diminuiu bruscamente a sua relevância para o equilíbrio das contas do estado.

Esse e outros fatores foram responsáveis pela configuração que se ensaia para o estado apresentar poucos investimentos na estrutura física de sua capital, além do pouco investimento em outros setores importantes da economia. Soma-se a esses fatores o péssimo posto assumido pelo Piauí durante a década de 1950: o de estado mais pobre do país. Segundo a historiadora Regianny Monte (2010) essa constatação foi resultante, em boa parte, da publicação dos dados estatísticos do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a realidade socioeconômica em que vivia a população piauiense durante os anos de 1950. O valor da renda *per capita* no estado girava em torno de 5.960 cruzeiros (moeda da época), o que representava, aproximadamente, um quarto da renda *per capita* nacional, que era de 20.920 cruzeiros (SANTANA, 2008, p. 180).

Em contrapartida à realidade piauiense descrita acima, o “desenvolvimento” foi a palavra de ordem desse período em nível nacional. A década de 1950 foi um momento em que o Brasil esteve sob um contexto de euforia do desenvolvimentismo iniciado com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e seu Plano de Metas. Esse plano propunha o desenvolvimento econômico de forma acelerada a partir do estímulo à industrialização e mediante associação com o capital estrangeiro. Esse plano contava ainda com o investimento do estado em áreas como transporte,

---

<sup>98</sup> Durante a primeira metade do século XX, o Piauí teve sua economia ligada ao contexto internacional por meio da exploração de três produtos extrativos: a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e a amêndoa do babaçu. Por cinco décadas a dinâmica econômica girou em torno de tais produtos, que, como estavam expostos às oscilações do mercado externo, entram em decadência em 1950, arrasando a economia piauiense (QUEIROZ, 1993).

alimentação, indústria de base e educação.

Essa euforia “desenvolvimentista” dos anos cinquenta não atingiu todas as regiões do país. A região que foi mais beneficiada com estes investimentos foi a Sudeste, concentrando nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro cerca de 76,0% dos recursos. Assim, Mendes (2003, p. 220) afirma que para o Nordeste, destinaram-se apenas 3,1%. Logo, o Piauí ao ser deixado de fora dos recursos federais, não pode desfrutar do mesmo ritmo de crescimento que outras regiões do país, e continuou com problemas de infraestrutura e com uma economia em déficit.

Em 1952 a Prefeitura de Teresina elaborou um calendário de festividades para comemorar o primeiro centenário da cidade que tinha como seu prefeito João Mendes Olímpio de Melo,<sup>99</sup> eleito prefeito de Teresina via UDN e anos mais tarde ingressou no PTB, legenda da qual foi presidente do diretório regional no Piauí. João Mendes Olímpio exerceu ainda o mandato de senador pelo Piauí e depois foi eleito deputado federal em 1962, migrando para o MDB após a instauração do regime militar em 1964, figurando como primeiro suplente de deputado federal em 1966 devido ao que dispunha o Ato Institucional Número Cinco.

Ainda em 1952 a imprensa escrita atuou realizando a cobertura de vários eventos e festividades espalhadas pela cidade, alguns veículos de comunicação denunciaram de forma veemente a carência de serviços básicos na cidade. Dentre os problemas denunciados estavam a ausência de abastecimento de água potável, energia elétrica, esgoto sanitário e ruas calçadas. Alguns sinais desses problemas situavam-se no centro da cidade e seria, pelo menos para alguns formadores de opinião que atuavam nos jornais, vergonhoso a cidade aparecer para os seus convidados de uma forma suja e maltratada.

Vale destacar ainda que os jornais que circulavam na capital naquela ocasião apresentavam em sua maioria vínculo com agrupamentos partidários. Esse fato serviu como estratégia para capturar as divergências entre os segmentos sociais da sociedade teresinense. Os adversários políticos usaram os seus jornais para anunciar suas perspectivas para um futuro próximo da cidade de Teresina durante o seu

---

99 Engenheiro agrônomo e político. Diplomado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com especializações na Arizona State University e no College of Agriculture em Iowa. Prefeito de Teresina (1951-1955). Foi Secretário de Educação e Saúde do Estado. Deputado federal (1963-1967) (GONÇALVES, 2003, p. 252).

Centenário, mas também usaram esse espaço para apontar as falhas que avaliavam ter encontrado na organização e realização do evento.

No final da década de 1950, o discurso construído pela elite intelectual e política do Piauí tinha como foco central a pobreza desta unidade da federação. O governador Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1963),<sup>100</sup> Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, ingressou na vida política do Estado como Deputado Federal pela UDN durante a década de 1950 e migrou para o PTB. Em 1954 foi eleito mais uma vez para a Câmara dos Deputados, em 1958 foi eleito Governador do Piauí (1959-1962). Em 1962 foi eleito mas uma vez Deputado Federal, mas teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por conta da implantação do AI-5. Após a anistia em 1979, elegeu-se senador em 1986 e participou da fundação do PSDB em 1988. GONÇALVES (2003, p. 345), lembra que sua prioridade ao assumir o governo em 1959 foi “lutar tenazmente, em todas as frentes, contra o atraso, o pauperismo e a miséria, ou seja, contra o secular subdesenvolvimento piauiense”.

Em alguns periódicos que circulavam na capital Teresina nesse período era comum encontrar crônicas apontando que apesar do desenvolvimento da cidade ainda existiam vários problemas, como a insuficiência do abastecimento de água e energia e as ruas que em sua maioria não eram calçadas. Sobre essa situação Cunha e Silva escreve que:

Com o desenvolvimento da cidade de Teresina, cuja população ultrapassa cem mil habitantes, os serviços de luz e água constituem o mais importante dos seus problemas. De vinte anos para cá, tem sido um dos problemas de maior preocupação do governo estadual. Desejaria ao menos que ele [Deusdedit Melo, presidente da Cepisa]<sup>101</sup>, logo de início, fizesse com que a empresa em apreço substituísse o carvão vegetal pelo óleo diésil [sic] em nossa velha Usina, pois é até ridículo que numa Capital de Estado como Teresina, se utilize ainda de lenha em sua Usina Elétrica, como se vivêssemos meio século atrás.<sup>102</sup>

As impressões dos cronistas nos ajudam a entender a situação de Teresina e as principais mudanças pelas quais a cidade passou nesse momento histórico. Uma

---

100 Nasceu em Parnaíba. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Governador do Piauí (31/01/1959 a 03/07/1962). Deputado Federal (1951 – 1971). Em 24 de abril de 1969 teve seu mandato cassado, seus direitos políticos suspensos por dez anos, com base no Ato Institucional nº5. Senador da República de 1987 a 1995 (GONÇALVES, 2003, p. 345).

101 CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí criada em 1959 era uma empresa de economia mista criada para gerenciar o fornecimento de energia do estado.

102 Francisco Cunha e Silva, “Perspectivas de maior progresso”, **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 27 jun. 1963.

das principais preocupações demonstradas nesse período é que Teresina não fosse capaz de acompanhar o desenvolvimento já presente em outras capitais brasileiras, e que principalmente a ausência de investimentos públicos na infraestrutura da cidade fosse a responsável por tal atraso.

Algumas situações são responsáveis por explicar a ausência da infraestrutura necessária para a população teresinense no final da década de 1950, dentre elas podemos citar o elevado crescimento populacional que acontece até a década de 1960 na capital. Como podemos ver na Tabela 1, entre 1950 e 1960, Teresina passou de uma população de 90.723 para 142.691 habitantes representando um incremento de 57,28%.

Tabela 1 – População Total e Urbana do Piauí e Teresina, relação populacional e taxas de crescimento acumulado (1940-2010)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO URBANA			TAXA DE CRESCIMENTO	
	PIAUÍ (1)	TERESINA (2)	PROPORÇÃO (2)/(1)	PIAUÍ (1)	TERESINA (2)	PROPORÇÃO (2)/(1)	PIAUI	TERESINA
1940	817 601	67 641	8,27%	124 197	34 695	27,93%		
1950	1 045 696	90 723	8,68%	170 584	51 417	30,14%	22,41%	34,12%
1960	1 263 368	142 691	11,29%	298 152	98 329	32,98%	15,21%	57,28%
1970	1 734 894	220 487	12,71%	561 081	181 062	32,27%	27,63%	54,52%
1980	2 188 150	377 774	17,26%	931 204	339 042	36,41%	21,96%	71,34%
1991	2 581 215	599 272	23,22%	1 366 218	556 911	40,76%	17,96%	58,63%
2000	2 841 202	715 360	23,07%	1 787 192	677 470	34,34%	10,07%	19,37%
2010	3 118 360	814 230	26,11%	2 050 959	767 557	37,42%	9,75%	13,82%

Fonte: Lima, Lopes e Façanha (2017, p. 37).

Um dos fatores que explica o incremento da população urbana de Teresina nesse período, seguindo a tendência observada em outros estados, é a migração de pessoas vindas de pequenas cidades do interior do Piauí e também de outros estados do Nordeste em busca de novas oportunidades para suas vidas. Devemos levar em conta essas e outras mudanças ocorridas nas cidades para entender o que nos diz Maricato (2000), o qual ressalta que o urbano se transforma e muitas cidades e apresentam um crescimento populacional bem superior à capacidade do poder público de atender suas necessidades de infraestrutura (água, energia, esgoto, habitação, etc.).

Esse movimento migratório diz respeito à entrada de sujeitos em um novo ambiente e com relações pessoais diferentes daquelas que costumavam ter. Dessa forma, foram sedimentados novos hábitos em um ambiente em transformação da

cidade urbanizada, ou que pelo menos se pretendia moderna. Assim, foi gerado um conflito de costumes que muitas vezes tinha que ser arbitrado pelo poder público, como, por exemplo, no que tangia às questões relacionadas à limpeza pública da cidade. Percebe-se isso na nota emitida pela Prefeitura Municipal de Teresina e publicada no jornal **Estado do Piauí**, onde são ressaltados os esforços para manter a cidade limpa, embora sob o ponto de vista dos administradores municipais a população não ajudasse:

O prefeito vem, ultimamente, envidando todos os esforços no sentido de manter permanentemente limpos os passeios e os leitos das vias públicas. Nesse sentido, porém, o Serviço de Administração está encontrando sérias dificuldades, para levar a bom êxito essa determinação. É que, alguns proprietários ou inquilinos menos esclarecidos, ao invés de colocarem o lixo no interior dos prédios, ou em suas entradas, portões ou corredores, em recipientes estanques, põem-no pelas esquinas das ruas, no chão, em flagrante desrespeito às disposições do Código de Postura do Município. Essa prática causa péssima impressão aos que nos visitam. O Prefeito espera a cooperação do povo e esclarece que tomará as providências legais contra o abuso.<sup>103</sup>

Sobre a nota podemos ainda esclarecer que os maus hábitos eram em geral atribuídos à população de baixa renda que ainda ocupava a região mais central da cidade. Além disso, essa passagem enfoca outra questão importante: a preocupação dos administradores com o olhar daqueles que visitavam a cidade. Daí em diante era preciso, então, que os moradores (antigos e recém migrados) adquirissem hábitos e práticas dos habitantes dos centros urbanos e que respeitassem as leis municipais. Esse discurso se apoiou em saberes da engenharia e da medicina, os quais, além de ajudar na formatação das leis locais, tinham a pretensão de educar os corpos (NASCIMENTO; MONTE, 2009, p. 126).

Pretendendo sanar ou pelo menos amenizar as diferenças regionais no setor econômico, Juscelino Kubitschek, em 1959, aprovou um projeto de lei que criava a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essa superintendência seria responsável por estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, assim como supervisionar, coordenar e controlar a execução de projetos realizados pelo Governo Federal na região, além de executar projetos de desenvolvimento na região Nordeste. Seria de sua finalidade ainda supervisionar, coordenar e controlar a execução de projetos realizados pelo Governo

---

103 TERESINA, Prefeitura Municipal. Nota Oficial. **Estado do Piauí**, Teresina, 5 mar. 1959, p. 3 *apud* NASCIMENTO, 2007, p.199.

Federal.

Os planos de desenvolvimento fomentados pelo Governo Federal a partir das ações da SUDENE não chegaram inicialmente a atingir o Piauí e concentraram-se em três estados: Bahia, Pernambuco e Ceará, de acordo com o economista Felipe Mendes (2003). A construção da Barragem de Boa Esperança foi uma das poucas obras que o Piauí conseguiu implantar por meio de ações e planos elaborados pela SUDENE. Essa barragem era responsável por fornecer energia elétrica para boa parte das cidades do estado e teve sua construção iniciada em 1964.

Em meados do final da década de 1950 e início da década de 1960 foram criadas empresas de economia mista no Piauí visando a melhoria de serviços como o abastecimento de água e energia, e serviços de telecomunicações por exemplo. Essas empresas seriam responsáveis ainda pelo desenvolvimento de parte da economia do estado. As empresas das quais nos referimos são: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRINPISA), em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960, e Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962.

Os dirigentes locais organizavam-se no sentido de dar novo direcionamento à administração estadual e municipal, modernizando o sistema tributário do estado e enxugando as despesas desnecessárias da Secretaria de Finanças do Município. Entretanto, a fragilidade econômica do Estado, principalmente no pós-1950, por este não conseguir se inserir no processo de implantação de um sistema industrial que tivesse peso nas receitas internas e que substituísse o papel desempenhado pelo ciclo extrativo, e ainda o conseqüente aumento da dependência de recursos federais, tornavam praticamente inviável uma política de desenvolvimento do estado que assegurava recursos para uma melhoria do aspecto urbanístico da capital.

#### 4.2 REGIME CIVIL MILITAR E A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA

As ideias que levaram à implantação do regime civil militar no Brasil foram discutidas e pautadas pelos militares, parte da camada empresarial brasileira e por alguns políticos mesmo antes de 1964, o que deixa claro que o projeto de substituição de governos com inclinações populistas pelo regime de exceção passava pela desqualificação do regime democrático em vigor nesse período. O Estado autoritário que foi implantado no Brasil em 1964 teve suas raízes plantadas a partir da crise

política que se iniciou no país quando Jânio Quadros tomou posse, em 1961, apoiado por um partido de massas em ascensão no país, o PTB. Com sua renúncia, iniciou-se um conturbado período em que seu sucessor, João Goulart, assumiu a presidência e propôs a implantação de reformas de bases no país, o que levou a tomada do poder pelos militares. Estes assumiram a direção do país tendo como objetivo norteador assegurar os interesses de uma determinada classe ligada ao modelo capitalista de desenvolvimento dependente do capital externo.

A política presente nos governos militares teve como base estratégias de repressão, controle dos meios de expressão e ainda pesados investimentos em obras públicas que promoveram o endividamento externo brasileiro. Segundo Maria José de Rezende (2013, p. 1) as medidas postas em prática no âmbito socioeconômico e político foram tomadas como uma dimensão essencial, pois através delas, aqueles atores sociais lutavam para estabelecer o encontro entre o plano dos desígnios e o das ações. Inaugurou-se assim uma aliança entre o empresariado e a nova concepção de governo imposta pelo regime.

Com o golpe militar de 1964, o ideal desenvolvimentista continuaria como eixo diretor da ação estatal, mas sustentado por um novo discurso, que versava, sobretudo, o desmantelamento da organização social. O novo regime se outorgava no direito de, em nome do progresso, promover quaisquer meios para atingi-lo, inclusive pelo uso da repressão, caso fosse necessário. Para Elio Gaspari (2002, p. 213) a direita golpista de 1964 criou através do regime que se implantou “uma roda em que o planejamento do progresso se associava à necessidade de desmobilização da sociedade”. O progresso via planejamento só seria viável mediante desmantelamento da organização da sociedade democrática. Assim, em nome do progresso, o Estado Autoritário de 64 agiu em duas frentes: a primeira no controle da sociedade civil, no enquadramento das estruturas sociais no ideário do novo regime; o segundo, corresponde ao intervencionismo nos setores da economia nacional, notadamente em sua infraestrutura.

Os ventos do desenvolvimentismo no Brasil são impulsionados com os anos de euforia que ganham mais destaque durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros e João Goulart chegando até o período do regime civil militar. Esse período histórico é caracterizado pela entrada de um grande volume de investimentos oriundos do capital estrangeiro em nosso país e essas quantias eram destinadas principalmente a grandes obras de infraestrutura das principais capitais do

país. Em contrapartida, é possível afirmar que foi também nesse espaço de tempo que o Brasil contraiu grandes montantes de dívidas externas que implicaram em uma política econômica baseada no pagamento de juros e outros percalços. A equalização democracia e empresa privada eram mostradas como sinônimos de democracia moderna que tinha como significado maior responsabilidade democrática.

#### **4.2.1 Planejamento urbano em Teresina: estratégias iniciais**

Por volta dos anos 1970, o regime político instalado passou por mais uma reformulação no âmbito administrativo, quando o General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) começou a governar o país. Nesse período, colocou-se em prática a Política de Integração Nacional (PIN) e a doutrina nacional-estadista, que privilegiavam o intervencionismo estatal e pesados investimentos em infraestrutura. Com os militares no poder houve uma série de planos de ação em diversos setores que foram postos em prática, o que resultou em um crescimento acelerado da economia. Nesse momento obteve-se índices de crescimento que alcançavam a marca de 11% ao ano, período que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro,” o qual se estendeu de 1969 a 1973 (REIS FILHO, 2002, p. 55).

Ao pretender sanar as diferenças econômicas que separavam os estados e buscar a unidade nacional, a política adotada pelo governo central foi de integração das regiões, que ficou conhecida como “federalismo de integração”. As regiões Norte e Nordeste eram as menos integradas ao restante do país e, por esse motivo, foram foco de tal política, que repercutiu no processo de transferência de recursos para o Piauí, o que propiciou aos administradores locais investirem no projeto de modernização da capital.

Tendo como objetivo a proposta de integração econômica citada acima para o Brasil, a administração central passou a elaborar e seguir diretrizes apontadas pelos planos nacionais de desenvolvimento, como por exemplo o Programa de Ação Estratégica do Governo (PAEG), elaborado em 1964 cujos objetivos a longo prazo visavam estabilizar a economia do país. Outros planos que levavam em conta os desafios regionais foram postos de lado nesse momento em prol de um plano nacional.

No Piauí, em outubro de 1968, os dirigentes locais, tendo à frente o então



prefeito Cel. Jofre do Rego Castelo Branco,<sup>104</sup> firmaram contrato com a empresa baiana COPLAN S/A Construções e Planejamentos para planejar as ações de intervenção no espaço urbano da capital, do qual resultou no Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI).<sup>105</sup> A municipalidade pôde contar com recursos e apoio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão do Ministério do Interior responsável pela implantação, no país, do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local, da SUDENE e do Governo do Estado. O PDLI representava uma mudança significativa na maneira de administrar, pois até então os líderes locais davam prosseguimento às suas administrações sem seguir nenhum planejamento prévio que tivesse sustentação em um aporte técnico mais apurado e que seguisse uma proposta de implementação a longo prazo. Esse projeto baseava-se na análise diagnóstica da realidade local, tendo como base as inúmeras pesquisas que foram realizadas, de diversos órgãos governamentais e para que, assim, se pudesse propor um projeto de intervenção urbana para a capital.

Após um longo trabalho de uma equipe multidisciplinar que durou cerca de 12 meses chegou-se à elaboração do PDLI que era formado por três partes. Inicialmente esse documento foi composto por um grande diagnóstico da cidade, onde foram identificadas as principais características de Teresina, em suas várias dimensões, e entre estas, os fatores que travavam ou inibiam o desenvolvimento da cidade. Em seguida, foram traçadas estratégias para driblar esses entraves e obstáculos, desenhando o caminho para uma mudança em Teresina. Depois disso, expuseram estudos, projetos e ações já em andamento. Por fim, mostrou-se a trajetória ou roteiro metodológico da pesquisa realizada para a elaboração do PDLI e a bibliografia utilizada. Segundo o próprio documento, o PDLI “[...] assegura a compatibilização dos aspectos físico-territorial, econômico, social e institucional, bem como a adequação dos objetivos locais ao planejamento nacional, regional e estadual” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA, 1969, p. 7 *apud* MONTE,

---

104 Militar e político. Oficial da Reserva do Exército. Coronel da Polícia Militar do Piauí. Vereador à Câmara Municipal de Teresina em várias legislaturas. Prefeito nomeado de Teresina para o período de 31 de janeiro de 1967 a 10 de outubro de 1969 (GONÇALVES, 2003, p. 73).

105 Adiantamos que não foi possível acessar o documento original do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina, sendo este acessado a partir da dissertação de Regianny Lima Monte (2010), o que explica a sua referência a partir do termo *apud*. Lembramos, ainda, que esse documento não possui versão digital e o período de construção deste capítulo coincidiu com as restrições sanitárias na cidade de Teresina, os arquivos de órgãos públicos municipais estando fechados para visita e acesso à documentação.

2010, p. 90).

O diagnóstico informado pelo PDLI de Teresina de 1969 apontava que serviços básicos como de transporte e saneamento básico deixavam muito a desejar. A limpeza na cidade atingiu apenas alguns setores das zonas urbanas e a coleta do lixo na cidade deu-se através de caminhões e caçambas, carroças ou carrinhos, utilizando-se às vezes o trator da Prefeitura (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA, 1969, p. 28 *apud* MONTE, 2010, p. 92). Esse problema ficava mais grave em regiões periféricas da cidade, onde inexistia qualquer coleta de lixo e limpeza das ruas, as quais, em sua grande maioria, viviam cobertas por mato, por não disporem de pavimentação. Outro problema que contribuía sobremaneira para a sujeira nas ruas era a presença de animais, que circulavam livremente pela cidade.<sup>106</sup> Os noticiários locais cobravam a intervenção do poder público para amenizar os danos causados pelo excesso de lixo e vegetação nas vias públicas.<sup>107</sup>

Outras questões referentes aos problemas urbanos também eram latentes, como o sistema viário da cidade que encontrava-se estagnado e ineficiente no atendimento das necessidades de escoamento do tráfego. Com o crescimento urbano o tráfego tornou-se mais intenso, principalmente no Centro de Teresina. Essa era uma região que não dispunha de vias de tráfego de grande porte que facilitassem o trânsito, com exceção da avenida Frei Serafim, sendo que as demais avenidas foram surgindo e seguindo o prolongamento das vias radiais, de modo que as ruas por onde escoava um maior volume de tráfego quase não se diferenciavam de ruas residenciais, onde o tráfego era apenas local.

É pequeno o número de ruas pavimentadas em Teresina e em quase sua totalidade o tipo de pavimentação empregado (pedras irregulares) é prejudicial ao escoamento normal dos veículos. A ausência de uma rede coletora de serviços pluviais e de esgotos subterrâneos dificulta os serviços de manutenção das vias, além de diminuir a pista de rolamento com a existência de valas (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA, 1969, p. 30 *apud* MONTE, 2010, p. 93).

Os mais diversos problemas estruturais encontrados em Teresina e diagnosticados pelo PDLI eram responsáveis ainda pela inviabilização de um crescimento estruturado da economia local, assim não era possível absorver a mão

---

106 AVENIDA Frei Serafim vira pasto para jumentos. **O Dia**, Teresina, n. 3.573, p. 5, 23 mar. 1973.

107 AMEAÇA do lixo. **O Dia**, Teresina, n. 3.422, p. 1, 15 set. 1971.

de obra que chegava à capital vinda das cidades do interior do estado do Piauí e até mesmo de outros estados, ou ainda aqueles que fazem parte do crescimento vegetativo de Teresina. Diante desses desafios, os técnicos concluem:

Teresina não aproveitou sua condição de cidade administrativa e populosa no sentido de transformar-se em um núcleo de desenvolvimento da região, não cumprindo as funções que lhes pareceriam ser próprias de polo distribuidor de bens produzidos na região. A economia local não tem permitido o desenvolvimento de um centro urbano moderno e dinâmico dado o baixo poder germinativo de sua indústria, a pequena expressividade de sua agricultura e, em decorrência, a inexistência de oportunidades de ocupação de sua população e dos recursos locais para aumentar sua renda (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA, 1969, p. 61 *apud* MONTE, 2010, p. 93).

Diante da análise da realidade da cidade de Teresina e da identificação de alguns dos fatores que impediam o seu desenvolvimento econômico e social, foi possível elaborar propostas que previam ações intervencionistas visando o melhoramento do espaço urbano e do núcleo social da capital. Dentre essas propostas estava a revalorização do Centro de Teresina, visto que dada a sua própria formação histórica a cidade foi projetada a partir do Centro sendo ponto de partida de sua expansão. Ali se concentrava o centro da vida administrativa e cultural. Desse modo, a escolha deu-se por uma operação de reestruturação físico-territorial que permitisse ao Centro desempenhar as atividades econômicas, tornando-se núcleo distribuidor varejista, centro administrativo e centro das decisões políticas e sociais. Conforme o estabelecido no plano, o Centro de Teresina deveria ser entendido no seu sentido mais amplo: “representa o ‘coeur de ville’, a zona de animações e de decisões políticas. Desempenhará também o papel de ponto de encontro para as horas de lazer” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA, 1969, p. 63 *apud* MONTE, 2010, p. 94).

A estratégia de intervenção para o Centro consistia em um projeto de embelezamento para a área, com a reforma das principais praças que compunham o centro cívico da cidade, como a Rio Branco e a Marechal Deodoro, também conhecida como Praça da Bandeira. Essas praças passariam a constituir um só conjunto de lazer, sendo protegidas por galerias e entremeadas por jardins. Ainda é possível citar outra medida de intervenção que consistia na implantação do sistema viário, com o alargamento das avenidas principais; hierarquização do trânsito, com vias de tráfego rápido, lento e para pedestres; abertura de novas ruas e avenidas, com asfaltamento, e a implantação de galerias pluviais nas já existentes.

A ausência de uma organização do espaço urbano da capital era reforçada pela ausência de disposições jurídicas que fossem capazes de acompanhar as mudanças sociais e econômicas pelas quais a cidade passava. Até 1969 existia apenas o Decreto-lei de nº 54180, de abril de 1939, o qual já estava completamente ultrapassado e obsoleto. Portanto, de acordo com os técnicos responsáveis pela elaboração do PDLI, “dotar Teresina de uma adequada legislação urbanística era um imperativo improrrogável,” na medida em que oferecia “meios capazes de orientar e controlar toda a problemática físico-territorial do município e principalmente da cidade” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA, 1969, p. 67 *apud* MONTE, 2010, p. 95).

Dessa forma, o PDLI tratava-se de uma iniciativa de planejamento urbano que levou em consideração a análise da realidade local para propor intervenções a serem implementadas em Teresina visando melhorar o aspecto socioeconômico e a infraestrutura da cidade. Diante disso, ressalta-se que a sua importância está exatamente no fato de dar as diretrizes para um crescimento estruturado de Teresina, baseado em estudos realizados por técnicos especializados, com o propósito de implementar ares de modernidade na capital do Piauí. Esse plano encontrou, na década de 1970, as conjunturas necessárias e favoráveis para sua implementação.

#### **4.2.2 Governo Alberto Tavares Silva e Joel da Silva Ribeiro**

A ênfase na execução de obras públicas é uma tendência que atingiu o Estado do Piauí seguindo a parca urbanização iniciada em anos anteriores e firmando-se enquanto herança do modelo administrativo implantado no Brasil na década de 1970. No Piauí esse período de transição entre o governo democraticamente eleito e os primeiros anos de gestão do governo militar foram caracterizados por períodos de instabilidade política atenuados por reclamações da população com relação ao que esse julgava no momento ser características do “atraso” de Teresina frente a outras capitais brasileiras (NASCIMENTO, 2007). Alguns periódicos em circulação naquele período relataram o descaso para com a cidade por parte dos seus governantes. É nesse momento que se identificou uma orientação dos governos em regular o uso do solo urbano, de forma a orientar a partir de mudanças quem e como deveria se habitar algumas partes da cidade.

As modificações e intervenções urbanísticas realizadas durante a década de 1970 no Piauí seguiram uma tendência nacional de investimentos patrocinados pelo

governo federal. O Estado atuou em certa medida como indutor da dinâmica urbana nas esferas federal, estadual e municipal. Nesse período, as principais ações do poder público, independentemente de sua esfera, estavam orientadas pela ideia do progresso. O conceito de progresso neste momento não se relacionava somente aos avanços técnicos e às reformas arquitetônicas, mas também ao desejo de aproximação de Teresina com os modelos de urbanização das principais capitais do país (FONTINELES, 2009, p. 17). Caberia aos gestores que assumissem o poder a partir de então traçar estratégias e ações que levassem o Estado do Piauí e sua capital a outro *status*, abandonando o seu histórico de atraso e superando os desafios de montar uma estrutura urbana moderna e arrojada.

Nesse período, os governantes estaduais e prefeitos municipais eram indicados pelo presidente com o intuito de manter o poder central com o controle da maior parte das ações locais, o que reforçava o objetivo de colocar em prática um plano de desenvolvimento nacional integrado. Na primeira metade da década de 1970 tivemos no comando do estado e da capital do Piauí os engenheiros Alberto Tavares Silva<sup>108</sup> (1971-1975) e o Major Joel da Silva Ribeiro<sup>109</sup> (1971-1975), respectivamente. Durante um determinado período do regime civil militar os engenheiros ocuparam cargos executivos e passaram a ser tratados como símbolo de civilidade urbano-industrial e profissionais detentores da técnica de modificar os espaços, deixando as cidades longe dos problemas urbanos e da imagem de atraso. Eram assim capazes de transformá-las por meio de intervenções planejadas e de acordo com as normas higiênicas e de salubridade para uma cidade moderna.

Nesse sentido, os administradores públicos, tanto na esfera estadual como na municipal, intervieram no tecido urbano de Teresina, dotando-a de obras de infraestrutura e empreendendo uma série de reformas e construções suntuosas, no intento de dar uma nova roupagem urbanística à capital seguindo um nítido projeto elaborado para tal fim. Teve início um período em que o Estado agiu como construtor

---

108 Formado em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica pela Escola de Engenharia em Itajubá. Eleito governador do Piauí por votação indireta e nominal em sessão pública na Assembleia Legislativa do Piauí para um mandato de quatro anos (15/03/1971 a 15/03/1975). Chegou a ocupar os cargos de Deputado Federal em 1994 e em 2006, Senador em 1979 e em 1998, e mais uma vez Governador do Piauí (1986-1989) (GONÇALVES, 2003, p. 367).

109 Engenheiro Militar e Político. Oficial do Exército Brasileiro transferido para reserva no posto de Major. Formado pelo Instituto Militar de Engenharia – IME (1959-1963), no Rio de Janeiro. Como político foi nomeado Prefeito de Teresina de 1971-1975, presidiu as Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA) de 1975-1978 e elegeu-se Deputado Federal para a legislatura de 1979-1983 (GONÇALVES, 2003, p. 337).

e modelador do espaço urbano imprimindo uma urbanização autoritária.

Mesmo tendo passado alguns anos, os problemas encontrados na cidade de Teresina como a precária limpeza das ruas, déficit habitacional e a ausência de um sistema viário ainda não haviam sido solucionados. Os periódicos da cidade neste momento cumpriam a função de tornar públicas as insatisfações de alguns setores sociais com o aspecto urbanístico da capital. Tornava-se cada vez mais frequentes na imprensa escrita local matérias que atribuíam ao poder público a responsabilidade pela indesejada realidade da cidade como podemos ver adiante:

Responsabiliza-se a Cinco<sup>110</sup> pela buraqueira nas ruas de Teresina. No entanto, a capital mais castigada pelos rigores do calor sofre não só as consequências do serviço de instalação da rede de esgotos, como igualmente, as consequências de uma administração municipal que dorme ante a sujeira de nossas principais vias públicas, ante as calçadas necessitadas de reparo geral, ante as praças sem iluminação e sem o devido zelo, dando assim evidente prova de que não é somente a Cinco a única responsável pelo aspecto horrendo da cidade verde.<sup>111</sup>

De acordo com o periódico, apesar da cidade estar passando por um período de mudanças com a instalação da rede de esgotos, ainda era possível identificar aspectos pouco convidativos aos visitantes, principalmente pela sujeira e a falta de iluminação e reparo nas principais vias da capital. Em um dado momento, neste mesmo exemplar, o relator destacou que quase todas as ruas de Teresina encontram-se na escuridão, dificultando a vida de quem precisava se locomover pelo centro da cidade à noite.<sup>112</sup>

Sob o discurso de que era preciso transformar Teresina no cartão de visitas do Piauí imprimindo-lhe ares de urbanidade presente em outras capitais brasileiras, alguns grupos da elite intelectual e política da cidade passaram a utilizar o espaço da imprensa para exigirem do poder público medidas que pudessem pôr em prática mudanças efetivas e que resolvessem os problemas da cidade. Certo de que poderia desempenhar essa função, o então governador Alberto Silva assumiu a liderança do Estado com o objetivo de trabalhar no sentido de dar uma nova feição urbanística à capital, pois até então era motivo de vergonha para os teresinenses e de gozação em nível nacional.

---

110 Cinco foi uma empresa que atuou em algumas obras no sítio urbano de Teresina entre as décadas de 1960 e 1970 e que foi duramente criticada pela pouca eficiência e agilidade.

111 ANOTAÇÕES de um diário 1970. **O Estado do Piauí**, Teresina, p. 6, 12 abr. 1970.

112 ANOTAÇÕES de um diário 1970. **O Estado do Piauí**, Teresina, p. 6, 12 abr. 1970.

Durante o último quadriênio governamental, o Piauí foi alvo de chacotas por parte da grande imprensa do Sul. [...] Tradicionalmente, os governos deixaram Teresina em segundo plano, esfarinhando os poucos recursos com as dezenas de municípios, sem estabelecer as prioridades dos planos de desenvolvimento, dos quais a capital é o mais importante. [...] Teríamos que colocar Teresina em primeiro plano, como capital do Estado, transformá-la numa cidade arejada, bela, moderna, atraente, habitável. [...] Com poucos meses de administração, já sentimos algo de novo, as ruas da cidade respiram ares de motivação e otimismo, as chacotas pararam no Sul do país. [...] E todos os piauienses, de norte a sul, estão convictos que a nova imagem do Piauí terá que ser criada nas ruas e através do progresso urbanístico de Teresina.<sup>113</sup>

Alberto Silva acreditava que houvesse um modelo de cidade a se atingir e esse não era demonstrado por Teresina até a década de 1970. A própria imagem do governador se misturava com a faceta modernizadora que supostamente caracterizaria sua gestão a partir de 1971. Em algumas de suas falas assumia-se como “o novo em oposição ao antigo cenário local” e ao analisar as ações desenvolvidas em seu primeiro governo declarou em entrevista que na época isso fora motivado por uma decisão sua de “dar cunho de cidade a essa capital” (SILVA *apud* FONTINELES, 2009, p.20).

O governador Alberto Silva juntamente com o prefeito Joel Ribeiro traçaram algumas obras de embelezamento para a capital privilegiando uma visão elitista de reorganização do espaço. O discurso era que o Piauí cresceria e tudo deveria começar por Teresina para que os visitantes, políticos, empresários e turistas, construíssem uma bela imagem de capital desenvolvida. Dentre as principais obras destacam-se a reforma do Hotel Piauí, do Palácio de Karnak (sede do governo estadual) e da Avenida Frei Serafim, cujo objetivo era embelezar a capital. Essa responsabilidade era da Coordenação do Desenvolvimento Econômico (CODESE), órgão responsável pela administração estadual que passou a ser a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), com o auxílio de outros órgãos públicos como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O financiamento das construções advinha do Banco do Estado do Piauí (BEP), onde o governo do estado contava com total apoio orçamentário, e com empréstimos feitos junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

A reforma e modernização desses espaços estavam inseridas na política de implantação de uma infraestrutura para o turismo, que visava a preparação da cidade para oferecer ao visitante uma boa imagem da cidade. Assim, aumentava-se a necessidade de um hotel de referência no Estado e então tem início a reforma do

---

113 ALBERTO: chegou a vez de Teresina. **O Estado**, Teresina, ano 20, p. 7, 15-16 ago. 1971.

único hotel de grande porte da cidade, pertencente ao Governo do estado, o qual se encontrava em ruína e em completo abandono, transformando-o em um hotel de referência, para que os turistas pudessem contar com acomodações modernas e adequadas aos novos parâmetros de hotelaria. A reforma e a ampliação do Hotel Piauí foi projetado por Acácio Gil Borsoi, renomado arquiteto, com obras em diversas cidades do país. A obra estava centrada nos ditames de conforto, qualidade e dimensões de grandeza, inclusive com a construção de uma piscina suspensa.<sup>114</sup> Ainda no governo de Alberto Silva, o hotel foi vendido a uma empresa de Recife. Hoje é o atual Luxor Hotel.

Durante a elaboração do projeto para o Palácio de Karnak foram propostas profundas reformas em seu interior, mas preservariam parte de suas linhas arquitetônicas de estilo neoclássico. Em mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, o governador Alberto Silva avaliou que a sede do executivo “[...] retrata a regressão e a decadência, deteriorada a dignidade de suas linhas deformadas [...] passando a imagem de penúria e ineficiência”<sup>115</sup>. Alguns representantes da imprensa local deixaram suas impressões sobre a reforma do palácio e o que significava a sua entrega ao povo piauiense.

O novo Karnak, com efeito, é prédio que reúne dois méritos: o de refletir a imagem de Piauí Novo, voltado para o futuro, e o de ter todas as condições necessárias para o funcionamento de um Governo que se dispõe a integrar o Estado, em pé de igualdade, na comunidade brasileira. Diante do novo Karnak, visitantes – oficiais ou não – poderão compreender que a verdadeira imagem do Piauí não é mais aquela tradicionalmente apresentada para o resto do Piauí. Somos, hoje, um estado plenamente liberto da pecha ignominiosa do subdesenvolvimento – e aí está o novo palácio para comprová-lo.<sup>116</sup>

De acordo com esse trecho, entendemos ser preocupação do governador construir uma imagem do Estado e da capital diante da que havia sido propagada pelos meios de comunicação tempos atrás, uma imagem de miséria e pobreza como vimos no subtópico 4.2.1. Essa ideia levava em consideração a construção de uma sede do poder Executivo moderna. As linhas arquitetônicas do antigo Palácio de Karnak demonstravam sobriedade, mas aparentavam decadência, então era necessário adequá-lo para o novo Piauí.

---

114 NOVO Hotel Piauí virá em março com força total. **O Estado**, Teresina, ano 20, p. 9, 15-16 ago. 1971.

115 PIAUÍ. Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa. Teresina, 1975.

116 KARNAK, símbolo do novo Piauí. **O Estado**, Teresina, ano 21, n. 31, p. 1, 5 set. 1975.



A Avenida Frei Serafim, considerada a principal via de tráfego da cidade e localizada no centro de Teresina, teve sua reforma iniciada no ano de 1972 e ganhou uma nova configuração, mantendo-se, entretanto, sua arborização constituída fundamentalmente de oitizeiros. Foram construídos jardins, que dividiam espaços com calçadas recobertas por mosaico português (ver imagem abaixo), possibilitando a passagem de pedestres, que contava com uma sinalização adequada. De acordo com o historiador Francisco Alcides do Nascimento (2007, p. 152) durante a década de quarenta, sob a intervenção dos representantes do Estado Novo, essa avenida passou a ser o “cartão de visita” da cidade, havendo uma legislação própria para o disciplinamento das edificações em seu entorno. Os prédios deveriam ter dois pavimentos, o que resultou nos belos sobrados ali construídos, sendo que pelo menos a maioria deles seguia a tendência do ecletismo, procedendo-se à retirada imediata de casas de taipas e/ou cobertas de palha ao longo da avenida.

Ainda podemos destacar a implantação de cinco fontes climatizadas, com jatos de água, sendo que, à noite, tinha-se a visão do espetáculo de luz proporcionado pela iluminação, que também foi tecnicamente planejada para tal e que ficaram conhecidas pelos teresinenses por “fontes luminosas”. Tais fontes tinham a intenção de climatizar todo o trajeto daquele passeio; para conseguir este objetivo, no final da tarde, jatos de água jorravam no sentido vertical e eram iluminados, promovendo um fascinante espetáculo. Para a iluminação do conjunto urbanístico foram empregadas lâmpadas de vapor de mercúrio e de acordo com alguns jornalistas que escreviam na época tinha tudo para se tornar “uma das mais bonitas e modernas avenidas do Nordeste”<sup>117</sup>. As pistas de rolamento receberam cobertura de asfalto.

---

117 INICIADAS obras para o embelezamento da Avenida Frei Serafim. **O Dia**, Teresina, p. 4, 26 jan. 1972.

Figura 7 – Fonte Climatizada da Avenida Frei Serafim (1973)



Fonte: Monte (2010, p. 104).

Ao longo dos anos iniciais da década de 1970, a capital iria receber um maior volume de obras, como verá adiante. O conjunto de obras que estavam sendo realizadas na cidade objetiva contribuir para oferecer uma boa imagem do Piauí, tendo em vista que, modernizando a capital, porta de entrada para o restante do estado, projetava-se para todo o Piauí a sensação de mudança, com melhorias na malha urbana de Teresina.

Além disso, outras construções de grande porte foram realizadas, como o estádio de futebol Alberto Tavares Silva, o Albertão, a implantação do Terminal de Petróleo, o Parque Zoobotânico de Teresina e das Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA). Todas essas intervenções tinham como referência as ideias desenvolvimentistas, que levavam em conta a grandiosidade das obras realizadas pelos governos militares. Assim, tinha-se como objetivo a construção de uma infraestrutura moderna que fosse capaz de atender as necessidades da nova vida urbana e que desse as condições para a implantação de um sistema industrial, condição essencial para o desenvolvimento econômico, o qual por sua vez transformaria o Brasil em um país de “primeiro mundo”. A seguir comentamos essas obras com mais detalhes.

O governador Alberto Silva foi influenciado com a euforia que se espalhou pelo

Brasil após a conquista da Copa do Mundo em 1970, no auge da ditadura militar, passando a investir na construção de um estádio de futebol (que recebeu o nome do próprio governador) com capacidade para 70 mil pessoas, à época, metade da população de Teresina. Essa obra tinha como objetivo inserir o Piauí no cenário futebolístico nacional, trazendo para Teresina jogos do campeonato nacional de futebol. O Governo estadual utilizou-se da construção do estádio como um instrumento de propaganda de suas ações, tentando mostrar que o Piauí deixava para trás o status de estado mais pobre da nação. A propaganda, além de mostrar o desempenho da administração de Alberto Silva, buscava incentivar os piauienses a se unirem em torno dessa obra que resultaria em “um grande passo para a divulgação do Piauí no Brasil”.<sup>118</sup>

A construção desse empreendimento voltado para o esporte piauiense recebeu severas críticas feitas por alguns articulistas de periódicos da capital e pelos adversários políticos do governador na época. Muitos julgavam que a obra não deveria ser prioridade para o governo tendo em vista que o Piauí precisava de mais investimentos nas áreas da educação, saúde, fornecimento de energia elétrica e abastecimento d'água.<sup>119</sup> Segundo esses mesmos pontos de vista, os recursos financeiros investidos na construção do Albertão deveriam ter sido aplicados nas reais necessidades da população teresinense.<sup>120</sup>

O governador tinha estipulado uma data para a inauguração do estádio que seria a partida de futebol entre Fluminense (RJ) e Tiradentes, um time local patrocinado pelo governo do Estado. À medida em que se avançavam as obras, o discurso da imprensa foi mudando: dizia-se que o governador tinha sido o único a acreditar que a obra estaria pronta para essa partida de abertura do campeonato nacional de futebol e que o novo estádio seria uma “obra que ficará para a posteridade”.<sup>121</sup>

A historiadora Monte (2010) narra que o dia da inauguração do Albertão transformou-se em uma tragédia, que ocorreu em 26 de agosto de 1973 provocada por um tumulto, resultado de um falso alarme de que o estádio estava caindo.

---

118 ALBERTO Silva: é um desafio construir o estádio em vinte meses. **O Dia**, Teresina, n. 3.390, p. 6, 6 ago. 1971.

119 O DIA. Teresina, 27 fev. 1972. Revista de Domingo.

120 O DIA. Teresina, 27 fev. 1972. Revista de Domingo.

121 O DIA. Teresina, 27 fev. 1972. Revista de Domingo.

Segundo depoimentos das pessoas que estavam no estádio no momento do jogo, um avião sobrevoou o estádio e provocou um pequeno tremor em suas estruturas de concreto, o que levou um torcedor a pensar que o estádio estava caindo. O resultado foi a morte de oito pessoas e centenas de outras feridas. Alguns articulistas da imprensa local que faziam oposição ao governo criticaram a pressa na construção do estádio, que teve suas obras aceleradas para cumprir com o prazo de inauguração estipulado pelo governador: “Os alambrados [...] não correspondiam às condições mínimas de segurança, tanto que ruíram ao primeiro impacto da força humana”.<sup>122</sup>

O estádio Albertão foi fruto da tendência à construções suntuosas que privilegiava a grandiosidade e fazia parte do contexto de euforia desenvolvimentista da época. Dessa forma, o estádio dizia mais respeito a um desejo, a uma “fantasia” de progresso do que à concretização dos “sonhos” de modernidade. Nesse período, a maioria das obras tinham o financiamento do Governo Federal, mas a construção do Albertão não contou com investimentos federais e foi integralmente financiada com recursos do Estado, que não dispunha de finanças para tamanho empreendimento, de modo que sua construção permanece inacabada até os dias de hoje.

O estádio que estava sendo construído na cidade tinha como objetivo principal dotar o espaço público de uma infraestrutura que se assemelhava às oferecidas em centros desenvolvidos. Nesse sentido, o governo do Estado investiu na obra que daria origem ao terminal ferroviário que foi chamado “Polo Petroquímico de Teresina”, passando a receber combustível diretamente do porto de Fortaleza e, posteriormente, do porto de São Luís (NASCIMENTO; MONTE, 2009, p. 128). Nessa época, a construção do Terminal de Petróleo foi considerada pelos veículos de comunicação uma das maiores obras do Estado e que tinha como principal papel a distribuição de “combustíveis derivados de petróleo ao Piauí e partes do Maranhão, Bahia, Pernambuco e Ceará”.<sup>123</sup> A instalação visava baratear os preços dos combustíveis e facilitar o abastecimento na capital, tendo em vista o considerável aumento dos veículos em Teresina naquele período. Também seria um distribuidor de combustível na área de influência da capital do Piauí.

De acordo com Nascimento (2010, p. 20) um dos ganhos do Piauí com o Terminal de Petróleo seria a queda dos preços dos combustíveis em

---

122 ARRANGEM outro culpado. **Correio do Povo**, Teresina, ano 1, n. 3, p. 1, 27 ago. 1973.

123 O LIBERAL. Teresina, p. 6, 7 abr. 1975.

aproximadamente 11%. A receita do Estado receberia mais 25 milhões de cruzeiros, resultado da transferência do Fundo Rodoviário Nacional. Até 1975 o abastecimento de postos de distribuição de combustíveis em Teresina era feito através de caminhões que vinham das cidades de São Luís e Fortaleza. Com a instalação do terminal de petróleo essa dependência foi superada, visto que agora esse transporte poderia ser feito a partir dos trens que circulavam pela linha férrea até o terminal ferroviário de petróleo.

Ainda com o intuito de realizar obras que pudessem proporcionar espaços de lazer para os habitantes da cidade, o governo do Estado investiu na construção do Parque Zoobotânico de Teresina no ano de 1973. A área escolhida para sediar o parque situava-se na zona leste da cidade e era composta de cento e oitenta hectares, onde havia uma reserva natural, com a presença de lagoas permanentes. Um dos objetivos para a implantação do parque era seguir os padrões de grandes centros urbanos ao construir espaços de bem-estar social. Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1973 o governador destaca que: “na mocidade e em todo o povo pensou e pensa o Governo quando resolve criar o Zoobotânico em Teresina, verdadeira universidade zoobotânica, instrumento de desenvolvimento técnico e cultural, sem esquecer o lazer, indispensável a todas as comunidades”. A inauguração do parque ocorreu em 08 de maio de 1973 em uma região que no início da década de 1970 ainda era pouco habitada.<sup>124</sup>

Mesmo sendo instituída no final da década de 1950, a Companhia de Energia do Piauí (CEPISA) só ganhou a sua sede física em 1973. Essa edificação tinha como função abrigar todo o serviço administrativo e burocrático da companhia na capital. Essa construção ficou sob responsabilidade do Governo Estadual e contou com recursos do Ministério de Minas e Energia, e desfrutava de um projeto arquitetônico moderno. O edifício foi projetado todo em concreto armado e “fazendo referências a um gerador de energia, o que recorre a ideia modernista de inspiração na máquina. [...] A intenção do arquiteto era passar a ideia de discos superpostos” (SILVA, 2006, p. 106) .

Apesar das obras de embelezamento de alguns pontos de Teresina estarem entre as principais metas de governo de Alberto Silva, várias reclamações com relação

---

124 PIAUÍ. Governador 1971-1975 (Alberto Tavares Silva). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1973. Teresina, 1973.

à limpeza da cidade ainda eram possíveis de ser identificadas em periódicos que circulavam na capital. Podemos dar o exemplo da reclamação feita em 1973 pelo vereador de Teresina Fernando Mendes, o qual pediu providências quanto a sujeira e o mau uso da Praça Saraiva localizada no centro de Teresina, que segundo ele “está inteiramente suja com mato altíssimo servindo como depósito de ferro velho e ponto de concentração de meretrizes e marginais”.<sup>125</sup> O vereador ainda destacou em sua fala a importância da praça para a construção de uma boa imagem da capital para quem chegava de fora e que o descaso com esse espaço público não deveria ocorrer, pois “recebe o nome do fundador da cidade e devia ser mais bem cuidada merecendo mais atenção por parte dos poderes públicos”.<sup>126</sup>

As modificações urbanísticas implementadas em Teresina durante a primeira metade da década de 1970 ganharam mais corpo com a chegada ao poder do engenheiro e major Joel da Silva Ribeiro que assumiu o cargo de Prefeito em 15 de março de 1971 sendo nomeado pelo governador Alberto Tavares Silva.<sup>127</sup> Ao assumir o cargo Joel Ribeiro tinha como principais tarefas a serem desempenhadas aquelas que previam: dotar Teresina de uma nova roupagem urbanística e investir no melhoramento e na modernização do precário e ultrapassado sistema viário da capital.

Seguindo a lógica adotada pelo governo central que priorizava sempre a escolha de equipes técnicas para os cargos do governo, Joel Ribeiro seguiu essa linha de raciocínio ao montar sua equipe visando a reforma da capital. Os profissionais escolhidos para compor sua equipe vinham das mais diversas áreas e tinham como principal objetivo pôr em prática as ações traçadas no Plano Nacional de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI).

De acordo com as informações coletadas para elaborar o PDLI e comentadas aqui anteriormente, uma das necessidades mais imediatas de Teresina seria o melhoramento do seu sistema viário, que não estava mais dando conta do volume de carros que havia na capital. Dessa forma, durante a gestão do prefeito Joel da Silva Ribeiro (1971-1975), foi priorizado o sistema viário urbano de Teresina, seguindo as

---

125 VEREADOR pede providências para a praça Saraiva. **O Estado**, Teresina, n. 386, p. 9, 30-31 dez 1973.

126 VEREADOR pede providências para a praça Saraiva. **O Estado**, Teresina, n. 386, p. 9, 30-31 dez 1973.

127 A Ato Institucional nº 3 foi decretado em 1966 e estabelecia o fim das eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais. A partir de então, os governadores seriam indicados pelo presidente para a aprovação das Assembleias Legislativas e os prefeitos, pelos governadores.

diretrizes para a implantação do anel viário que foram indicadas no PDLI. O objetivo do investimento nesse sistema viário, como vimos anteriormente, era desafogar o trânsito do centro da cidade e proporcionar uma melhor fluidez ao tráfego de veículos tendo início da seguinte forma:

As obras foram iniciadas pelo Centro Cívico, com a Avenida Maranhão, que à época era composta por apenas duas quadras, uma em frente à Praça da Bandeira e a outra nas proximidades do cais do rio Parnaíba, em uma pista. O projeto para essa via de tráfego ia da ponte rodoferroviária João Luís Ferreira: a Ponte Metálica, que ligava Teresina a São Luís até a Avenida Joaquim Ribeiro, com duas pistas de rolamento (MONTE, 2010, p. 108).

Podemos visualizar a partir da imagem abaixo a Ponte Metálica ao fundo, a junção entre as avenidas Maranhão e Joaquim Ribeiro e também o prédio da CEPISA, no centro, do lado direito.

Figura 8 – Trecho da Avenida Maranhão com a Avenida Joaquim Ribeiro



Fonte: Monte (2010, p. 109).

Os investimentos em obras como a expansão e reforma das avenidas Maranhão e Miguel Rosa tinham como finalidade tornar Teresina uma capital digna

de cartão de visitas do Piauí, como citou o governador Alberto Silva.<sup>128</sup> Tais investimentos vieram principalmente de uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura que firmaram convênios com o objetivo de embelezar a cidade. Contudo, devemos destacar que apesar dos volumosos investimentos do poder público para implementar o sistema viário de Teresina, também houve alguns empecilhos para que essa obra pudesse ser concretizada, principalmente devido a presença de algumas casas comerciais que se encontravam nesse percurso. Segundo Monte (2010), tratava-se de uma zona de comércio importante e histórica, com estabelecimentos de grande porte, resultado do tempo áureo da navegação a vapor no rio Parnaíba. A desapropriação, além de ser um empreendimento bastante oneroso para prefeitura, também poderia causar problemas sérios àquela área que estava sendo valorizada. Então, a Prefeitura Municipal decidiu estabelecer um acordo com os comerciantes da região, que previa desapropriar apenas o necessário para a conclusão das obras. Portanto, os comerciantes teriam seu imóvel reduzido em suas dimensões e receberiam uma indenização por isso.

Acreditava-se ainda que a expansão e o embelezamento dessa região que localizava-se próximo ao rio Parnaíba pudesse se transformar em uma área de lazer para a cidade e “pelo clima mais agradável e pelo bonito aspecto do rio à noite, prever-se que bares, boates e restaurantes sejam transferidos para lá ou que novos estabelecimentos assim venha a instalar-se na Avenida Maranhão”.<sup>129</sup>

A construção do anel viário da cidade prosseguiu pela avenida Joaquim Ribeiro até a Avenida Miguel Rosa asfaltando várias avenidas que vieram descongestionar o trânsito da capital, preparando-a para se integrar num todo. A pavimentação asfáltica implementada durante as obras do anel viário foram possibilitadas também pela chegada da Companhia de Betumes do Piauí que se instalou em Teresina em 1971, fornecendo emulsão asfáltica com vistas ao “progresso rodoviário”. A instalação dessa empresa privada traria maior rapidez para as obras de asfaltamento espalhadas por toda a cidade e a instalação dessa companhia fazia parte, segundo seu diretor, de um esforço do governo brasileiro para desenvolver o Nordeste.<sup>130</sup>

De acordo com Monte (2010), para que o anel viário fosse concluído, restava o

---

128 TERESINA vai ficar bela por 3,6 milhões. **O Estado**, Teresina, ano 20, p. 1, 8 jul. 1971.

129 AVENIDA Maranhão pronta em um ano. **O Estado**, ano 20, p. 1, 23 maio 1971.

130 EMULSÃO asfáltica para o progresso rodoviário. **O Estado**, ano 20, p. 2, 4 jul. 1971.



último trecho e o mais complicado: a Avenida Miguel Rosa norte. Esse logradouro teve suas obras iniciadas no governo de Jofre do Rêgo Castelo Branco (1970) que em sua gestão investiu na abertura de grandes avenidas em Teresina, seguindo em uma pista até pouco depois da Estação Ferroviária; de lá em diante seguia o perímetro da estrada de ferro. Nessa região existiam ainda pequenas casas em uma região conhecida como Favela Gogó da Ema. Monte (2010, p. 92) afirma, ainda, que para a abertura da Avenida Miguel Rosa norte foram realizadas cerca de cento e cinquenta desapropriações na área, no trecho compreendido entre as ruas Rui Barbosa e Jônatas Batista, onde a Avenida Miguel Rosa era interligada à Avenida Maranhão, concluindo, assim, o anel viário”.

Figura 9 – Planta parcial da cidade de Teresina: recorte do centro da cidade



Fonte: Monte (2010, p. 111).

Para a conclusão das obras do anel viário de Teresina no período estudado, Jofre do Rêgo Castelo Branco investiu na construção de bairros afastados do perímetro urbano que pretendia-se reformar, para abrigar as famílias que teriam suas casas desapropriadas. É nesse período que surgem alguns bairros e conjuntos habitacionais na região Norte de Teresina como o bairro Mafrense. Ao contrário da área central da cidade que recebiam melhorias como o asfaltamento, as regiões afastadas que agora estavam recebendo as famílias desapropriadas ou que não

tinham condições de se manter na região mais central da cidade, não possuía a infraestrutura adequada para a sobrevivência de sua população. Segundo nossa entrevistada, a mãe de santo Raimunda Cajubé,<sup>131</sup> que mora neste bairro desde seus primeiros anos de fundação (1973) e onde mantém até hoje sua tenda de umbanda, no início da década de 1970 o bairro não contava com a infraestrutura básica como por exemplo a pavimentação das ruas que eram empoeiradas, ou ainda o abastecimento regular de água, pois os moradores tinham que se deslocar até um poço para conseguir água.

As reformas implementadas na zona Norte tratavam do asfaltamento de duas importantes avenidas Santos Dumont e Centenário, ambas ligavam o centro da cidade ao aeroporto de Teresina. O asfaltamento dessas duas avenidas foi realizado e também foi construída a Avenida União em uma única pista que se interligava à Avenida Santos Dumont em direção ao bairro Buenos Aires, área de expansão da cidade. Pequenos trechos que complementavam o sistema viário da zona Norte passaram por intervenções, como as avenidas Magalhães Filho e a Alameda Parnaíba (PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA 1969, p. 13, *apud* MONTE, 2010, p. 112). Portanto, as mudanças previstas no plano de desenvolvimento em curso não chegavam até os bairros que se formavam na região Norte da cidade, tendo como foco de suas ações avenidas e ruas que ligavam a região central ao Aeroporto de Teresina, por exemplo.

Segundo o documento que regia o PDLI (1969) as intervenções no sistema viário seguiram em direção à zona Sul, iniciando-se pelo bairro Piçarra, com o asfaltamento e prolongamento da Avenida Higino Cunha, dando prosseguimento ao percurso, foram asfaltadas as avenidas Jacob Almendra, Nações Unidas e Valter Alencar, no bairro Monte Castelo, passando pela sede da TV Clube<sup>132</sup> e chegando ao estádio Albertão com a Gil Martins. A importância dessas interligações de vias em Teresina nesse período foi ressaltada por Joel Ribeiro ao destacar que elas vieram para facilitar o escoamento do trânsito e por oferecerem ao usuário mais possibilidades de se locomover na cidade sem passar necessariamente pelo centro.<sup>133</sup>

---

131 SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019

132 A TV Clube foi a primeira emissora de televisão a receber a autorização de funcionamento no estado do Piauí em 1972 como detalharemos adiante.

133 RIBEIRO, 2006.

O PDLI (1969) previa, ainda, a construção da avenida Marechal Castelo Branco, à margem do rio Poti seguindo a orientação de que a cidade deveria conservar a beleza paisagística de seus rios. Com a finalidade de aproveitar a margem do rio Poti, a Marechal foi construída, cortando o bairro Ilhotas de norte a sul e interligando à avenida Barão de Castelo Branco, que seguia ao encontro da avenida Higino Cunha, na zona sul da cidade.

Ainda na década de 1970 foi instalada a Universidade Federal do Piauí,<sup>134</sup> após o Jóquei Clube<sup>135</sup>, em direção ao nordeste da cidade, hoje bairro Ininga. A universidade resultou da articulação de membros do governo do Estado com o Ministro da Educação Jarbas Passarinho e visava garantir um corpo de especialistas para a gestão dessa instituição de ensino em terras piauienses, sendo objetivo de Alberto Silva que essa viesse a ser a melhor universidade do Nordeste.<sup>136</sup> Segundo Alcides Nascimento (2007, p. 204) as mudanças nos modos de vida, às novas exigências de conforto, as inovações de consumo e lazer engendraram uma expansão do território da cidade para leste, em detrimento do centro antigo, que perdia habitantes. Tendo em vista as mudanças acima citadas e a formação de novos bairros na zona leste da cidade, o poder público tratou de inserir parte dessa região nas obras de reforma e ampliação do anel viário da cidade. Nesse conjunto, quatro das vias principais dessa zona receberam revestimento asfáltico e foram prolongadas, seguindo o próprio crescimento espacial da cidade: as avenidas Jóquei, Homero Castelo Branco, Dom Severino e Nossa Senhora de Fátima, que fazem parte da área mais elitizada da cidade.

Partindo do levantamento feito sobre as principais obras implementadas em Teresina durante a primeira metade da década de 1970, podemos perceber que elas foram de grande importância para dotar a cidade de um sistema de tráfego moderno e eficiente e modificar as impressões ruins que alguns grupos tinham sobre a capital. Era possível perceber em parte da imprensa as opiniões positivas com relação às

---

134 Decreto nº 68.631, de 19 maio 1971. Aprova o estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí.

135 Na década de 1960, foi construída uma pista para corrida de cavalos, embrião do Jockey Club do Piauí, bem como foram abertos os primeiros loteamentos residenciais do bairro. As corridas de cavalos se transformaram em atividades de lazer de determinado segmento social da cidade, esta é uma das razões para que a região fosse interpretada como área de moradia dos ricos, símbolo de status social e econômico, ficando toda a região conhecida por zona do Jóquei Clube (LIMA, 2002).

136 AUMENTO de renda per capita do Piauí é o objetivo do governador Alberto Silva. **Estado do Piauí**, Teresina, 15 jul. 1971, p. 3.

construções e melhoramentos empreendidos em Teresina.

A construção do anel viário da cidade, abrindo e asfaltando várias avenidas que vieram descongestionar o trânsito de nossa Capital, preparando-a para se integrar num todo, atraindo os bairros ao Anel Viário recém-construído, foi um projeto de alta visão administrativa, que descortinará o desenvolvimento e a expansão da cidade.<sup>137</sup>

O processo de intervenção estrutural pelo qual passava Teresina nesse período foi responsável por modificar de forma substancial a imagem da cidade junto a elite local, que aos poucos passou a acreditar que a capital dava seus primeiros passos em direção ao progresso. Com as obras do sistema viário em fase de finalização, atingiu-se o objetivo de organizar o tráfego urbano e ainda direcionar o crescimento de parte da cidade, de forma que no entorno das novas e reformadas vias surgiram alguns bairros e outros foram valorizados.

No entanto, podemos analisar o processo modernizador pelo qual passava Teresina na década de 1970 como paradoxal, pois nos planos e ações traçados pelo grupo de técnicos e especialistas do poder público, não estavam previstas as desapropriações para a abertura e o alargamento de avenidas, por exemplo. Além disso, ainda não apontavam para onde essas pessoas deveriam ser deslocadas. Sobre esse assunto, podemos trazer o exemplo descrito por Alcides Nascimento (2007) acerca da abertura da Avenida Miguel Rosa na qual 270 famílias que ocupavam a área cortada pelo traçado da avenida tiveram que ser deslocadas para a região norte da cidade para a região do bairro Poti Velho, local muito afastado da área central da cidade e sem nenhuma infraestrutura, já que não tinha água, energia elétrica, posto de saúde e o transporte coletivo era insuficiente. Em contrapartida ao que vivenciava a população deslocada, a municipalidade usava os veículos de comunicação impressa da capital para emitir uma nota oficial que caracterizava a situação como “tudo se processando normal... sem o mais leve incidente” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 1970, p. 1)

A análise sobre as modificações físicas e sociais ocorridas na primeira metade da década de 1970 em Teresina possibilita a reflexão sobre a situação da população que se deslocava para a capital nesse período em busca de melhores condições de vida. Houve uma intensa propaganda de como a modernização da capital seguiria a tendência de outras cidades e resultaria na criação de oportunidades para todos, esse

---

137 ESTADO DO PIAUÍ. Teresina, 15 maio 1971, p. 4.

discurso foi amplamente veiculado pela imprensa local<sup>138</sup>. Nesse contexto, as grandes e numerosas obras financiadas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Teresina eram a principal fonte de emprego e renda de parte dessa população. Contudo, o volume de pessoas que deixaram sua terra de origem em busca de novas oportunidades passou a ser maior do que as oportunidades de emprego, o que aos poucos foi ocasionando o agravamento de antigos problemas urbanos como a ausência de moradia, educação e saúde por exemplo.

Luciano Gaspar (1970, p. 128) em “Migrações rurais e crescimento urbano” destaca que no Nordeste os movimentos rurais e suas implicações no crescimento urbano são consequência da estrutura econômica nacional. Além disso, o autor atribui o êxodo rural à má distribuição e aproveitamento de terras, o que gera uma migração para os grandes centros urbanos como Fortaleza, onde esses migrantes habitam geralmente as favelas.

No percurso de análise e catalogação de matérias de periódicos que circulavam em Teresina durante as décadas de 1960 e 1970 podemos verificar uma acentuada mudança na forma como eram tratados os problemas que assolavam a capital. À medida que se passavam os anos e as figuras políticas saíam e novas entravam nos cargos executivos, mudava-se também a forma de relatar e cobrar mudanças nas condições e problemas encontrados no espaço público da cidade. Portanto, entendemos que os jornais teresinenses, em especial aqueles em atividade durante a década de 1970, podem ser considerados espaços de demarcações de territórios, com atuação em sua maior parte voltada para apoio ao regime ditatorial. Assim, esse período foi marcado por vultuosos investimentos em infraestrutura localizados na parte central da capital e as matérias dos jornais passavam de cobranças para a resolução de problemas urbanos e a exaltação das obras de modernização que estavam sendo realizadas em Teresina.

Essa mudança significativa alardeada nos jornais da cidade tinha relação com os pesados investimentos que o regime ditatorial lançava mão como estratégia para se legitimar no poder e divulgar suas ações por meio da cessão da liberdade de expressão. Nesse período, o governador do Estado, Alberto Silva passou investir esforços para inaugurar a primeira rede de televisão do Piauí, a TV Clube, que

---

138 ALBERTO: Chegou a vez de Teresina. **O Estado**. Teresina, ano 20, p. 7, 15-16 ago. 1971; DO SONHO à realidade. **O Estado**. Teresina, ano 22, p. 8, 15-16 jul. 1973.

recebeu sua liberação de funcionamento em 1972. O jornal **O Dia**, um dos principais jornais que circulavam em Teresina na época, noticiou esse evento com euforia destacando a relevância da inauguração do canal de TV nascido no Piauí.

No dia seguinte, o mesmo jornal reforça a participação do governador naquela empreitada, dando a Alberto Tavares Silva um lugar de destaque, o de ter trazido para Teresina o documento que autorizava o funcionamento da TV Clube. Trazer em mãos um documento que autorizava de forma definitiva é tomado como um ato relevante. O próprio governador ao entregar o certificado de funcionamento para Walter Alencar (o idealizador da primeira TV do Piauí), aproveitou a oportunidade para destacar a participação do Executivo na implantação da televisão, que tinha se transformado numa guerra surda entre os adversários de maior destaque no Piauí. Alberto Silva defendeu naquela oportunidade que a implantação da televisão poderia contribuir para o desenvolvimento do estado (NASCIMENTO, 2010, p. 19).

A historiadora Cláudia Fontineles (2009) defende em sua tese “O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí” que este governador pretendeu construir a imagem de trabalhador que traria desenvolvimento ao Piauí a partir de obras urbanísticas. O que fica claro é que há a construção de um “mito político” facilitada pela transferência de recursos do governo federal e apoio de segmentos da elite intelectual que expunham sua opinião na imprensa local.

#### **4.2.3 Governo Dirceu Mendes Arcoverde e Raimundo Wall Ferraz**

O esgotamento do modelo conhecido como “milagre econômico” implantado pelos governos militares na primeira metade da década de 1970 e a desaceleração de investimentos em obras de infraestrutura no país apontavam para um outro momento a partir de 1974 em que tinha início a substituição de prioridades. Com o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) tem início o processo de redemocratização do país, de forma “lenta, gradual e segura” e essa forma de condução da política e da economia brasileiras pode ser encarada como uma forma encontrada pelos militares de garantir legitimidade pelo regime e para que ele não perdesse, de forma alguma, o controle do processo de distensão e de abertura política. Nesse contínuo de mudanças acentuadas, podemos destacar a atuação da organização civil que vinha sofrendo de forma mais dura as desigualdades acentuadas nesse período.

Durante a segunda metade da década de 1970, Dirceu Mendes Arcoverde<sup>139</sup>

---

139 Formou-se em Medicina na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1949. Foi Governador do Piauí (1975-1978) eleito por votação indireta pela Assembleia Legislativa do Piauí.

(1975-1978) e Raimundo Wall Ferraz<sup>140</sup> (1975-1979) foram indicados para os cargos de governador do Estado e prefeito de Teresina, respectivamente. As ações desses gestores foram pensadas para a resolução de problemas estruturais bastante complexos nesse período, como por exemplo a questão do aumento do desemprego e o empobrecimento da população da capital. Tendo em vista esse contexto, as políticas públicas planejadas eram voltadas para o sério problema habitacional que assolava a capital nesse período, principalmente devido ao aumento considerável de favelas que foram sendo criadas nos arredores do Centro da cidade. Segundo Monte (2010, p. 117) “a imprensa denunciava diariamente a situação irregular daquelas moradias, bem como o incômodo da convivência de populações de áreas nobres com os favelados”.

Tendo em vista esse contexto apontamos que na década de 1970, Teresina encontrava-se entre as capitais brasileiras com elevadas taxas de crescimento populacional<sup>141</sup> com um cenário urbano recheado de problemas, contradições e desigualdades econômicas e sociais. Além disso, temos o agravamento do problema da falta de moradia ou em condições adequadas, como por exemplo muitas casas que eram construídas em regiões alagadiças próximas aos rios ou ainda às margens da estrada de ferro. De acordo com a historiadora Débora Silva Viana (2013, p. 26) o incremento populacional ocorrido em Teresina durante a década de 1970 foi em parte ocasionado pelo discurso de progresso propagado pela imprensa e pelos governantes que foi responsável por atrair um grande contingente de familiares chegados especialmente do interior do Estado, à procura de moradia, bem-estar, ensino e trabalho. Dessa forma, o crescimento acelerado da população de Teresina determinou o agravamento dos problemas estruturais já existentes.

---

Afastou-se do cargo para concorrer às eleições para o Senado Federal, obtendo êxito. Com o afastamento de Dirceu Arcoverde, em 14 de agosto de 1978, seu mandato foi concluído por Djalma Martins Veloso (15/08/1978-15/03/1979). A carreira de Dirceu Arcoverde foi interrompida em 19 de março de 1979, por um acidente cerebral vascular que o levou à morte, quando fazia um discurso na plenária do Senado (GONÇALVES, 2003, p. 41)

<sup>140</sup> Professor e político. Formou-se em Direito e História. Iniciou sua vida política como vereador de Teresina em legislaturas iniciadas em 1955 e 1959. Ocupou o cargo de vice-prefeito de Teresina. Atuou como Secretário de Educação do Piauí entre 1971-1975. Eleger-se deputado federal em 1982. Esteve à frente da Prefeitura de Teresina por três vezes, na primeira foi indicado pelos representantes do regime militar no Piauí (1975-1979), na segunda, por meio da primeira eleição após o fim do regime militar (1985-1988), e na terceira (1993-1995), não concluiu o quadriênio por conta de complicações após um acidente vascular cerebral que o levou a óbito (GONÇALVES, 2003, p. 159).

<sup>141</sup> TERESINA 210 mil habitantes. **O Estado do Piauí**, Teresina, p. 2, 25 fev. 1970.

Karlene Araújo e Alcides Nascimento (2012) afirmam que o exorbitante crescimento populacional na década de 1970 agravou as dificuldades infra estruturais da cidade levando à problemas como o fornecimento de água potável e de distribuição de luz elétrica além do déficit de moradias que pudessem atender os pobres urbanos. Durante a década de 1970 observamos ainda que o deslocamento para as favelas não foi algo exclusivo dos migrantes. Os pobres que já moravam no centro também tiveram suas casas derrubadas em prol do progresso e se alojaram na periferia. Nos jornais da época apareciam quase diariamente matérias relacionadas às aberturas de novas favelas na capital.<sup>142</sup> Esses lugares não tinham a menor estrutura para abrigar tantas famílias, as casas eram construídas muito próximas umas das outras, simples e de palha o que provocava medo nesta população posta à margem.

Diante do crescimento desenfreado das favelas e com o inchaço populacional no tecido urbano, o governo passou a construir muitos conjuntos habitacionais. A preocupação primeira era “retirar da parte visível da cidade os casebres de taipa e as pessoas que moravam em zona de risco, seja pela abertura de ruas e avenidas, seja pela proximidade aos rios” (ARAÚJO, 2012, p. 8). Logo, os núcleos habitacionais eram edificadas a preços populares para que as famílias pudessem adquirir suas casas e o governo, em aliança com o município, fosse capaz de construir mais moradias com poucos recursos e espaço de tempo menor.

A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) na esfera federal, em 1964, possibilitou a priorização da questão habitacional naquele contexto, tornando-a uma das mais importantes políticas públicas para o governo. Os investimentos ocorreram no Piauí com a criação da Companhia de Habitação do Piauí – COHAB/ PI que tinha seus recursos oriundos do BNH e teve como uma das suas principais ações a construção de inúmeros conjuntos habitacionais em Teresina, produzindo o alargamento da malha urbana da capital. Entre os anos de 1966 e 1969 foram construídos cinco (5) conjuntos habitacionais, com destaque para o conjunto habitacional do Parque Piauí, com um total de 2.294 unidades, na zona Sul (FAÇANHA, 2003, p. 2).

A construção dos conjuntos habitacionais em Teresina segue ainda nos primeiros anos da década de 1970, recebendo maior atenção na política de governo

---

142 AQUI nasce uma favela e nova zona de meretrício. **O Dia**, Teresina, ano 24, n. 4275, p. 12, 7 ago. 1975.



de Dirceu Mendes Arcoverde a partir de 1976. Vale ressaltar que o crescimento espacial de Teresina se deu em boa parte a partir da construção de vários conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda e que vão dar origem a novos bairros que inicialmente não dispunham de toda a infraestrutura básica para a sua implantação, como sistema viário, rede de abastecimento de água e luz. Segundo Antônio Façanha (1998), esses novos conjuntos habitacionais foram construídos conforme regras definidas pelo governo militar, que coincide com a política delineada pelo Estado autoritário pós-64. Esse modelo de política habitacional do BNH, por mais de 20 anos, aliou negócios empresariais imobiliários e de proprietários fundiários com interesses clientelistas.

A política habitacional adotada por Dirceu Mendes resultou na “construção de 7.120 novas residências no Piauí, das quais 6.805 foram construídas na capital” (MONTE, 2010, p. 119). O quadro abaixo traz a relação dos conjuntos e da quantidade de unidades instaladas:

Quadro 1 – Número de unidades residenciais por conjunto habitacional (1975-1978)

CONJUNTO HABITACIONAL	Nº DE UNIDADES
ITARARÉ	3.004
SACY	2.034
BELA VISTA	912
AMPLIAÇÃO DO PARQUE PIAUÍ	500
SÃO PEDRO II	109
PRIMAVERA	100
UNIÃO	80
SÃO PEDRO I	66

Fonte: Monte (2010, p. 119).

De acordo com Monte (2010, p. 120) havia uma diferenciação no que tange a qual o público se voltava cada conjunto. O bairro Sacy, por exemplo, localizado na zona Sul de Teresina, foi formado por um grupo de maior poder aquisitivo, e por esse motivo contava com residências um pouco maiores que as demais. Já o Itararé situado nas proximidades do Terminal de Petróleo de Teresina, era voltado para um público mais modesto, formado por moradores carentes que viviam em diversos pontos da

cidade de forma irregular, sendo remanejados para a área. “As residências construídas nesse local seguiam um padrão bem inferior em relação às demais construções que estavam sendo realizadas na cidade” (REIS, 2006, p. 49). De acordo com o discurso oficial, por se tratar de um conjunto destinado às pessoas de baixo poder aquisitivo, as residências deveriam ter seu custo reduzido para que os mutuários pudessem cumprir com os custos das prestações do imóvel.

Alcides Nascimento (2010) afirma que desde meados da década de 1950 Teresina já possuía uma população segregada, onde os mais ricos moravam na área central da cidade, uma região que dispunha de infraestrutura básica como redes de abastecimento d’água, de energia elétrica, telefone e ruas calçadas; e que a população mais pobre residia nas áreas periféricas, não atingida por esses serviços. Com o passar dos anos, a região central de Teresina também constituiu-se enquanto bairro, abrigando, inicialmente, muitas residências, mas que logo assumiu seu papel de centro comercial.

A partir da década de 1950, após a construção da Ponte Juscelino Kubitschek sobre o rio Poti, e de um hipódromo na margem leste do rio, teve início o deslocamento das pessoas com melhor renda para a zona leste da cidade, movimento incentivado pelos promotores imobiliários que vendiam a imagem de um local verde e tranquilo para residir (LIMA, 2002, p. 194). Houve também a retirada das pessoas mais carentes da área central, tanto pelo governo através de programas de habitação, quanto pelo capital imobiliário, que supervalorizou os imóveis (ARAÚJO, 2009, p. 41). Assim, como em outras capitais brasileiras, em Teresina podemos notar a formação de núcleos urbanos periféricos que aos poucos vão sendo responsáveis pela produção do espaço urbano da capital, expandindo os limites da cidade em várias direções.

Para entendermos melhor a relação de Teresina com sua região central destacamos alguns traços desde a fundação da cidade que guarda como uma de suas principais características o seu espaço planejado com traçados retilíneos e tendo como principal núcleo de ocupação o Centro da cidade, considerado por muitos anos o seu núcleo urbano. Sobre esse assunto temos que destacar:

Originalmente estruturada sob um rígido formato xadrez, com ruas paralelas partindo do rio Parnaíba, a Oeste, em direção ao Poti, contendo um espaço urbano inicialmente delimitado por 18 quadras ao sentido Norte-Sul e 12 no sentido Leste-Oeste, começou a crescer em volta da Praça da Constituição, atual Marechal Deodoro da Fonseca, em 1852 (LIMA, 1996, p. 18).

Com o crescimento populacional e a urbanização dos principais pontos do

centro da cidade de Teresina os usos e possibilidades para esse espaço urbano foram alterados, de forma que a ocupação daquele solo urbano foi orientada pelo poder público deixando de ser uma região exclusivamente residencial para se tornar palco da instalação de comércios e prédios públicos e privados. Essas mudanças atingiram grande parte da população teresinense principalmente na segunda metade da década de 1970 quando surgiu no entorno da cidade o que podemos classificar como zona periférica, que abriga inicialmente os conjuntos habitacionais onde passou a morar parte da população migrante e/ou empobrecida de Teresina. Sobre o conceito de periferia concordamos que:

Entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam assalariados e recém emigrados do campo), unidades industriais maiores e depósitos. Estes novos setores da cidade foram com o correr do tempo, fundindo-se num tecido urbano mais compacto (SPOSITO, 2014, p. 36).

À medida que as obras financiadas pelo estado e pela prefeitura de Teresina eram construídas a partir de uma visão elitista de organização do espaço, elas também eram responsáveis por empregar uma parte da população migrante em busca de oportunidades e que não tinham experiência profissional e precisavam se inserir no campo de trabalho. Karlene Araújo e Alcides Nascimento (2012, p. 6) afirmam que essas obras tinham um caráter elitista de (re)organização do espaço urbano e que enquanto os pobres iam construindo novos prédios, casas, praças e ruas para as elites, as suas próprias casas iam sendo jogadas cada vez mais longe dos olhares disciplinadores e do lucro imobiliário que recaiam sobre as áreas centrais de Teresina.

Foi a partir da década de 1970 que se intensificou o processo de descentralização espacial da cidade, e as contradições sociais adquiriram outras proporções. As condições de infraestrutura básica não eram garantidas para aqueles que moravam nos conjuntos habitacionais e em outros bairros periféricos recém-formados. Além disso, havia sérios problemas que atormentavam o cotidiano dos moradores como nos informa Elisnauro Barros (2020, p. 87) sobre os relatos de moradores do recém-criado conjunto habitacional Itararé na zona sudeste de Teresina, que enfrentavam dificuldades como a falta de água encanada, ruas esburacadas e ausência de atendimento médico no bairro. Essas e outras denúncias

eram veiculadas em periódicos em circulação na capital.<sup>143</sup>

A realidade na periferia era dura e não se podia contar nem mesmo com um abastecimento de água eficaz. Teresina nesse período ainda não possuía uma estação de tratamento e distribuição de água; em alguns bairros o que se tinha era um chafariz central onde as pessoas da comunidade iam pegar água para suas necessidades básicas. Logo, quando este chafariz quebrava podia-se passar dias sem água como podemos perceber no relato a seguir presente na matéria veiculada no jornal **O Estado**: “[...] o motor-bomba colocado para abastecer água de todo o conjunto está sem funcionar há vários dias criando uma série de problemas para as famílias residentes no Cristo Rei”.<sup>144</sup>

A partir de 1975, o governo de Dirceu Mendes Arcoverde instituiu alguns programas voltados para a melhoria dos serviços direcionados à população, principalmente a parte mais carente. Essa série de investimentos foi possibilitada pela criação do Programa de Saneamento e Infraestrutura Básica (PLANASA) que priorizou a instalação de sistemas de saneamento, de abastecimento de água e de energia elétrica em diversos municípios, utilizando recursos do governo estadual. Já com o auxílio do governo federal eram implementados projetos de maior porte e que demandavam uma quantidade maior de recursos como foi o caso do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) que possuía como objetivo o desenvolvimento do sistema industrial e atenuação dos desníveis regionais por meio da instalação de complexos industriais no Nordeste. De acordo com Felipe Mendes (2003, p. 222) “o Piauí recebeu recursos destinados a proporcionar a instalação de infraestrutura nos sistemas de energia, saneamento e sistema viário, dado o incipiente processo de industrialização em que se encontrava”.

Os novos investimentos realizados pelo governo do Estado tinham a capital como seu ponto de partida e local que dispensava maior atenção. Durante esse período é implantada a sua estação de tratamento de água, que teria a capacidade de atender às necessidades de grande parte dos habitantes da cidade. Segundo mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Piauí em 1979 a rede de distribuição de água praticamente duplicou, com a implantação de 250 quilômetros, atingindo um

---

143 CONJUNTOS residenciais estão virando favelas. **O Estado**, Teresina, n. 807, p. 1, 24 jul. 1975.

144 ESTÁ faltando água no bairro Cristo Rei. **O Estado**, Teresina, ano 6, p. 5, 13 maio 1975.

total de 520 quilômetros no final da década de 1970.<sup>145</sup>

Os primeiros bairros a serem beneficiados com a implantação desse sistema estavam localizados na zona leste da cidade, bairros como de Fátima, Jóquei Clube e São Cristóvão, considerados já nesse período locais que abrigavam parte da população com maior poder aquisitivo da cidade. Em contrapartida, esse mesmo benefício chegava aos bairros mais periféricos de Teresina, como a zona Sul onde localiza-se o bairro Cristo Rei, de forma lenta.

Outros problemas que assolavam os moradores dos conjuntos habitacionais era o isolamento das regiões em que suas moradias foram sendo construídas, que na maioria das vezes ficavam muito distantes de escolas, hospitais, não possuíam pavimentação e nem mesmo transporte público. Assim, concordamos com Silva e Vieira (2017) quando concluem que a construção de conjuntos habitacionais em áreas limites do perímetro urbano e mais afastadas da área central significou também o surgimento de bairros carentes e de difícil acesso a serviços públicos causados pela falta de continuidade e empenho do poder público em alocar recursos para a construção de equipamentos necessários a uma demanda crescente existente desses novos bairros que surgiram.

Contudo, podemos afirmar que o espaço público é formado a partir da ação dos diversos sujeitos que o habitam, de forma que mesmo diante das tentativas do poder público de definir os lugares que deveriam ser ocupados e receber melhorias e aparelhamento urbano, algumas ações de grupos empobrecidos foram possíveis e imprimiram novas formas de organização no espaço da cidade. Dentre elas, podemos destacar a reunião de diversas casas ou barracos em um espaço definido, que mais tarde seriam chamadas de favelas e que eram formadas próximas ao eixo central da cidade de Teresina durante a década de 1970. Essa forma de moradia pode ser considerada uma nova forma de se viver no espaço público da cidade por estar localizada na zona mais central e ser resultado de uma política de afastamento da população empobrecida da zona urbana e da desigualdade de acesso à moradia que há anos se instalava na capital.

Uma das primeiras favelas a se formar em Teresina foi a Favela COHEBE localizada na zona sul da cidade em área onde hoje está situada a CHESF

---

145 PIAUÍ. Governador 1978-1979 (Djalma Martins Veloso). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1979. Teresina, 1979. p. 6.

(Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e “seus primeiros habitantes começaram a se alojar na área em 1974, concomitantemente ao crescimento da favela COHEBE, outras foram se constituindo e tornando-se figuras presentes na cena urbana” (LIMA, 1990, p. 25). Mesmo com as primeiras ações direcionadas à implementação de uma política habitacional terem sido iniciadas ainda na década de 1960, a oferta de casas populares era muito menor do que a demanda. Dessa maneira, tem início um movimento de ocupação de terrenos da propriedade privada, de terras públicas, ruas, avenidas, que ganhou grande repercussão na imprensa escrita da cidade. No início da década de 1970 a alternativa utilizada pelo poder público para intervir junto ao problema da formação de favelas consistia em enfrentá-lo com medidas violentas. Segundo Antônia Jesuíta de Lima (1990), que é pesquisadora da evolução urbana de Teresina, o fenômeno favela não era enfrentado como uma questão social, mas de polícia.

Raimundo Wall Ferraz ao assumir o que seria seu primeiro mandato como prefeito de Teresina (1975-1979) elegeu como seu principal compromisso de governo a “campanha de desfavelamento” na capital. Como comentamos anteriormente, o processo de favelização de espaços centrais da capital já era uma realidade na década de 1970 e as construções de casebres de forma desordenada que quase sempre davam origem a estes espaços, não fazia parte dos planos idealizados para esse período por parte da gestão municipal. O que se pretendia, seguindo à risca a cartilha das obras de urbanização já iniciadas na época, era melhorar o aspecto urbanístico da capital e possibilitar a ampliação e a abertura de novas vias de tráfego, e para isso alguns problemas habitacionais deveriam ser resolvidos.

Os periódicos de circulação diária na capital traziam matérias sobre o projeto de desfavelização idealizado pela prefeitura. Em alguns era possível encontrar matérias mostrando que o problema do surgimento desordenado de favelas em locais públicos ou no meio de ruas e avenidas da capital estava sendo solucionado com a remoção de famílias para novos bairros.<sup>146</sup> É possível inferir ainda que, em certa medida, o poder público municipal encontrava apoio na imprensa escrita da época, à medida que era possível identificar nos jornais a nova fórmula de resolução dos problemas habitacionais (...) em Teresina como a solução mais viável do momento. Dessa forma, a descrição sobre esses espaços criados para abrigar parte da

---

146 FAVELADOS vão para o Buenos Aires. **O Dia**, Teresina, ano 24, n. 4177, p. 2, 11 abr. 1975.

população ocorria da seguinte forma:

A área a ser destinada aos favelados para a construção de suas moradias será devidamente urbanizada e saneada pela Prefeitura. [...] O projeto beneficiará cerca de três mil famílias que hoje vivem em condições subhumana devendo oferecer uma existência mais condigna a essas famílias. Dentre as providências anunciadas, a Prefeitura está assegurando ajuda necessária no transporte e na construção de novas moradias e as famílias receberam os terrenos gratuitamente.<sup>147</sup>

Algumas entidades foram criadas nesse período para traçar estratégias que pudessem solucionar pelo menos em parte o problema das favelas em Teresina, foram elas o Serviço Social do Município (SERSOM) e a Comissão de Aforamento (COMAFOR). Segundo Monte (2010, p. 127) cabia ao SERSOM mediar a implementação da Campanha de Desfavelamento por meio do levantamento e identificação de áreas de litígio, como as relacionadas à abertura de ruas e avenidas. Ainda era de responsabilidade desse órgão a realização do cadastramento das famílias que estavam sendo removidas, podendo ser para outra área da capital ou, caso a família preferisse, com uma ajuda de custo para que pudessem voltar para sua cidade natal.

Para garantir a regularização de terrenos e conceder títulos de aforamento na capital a prefeitura contava com os serviços prestados pelos técnicos da COMAFOR. Ao término da gestão de Wall Ferraz foram expedidos 3.200 títulos de aforamento, cuja maioria estava localizadas na zona Norte, atendendo a um total de 1.874 famílias, nessa área.<sup>148</sup> Para o prefeito era importante salientar que a política de aforamento desenvolvida durante a sua gestão priorizava os terrenos foreiros municipais às classes sociais menos favorecidas.

Alguns acontecimentos influenciaram na postura adotada pelos gestores públicos no final da década de 1970. Assim, diante do contexto político nacional de abertura vivenciado pelo país nesse período, com a extinção do AI-5 e de outras medidas autoritárias, passou-se a caminhar na direção de um retorno democrático. A política de desfavelização empreendida por Wall Ferraz em Teresina pretendia adotar ações “mais humanitárias” no trato com a remoção da população empobrecida que habitava parte do espaço público em transformação da cidade. A historiadora Monte

---

147 CORREIO DO POVO. Teresina, ano 2, n. 78, p. 1, 21 abr. 1975.

148 TERESINA, Prefeito 1975-1979 (Raimundo Wall Ferraz). Relatório de Atividades (1976). Teresina, 1977. p. 52.

(2010, p.127) aponta que, distante das formas de desapropriação que lançavam mão da força pública e da violência para realizá-las<sup>149</sup>, tão comuns em momentos ditatoriais, as medidas adotadas nessa campanha buscavam passar a imagem de um governo voltado para as causas sociais e preocupado com o bem-estar de seus cidadãos.

Apesar das ações implementadas com essa campanha, o problema habitacional de Teresina ainda continuava. A política idealizada pela prefeitura não alcançou seus objetivos por motivos semelhantes aos já abordados anteriormente que ocorreram na formação dos conjuntos habitacionais: a ausência de infraestrutura básica para a população que passava a morar nessas novas regiões. A política que tinha como slogan:

Desfavelizar Teresina [...] não conseguia atingir seus objetivos, pois era necessário um programa intenso de urbanização que seguisse a Política de Aforamento e, dessa forma, proporcionasse aos bairros a implantação de uma infraestrutura adequada (MONTE, 2010, p. 128).

Buscando contemplar seus compromissos quando assumiu a municipalidade, Wall Ferraz passa a investir esforços na construção e no prolongamento de novas vias de tráfego para a capital e inicia o projeto do segundo anel viário de Teresina. Essas obras foram iniciadas na zona Sul, onde entre os anos 1972 e 1973 já existiam bairros como Tabuleta, São Pedro, Macaúba, Monte Castelo e Três Andares. A intervenção nessa região da cidade deu-se a partir do prolongamento e duplicação das avenidas passando assim a interligar esses bairros com o resto da capital.

Na zona Norte, foi aberta a Av. Duque de Caxias, entre a Av. União e a Alameda Parnaíba, que dava acesso aos bairros Buenos Aires e Água Mineral, interligando-os à zona Leste pela ponte Petrônio Portela, que estava em construção, e à zona Sul, pela Av. Marechal Castelo Branco.<sup>150</sup> Para que fosse possível a realização dessa parte do anel viário em construção foi necessário que o poder público realizasse algumas desapropriações na região, com a retirada de 457 famílias, atingindo quase duas mil pessoas. Dentre essas pessoas foram remanejadas 158 famílias do bairro Água Mineral, 67 do São Pedro, 18 do Monte Castelo, 14 do bairro Tabuleta, 104

---

149 Como pudemos constatar no caso da Favela COHEBE citado anteriormente, onde o poder público usou da força policial para lidar com a questão habitacional.

150 TERESINA. Prefeito 1975-1979 (Raimundo Wall Ferraz). Relatório de Atividades (1976). Teresina, 1977.



famílias da avenida Gil Martins, 44 da avenida Pedro Freitas e 52 de ruas diversas.<sup>151</sup>

Na zona Leste foi dado prosseguimento às obras de duplicação da Avenida João XXIII, no bairro São Cristóvão.<sup>152</sup> Com essa obra pretendia-se melhorar o trânsito nessa região e o aspecto de uma das portas de acesso à capital. Para que essa obra fosse realizada mais uma vez foi necessária a retirada de alguns moradores que viviam de forma irregular nas proximidades da avenida. Como podemos perceber, as obras do segundo anel viário de Teresina tiveram relação com a abertura de novas rotas para se chegar aos bairros que estavam sendo construídos na capital, mas também nos permitem entender como parte da população que vivia em condições precárias no espaço urbano que se pretendia modificar, foi sendo remanejada para regiões mais distantes em uma média de 8 a 10 quilômetros do centro da cidade.

Partindo desse contexto, em 1977 a prefeitura de Teresina em parceria com o governo do Estado passou a elaborar o I Plano Estrutural de Teresina, que pretendia desenvolver estudos para a elaboração e atualização do plano diretor de Teresina visando a organização do espaço urbano da capital. Os estudos se restringiam ao sítio urbano de Teresina, com propostas a serem implementadas até o ano de 1985. Diante do crescimento da cidade pretendia-se que este Plano fosse considerado como orientador, em grandes diretrizes, do crescimento urbano da cidade de Teresina, ao mesmo tempo em que apresenta algumas proposições de caráter mais setorial que mereciam um estudo mais aprofundado (PLANO ESTRUTURAL DE TERESINA, 1977, p. 10 *apud* MONTE, 2010, p. 132).

O I Plano Estrutural de Teresina foi dividido em três partes: a primeira apresentava a metodologia de coleta e análise dos dados usados para a elaboração do plano; a segunda estava relacionada ao diagnóstico da realidade local e que foi elaborada em parceria com líderes comunitários de diversos bairros da cidade e, por fim, foi elaborado um plano de ação com propostas para a solução dos problemas que haviam sido identificados. Diante desses dados constatou se que:

Havia um elevado grau de dependência dos bairros em relação à oferta e demanda de serviços urbanos do centro da cidade, sobretudo, de serviços e equipamentos de saúde e educação. Entre os principais problemas enfrentados pela população estavam: a precariedade dos transportes urbanos, a quase inexistência de estabelecimentos de ensino e de saúde,

---

151 TERESINA. Prefeito 1975-1979 (Raimundo Wall Ferraz). Relatório de Atividades (1976). Teresina, 1977

152 COMEÇA alargamento da João XXIII no balão do São Cristóvão. **O Estado**, Teresina, ano 7, n. 1.215, p. 1, 19 dez. 1976.

carência de áreas reservadas ao lazer e recreação e as dificuldades de abastecimento alimentar e de comunicação (PLANO ESTRUTURAL DE TERESINA, 1977, p. 11 *apud* MONTE, 2010, p. 133).

Dentre os problemas enfrentados por parte da população temos como previsão do plano que no setor de abastecimento, as intervenções deveriam consistir na renovação das edificações e instalações dos mercados situados nos bairros. O principal objetivo seria “proporcionar condições para que a população adquira gêneros alimentícios de boa qualidade e a preços acessíveis, dentro dos padrões mínimos de higiene e organização exigidos” (PLANO ESTRUTURAL DE TERESINA, 1977, p. 17 *apud* MONTE, 2010, p. 133).

No setor da educação e cultura tinha-se como objetivo “proporcionar às populações dos bairros locais adequados para reuniões, lazer, passeios e outras diversões, compatíveis com sua necessidade” (PLANO ESTRUTURAL DE TERESINA, 1977, p. 42). Para tanto, foram instaladas de novas unidades de ensino em vários pontos da cidade, além da realização de reformas nas escolas já existentes. Para atender as medidas de saneamento básicas necessárias, o plano estabelecia a colocação de caixas coletoras de lixo, a implantação de serviços de coleta de resíduos domiciliar e realização de limpeza pública, com a remoção de entulhos das vias de tráfego e de terrenos baldios nos diversos bairros da capital. Buscava-se assegurar à população de baixa renda “condições de abastecimento de água tratada por meio da recuperação e higienização dos chafarizes existentes, bem como fazer a manutenção dos sistemas de bombeamento, de modo a proporcionar um funcionamento regular do sistema” (MONTE, 2010, p. 137).

Durante os primeiros anos do governo de Dirceu Mendes Arcoverde iniciou-se um projeto de instalação de centros sociais em alguns bairros da capital, que tinham inicialmente o objetivo de atender as necessidades básicas da população carente. Com o plano estrutural de 1977 foram instalados nos centros sociais já existentes nos bairros equipamentos médico/odontológicos com o objetivo de melhorar o nível de atendimento dos Postos de Saúde. Segundo o governador “A implantação desses Centros tem como escopo básico a organização e o desenvolvimento comunitário, assim como a promoção social da população de baixa renda residente em áreas carentes desses benefícios”.<sup>153</sup>

---

153 PIAUÍ. Governador 1975-1978 (Dirceu Mendes Arcoverde), 1978. p. 26.

No que se refere à questão urbanística, a Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano (ETURB) interveio na conservação do leito de ruas e avenidas e pontes, assegurando condições permanentes de tráfego de pedestres e de veículos motorizados, com a regularização dos leitos das ruas por meio da construção de passeios, meios-fios, guias e sarjetas (MONTE, 2010, p. 135). Por fim, o I PET instituiu o Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Teresina, que permitiu orientar e disciplinar o crescimento da cidade prevendo a incorporação de novas áreas ao perímetro urbano. Sobre esse projeto seguem os seguintes objetivos:

I – Assegurar a reserva dos espaços necessários destinados ao desenvolvimento das diferentes atividades urbanas, através do agrupamento de usos idênticos, análogos ou compatíveis entre si em locais adequados ao funcionamento de cada um, em particular e de todos em conjunto.

II – Impedir a existência de conflitos entre as áreas residenciais e outras áreas relativas às atividades sociais e/ou econômicas não compatíveis, permitindo o desenvolvimento racional do aglomerado urbano, assegurando a concentração e integração equilibradas de atividades e pessoas no território do município, mediante controle do uso e do aproveitamento do solo (PLANO ESTRUTURAL DE TERESINA, 1977, p. 73).

Esse Plano estabeleceu uma série de orientações quanto às edificações que foram regulamentadas pela lei n. 1591 de 31 de Agosto de 1978. O Plano também se preocupava em “fixar padrões de densidades por zonas” (SILVA; VIEIRA, 2017, p. 8). Contudo, podemos apontar algumas limitações do I PET como o fato de prever apenas ações pontuais, e que não seriam capazes de resolver os problemas pelos quais a cidade passava, ressaltando ainda a fragilidade do governo na formulação de políticas públicas como fator que contribuiu para a ampliação dos problemas urbanos.

De acordo Samuel Resende (2013) assim como o PDLI de 1969, o I PET de 1977 também não foi implementado em sua totalidade, virando lei somente a parte que contemplava o zoneamento da cidade. Mesmo diante dos desafios e limitações expostos concordamos que as intervenções propostas no I PET estavam voltadas para atender aos problemas dos bairros mais carentes da capital, diferentemente dos demais planos elaborados para Teresina, que “davam prioridade às áreas centrais, dotando-as de reformas de grande envergadura” (MONTE, 2010, p. 135).

Teresina durante as décadas de 1960 e 1970, assim como diversas outras capitais brasileiras, passou por um processo de modificações urbanas marcada pelo adensamento de áreas já urbanizadas e da expansão de ocupações para áreas periféricas. Esse desenho do espaço público urbano da capital teve como seu principal incentivador o poder público, haja vista os investimentos para as construções dos

grandes conjuntos habitacionais populares. O movimento de criação de tais conjuntos marcou o surgimento de novos bairros que em geral localizam-se distantes da área urbana central da cidade e tinham como principal característica a necessidade de extensão de obras e serviços.

As intervenções arquitetônicas e espaciais que fizeram parte do processo modernizador de Teresina nesse período tiveram como objetivo dar novos ares à região mais central da cidade retirando casebres e padronizando construções, juntamente com uma série de obras de revitalização e embelezamento de praças, avenidas e prédios públicos. Em contrapartida, os conjuntos habitacionais se tornaram novos espaços de convivência coletiva e onde a população usava de suas próprias forças para construir sua moradia sem a infraestrutura básica para a sobrevivência.

Além dos conjuntos habitacionais, a formação de favelas em várias áreas da cidade contribuíram para o surgimento núcleos habitacionais e foram aceleradores do processo de urbanização de Teresina, que foi influenciado pelo fluxo migratório, que pode ser explicado por uma série de fatores dentre eles o estímulo do Estado à construção de obras públicas, o que atraía a mão de obra para a capital em busca de trabalho na construção civil, além das dificuldades de recursos e de infraestrutura (saúde e educação) no interior do estado e em algumas cidades do interior do Maranhão. Sobre a distribuição populacional piauiense na década de 1970, Fontineles (2002, p. 162) explica que os maiores núcleos urbanos do Estado eram Parnaíba, Teresina, Picos e Floriano, que juntos concentravam mais de dois terços da urbana piauiense.

Contudo, devemos lembrar que os diferentes projetos<sup>154</sup> destinados a regulamentar e disciplinar o uso do solo teresinense durante a década de 1970 e que tinham o objetivo de expressar parte do interesse dos órgãos públicos em criar cidades regulamentadas por lei, são perpassados pela execução das ações e reações dos sujeitos que vivenciam a cidade. Assim, as modificações urbanas foram em parte orientadas pelo poder público mas também partem das demandas dos sujeitos. Esses mesmos sujeitos desenvolveram em um certo espaço de tempo uma relação afetiva com os lugares que habitam, e construíram várias histórias com o seu bairro. Segundo a autora abaixo citadas, os bairros se formam:

Através de projetos estrategicamente pensados e elaborados, nesse caso

---

154 Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1969); Plano Estrutural de Teresina (1977).

dizemos que eles são constituídos por meio dos agentes legais, Estado, Município ou particulares, que às vezes possuem terras e resolvem lotear com o aval do Município. Ou por meio da ação cotidiana das pessoas que habitam a cidade através da ocupação de terras, e passam a reivindicar a legalização das terras e posterior construção de equipamentos urbanos como: calçamento, serviço de água e esgoto, energia elétrica e outros elementos que possam proporcionar uma melhor qualidade de vida (ARAÚJO, 2009, p. 35).

Entendemos que os bairros se formam a partir desses dois movimentos citados pela autora de forma a permitir, pela convivência cotidiana entre seus habitantes, que se vá agregando suas características àquele novo espaço, que com o passar do tempo vai assumindo traços de espaço privado, como é o caso da periferia, em relação ao resto da cidade. Podemos dizer ainda que o sentimento de apropriação é um dos responsáveis por alimentar a identificação dos moradores com um local de moradia e aconchego.

#### 4.3 AS TENDAS DE UMBANDA E A MODERNIZAÇÃO DE TERESINA

Após a descrição de algumas mudanças implementadas pelo poder público estadual e municipal na cidade de Teresina durante a década de 1970 com a finalidade de modernizar o seu espaço urbano, chegamos à conclusão de que essas ações foram seguidas de transformações nas formas de habitar dos sujeitos da cidade. A construção de conjuntos habitacionais, as ocupações de terrenos ociosos e a formação de bairros ocupados pela elite podem ser citadas como exemplos das novas formas de habitar do espaço público em transformação. Essas novas formas de habitação receberam famílias removidas de regiões que passavam por melhoramentos urbanos e também parte da população migrante, e em sua maioria empobrecida, de forma que ambos os grupos não tinham espaço na região central da cidade ou em bairros consolidados.

Em nossa tese entendemos que à medida que são formados novos espaços de ocupação populacional gerados pelo crescimento da malha urbana de Teresina há o surgimento de novas tendas de umbanda nas mais diversas regiões, ou seja, tomamos como pressuposto que essa movimentação urbana que descrevemos até aqui irá também se expressar em deslocamentos de grupos religiosos praticantes de umbanda. Alguns desses espaços religiosos são iniciados ou ainda puderam vir a se mudar para os novos bairros acompanhando a jornada dos pais ou mães de santo. Daniele Carmo (2017, p. 108) afirma que nos novos conjuntos habitacionais criados

durante o processo de urbanização de Teresina foram erguidas igrejas católicas, diferente do que acontece com os terreiros, cuja arquitetura não ocupa praças centrais desses bairros, o que demonstra a valorização de uma expressão de religiosidade em detrimento de outra. Concordando com essa afirmação acreditamos que as mudanças físicas operadas na cidade impactam diretamente no cotidiano de seus habitantes, e em nosso trabalho nos dedicamos a estudar de que forma essas mudanças afetaram algumas tendas de umbanda existentes na capital neste período.

Partimos portanto, da ideia de que marcas foram deixadas ao longo do tempo nos monumentos, nas ruas e avenidas e nos espaço de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade. Dessa forma, entendemos que a religiosidade umbandista em contexto urbano, realiza trocas, negociações com outros grupos étnicos/culturais, operando estratégias de subversão e sobrevivência e aceitação no espaço citadino, o que muitas vezes garante a permanência das tendas de umbanda no espaço público.

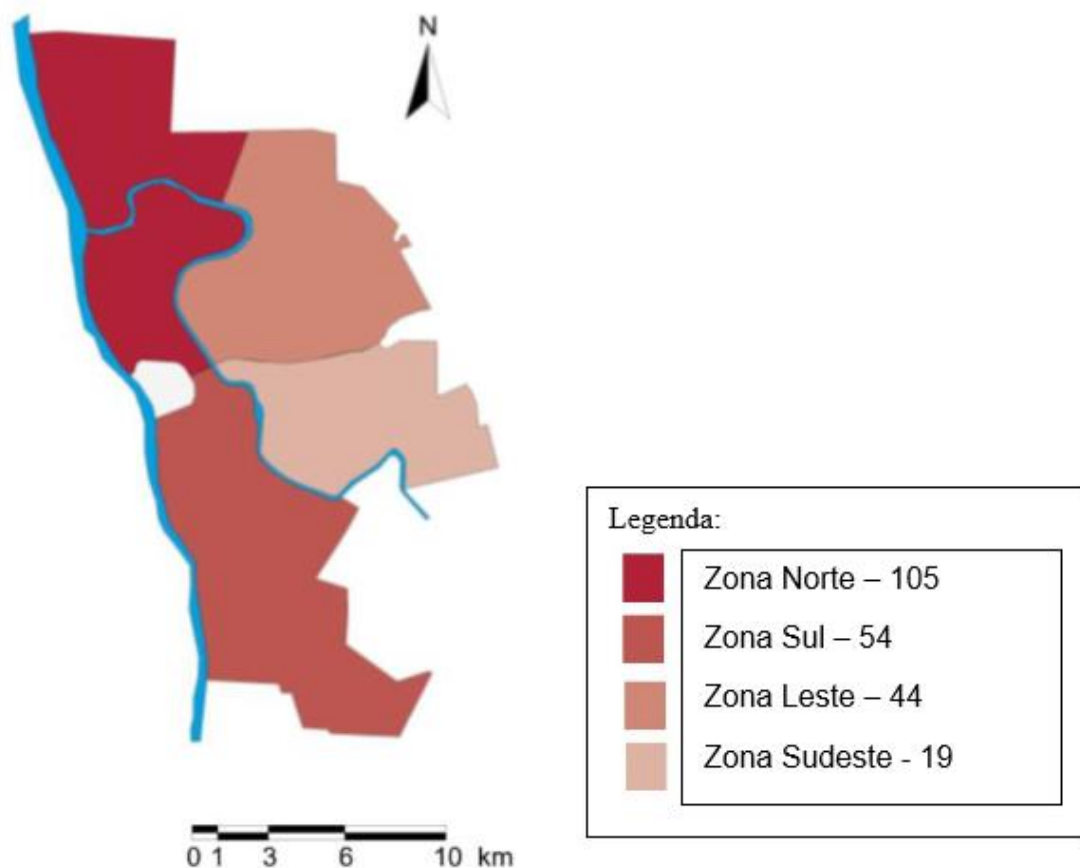
No processo de expansão urbana de Teresina, algumas tendas seguem as trilhas de expansão da malha urbana da cidade que na década de 1970 seguiu nas direções Sudeste, Leste e como no caso das tendas aqui estudadas, nas direções Sul e Norte.

A zona norte da cidade, lugar das origens como visto no primeiro capítulo desta tese, foi para onde muitos adeptos e adeptas de religiosidade de matrizes africanas migraram, em decorrência das políticas de urbanização da cidade e do crescimento da malha urbana de Teresina. Para entendermos melhor a relevância dessa região da cidade para o nosso estudo verificamos como se encontra a distribuição espacial dessas casas religiosas na cidade de Teresina de acordo com o Mapeamento das Comunidades de Terreiros em Teresina: “43,44%, na Zona Norte<sup>155</sup>; 22,13%, na Zona Sul; 18,03%, na Zona Leste; 7,79% na Zona Sudeste e 8,61% em localidades da Zona Rural (LIMA, p. 53. 2014)”. A seguir trazemos um mapa temático elaborado a partir deste mesmo mapeamento e que ilustra como estão distribuídos os terreiros pela cidade:

Figura 10 – Mapa Temático com a distribuição dos terreiros em Teresina, por Zona

---

<sup>155</sup> Aqui lembramos que na Zona Norte de Teresina localiza-se a região que nos primeiros anos de fundação da cidade era conhecida como Pontal, no encontro dos rios Parnaíba e Poti, considerado um lugar de memória para os praticantes de religiões afro-brasileiras da capital.



Fonte: Siqueira (2018, p. 69).

Até a década de 1970 a zona norte de Teresina dispunha de alguns bairros, sendo o mais antigo deles o Poti Velho, localizado próximo ao encontro dos rios Parnaíba e Poti, rios que cortam a cidade de Teresina. Em uma região próxima iniciou-se a formação de alguns núcleos de habitação como o Mafrense, Matadouro e Nova Brasília que abrigaram famílias remanejadas de regiões centrais da cidade que passavam por intervenções urbanísticas ou ainda famílias migrantes vindas de cidades do interior do Piauí em busca de novas oportunidades na capital.

De acordo com o geógrafo Milton Santos (2008), o início da década de 1970 foi marcado pela falta de oportunidades no meio rural, ocasionada pela afluente mecanização dos meios de produção, as pessoas migraram para os grandes centros em busca de oportunidades. No Piauí, esse aumento populacional dos centros urbanos também foi responsável pelo acúmulo de pessoas desempregadas, provocando o surgimento de ocupações urbanas desordenadas (MONTE, 2010, p. 30). O surgimento de novos bairros em Teresina nesse período foi seguido de tentativas de ordenamento social do espaço público urbano.

Ao entender que o processo de modernização de Teresina atingiu toda a

população, mas de diferentes formas, na sequência, estão descritos os terreiros estudados quanto ao aspecto do seu surgimento, localização e principais práticas religiosas. Portanto, estudamos estes lugares religiosos com o objetivo de entender como as mudanças físicas da cidade impactaram no cotidiano e na formação dessas tendas de umbanda em Teresina.

#### **4.3.1 Tenda Espírita Umbandista São Raimundo Nonato**

Ao recortar a pesquisa a partir dos terreiros que tiveram o seu funcionamento iniciado na década de 1970, buscamos ter como ponto de consulta de dados necessários para o início da pesquisa a localização e o contato dos pais e mães de santo presentes no documento do Mapeamento das Comunidades de Terreiros de Teresina. Como foi mencionado anteriormente, este documento começou a ser construído a partir de visitas e questionários aplicados com os sujeitos no ano de 2008. Em 2019, quando tivemos acesso a essas informações, muitas já estavam desatualizadas, principalmente aquelas referente aos contatos telefônicos.

Após contatos com pesquisadores da área de cultura afro-brasileira tivemos acesso à informação da existência de um aplicativo para celulares chamado “Eu tenho fé” que foi desenvolvido a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Teresina e o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB-PI). Nesse aplicativo são permitidas consultas às informações como leis contra a discriminação por motivos religiosos, religiões de matriz africana no ambiente escolar, disque denúncia para reportar crimes contra a liberdade religiosa e consulta aos dados sobre alguns terreiros de Teresina e de cidades do interior do Piauí. A partir da consulta desse aplicativo tivemos acesso ao contato telefônico da Mãe de Santo Raimunda e entramos em contato para marcar uma conversa no seu terreiro.

A Tenda Espírita Umbandista São Raimundo Nonato é dirigida pela Mãe de Santo Raimunda Nonata de Sousa, popularmente conhecida como Raimunda Cajubé. Durante a entrevista<sup>156</sup> que nos concedeu, a mãe de santo explicou que recebeu esse apelido em sua infância e o herdou de seu pai, conhecido pela vizinhança como Cajubé. A história de formação da tenda associa-se à história de vida da referida mãe de santo, pois ela é a líder espiritual desse espaço religioso desde a sua inauguração

---

156 SOUSA, Raimunda Nonata de. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 05 de setembro de 2019.



no ano de 1973. A tenda liderada por dona Raimunda localiza-se no bairro Mafrense, zona norte de Teresina.

Em nossa entrevista, a mãe de santo iniciou nos relatando sobre a sua iniciação na umbanda e como os primeiros anos de sua vida foram difíceis pois ela foi acometida por uma doença que ninguém conseguia descobrir a causa. Até que recebeu um convite de uma irmã que já frequentava um terreiro de umbanda da cidade. Sobre a sua iniciação na umbanda, dona Raimunda nos conta que:

A minha irmã já frequentava levando uma criancinha pra rezar. Aí ela disse assim um dia:  
 - Comadre porque tu não vai frequentar o salão<sup>157</sup> onde eu tô levando a Maura pra rezar?  
 Aí eu disse:  
 - Mulher eu não sei não que meu marido nem gosta dessas coisas.  
 Eu trabalhava na feira, mas assim mesmo eu digo pois tá bom, aí eu fui. E lá ela me tratou, fizemos um trabalho, meu homem disse que não tinha problema. Ai a mãe de santo disse pois ela precisa frequentar pra ela receber os orixás dela.<sup>158</sup>

Assim como outros relatos colhidos em entrevistas anteriores,<sup>159</sup> a história sobre a iniciação religiosa de Dona Raimunda na umbanda apresenta ligação com uma doença sem solução e que só encontrou sua cura após a sua ida a um terreiro e o desenvolvimento de sua mediunidade. Segundo a entrevistada, a mãe de santo responsável por sua iniciação era conhecida como Mãe Miúda que até possuía um terreiro no bairro Água Mineral, localizado também na zona norte da cidade de Teresina.

O estudo da religiosidade não pode se dar de forma desconectada, mas sim relacionado e situado de acordo com os outros fatores que o norteiam e o orientam. Portanto, faz-se importante estudar a relação do viver, habitar e praticar dos fiéis umbandistas nos terreiros de Teresina em sua relação com o espaço que habitavam e que estavam em seus primeiros anos de funcionamento. Assim, buscando abordar

---

<sup>157</sup> A expressão salão é usada por alguns fiéis umbandistas para se referir ao terreiro que frequentam.

<sup>158</sup> SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019.

<sup>159</sup> Em entrevista que nos foi concedida em 2014 no período da pesquisa para a produção da dissertação de Mestrado o Pai de Santo Luiz Santos da Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara nos relatou que antes de sua iniciação na umbanda sentia fortes dores pelo corpo e que esse problema só foi solucionado quando passou a desenvolver a sua mediunidade no terreiro de sua mãe de santo. In: SOUZA, Ariany Maria Farias de. **Entre práticas e rituais: uma experiência do “dar-receber-retribuir”** na Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara, Teresina-PI. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

o objetivo central desta tese é importante destacar como os sujeitos entenderam e vivenciaram o período de modificações na zona urbana de Teresina. Sobre esse assunto, Dona Raimunda nos conta que é natural da cidade de União, distante 59 km de Teresina e que mudou-se para a capital no início da década de 1960, passando a morar no bairro Monte Castelo que nesse período estava se formando na zona sul da cidade. A entrevistada relatou que as condições de vida eram precárias nesse período e a sua casa assim como a maioria das outras do bairro eram de palha, além disso os moradores tinham que se deslocar por um longo caminho até o único chafariz que havia na região, acrescenta-se ainda o fato de que esse local era cercado por uma grande quantidade de morros e que não possuía calçamento em seus primeiros anos.

No início da década de 1970, Dona Raimunda lembra que seus pais haviam adquirido um terreno em um novo bairro na zona norte de Teresina que estava sendo “aberto” e que mais tarde se chamaria Mafrense.<sup>160</sup> Entre 1967 e 1969, por ordens do prefeito de Teresina, Jofre do Rêgo Castelo Branco foram abertas grandes avenidas na cidade, como por exemplo a Avenida Miguel Rosa, havendo a necessidade de transferência de centenas de famílias que tiveram suas casas desapropriadas. Eles foram transferidos para esta região que, no início, foi pejorativamente apelidada de “Favelão”. A Prefeitura, contudo, deu-lhe o nome de Mafrense em homenagem ao sertanista Domingos Afonso Mafrense, português dono de fazendas na Bahia no século XVII. Mafrense instalou muitas fazendas de gado no sertão do Piauí, com o apoio de Portugal, que não reconhecia os índios como donos das terras e estimulava os fazendeiros no combate às tribos e na ocupação do território (PREFEITURA DE TERESINA, Perfil dos Bairros. MAFRENSE, 2018.) Na figura abaixo podemos ver a localização do bairro na zona norte de Teresina.

---

<sup>160</sup> O bairro Mafrense que estava se formando nesse período fazia parte do conjunto de ações que visavam a modernização da cidade de Teresina, com a criação de bairros e conjuntos habitacionais em zonas mais afastadas do centro da cidade.

Figura 11 – Vista aérea de parte da zona administrativa Centro Norte de Teresina, em destaque o bairro Mafrense



Fonte: PREFEITURA DE TERESINA, Perfil dos Bairros. BAIRRO MAFRENSE, 2018; Google Earth. Data: Julho/2015

Sobre o período de chegada ao bairro Mafrense, ela afirma que eram tempos muito ruins pois não tinha água nem luz. As famílias que moravam nesse bairro eram obrigadas a caminhar por vários quilômetros até a casa de alguém que tinha um poço e que se dispunha a fornecer água. Mãe Raimunda conta ainda que inicialmente morou na casa de sua mãe e depois ganhou uma casa, a partir de uma doação. Nessa mesma casa ela mora até hoje e é onde funciona a sua tenda de umbanda. Durante nossa visita à sua casa para realizar esta entrevistas, Mãe Raimunda nos convidou a conhecer o salão da tenda onde ocorrem as celebrações religiosas e os estudos sobre a umbanda. Esse espaço fica nos fundos de sua residência onde pudemos chegar a partir de um pequeno beco construído por fora da casa. O salão de umbanda, como a entrevistada denomina, é repleto de santos, orixás e outros elementos religiosos. É um lugar amplo onde predominam cores escuras combinadas com o vermelho. Na Figura 12 podemos ver Mãe Raimunda no espaço descrito:

Figura 12 – Imagem de Mãe Raimunda Cajubé em frente a um dos altares existentes na Tenda São Raimundo Nonato



Fonte: SENA; POKÉMON, 2020.

Durante os momentos que estivemos no salão de umbanda, Mãe Raimunda se preocupou em explicar um pouco sobre a importância daqueles espaços para a religiosidade umbandista e que aquele seria o lugar onde os umbandistas deveriam ser livres para viver a sua religião.

Os primeiros anos de sua mudança para esta casa são marcados por um aumento de frequentadores em busca de alguma ajuda da mãe de santo que ali iniciava pudesse lhes dar. Para melhor compreensão da fala abaixo, observamos que “botar mesa” é como se chama um espaço religioso umbandista em seu início. Por uma “Mesa” geralmente se entende um quarto reservado para atendimentos onde encontra-se dispostos algumas imagens de santos e orixás.

Eu botei minha mesa eu estava com uns 20 e poucos anos. Sei que eu já tenho 74 anos. Mas aí o meu povo, minhas crianças que frequentavam começou a crescer. Aí o pessoal começaram a “triscar”<sup>161</sup> uns pros outros quando eu pensei que não a casa estava cheia de gente.<sup>162</sup>

<sup>161</sup> A expressão “triscar”, no contexto da entrevista, revela um sentido de comentários que eram passados na vizinhança sobre o trabalho que ela desenvolvia na sua casa.

<sup>162</sup> SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019.

Aos poucos o trabalho desenvolvido por Dona Raimunda chamou a atenção da vizinhança do bairro que estava em seu início. Segundo ela, alguns de seus vizinhos tinham muito preconceito e não reagiam bem ao saber que ali tratava-se de um terreiro de umbanda. As reações eram principalmente motivadas pelo desconhecimento acerca da religião umbandista, segundo a entrevistada. Ela ainda acrescentou que a relação com os seus vizinhos atualmente ainda é conturbada e que muitos reclamam quando ocorrem as festas no terreiro nas quais são realizadas as batidas de tambor. Como comentamos no capítulo anterior, Mãe Raimunda reforça que as festas e celebrações realizadas em sua tenda estão de acordo com o que permite a sua autorização de funcionamento, pois nesse documento consta os dias em que podem ocorrer o toque de tambores nesta casa religiosa.

#### **4.3.2 Tenda Espírita Umbandista São Sebastião**

Após a leitura do Estudo Antropológico Programa Lagoas do Norte que embasa o plano de requalificação urbana e ambiental, que revitaliza áreas no entorno de lagoas na capital do Piauí<sup>163</sup>(2018) e de alguns trabalhos produzidos sobre as religiões de matrizes africanas em Teresina, tivemos contato com um pouco da história da Tenda São Sebastião que localiza-se na zona norte da cidade, no bairro Nova Brasília e é liderada por Mãe Toinha de Oxóssi. No início do mês de maio de 2021 entramos em contato por telefone com Mãe Toinha vislumbrando a possibilidade de conversarmos sobre a história de sua tenda de umbanda, mas nesse período não houve nenhuma resposta. Com o decorrer dos dias obtivemos uma resposta positiva sua por mensagem de áudio sugerindo que nos encontrássemos em sua residência para conversarmos e para que ela pudesse me ajudar. Convém destacar que essa entrevista foi possível pela intervenção do Pai Flávio de Iansã, a quem havia entrevistado dias antes.

Como foi comentado anteriormente, a história das tendas umbandistas estudadas até aqui está relacionada com a trajetória de vida de seus líderes religiosos, observando-se em alguns casos que a casa religiosa tem, desde o seu início até o momento da pesquisa a mesma liderança religiosa, como é o caso da Tenda Espírita Umbandista de São Sebastião. Portanto, faz-se de suma importância entendermos as

---

163 O projeto é a execução de um plano de requalificação urbana e ambiental, que revitaliza áreas no entorno de lagoas na capital do Piauí.

memórias em torno da iniciação religiosa de Mãe Toinha que descreveu em seus relatos que as primeiras manifestações de sua mediunidade ocorreram ainda em sua infância quando morava na cidade de Piripiri, distante cerca de 160 km de Teresina. A entrevistada relatou que durante a sua infância, por volta dos dez anos de idade possuía uma doença que classifica como “incurável”, que a impedia de comer, beber e desenvolver atividades diárias simples. Nessa época por volta do ano de 1960 ela relatou que tinha sempre a visão de uma criança que aparecia em seus pensamentos. Sua mãe, ao entender seu sofrimento, resolveu tentar ajudá-la:

Em março de sessenta, minha mãe me levou pro outro lado do rio, pro estado do Maranhão, para o “Aposento<sup>164</sup>”. Essa época existia uma espírita muito perseguida, que a umbanda era perseguida nessa época, chamada Zefa Soeira. Aí retirou. Não era um espírito maligno, era um exu, muito amigo da gente Nego Gerson. É espírita lá senhora disse que se eu não seguisse adiante, minha tendência era morrer louca.<sup>165</sup>

Assim como no caso de Mãe Raimunda discutido anteriormente, Mãe Toinha de Oxóssi teve sua iniciação espiritual na umbanda relacionada com uma forte doença e recebeu de sua mãe de santo na época orientações para que fizesse o seu desenvolvimento enquanto médium, pois do contrário iria enfrentar sérios problemas de saúde durante toda a sua vida. Essas orientações são recebidas pelos entrevistados como uma obrigação que eles enquanto médiuns recebem durante a vida e que não podem se negar a desenvolver. No relato da mãe de santo mencionado acima fica claro a forte relação que a religiosidade umbandista piauiense possui com o Estado do Maranhão, como no caso de Teresina, bastando atravessar o rio Parnaíba para se chegar ali, estado que em muitos casos foi responsável por estabelecer trocas simbólicas e influenciar nos ritos, práticas e crenças repassadas para os fiéis umbandistas ao longo dos anos.

Outro ponto de confluência nas histórias das duas mães de santo entrevistadas está na sua condição de migrantes, que se mudam para Teresina durante a década de 1960 em busca de melhores condições de vida que a capital poderia oferecer, visto que eram grandes as dificuldades encontradas na vida no campo neste período, como já comentamos em tópicos anteriores. Essa migração para os centros urbanos se deu por diversos fatores, dentre eles destacamos a oferta de trabalho gerada pela

---

164 De acordo com o que foi relatado pela entrevistada esse era o nome de um povoado maranhense que ficava em uma região próxima à sua cidade.

165 SOUZA, Antônia Pereira do Nascimento. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 22 maio 2021.

construção civil a partir do financiamento de obras públicas nesse período. Os meios de comunicação da época veiculavam sempre que possível como aquelas mudanças seriam responsáveis por novas oportunidades e que todos poderiam ter um lugar nessa realidade. Nossa entrevistada, Mãe Toinha de Oxóssi, mudou-se para Teresina no ano de 1967, passando a morar no bairro Matadouro, zona norte da cidade. Nesse período ela continuou seu desenvolvimento na umbanda e frequentava a tenda de Zefa, popularmente conhecida como “Mocinha” neste mesmo bairro.

A história do bairro Matadouro está ligada à origem do Matadouro Municipal de Teresina que foi fundado no ano de 1928 e foi construído em uma área de baixa vegetação próximo às estradas que ligavam a região conhecida como Chapada do Corisco, hoje o Centro de Teresina, ao bairro Poti Velho, zona norte da cidade (PREFEITURA DE TERESINA, Perfil dos Bairros. MATADOURO, 2018.). Seguindo em direção ao norte existiam as trilhas dos animais que eram levados ao matadouro, pela Matinha e Pirajá (onde hoje estão localizados o Iate Clube do Piauí e a Universidade Estadual do Piauí – UESPI), a partir de onde os pastos e as lagoas davam apoio às paradas e deslocamentos dos animais. Por ser uma “área de terraços fluviais e muitas lagoas era bastante movimentada mas até esse período não dispunha de muitas habitações” (CUNHA, 2010, p.112). Na Figura 13 podemos ver a localização atual do bairro Matadouro em Teresina:

Figura 13 – Vista aérea de parte da zona administrativa Centro Norte de Teresina, em destaque o bairro Matadouro



Fonte: PREFEITURA DE TERESINA. Perfil dos Bairros. Bairro Matadouro, 2018; Google Earth, jul. 2015

Durante a década de 1960 o bairro passou a contar com ocupações irregulares, ou seja através de invasões de famílias que não possuíam moradia fixa e em alguns casos eram migrantes vindos de cidade do interior do Piauí. Mãe Toinha se encaixa nesse último grupo, quando, no ano de 1967, com 17 anos, vinda de sua cidade natal esteve no movimento de ocupação da região do que mais tarde viria a se tornar o bairro Matadouro. Sobre o período de sua chegada ao bairro ela nos descreve que:

Nessa época, o Matadouro era uma invasão. Eu entrei lá na invasão. Eu inaugurei meu salão em junho de setenta. Invasão. Não tinha água, nem luz, só fazer as barraca de palha e pronto. Eu morava na rua Pedro Brito. Lá estava começando tudo. Era tipo uma invasão. Só barraquinha, não tinha água, não tinha luz. Nessa época o matadouro funcionava né? A gente comprava o que tinha lá.<sup>166</sup>

As moradias em terrenos irregulares e sem registro de posse era uma realidade em Teresina desde meados da segunda metade do século XX. Esse foi um dos problemas para o qual o poder público municipal teve que traçar estratégias que visassem a mudança na realidade habitacional em que se encontrava a cidade nesse período. Durante a gestão do prefeito Wall Ferraz (1975-1979), como comentado anteriormente, houve um esforço no sentido da montagem de uma Comissão de Aforamento que seria responsável por coordenar atividades no sentido da regularização fundiária. No Relatório de Atividades de 1976 é dado um maior destaque à ampliação de loteamentos criados pela municipalidade atingindo áreas do Buenos Aires e Água Mineral, alcançando também resultados nos bairros Matadouro e Monte Castelo, onde situações pendentes de regularização de posses demandavam há mais de dois decênios. Mãe Toinha e outras famílias que se instalaram na região do bairro Matadouro a partir da década de 1960 faziam parte de um grupo de sujeitos que lançaram mão de novas formas de habitar o espaço público, visto que a as ocupações da malha urbana seguiam na direção norte de Teresina.<sup>167</sup>

Sobre a convivência com essas pessoas em seus primeiros anos morando no bairro ela afirma que várias outras família chegaram nesse período ao bairro

---

166 SOUZA, Antônia Pereira do Nascimento. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 22 maio 2021.

167 TERESINA, Prefeito 1975-1979 (Raimundo Wall Ferraz), 1977.



Matadouro e que desde o início da montagem das primeiras moradias todos sabiam que ela era umbandista. Em sua opinião esse fato contribuiu para que não houvesse maiores problemas de seus vizinhos com a sua religião. Ela afirma ainda que sua história e religião sempre foram muito respeitadas, apesar de ainda existir preconceito com a umbanda. Em junho de 1970, nesta mesma casa, Mãe Toinha fundou a Tenda São Sebastião, que hoje é uma das tendas de umbanda mais antigas de Teresina em funcionamento.<sup>168</sup> Nessa época, ela explicou que a estrutura desse espaço religioso era muito simples e que era compartilhada com o lugar de sua moradia.

Seguindo ainda o movimento de povoamento nas regiões periféricas da cidade de Teresina, temos a origem de diversos outros bairros na zona norte da capital como é o exemplo do bairro Nova Brasília. Em 1960, uma área de lagoas próxima aos rios Parnaíba e Poti começou a ser habitada. Naquele ano, inaugurava-se a capital do Brasil, Brasília, sendo que este bairro de Teresina recebeu seu nome como uma homenagem à Capital Federal (PREFEITURA DE TERESINA, Perfil dos Bairros. Nova Brasília, 2018) No ano de 1975, Mãe Toinha contou que comprou uma casa no bairro Nova Brasília que ainda estava tomando forma e recebendo seus primeiros moradores. Ela relatou que sua mudança de moradia implicou também na transferência da Tenda Umbandista de São Sebastião que passou a funcionar no novo endereço, na Rua Anísio Pires, nº 1063, pois o espaço da tenda antiga no bairro Matadouro não estava mais sendo suficiente para abrigar seus santos e filhos e filhas de santo. Na figura a seguir podemos ver a localização do bairro Nova Brasília em Teresina:

---

168 Afirmação em acordo com os registros do Mapeamento das Comunidades de Terreiros de Teresina. (2014).

Figura 14 – Vista aérea de parte da zona administrativa Centro Norte de Teresina, em destaque o bairro Nova Brasília



Fonte: PREFEITURA DE TERESINA. Perfil dos Bairros. Nova Brasília, 2018; Google Earth, jul. 2015

Continuando sua explicação, a Mãe Toinha afirmou que não havia pavimentação nas ruas e que sua casa ficava próxima a uma lagoa e que por vezes transbordava alagando parte de seu quarto. A situação se agravava principalmente no momento de realizar os ritos umbandistas como bater tambores, pois a mãe de santo era obrigada a desmontar parte de seus móveis para obter espaço necessário dentro de sua casa. Ela explicou ainda que, com o passar dos anos, conseguiu aterrar parte da região que alagava e, com isso, melhorar as condições do seu terreno, possibilitando a construção de um espaço que ela nomeia como “salão” que serviria para abrigar os seus santos e os materiais relacionados com a tenda.

Em seguida Mãe Toinha nos explicou que nos dias atuais não mora no mesmo espaço que funciona a tenda porque o movimento dos filhos e filhas de santo ficou muito intenso e ela preferiu adquirir outra casa com seu esposo para ter mais privacidade em seu lar. Ainda falando sobre a tenda de umbanda localizada no bairro Nova Brasília, ela relatou que é um espaço onde os médiuns e as pessoas que estão em desenvolvimento espiritual tem muito respeito e zelo; toda semana um grupo fica responsável pela limpeza e organização desse espaço.

#### 4.3.3 Tenda Espírita Umbandista Virgem da Conceição

Durante as nossas pesquisas sobre os terreiros de umbanda fundados entre as

décadas de 1970 e 1980 em Teresina pude chegar a partir do Mapeamento dos Terreiros de Teresina realizado no ano de 2008 aos dados referentes à Tenda Espírita Umbandistas Virgem da Conceição. Esse terreiro localiza-se no Bairro Monte Castelo, zona sul de Teresina e tem como seu líder espiritual o Sr. Francisco<sup>169</sup> que possui esse posto desde a fundação da casa, em 20 de novembro de 1965 até a conclusão dessa pesquisa. Antes de continuar, ressalto que guardo uma espaçada lembrança de ter visitado essa casa durante a infância quando morava nesse bairro na companhia da avó Teresinha, hoje falecida, que frequentou durante muitos anos várias tendas deste bairro.

Antes de nossa visita à esta tenda, no ano de 2019, enquanto pesquisadora, havíamos, entrado em contato por telefone com Marina<sup>170</sup> para agendar essa visita. Ao chegar no endereço encontramos disposta uma placa com o nome da tenda e os dias e horários de atendimento ao público que está afixada na fachada da casa, nos fazendo inferir que as pessoas que por ali passam sabem sobre a finalidade daquele espaço religioso. Esse espaço é utilizado apenas para os cultos e práticas religiosas, não consistindo em casa de morada como comumente são chamados os terreiros que abrigam também a casa dos pais/ mães de santo. A Tenda Virgem da Conceição é composta por um salão principal no qual estão dispostos vários bancos e cadeiras que lembram aqueles encontrados em igrejas e que são ocupadas pelos frequentadores e filhos de santo durante os atendimentos. No fundo desse salão encontramos uma cruz grande feita de madeira que remete a um dos principais símbolos do cristianismo. Na parte de trás da casa, que fica após o salão, chegamos a uma pequena sala de apoio onde são guardados algumas estátuas de santos e orixás, instrumentos musicais, roupas e outros objetos usados nos cultos.

Marina nos recebeu nesse dia e conversamos de forma breve sobre alguns aspectos mais gerais sobre o funcionamento e a organização do terreiro. Quando perguntamos a ela se teria problema em gravar nossa conversa e ela respondeu prontamente que gostaria de saber como aquelas informações seriam usadas e que preferia gravar a entrevista somente mediante uma autorização formal do pai de santo da tenda. Acatei o seu pedido e tivemos uma conversa mais informal onde fiz algumas

---

169 O nome do Pai de Santo foi substituído por um nome fictício por não ter havido a autorização da entrevista formal.

170 O nome da coordenadora do terreiro foi substituído por um nome fictício por não ter havido a autorização da entrevista formal.

perguntas e em seguida fazia anotações. Em momentos subsequentes tentamos agendar uma nova visita à tenda Virgem da Conceição para entrevistar o pai de santo Francisco, mas não foi possível, pois sempre que entrávamos em contato, uma nova visita era reagendada até esgotar as possibilidades. Com isso, entendemos que não era de interesse dos mediadores que tentavam marcar essa entrevista que ela ocorresse.

Marina relatou que os membros mais antigos contam sobre a dificuldade que passaram no período de instalação desse templo que sempre esteve no mesmo lugar mas que passou por várias reformas. A instalação da tenda nesse espaço coincidiu com os primeiros anos de fundação do bairro Monte Castelo, que teve sua formação ligada à desativação do estande de tiro da Polícia Militar do Piauí<sup>171</sup> que se localizava na região. Então a Prefeitura Municipal de Teresina adquiriu a área da Polícia Militar e loteou-a reservando um espaço para a construção do conjunto habitacional Monte Castelo, em 1966, também conhecido como conjunto do IPASE, destinado a ex-pracinhas da FEB Teresina (PREFEITURA DE TERESINA, Perfil dos Bairros. Monte Castelo, 2018). A região do bairro Monte Castelo também teve parte de sua população remanejada da área que estava sendo desocupada para dar lugar à obra construção de parte do anel viário de Teresina. Segundo o Relatório de Atividades da Gestão do prefeito Raimundo Wall Ferraz, foram deslocadas 18 famílias dessa área.<sup>172</sup> Na figura abaixo temos a localização do bairro Monte Castelo na zona sul de Teresina:

---

171 O estande de tiro era um campo aberto sem casas e outras construções próximas e que era utilizado pela Polícia Militar do Piauí para treinamento de seus policiais.

172 O bairro Monte Castelo recebeu um número maior de loteamentos criados pela Prefeitura de Teresina a partir de 1976, quando a Comissão de Aforamento se encarregou de regularizar a situação de posses de terrenos pendentes por quase vinte anos. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PREFEITURA DE TERESINA, 1976, p. 12).

Figura 15 – Vista aérea da zona Sul da cidade de Teresina, em destaque o Bairro Monte Castelo



Fonte: PREFEITURA DE TERESINA. Perfil dos Bairros. Monte Castelo, 2018; Google Earth. Data jul. 2015.

Sobre a iniciação do Sr. Francisco na umbanda, foi relatado que esse processo havia ocorrido com a sua mãe de santo da época, conhecida como Dona Cândida e que após sua formação ele saiu e montou o seu próprio espaço religioso. Marina contou que é médium desenvolvida e que já participa da casa há mais de 20 anos e que o funcionamento das atividades deste espaço religioso é baseado no seu estatuto e regimento.

Nos primeiros anos da instalação do terreiro neste bairro a estrutura era uma espécie de barracão de taipa. Com a ajuda financeira e a mão de obra dos seus membros, conseguiram construir um espaço feito de tijolos. No bairro também não havia estrutura de fornecimento de água encanada ou saneamento básico, havendo a necessidade dos moradores se deslocarem até poços para conseguir água para necessidades básicas. O Sr. Francisco exercia nesse período o cargo de marceneiro na Prefeitura Municipal de Teresina e ajudou efetivamente na nova construção da estrutura que mais tarde se tornaria esse espaço religioso. Marina discorreu acerca da relação de preconceito da comunidade com aquele espaço religioso que se instalava na vizinhança, que segundo a entrevistada ocorria principalmente pelo

desconhecimento das pessoas sobre a religião umbandista.

À medida que novos bairros vão sendo construídos em Teresina, agregando novos moradores, com novos hábitos, estes sujeitos são responsáveis por reconfigurar a cidade, imprimindo nesse espaço as suas vivências e construindo as suas memórias. O espaço religioso idealizado por Sr. Francisco faz parte da história de um bairro que estava dando seus primeiros passos e nos ajuda a entender como as modificações urbanas estão relacionadas com os espaços religiosos em formação em Teresina.

#### **4.3.4 Vivências e Memórias: tecendo a história das tendas de umbanda**

Ao refletir acerca dessas histórias e memórias compartilhadas entendemos que as trajetórias de vida dos sujeitos umbandistas entrevistados são povoadas de desafios e mudanças. Desde a sua iniciação religiosa até o percurso de aceitação familiar e desenvolvimento de sua mediunidade e experiência da migração para a capital, são momentos carregados por experiências ditas e não ditas, lembradas ou não, mas que lhes trouxeram muitas marcas, em especial nas suas formas de viver.

A lógica com a qual opera o poder público que avança ferozmente sobre os espaços na tentativa de adequá-los e modificá-los seguindo o fio de diversas pressões, entre estas, a de modernizar a cidade segundo parâmetros da modernidade, deixa de fora as histórias de vida dos sujeitos e sua relação com o espaço que habitam. As obras de transformação urbana empreendidas em Teresina na década de 1970 não contemplam todas as famílias e algumas precisam ser deslocadas para que o tão sonhado progresso enfim chegue. Nesse mesmo percurso não é levado em conta ainda os recém-migrados, que não encontram lugar ou identificação que os classifiquem enquanto habitantes de centros urbanos.

As histórias que trazemos aqui nos mostraram de que forma as tendas de umbanda estudadas foram afetadas pelas ações do poder público que visavam a modernização das áreas centrais de Teresina na década de 1970. Dessa forma, entendemos que à medida que parte da população não encontra lugar para habitar nesses espaços, vão forjando novas maneiras de ocupar espaços em territórios mais afastados, nos casos aqui estudados, na região norte em lugares próximos de lagoas. As formas de habitar encontradas por essa parcela da população em geral não se limitou somente aos conjuntos habitacionais e regiões loteadas pela Prefeitura como por exemplo o bairro Mafrense, onde mora mãe Raimunda, mas se estende também

para lugares que se formam a partir de invasões, como é o exemplo de mãe Toinha ao ocupar a região do Matadouro.

As mães de santo que fizeram parte de nossa pesquisa carregam consigo as memórias de sua terra natal, e essas experiências lhe impuseram inúmeros desafios que só foram acentuados ao longo dos anos. Por um certo período as suas residências dividiram espaço com as suas tendas, isso acrescido do fato de estarem morando em um ambiente totalmente novo. Em suas narrativas, destacamos que o respeito alcançado pelo pioneirismo na ocupação do bairro Matadouro, por exemplo, garantiu a Mãe Toinha um certo grau de autoridade na comunidade que se formava. No exemplo de Mãe Raimunda é possível distinguir períodos de ataques à sua religião que ela mesmo atribui a ausência de conhecimento dos seus vizinhos e com o passar do tempo e com seu trabalho na comunidade essa animosidade se acentuou.

Logo, há outras possibilidades e outros caminhos que foram percorridos por sujeitos que buscam ultrapassar a linha traçada pelo poder público, que em grande medida orientou sobre quem e como se deveria habitar algumas partes da cidade. Em nossas entrevistas, foi possível perceber que as formas de habitar e as relações estabelecidas por esses habitantes foram expandidas, criando-se novos espaços de convivência coletiva, baseados em relações de proximidade, que mais adiante se tornariam bairros como Matadouro, Mafrense, Monte Castelo e Nova Brasília. Por constituírem casas de religião, com adesão de fiéis, podemos dizer que os terreiros passaram a ser referência nestes novos espaços habitados. Se nem sempre contaram com a aceitação dos vizinhos mais próximos, outros moradores adotaram os terreiros como seus lugares de pertencimento.

Portanto, entendemos que esses mesmos sujeitos fazem parte de um grupo que de alguma forma, por terem sido afetadas pelas políticas de urbanização de Teresina durante às décadas estudadas, colocam em prática formas ativas de resistência e sobrevivência em seu cotidiano, encontrando maneiras de viver em sintonia com sua experiência religiosa e incorporando novos sentidos em sua relação com o espaço que habitam.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das religiosidades está relacionado com a sociedade, deixando de ser assim associado somente a uma experiência individual de fé e estando em proximidade com outros elementos da vida real, como o sentido, a identidade, o poder, a política e tantos outros. Concordamos, assim, com Geertz (2001, p. 164) quando nos fala que “não é na solidão que se constrói a fé”, pois entendemos que o estudo das experiências compartilhadas e vivenciadas pelos sujeitos em suas relações com os grupos nos ajudam a entender, a partir das suas práticas, as diversas nuances da experiência religiosa.

Em nossa pesquisa, tivemos o desafio de relacionar os processos diversos que caracterizam a relação entre religião e modernidade e entender como os sujeitos (pais e mães de santo umbandistas) se comportaram diante das novas dinâmicas aos quais foram expostos. Em nossa análise, consideramos os sujeitos que são expostos às mudanças implementadas no espaço público e no âmbito religioso como capazes de traçar estratégias de adaptação e sobrevivência para permanecerem em sua relação com o espaço em que habitam.

O recorte temporal de nossa pesquisa foi eleito considerando que a década de 1970 no Brasil foi caracterizada por ações dos governos do regime civil militar (1964-1985) que tiveram como principais características o investimento no processo de urbanização de diversas capitais brasileiras. A principal consequência desse processo foi um incremento nos investimentos em industrialização e modernização da malha urbana das capitais do país. No Piauí e em Teresina, as ações de tal projeto puderam ser vistas principalmente a partir de medidas de melhoramento urbano implementadas nos governos de Alberto Tavares Silva e Dirceu Mendes Arcoverde e nos mandatos de prefeito exercidos por Joel da Silva Ribeiro e Raimundo Wall Ferraz. Assim, as modificações urbanas impostas pelo poder oficial durante a década de 1970 puderam ser vivenciadas pelos sujeitos de nossa pesquisa que elaboraram formas ativas de entendimento e rememoração desse período.

A década de 1970 também foi utilizada como marco temporal definidor de nossa pesquisa por se tratar de um período de institucionalização da umbanda no Piauí, a partir da formação das primeiras federações que tinham como objetivo principal em sua fundação a proteção dos terreiros de umbanda da capital e do interior. Nesse período houve intensas disputas políticas envolvendo os presidentes dessas



instituições, o que fez com que esses relatos ganhassem as páginas de diversos periódicos em circulação em Teresina. Os pais e mães de santo que vivenciaram esse período relatam como foi a sua relação com essas instituições e como se davam suas experiências religiosas nesses anos.

O universo religioso umbandista teresinense é o nosso local de pesquisa, porém, para que nosso estudo fosse viabilizado, foi necessário que fizéssemos um recorte das tendas que iríamos pesquisar, havendo, assim, a possibilidade de maior aproximação com os sujeitos envolvidos na pesquisa, proporcionando maior clareza nas análises. Utilizamos como critério principal estudar tendas de umbanda teresinense que tivessem sua fundação no período da década de 1970 e que até o período de realização da pesquisa ainda estivessem em funcionamento. As tendas Virgem da Conceição, São Raimundo Nonato, Santa Bárbara e São Sebastião passaram, então, a compor a nossa pesquisa por se enquadrarem nos critérios apresentados e por suas lideranças religiosas apresentarem disposição a contribuir com a pesquisa, de forma que podemos conhecer suas histórias de vida e sua relação com as transformações que a religião umbandista e a cidade passava nesse período.

Para a elaboração da pesquisa e das conclusões, partimos da análise de fontes catalogadas como, por exemplo, as publicações do Diário Oficial do Estado do Piauí da década estudada. Logo, esses documentos nos forneceram um panorama sobre o movimento de registro das tendas de umbanda no Piauí durante a década de 1970, além de mostrar importantes documentos de reconhecimento de utilidade pública dessas casas religiosas e fornecer acesso a atas e documentos oficiais das federações de umbanda em funcionamento no estado nesse período. Foi possível, portanto, entender as dinâmicas de filiação e de busca pela legalidade das tendas de umbanda nesse período, visto que ainda eram frequentes as perseguições policiais a esses espaços religiosos.

Os periódicos em circulação no Piauí durante a década de 1970 apresentaram as concepções de grupos sociais consolidados na sociedade à época e, a partir da análise de matérias veiculadas nesses meios de comunicação, podemos ter acesso às variadas concepções de tais grupos sobre as modificações que estavam sendo implementadas no estado e, em especial, na cidade de Teresina nesse período. A partir ainda da análise de matérias jornalísticas presentes nos jornais **O Dia** e **O Estado**, foi possível entender como as disputas políticas em torno da presidência das federações de umbanda eram retratadas para a sociedade na época. Além disso, as

matérias analisadas nos jornais trazem anúncios sobre as festas umbandistas que seriam realizadas em Teresina e coordenadas pela federação, outras registravam a presença dos umbandistas nas comemorações folclóricas do Estado.

A presença da História Oral em nossa pesquisa fez-se imprescindível por nos auxiliar na aproximação dos relatos e das memórias construídas pelos pais e mães de santo de Teresina que vivenciaram o processo de implantação de suas tendas de umbanda, durante a década de 1970. Tivemos acesso, a partir de entrevistas estruturadas, às representações e práticas adotadas por mães e pais de santo para resistir à institucionalização da religião umbandistas e as mudanças urbanas durante a década de 1970. Podemos, assim, mostrar as formas de permanência adotadas por esses sujeitos no espaço público.

Em nossa discussão inicial, trouxemos o tema da umbanda e urbanização, a partir da história e da memória sobre os lugares, no qual analisamos o processo de constituição da religiosidade umbandista em Teresina partindo do referencial que aponta para a integração de valores e para a mudança cultural. Para tanto, iniciamos um levantamento a partir de pesquisas bibliográficas sobre as primeiras práticas religiosas de matrizes africanas em Teresina a fim de entender a relação entre o povoamento e edificação da cidade e os praticantes das religiões afro-brasileiras de Teresina, refletindo sobre a sua trajetória histórico-cultural. Podemos constatar, assim, as referências religiosas indígenas e africanas nos primeiros anos de povoamento da cidade.

Adiante, seguimos apresentando como os traços da religiosidade umbandista a nível nacional foram capazes de influenciar a umbanda piauiense. Iniciando por mostrar a umbanda em sua composição diversa unindo elementos indígenas, africanos e kardecistas-cristãos, mesmo que em certa medida algumas lideranças umbandistas estivessem determinadas a forjar uma identidade umbandista próxima dos valores socialmente aceitos no início do século XX. Esse foi um projeto de legitimação da religião umbandista idealizado pelas lideranças umbandistas letradas que estiveram à frente das federações e que pautaram suas ações com o objetivo de afastar elementos afro-brasileiros do seio da religião.

Adiante apresentamos algumas versões elaboradas por religiosos umbandistas sobre o surgimento dessa religião em Teresina e concluímos que as diversas elaborações apresentadas partem de valores e de referenciais diferentes, mas todas elas marcam de forma significativa a memória dos fiéis umbandistas da cidade. A

versão formulada por José Soares Albuquerque remete à chegada da umbanda a Teresina, ainda nas primeiras décadas do século XX, com a mãe de santo conhecida como Joanhina do Pontal, oriunda do Estado do Ceará e, que fugindo de perseguições policiais, instalou sua tenda de umbanda na região norte da capital, próximo aos rios Parnaíba e Poti. Em uma outra versão, apresentamos a história de Maria Piauí, que tem sua história de vida ligada à religiosidade afro-maranhense e teria instalado sua casa religiosa em Teresina com o intuito de desenvolver a umbanda na região. Ao final desse capítulo, constatamos os modos concretos de elaboração dos discursos sobre a “origem” da umbanda no Piauí, que partem de um movimento de integração de valores e práticas religiosas de diferentes grupos que convivem na capital e que as mudanças culturais vão sendo responsáveis por influenciar na constituição da religiosidade umbandista que se forma no Piauí.

A discussão da tese também tratou sobre as federações e as tendas no processo de legitimação e afetação de tendas de umbanda em Teresina, demonstramos como as ações instituídas pelas federações de umbanda com vistas a busca por legitimação junto à sociedade teresinense afetaram as tendas estudadas. Tendo por base o impulso racionalizador presente no processo da modernidade e que orienta as ações dos sujeitos rumo a burocratização de suas vidas, levantamos a hipótese de que a formação das federações de umbanda tiveram como objetivo a normatização das práticas umbandistas durante a década de 1970 em Teresina. Mesmo sendo esta década caracterizada, no Brasil, por um regime conservador e repressor, a modernização não foi freada, mas incentivada de um modo autoritário, o qual encontrou ressonância em alguns líderes das federações de umbanda. Seguindo uma tendência nacional de institucionalização da umbanda, no Piauí, estas federações tiveram um papel de mediação política e ocuparam papel de destaque durante os governos civis militares desse período, em especial na gestão de Dirceu Mendes Arcoverde.

As federações de umbanda representaram ao longo da década de 1970 no Piauí um espaço de protagonismo religioso e político cercado por disputas acirradas entre figuras que possuíam filiação a partidos políticos e que se tornaram presidentes da instituição: José Soares Albuquerque (MDB) e Salim Freire (ARENA). Em nossa pesquisa, constatamos que as disputas em torno da presidência da federação de umbanda não estavam relacionadas apenas com a influência religiosa atribuídas ao cargo, mas também diziam respeito ao alcance político que esses presidentes teriam

junto aos gestores do regime civil militar em vigor, além do controle econômico das arrecadações com as taxas e filiações pagas pelos membros das diversas tendas espalhadas pela capital e interior do estado.

Essas referidas disputas puderam ser analisadas por estarem presentes nas páginas dos jornais em circulação nesse período e que estudamos em nossa tese. Nesses mesmo periódicos (**O Dia** e **O Estado**) pudemos constatar como eram retratadas as celebrações públicas da umbanda em Teresina durante a década de 1970, em especial as festas dedicadas a Iemanjá que, ao longo dos anos, passaram a ser celebradas na região central da cidade no Cais do Rio Paranaíba, local que passou a abrigar uma altar para essa entidade. Nas descrições realizadas nos periódicos eram sempre ressaltadas o auxílio prestado pelos órgãos oficiais ligados ao Estado do Piauí e à Prefeitura de Teresina para a execução desses eventos. Contudo, apesar dos membros das tendas estudadas frequentarem as festas públicas promovidas pelas federações com o apoio do poder público, eles preservaram ao longo dos anos as suas próprias práticas articulando elementos que lhes são importantes e que compõem a sua identidade.

Por fim, apresentamos como os pais e mães de santo entrevistados em nossa pesquisa foram afetados pela institucionalização da umbanda e como esses sujeitos pautaram a sua relação com os eventos públicos e as relações políticas neste período. Os nossos sujeitos foram criando mecanismos de adequação à nova ordem imposta pelas federações de umbanda, como, por exemplo, a obrigatoriedade de filiação a essas instituições. Em contrapartida, esses mesmos sujeitos foram elaborando representações que entendiam a autoridade da federação personificada na figura de seus presidentes e não na instituição e que poderiam recorrer a essas lideranças em busca de auxílio que garantisse legalidade, legitimidade e proteção aos seus espaços religiosos. Concluímos, ainda, que o objetivo inicial das lideranças umbandistas ao fundarem uma instituição a partir de traços normatizadores é representada sob uma outra ótica, que não a do reforço ao controle social, por estes pais e mães de santo que usam sua rede de contatos para alcançar a legitimidade, receber as pessoas com as quais constroem vínculos de crença e comunidade e seguir vivendo sua experiência religiosa baseada em seus valores.

Prosseguindo a discussão tratamos do tema das modificações no espaço urbano e os lugares ocupados pelas tendas de Umbanda em Teresina, demonstramos como o processo de modernização da cidade de Teresina, iniciado nas décadas de

1950 e 1960 e intensificado na década de 1970, atinge a população teresinense de diferentes formas e, em especial, como as tendas de umbanda foram afetadas durante esse processo. Ao longo do capítulo, apresentamos os diferentes problemas apontados nos periódicos em circulação na cidade sobre a aparência física de Teresina que, segundo os articulistas da época, era possível encontrar problemas como falta de iluminação pública, vias públicas em péssimas condições e casebres. Para solucionar estes e outros problemas, os gestores à frente do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Teresina propuseram medidas a partir da elaboração de planos de desenvolvimento do espaço urbano (PDLI e PET) que tinham como principal objetivo dar ares de modernidade ao espaço urbano da cidade de Teresina.

Dentre as ações postas em prática durante esse período pelos gestores da cidade, destacamos a construção de prédios públicos, como o Palácio de Karnak e o prédio da CEPISA, além da expansão e reforma de importantes avenidas e a modernização do sistema viário da capital. Na segunda metade da década de 1970 houve uma crescente onda de migração populacional de diversas cidades do interior do Piauí e algumas cidades do estado do Maranhão para Teresina; os ares da modernização, que induzem a se pensar em riqueza e empregos, atraíram os migrantes em busca de melhores condições de vida na capital piauiense. Em contrapartida, problemas como o empobrecimento da população migrante e mais vulnerável e o déficit habitacional que se formou na capital tornaram-se crescentes. Os gestores públicos passaram a investir na construção de conjuntos habitacionais em regiões periféricas da cidade e sem condições mínimas de infraestrutura básica.

Ao final deste capítulo, apresentamos nossa tese de que à medida que são formados novos espaços de ocupação populacional gerados pelo surgimento de bairros, de conjuntos habitacionais e outras modificações realizadas no espaço físico de Teresina durante a década de 1970, há também o surgimento de novas tendas de umbanda nas mais diversas regiões. Concluimos, assim, que esta movimentação urbana tem relação com o habitar dos grupos religiosos umbandistas em Teresina e que as tendas de umbanda estudadas foram afetadas pelas ações do poder público que visavam a modernização das áreas centrais de Teresina na década de 1970. Dessa forma, à medida que parte da população não encontra lugar para habitar nesses espaços, vão forjando maneiras de ocupar espaços em territórios mais afastados e baseados em laços de proximidade, nos casos aqui estudados, na região norte em lugares próximos dos rios e em bairros recém criados, como o Monte

Castelo. São nesses espaços em que habitam que esses sujeitos também exercem a sua religiosidade e encontram novas maneiras de viver considerando sua experiência religiosa e imprimindo novos sentidos e valores a esse espaço diferentes daqueles propostos pelo poder público.

A nossa pesquisa contribui para a historiografia piauiense à medida que se insere no estudo dos processos de modernização da cidade de Teresina durante a década de 1970 e que afetaram parte de sua população. O ineditismo do estudo se dá por voltar seu olhar para as lideranças de tendas umbandistas fundadas nesse período na capital. Seguindo uma tendência nacional, o período da ditadura civil-militar no Piauí é visto, muitas vezes, como uma época de progresso, avanço e modernização dos espaços. No entanto, essas modificações urbanas realizadas durante esse período nem sempre são problematizadas e avaliadas em seu real impacto sobre parte da população, como os fiéis umbandistas, por exemplo. Desse modo, nossa pesquisa se alinha com outras que têm problematizado as formas como o processo de urbanização e a lógica da modernidade exerceram influência sobre as tendas de umbanda de Teresina, a partir da década de 1970, além de apresentar as maneiras como as lideranças desses espaços religiosos estabelecem a sua relação com o espaço público de Teresina durante o seu processo de urbanização.

Por fim, concluímos que as mudanças ocorridas a partir do processo de institucionalização da umbanda e oriundas do processo de urbanização de Teresina durante a década de 1970 acabaram por influenciar na organização e no direcionamento das práticas dos umbandistas das tendas estudadas em nosso trabalho. Concluímos, ainda, que esses sujeitos ativam em suas vivências cotidianas suas redes de relações visando a preservação dos elementos religiosos que julgam mais valiosos na formação de sua identidade, criando, assim, uma relação com o espaço público que não prevê o reforço ao controle social.

Por acreditarmos que a pesquisa científica deixa sempre rastros e pistas para investigações futuras, apontamos aqui a possibilidade de continuidade desta pesquisa a partir de novos motes teóricos e/ou abordagens metodológicas. Podemos, ainda, apontar como caminho a intenção de estudar outras tendas de umbanda de Teresina e de outras cidades do Piauí que foram afetadas de outras formas pelas tentativas de institucionalização religiosas e pelas obras de modificação urbana empreendidas pelo poder público.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Soares de. Dados históricos da Umbanda Piauiense. *In*: CARIBÉ, Antônio Júlio Lopes. **Obrigações para Oxóssi**: memórias insólitas. Salvador-BA: Imprensa Gráfica da Bahia, 1987. p.161.
- ALMEIDA, Renato. Folclore e turismo cultural. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 28, p. 199-203, set./dez. 1970.
- ARAÚJO, Cristina. **Trilhas e Estradas**: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960 – 1980). 2009. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.
- ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., 2012, Teresina. **Anais** [...] Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/Vlsimposio/anais/Karlene%20Sayanne%20Ferreira%20Araujo%20&%20Francisco%20Alcides%20do%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BAHIA, Joana; NOGUEIRA, Farlen. Tem Angola na umbanda? Os usos da África pela Umbanda Omolocô. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 53-78, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/29342>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- BARROS, Elisnauro Araújo. **Sonhos, suor e determinação**: o conjunto Dirceu Arcoverde e a política de moradia popular em Teresina (1976-1982). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1971.
- BENJAMIN, Roberto. As festas populares como processos comunicacionais: revisitando o pensamento de Luiz Beltrão. **Revista de Investigaciones Folclóricas**, Argentina, v. 17, p. 55-60, dez. 2002.
- BIRMAN, Patrícia. **O que é Umbanda?** São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.
- BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda. **Cadernos ISER**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 80-121, jul. 1985.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *In*: THIOLENT, Michel J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. p. 137-151.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo

político. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989. p. 163-207.

BOURDIEU, Pierre. Pensar a política. Tradução para fins didáticos de *Pensar la politique*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, p. 2-3, jun. 1988.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppghist/wp-content/uploads/2021/06/HIPG0014-TEORIA-E-METODOLOGIA-DA-HISTORIA-II-ELEMENTOS-PARA-UMA-HISTORIA-SOCIAL-DA-POLITICA-Linha-Relacoes-de-Poder-Politico-Institucionais-site.pdf>.

Acesso em: 31 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. Gente com história, gente sem história. Diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. **História UNISINOS**, São Leopoldo, UNISINOS, v. 10, n. 1, p. 90-98, jan./abr. 2006. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6173>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRANDIM, Vivian de Aquino Silva. **Obrigação de Dona Constância**: a constituição da umbanda em Codó no Estado do Maranhão. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

BROWN, Diana. Uma história da Umbanda no Rio: umbanda e política. **Cadernos ISER**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 9-42, jul. 1985.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales**: 1929-1989. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANTUÁRIO, Maria Zelma de Araújo Madeira. **A maternidade simbólica na religião afro-brasileira**: aspectos socioculturais da mãe-de-santo na Umbanda em Fortaleza-Ceará. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7\\_853b081c67256f72c9347f4e0fa3b1c9](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_853b081c67256f72c9347f4e0fa3b1c9). Acesso em: 4 mar. 2020.

CARIBÉ, Antônio Júlio Lopes. **Obrigações para Oxóssi**: memórias insólitas. Salvador-BA: Imprensa Gráfica da Bahia, 1987.

CARMO, Francisca Daniele Soares do. **Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas**: territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

CARNEIRO, Leonardo Oliveira. Territorialidades afro-brasileiras no Rio de Janeiro: considerações sobre o Candomblé e a Umbanda. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17883>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CAVALCANTE, Francisca Verônica. Memória afro-brasileira, juventude e festa. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011,



Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.

CAVALCANTE, Francisca Verônica. **Os tribalistas da nova era**. Teresina: Fundação Quixote, 2009.

CAVALCANTE, Francisca Verônica. Religiosidades e juventudes de Teresina. *In*: LUZ, Lila Cristina Xavier; REIS, Vânia; SILVA, Valéria; CAVALCANTE, Francisca Verônica. **A condição Juvenil em Teresina**. Teresina: EDUFPI, 2013.

CAVALCANTE, Francisca Verônica; SOUSA, Hélder Ferreira. Teresina, expressões antigas e contemporâneas de religiosidade. *In*: VASCONCELOS, José Gerardo; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Coisas de Cidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAGAS FILHO, Adilson Matos. **Não fez a obrigação, pede Agô e vá embora: o (des)cumprimento de obrigações e o encaminhamento do transe de possessão no Terreiro São benedito e vovó Quitéria em Parnaíba-PI**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Algés: DIFEL, 2002.

CHAVES, Joaquim (Pe.). **Teresina: subsídios para a História do Piauí**. Teresina: [s. n.], 1952.

CHAVES, Joaquim. **Obras completas**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CONCONE, Maria Helena Villas Boas. **Umbanda, uma religião brasileira**. São Paulo: USP/FFLCH/CER, 1987. v. 4.

CRUZ, Robson. Um panorama da afro-religiosidade piauiense. *In*: KENENDY EUGÊNIO, João (org.). **Escravidão negra no Piauí e temas conexos**. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 111-125.

CUCHE, Denys. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. *In*: CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Paulo Borges da. **Realidade socioeconômica e ambiental de um agrupamento de bairros da Zona Norte de Teresina, PI**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104473>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e.... **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 2003.

FENELON, Déa (org.). **Cidades**. São Paulo: PUC-SP; Olho d'Água, 1999.

FERRETTI, Mundicarmo; SANTOS, Rosário. José Cupertino na religião afro do Maranhão. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, n. 20, p. 20, ago. 2001. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488740373\\_ARQUIVO\\_JOSEC\\_UPERTINONAPOLITICAMARANHENSE\\_UMUMBANDISTANACAMARADEVEREADORESDESAOLUIS.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488740373_ARQUIVO_JOSEC_UPERTINONAPOLITICAMARANHENSE_UMUMBANDISTANACAMARADEVEREADORESDESAOLUIS.pdf). Acesso em: 5 jan. 2021.

FERRETTI, Mundicarmo. Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhenses. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 16, p. 91-106, jul./dez. de 2011. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/692>. Acesso em: 30 out. 2020.

FERRETTI, Mundicarmo. Terecô, a linha do Codó. *In*: PRANDI, Reginaldo (org). **Encantaria brasileira**: o livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro: Pallas, 2011. p. 59-73.

FERRETTI, Sérgio F. Encantaria Maranhense de Dom Sebastião. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Minho, v. 1, n.1, p. 262-285, 2013. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1726/1712>. Acesso em: 17 jan. 2019.

FONSECA, André Dioneu. Os impressos institucionais como fonte de estudo do pentecostalismo: uma análise a partir do livro História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 3, n. 5, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/206>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Recife: O autor, 2009.

GASPAR, Luciano Mota. Migrações rurais e crescimento urbano. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.1, n.1, p. 124-135, 1970. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2964>. Acesso e: 26 jun. 2020.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder. *In*: GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 149-165.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIUMBELLI, E. Presença na recusa: a África dos pioneiros umbandistas. **Esboços** (UFSC), v. 23, p. 107-118, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n23p107#:~:text=Resumo,1941%2C%20no%20Rio%20de%20Janeiro>. Acesso em: 6 fev. 2021.

GOMES, Brenno Fidalgo de Paiva. **Performance ritual na umbanda: corpos dançantes saudando os ancestrais no terreiro Cantinho de Luz, em Altos-PI**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrativo: 1549-2003**. Teresina: Halley, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo das religiões do Brasil em 2000**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo das religiões do Brasil em 2010**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2014.

KAITEL, Alexandre Frank Silva. **Não chuta que é macumba: processos de subjetivação em médiuns desenvolvendo na Umbanda**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – PUC Minas, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/25305>. Acesso em: 7 set. 2020.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: [s. n.], 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEISTNER, Rodrigo Marques. Religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul: entre conflitos, projetos políticos e estratégias de legitimação. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 23, p. 219-243, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/36040>. Acesso em: 5 fev. 2020.

LEITE, Fabiano A. Costa. **Quem está na terra: o autor do discurso religioso da umbanda**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1181#:~:text=LEITE%2C%20Fabiano%20Aparecido%20Costa.,2018>. Acesso em: 4 fev. 2020.

LIMA, Antônia Jesuíta. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996.

LIMA, Antônia Jesuíta. **Gestão urbana e políticas de habitação social**: análise de uma experiência de urbanização de favelas. São Paulo: Annablume, 2010.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Scientia et spes**, Teresina, v. 1, n. 2, p. 181-206, jun. 2002.

LIMA, Sabrina Verônica G. **As faces da Umbanda no Piauí**: política, festa e criminalidade (1960-1978). 2017. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

LIMA, Silvia; LOPES, Wilza; FAÇANHA, Antônio. Urbanização e crescimento populacional: Reflexões sobre a cidade de Teresina, PI. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 31-51, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/34864>. Acesso em: 6 fev. 2021.

LIMA, Solimar Oliveira (org.). **Fiéis da ancestralidade**: comunidades de terreiros de Teresina. Teresina: EDUFPI, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. P. 111-153.

MAFRA, Clara. Números e narrativas. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 13-23, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/43557>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2020.

MARTINS, Agenor de Sousa et. al. **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. 3. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço histórico, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

MENEZES, Renata. Às margens do Censo 2010: expectativas, repercussões, limites e usos dos dados de religião. *In*: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). **Religiões em movimento**: o censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res) sentimentos e representações

dos pobres em Teresina na década de 1970. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

MONTE, Regianny Lima. **Vidas incertas**: o processo de modernização e segregação urbana em Teresina na década de 1970. Teresina, PI: Instituto Federal do Piauí - Campus Teresina Zona Sul, 2017.

MONTERO, Paula. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995). São Paulo: Sumaré/ANPOCS/CAPE, 1999. p. 327-367.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Revista Etnográfica**, v. 13, n. 1, p. 7-16, maio 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/pdf/1195>. Acesso em: 6 mar. 2020.

MONTES, Maria Lúcia. **As figuras do sagrado**: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012

MOREIRA, Maria Helena Alves. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1999.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina. *In*: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina: EDUFPI, 2010. p.181-208.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, jan./jun., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/QtTFCqrgjrBqZKSRhGSPVdm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2020.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e Teresina através de jornais diários na década de 1970. **CLIO**, Recife, v. 28, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24240>. Acesso em: 5 out. 2020.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianny Lima. Olhares da periferia: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, n. 2, p. 122-144, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338130371008.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2020.

NASCIMENTO, João Batista Sousa do. **Itararé**: um olhar histórico e social entre 1976 e 1983. 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2005.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. **Tempo Social**,

São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 113-122, 1993. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84951>. Acesso em: 16 set. 2020.

NEGRÃO, Lísias Nogueira; CONCONE, Maria Helena Villas Boas. Umbanda: da repressão a cooptação. O envolvimento político-partidário da umbanda paulista nas eleições de 1982. **Cadernos ISER**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 43-79, 1985.

NEGREIROS, Valério Rosa de. “**Varar o território nacional de ponta a ponta**”: Atlas Folclórico do Brasil, Projeto Rondon e as políticas de integração cultural (1951-1982). 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

NEGREIROS, Valério Rosa de. **Por uma cultura integrada**: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2029.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

NOGUEIRA, Léo Carrer. A hierarquização religiosa no espaço urbano: o caso das religiões afro-brasileiras. *In*: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anais** [...]. Lima: [s.l.], 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/07.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

NOGUEIRA, Luara Laíde Furtado; ESPINDOLA, Giovana; CARNEIRO, Eduilson Lívio Neves da Costa. Análise da ocupação urbana na Zona Centro-Norte de Teresina: considerações sobre a região do encontro dos rios. **Revista Equador**, Teresina, v. 5, n. 3, p. 25-42, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/4963>. Acesso em: 4 fev. 2020.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, p. 9-70, set. 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7292>. Acesso em: 13 mar. 2020.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PEREZ, Léa Freitas. Festas para além da festa. *In*: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (org.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 9-31, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras em ascensão e declínio. *In*: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). **Religiões em movimento**: o censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

PRANDI, Reginaldo. As religiões negras do Brasil. Para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 64-83, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28365>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade e religião. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32879>. Acesso em: 4 mar. 2021.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: APeCH/UFPI, 1993.

REIS FILHO, Daniel Arão. **Ditadura Militar**: esquerdas e sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REIS, Eldan Soares dos. **A política habitacional no Piauí e a construção do Itararé (1975-1982)**. 2006. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RESENDE, Samuel Carvalho. **Os planos de urbanização de Teresina e a Agenda 2015**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013. Disponível em: [https://www.usjt.br/biblioteca/mono\\_disser/mono\\_diss/2013/247.pdf](https://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2013/247.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Londrina: Eduel, 2013.

RIBEIRO, Maria do Amparo Lopes. **“Oh, que caminho tão longe, quase eu não vinha!”**: práticas terapêuticas religiosas no trabalho de cura com caboclos da Umbanda em Teresina – Piauí. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

RODRIGUES, Elisa. As ciências sociais da religião como ciência da interpretação. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 1, p. 186 - 203, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/4645>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ROLINK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos**. Teresina: FUNDAPI, 2008.

SANTOS, José Lopes dos. **Dirceu Arcoverde: missão cumprida**. Teresina: [s. n], 1982.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEGATO, Rita Laura. Um paradoxo do relativismo: o discurso racional da antropologia frente ao sagrado. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1-2., p. 114-135, 1992. Disponível em: [http://dan.unb.br/images/doc/Serie\\_86.pdf](http://dan.unb.br/images/doc/Serie_86.pdf). Acesso em: 28 abr. 2020.

SENA, Luana; POKÉMON, Maurício. Na força do rito. **Revista Revestrés**, Teresina, n. 24, abr./maio 2016. Disponível em: <https://revistarevestres.com.br/reportagem/na-forca-do-rito/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, Fernando A. (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3, p. 7-48.

SILVA, Erick Oliveira; SILVA, Gabriel Rodrigues da.; VIEIRA, Nadja Rodrigues Carneiro. Expansão urbana da cidade de Teresina e suas transformações socioespaciais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 1., 2017, Natal. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: [https://cchla.ufrn.br/rmnatal/evento\\_2017/anais/ST2/expansao\\_urbana.pdf](https://cchla.ufrn.br/rmnatal/evento_2017/anais/ST2/expansao_urbana.pdf). Acessado em: 23 maio 2021.

SILVA, Haldaci Regina. **Sabores de casa, sabedorias de terreiros: práticas educativas e construção de saberes em um terreiro de Teresina – Piauí**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

SILVA, Joene Saibrosa da. Antônio Luiz Araújo e o modernismo das edificações em Teresina (PI). **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano 18, n. 38, p.106, 2006.

SILVA, Mairton Celestino. **Batuque na Rua dos Negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX**. 2008. Dissertação (Dissertação em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Mairton Celestino. **Batuque na Rua dos Negros: Escravidão e polícia na cidade de Teresina, século XIX**. Teresina: Edufpi, 2014.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Orixás da metrópole**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

SIQUEIRA, Felipe Ibiapina do Monte Ruben. **Territorialidades sagradas: religiosidades católica e afro-brasileira na Zona Norte de Teresina (PI)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.



SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **Filhos do Sol do Equador**: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí Teresina, 2012.

SOUZA, Ariany Maria Farias de. **As ações sociais implementadas pela Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara na Grande Santa Maria da Codipi**. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2010.

SOUZA, Ariany Maria Farias de. **Entre práticas e rituais**: uma experiência do “dar-receber-retribuir” na Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara, Teresina-PI. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

SOUZA, Robério Américo do Carmo. De Oxum para Iemanjá: experiências de filhos e filhas de santo em Teresina no século XX percepções iniciais de uma pesquisa em andamento. *In*: SIMPÓSIO DA ABHR, 13., 2012, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAVARES, L'Hosana Céres de Miranda. **Roupa de santo**: marcadores identitários das religiões de matriz africana. Dissertação. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

TITO FILHO, A. **Memorial da Cidade Verde**. Teresina, 1978.

TITO FILHO, A. **Teresina**: ruas, praças, avenidas. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1986.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VAUCHEZ, André. Santidade. *In*: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa; Porto: Casa da Moeda; Imprensa Nacional, 1987. p. 287-300. (v. 12; Mythos/Logos; Sagrado; Profano)

VIANA, Débora Silva. Entre o concreto e o etéreo: trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

VIEIRA, Carla Iamara de Passos; SILVA, Teresa Cristina Ferreira. Análises dos impactos ambientais no Parque Ambiental Encontro dos Rios em Teresina – PI. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 4., 2009, Belém. **Anais [...]**. Belém: IFPA, 2009. Disponível em:

[http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos\\_completos/ei](http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/ei)

[xo11/013.pdf](#). Acesso em: 13 mar. 2020.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Ed. UNB, 2000. v. 1.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 63-83, 1996. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/sites/default/files/reginaweber/files/1996-relatos2.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

## Periódicos

ANOTAÇÕES de um diário 1970. **O Estado do Piauí**, Teresina, p. 6, 12 abr. 1970.

ARRANGEM outro culpado. **Correio do Povo**, Teresina, ano 1, n. 3, p.1, 27 ago. 1973.

AUMENTO de renda per capita do Piauí é o objetivo do governador Alberto Silva. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 3, 15 jul. 1971.

AVENIDA Maranhão pronta em um ano. **O Estado do Piauí**, Teresina, ano 20, p. 1, 23 maio 1971.

**Estado do Piauí**. Teresina, p. 4, 15 maio 1971.

O DIA. Teresina, 1971-1976.

O ESTADO. Teresina, 1971-1976.

O LIBERAL. Teresina, p. 6, 7 abr. 1975.

PREFEITURA humaniza desfavelando a cidade. **Correio do Povo**, Teresina, ano 2, n. 78, p. 1, 21 abr. 1975

SILVA, Francisco Cunha e. Perspectivas de maior progresso. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 27 jun. 1963.

TERESINA 210 mil habitantes. **O Estado do Piauí**, Teresina, p. 2, 25 fev. 1970.

## Documentos Oficiais

PIAUI. Decreto nº 68.631, de 19 de maio de 1971. Aprova o estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí.

PIAUI. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, n. 12, 23 jan. 1973.

PIAUI. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, n. 47, 22 mar. 1973.

PIAUI. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, n. 49, 26 mar. 1973.

PIAUI. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, n. 86, 9 maio 1975.

TERESINA. Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI).

Construções e planejamento S.A. (COPLAN). Newton Oliveira. 1969.

PLANO ESTRUTURAL DE TERESINA (I PET). Fernando Couto de Castelo Branco (Coord.). v.1. 1977.

PIAUI. Governador 1971-1975 (Alberto Tavares Silva). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1973. Teresina, 1973.

PIAUI. Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa. Teresina, 1975.

PIAUI. Governador 1978 – 1979 (Djalma Martins Veloso). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1979. Teresina, 1979. p. 6.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Nota Oficial. Estado do Piauí, 5 mar. 1959, p. 3.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Nota Oficial. Estado do Piauí, 12 dez. 1970. p. 1.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Perfil dos Bairros. Mafrense - Regional SDU Centro Norte. 2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Perfil dos Bairros. Matadouro- Regional SDU Centro Norte. 2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Perfil dos Bairros. Monte Castelo- Regional SDU Centro Sul. 2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Perfil dos Bairros. Nova Brasília - Regional SDU Centro Norte. 2018.
- PREFEITURA de Teresina. 2013. Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br>. Acesso em: maio 2019.
- TERESINA, Prefeito 1975-1979 (Raimundo Wall Ferraz). Relatório de Atividades (1976). Teresina, 1977. p. 52
- TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina: PMT, 2019. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/teresina/>. Acesso em: 4 ago. 2021.


### **Leis Municipais**

- TERESINA. Lei nº 2.957, de 25 de março de 1969. Reconhece de utilidade pública a Federação Espírita Umbandista do Estado do Piauí. Teresina: Câmara Municipal, [1969].
- TERESINA. Lei nº 1.263, de 27 de janeiro de 1970. Teresina: Câmara Municipal, [1970].
- TERESINA. Lei nº 1.268, de 16 de março de 1970. Teresina: Câmara Municipal, [1970].
- TERESINA. Lei nº 1.368, de 24 de agosto de 1972. Reconhece a utilidade pública da Tenda Espírita Umbandista Nossa Senhora da Conceição. Teresina: Câmara Municipal, [1972].
- TERESINA. Lei nº 1.355, 20 de abril de 1972. Teresina: Câmara Municipal, [1972].
- TERESINA. Lei nº 1.357, 24 de abril de 1972. Teresina: Câmara Municipal, [1972].

### **Entrevistas**

- MARINA. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 13 ago. 2019.
- OLIVEIRA, Flavio das Neves (Flávio de Iansã). Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 12 maio 2021.
- SOUSA, Raimunda Nonata. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 4 set. 2019.
- SOUZA, Antônia Pereira do Nascimento. Entrevista cedida a Ariany Maria Farias de Souza. Teresina, 22 maio 2021.

**ANEXO A – LEI MUNICIPAL DE TERESINA Nº 1.368 DE 1972 QUE  
RECONHECE A UTILIDADE PÚBLICA DA TENDA ESPÍRITA UMBANDISTA  
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

 Lei n.º 1.368 de 24 de agosto de 1972

"Considera de utilidade pública a  
TENDA ESPÍRITUALISTA DE UMBANDA N.  
S. DA CONCEIÇÃO".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ:**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte  
Lei:

Art. 1º - É considerada de utilidade pública a TENDA ESPÍRITUALISTA  
DE UMBANDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, sociedade civil, sem fins lucrativos, com  
sede e foro na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publica-  
ção, revogadas as disposições em contrário.

*Joel da Silva Ribeiro*  
Engenheiro Joel da Silva Ribeiro  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Lei foi sancionada e numerada aos vinte e quatro dias do  
mes de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois.

*Adelmar de Barros Villa*  
DEL. Adelmar de Barros Villa  
CHEFE DO CABINETE

Fonte: TERESINA. Lei nº 1.368, de 24 de agosto de 1972. Reconhece a utilidade pública da Tenda Espírita Umbandista Nossa Senhora da Conceição. Teresina: Câmara Municipal, [1972].

**ANEXO B – IMAGEM DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ COM A ATA DE FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ESPÍRITAS UMBANDISTAS AFRICANISTAS E CANDOMBLÉ DO ESTADO DO PIAUÍ**

9 DE MAIO DE 1975	DIÁRIO OFICIAL
<p align="center">FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ESPÍRITAS UMBANDISTAS AFRICANISTAS E CANDOMBLÉ DO ESTADO DO PIAUÍ EXTRATO DA ATA DE FUNDAÇÃO E REUNIÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL DA FEDERAÇÃO</p>	<p>bens penhorados aos executados CASA RESIDENCIAL coberta da na Praça Almirante Gervásio no com a área de 574 m2, m lado direito, 14 de fundo e 50 por compra e em parte por 1 registrados sob os n.ºs. 5.692 cidade; II — UMA GLEBA DE SO, Data São Domingos, com : naubal de 20 arrobas anuais, 2.635, livro 3-6, fls. 13v.; III nada "LADEIRA DO MURICI" carnauhal de 20 arrobas de ce tro Imobiliário n.ºs. 4.833 e 4. veis estes avaliados contratual digo Civil, no todo por Cr\$ 4. hora acima referidos os imóv a quem maior lance ofere não houver que ofereça lance vendidos no dia 18 de agosto a quem maior preço oferecer foi expedido o presente edital marca e publicado por uma e passado nesta cidade de Bu mesmo nome, Estado do Piauí novecentos e setenta e cinco. Escrevente Compromissado e Titular, o datilografar, e eu, Al lção Público, o subscrevi.</p>
<p>DAS ASSOCIAÇÕES ESPÍRITAS UMBANDISTAS AFRICANISTAS E CANDOMBLÉ DO ESTADO DO PIAUÍ, realizada no dia 13 de maio de 1.974, no Centro Espírita de Umbanda São Francisco das Chagas, à rua Arêa Leão, 1896, COM AMPARO NO ARTIGO Nº 153, §§ 5º e 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, DECRETO-LEI Nº 1857, de 9 de novembro de 1.939 e CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, por a mesma ser filiada à Congregação Espírita Umbandista do Brasil, Federação Nacional das Sociedades Religiosas de Umbanda, Aliança Umbandista do Estado da Guanabara, Centro Espírita Caminheiros da Verdade, União Espiritista de Umbanda do Brasil e CONSELHO NACIONAL DELIBERATIVO DE UMBANDA, todas com sede no Rio de Janeiro e por a mesma obedecer normas das autoridades constituídas de nosso Estado. Onde compareceram vários diretores, sócios e adeptos desta Federação e das Seitas Umbanda, Quibanda e Candomblé do Estado do Piauí, a fim de dar posse conforme normas estatutárias em vigor neste órgão superior dos Cultos de Umbanda, Quibanda e Candomblé deste Estado, em seguida foi lida a ordem do dia e o Senhor Presidente Salim Freire e Silva, levou o pensamento ao alto pedindo ao Nosso Senhor Jesus Cristo, que estivesse presente à referida Assembléia Geral. Em seguida facultou a palavra para quem dela queira fazer uso. Falou na ocasião vários diretores, presidentes de Centros Espíritas que demonstraram satisfação na escolha do Irmão Salim e do Dr. Antonio Batista de Araújo, que irão com os demais diretores e adeptos do Candomblé do Estado do Piauí, dirigir esta Federação, por tempo indeterminado. Em seguida vários diretores e presidentes de Centros presentes a referida Assembléia Geral, demonstraram satisfação em aceitar a posse da seguinte diretoria: Presidente de Honra — Carlos Augusto de Araújo Lima; Presidente — Salim Freire e Silva; 2º Presidente — Marina Sardinha Lopes; 1º Vice-Presidente — Valdemar de Oliveira da Silva; 2º Vice-Presidente — Marcos Raquel de Sousa; 1º Secretário — Maria dos Divrimentos Santos; 2º Secretário — João Carlos Dias; 1º Tesoureiro — Maria Gorete Sardinha Lopes; 2º Tesoureiro — Arminda Ribeiro do Rego. Vogais Suplentes: Francisco das Chagas Vieira; Sérvulo de Almeida Lopes; José Lisboa da Silva; Ricarte Normândia Camelo; Francisco Soares de Paiva; Antonio Feliciano dos Santos; Alberto Alves da Costa; Francisco Porfirio Machado; Sr. Haroldo de Piracuruca; Manoel Alves de Abreu; Luís Cairo de Miranda; Eduardo José da Costa; Gonçalo Pedro da Silva; Pedro Manoel da Silva; Maria Luiza; Antonia Pereira Malvina; Luís Marcos Parias; Jorge Ferreira Lima; Francisco Alves do Nascimento; João Evangelista Martins; Domingos Flór; José Martins de Andrade. Conselheiros: Roberto Couto Raulino Afrânio Leal Nunes, Edson Santos Rocha, Homero Castelo Branco, Dr. Miguel Silva, Osmar e Carvalho Mendes, Moisés Elias Cadah, Tarso Carvalho, João Rodrigues de Azevedo Filho, Raimundo Vieira da Silva, Mouranga, José Nazareno Soares de Araújo, Dr. Chicre Tajra, Felipe José Mendes Raulino, Herculano de Moraes, Wagner Esteves Torres. Relações Públicas: Dr. Deusdeth Nunes dos</p>	<p align="right">Bel. JOSÉ D Juiz e</p> <p align="right">EDIT</p> <p>O Doutor José de Carva de Buriti dos Lopes, Estado</p> <p>FAZ saber a quantos o cimento que, nos autos de C Parnaíba, para arrematação corre no Cartório do Servent autos de execução movida Parnaíba, contra José Franço cha, distribuída ao Cartório c nado o dia 18 de julho, às 10 zo, ou melhor, no Forum loc vel penhorado aos executado situado neste município, com a Oeste com a gleba Ilha do Cancaas, a Leste com o Rio imobiliário nº 3.568, fls. 298 para os efeitos do Art. 818, Mil Setecentos e Quarenta e referidos, o imóvel será lev lance oferecer acima da aval reça lance superior à avalia 1975, às 10 horas, no Foru Para conhecimento dos inte</p>

Fonte: PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, n. 86, 9 maio 1975.